



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

Título: **O vinho de Torres Vedras, 1850-1986**

Fernando Manuel Rodrigues Pinto Varela dos Santos

Doutoramento em História Moderna e Contemporânea

Orientador:

Doutor José Vicente Serrão. ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Setembro, 2021



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

Título: **O vinho de Torres Vedras, 1850-1986**

Fernando Manuel Rodrigues Pinto Varela dos Santos

Doutoramento em História Moderna e Contemporânea

Júri:

Doutora Luisa Tiago de Oliveira. ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Doutor António Valério Maduro. ISMAI - Instituto Universitário da Maia

Doutor Orlando Simões. Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Coimbra

Doutora Ana Mónica Fonseca. ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

AGRADECIMENTOS

Vou recorrer à utilização de palavras muito simples para manifestar a minha profunda gratidão ao meu filho Afonso e ao ISCTE, uma vez que a conclusão desta tese em muito dependeu dos seus apoios. Ao Afonso gostava de dizer que esta foi a forma que encontrei para o incentivar no seu percurso académico na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Ao ISCTE, nobre instituição científica, gostava de dizer obrigado por ter tornado possível a concretização deste estudo. Neste longo e penoso percurso tive horas muito difíceis que superei com muito trabalho e com a força de acreditar. Aos colegas e professores, de igual modo, agradeço pelas boas conversas e conselhos sobre o objeto de estudo. Bem como ao universo do vinho corrente que contactei, pelos altos contributos em prol do estudo. Por fim, faço um elogio rasgado ao Professor Doutor José Vicente Serrão, porque, na difícil missão de orientação, me soube ouvir e porque também ele acreditou nesta Tese. A todos dirijo o mais humilde agradecimento.

RESUMO

Este trabalho procura reconstituir e reinterpretar a história dos vinhos de Torres de uma forma abrangente no período que vai de meados do século XIX até quase ao final do século XX. O objetivo é o de produzir uma visão de longa duração sobre como é que um vinho e uma região vitícola específica atravessou as grandes fases da história do vinho a nível nacional, desde a época em que a agricultura, e o vinho em particular, emergem como setores privilegiados no modelo económico introduzido pela Regeneração e o Fontismo até ao momento em que a adesão de Portugal à CEE em 1986 veio modificar estruturalmente o setor da vinha e do vinho. Pelo meio, o setor enfrentou sucessivamente riscos, desafios e oportunidades várias, suscitados ora pelas doenças da vinha, ora pelas alterações dos mercados (interno, externo, colonial), ora pelas medidas de política.

A partir de uma revisão da literatura e de intensa pesquisa em fontes impressas e de arquivo – imprensa regional, documentação dos organismos reguladores e associativos, relatórios técnicos, estatísticas, petições, etc. – o estudo conclui que, durante este período, não só o vinho se assumiu definitivamente como o elemento principal da economia regional de Torres Vedras, como esta se consolidou enquanto uma das principais regiões vitivinícolas de Portugal. No entanto, isto não corresponde a uma história linear de sucesso. Primeiro, porque a evolução foi irregular, com altos e baixos, incluindo várias crises; segundo, porque apesar de os vinhos de Torres terem alcançado importantes desenvolvimentos no longo prazo, nunca conseguiram, por exemplo, resolver satisfatoriamente o estigma de falta de qualidade que se lhes foi colando em termos de imagem e reputação.

Para estes resultados contraditórios contribuíram sucessivas combinações de fatores de sinal contrário (uns de crescimento outros de bloqueio), que são analisados ao longo do trabalho, como as características agro-ecológicas da região, a influência das políticas económicas, a composição do tecido social em que assentava o setor, o sistema de propriedade e de exploração, o modelo e as fontes de financiamento desta atividade, as questões técnicas, as doenças da vinha, entre outros. Mas a tese aqui defendida é que foi o mercado – nas suas características, agentes, dimensão, geografia, “comportamento” – que constituiu o fator determinante na explicação dos sucessos e fracassos do vinho de Torres durante este período.

Palavras-chave: vinho; economia; Torres Vedras.

ABSTRACT

This work aims to recreate and reevaluate the history of Torres wines in a comprehensive way in the period between the mid-nineteenth century and the late twentieth century. The main goal is to offer a long-term view of how a wine and a specific wine-growing region went through the major phases of Portugal's wine history, starting at the time when agriculture and wine in particular, arose as privileged sectors in the new economic model introduced by Regeneration and Fontismo, and ending when Portugal's accession to the EEC in 1986 structurally changed the vine and wine sector. In between, the sector has consecutively faced various risks, challenges and opportunities, caused either by diseases in the vineyards, or by changes in the markets (internal, external, colonial), or by policy measures.

Based on a literature review and intensive research in printed and archival sources – regional press, documentation from regulatory and associative organisms, technical reports, statistics, petitions, and others – this study concludes that, during the period at stake, not only did wine become the main element of the regional economy of Torres Vedras, but also that this one consolidated itself as one of the main wine regions in Portugal. However, this was not a linear success story. First, because the evolution was crooked, with ups and downs, including several crises; and second because regardless of some significant developments that Torres wines achieved in the long term, they never managed, for example, to get rid of the stigma of lack of quality that was attached to them in terms of image and reputation.

Successive combinations of opposite sign factors (some for growth, others for blocking) contributed to these contradictory results, which are analyzed throughout the work, such as the agro-ecological characteristics of the region, the influence of economic policies, the composition of the social fabric on which the sector was based, the ownership and land exploitation system, the model and sources of funding for this activity, technical issues, vineyard diseases, among others. But the thesis sustained here is that it was the market – in its characteristics, agents, size, geography, “behavior” – that worked as the decisive factor in explaining the successes and failures of Torres wine during this period.

Key words: wine; economy; Torres Vedras.

ÍNDICE

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
ÍNDICE DE QUADROS	v
ÍNDICE DE FIGURAS.....	ix
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	xi
INTRODUÇÃO.....	1
0.1. Objeto, objetivos e problemas de investigação.....	1
0.2. Revisão da literatura.....	3
0.3. Fontes	12
0.4. Metodologia	16
0.5. Estrutura da Tese.....	18
CAPÍTULO 1 A VINHA E O VINHO EM TORRES VEDRAS.....	21
1.1. Produção.....	23
1.2. Castas.....	31
1.3. Vinificação	36
1.4. Custo de produção.....	41
1.5. Produtores	49
1.6. Comerciantes.....	52
1.7. <i>Terroir</i>	56
Balanço do capítulo	59
CAPÍTULO 2 AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES, 1850-1890.....	61
2.1. Mercado.....	62
2.2. As grandes doenças e a praga no vinhedo de Torres Vedras.....	74
2.3. A Quinta da Viscondessa	88
2.4. António Batalha Reis	92
2.5. O caminho de ferro	96
Balanço do capítulo	101
CAPÍTULO 3 CRISES RECORRENTES, SOLUÇÕES ADIADAS, 1890-1933.....	105
3.1. Mercado.....	107

3.2. O Posto Agrário de Dois Portos	119
Balanço do capítulo	122
CAPÍTULO 4 A CONSOLIDAÇÃO DE UM MODELO, 1933-1974.....	125
4.1. Mercado.....	126
4.2. A FVCSP e a JNV.....	133
4.3. O GVTV.....	142
4.4. As adegas cooperativas de Torres Vedras.....	144
4.5. O financiamento do vinho de Torres.....	150
4.6. O Museu Nacional do Vinho.....	153
Balanço do capítulo	157
CAPÍTULO 5 RUTURA E TRANSIÇÃO, 1974-1986	159
5.1. Mercado.....	160
5.2. A JNV no rescaldo da Revolução	163
5.3. As adegas cooperativas depois de 1974	166
Balanço do capítulo	169
CAPÍTULO 6 UMA PERSPETIVA DE LONGA DURAÇÃO	171
6.1. Na esfera da produção.....	171
6.2. Crises	197
6.3. Na esfera do mercado.....	201
6.4. Política vitivinícola	212
Balanço do capítulo	220
CONCLUSÃO.....	223
FONTES	231
BIBLIOGRAFIA	237
ANEXOS.....	I
CURRICULUM VITAE	III

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1: Importância das freguesias na economia do centro produtor de Torres Vedras	28
Quadro 1.2: Vinicultores no concelho de Torres Vedras	30
Quadro 1.3: Vinhas – áreas, produção e seu valor (distrito de Lisboa – 2. ^a metade do século XIX)	33
Quadro 1.4: Castas e sistemas de fabrico do vinho de Torres Vedras.....	34
Quadro 1.5: Fabrico de vinhos de castas elementares (ano de 1947)	39
Quadro 1.6: Custo de produção na região de Torres Vedras (1915)	44
Quadro 1.7: A vinha no concelho de Torres Vedras: área ocupada (hectares), por classe de produtividade e por freguesia.....	45
Quadro 1.8: Ordem da produção no concelho de Torres Vedras por escalões	47
Quadro 1.9: Preços de custo do vinho de Torres Vedras	48
Quadro 1.10: Os principais vinicultores do vinho tinto de Torres (em 1933)	51
Quadro 1.11: Os principais vinicultores do vinho branco de Torres (em 1933)	51
Quadro 2.1: Vinhateiros que se propuseram a participar na Exposição de Londres, 1874	63
Quadro 2.2: Vinhateiros convidados a participar na Exposição de Londres, 1874	63
Quadro 2.3: Vinho manifestado na alfândega do consumo (alfândega de Lisboa), em 1868, 1869 e 1870.....	66
Quadro 2.4: Exportação de vinho comum para o Brasil (percentagem do volume total de vinho exportado, entre 1865 e 1889).....	69
Quadro 2.5: Exportação de vinho comum para França (percentagem do volume total de vinho exportado, entre 1865 e 1889).....	71
Quadro 2.6: Principais destinos das exportações vinícolas portuguesas (hl/%) – colónias, 1865-1910	73
Quadro 2.7: Importação de mercadorias provenientes do Porto de Lisboa, em 1844 (Luan da e Benguela).....	73
Quadro 2.8: Importação de mercadorias provenientes do Porto de Lisboa, em 1845 (Angola).....	74
Quadro 2.9: Crescimento da produção vinícola regional (em milhares de hectolitros), 1852-1869	76

Quadro 2.10: Crescimento da produção vinícola regional (em milhares de hectolitros), 1869-1903	79
Quadro 2.11: Nota da plantação de bacelos (milhares), 1881-1885	84
Quadro 2.12: Nota da plantação de bacelos (milhares), 1886-1891.....	84
Quadro 2.13: Crescimento da produção vinícola regional (em milhares de hectolitros), 1885-1894	86
Quadro 2.14: Estação Torreana de Fomento Agrícola	90
Quadro 2.15: Escola de Viticultura	90
Quadro 2.16: Estação Ampelo-Phyloxerica	90
Quadro 2.17: Mercadorias transportadas na Linha Lisboa-Sintra-Torres Vedras, entre 1887 e 1908 (em toneladas)	99
Quadro 2.18: Mercadorias transportadas na Linha Torres Vedras-Figueira da Foz-Alfarelos, entre 1887-1908 (em toneladas)	100
Quadro 3.1: Principais destinos das exportações portuguesas – Brasil (hl/%), 1890-1933 ...	111
Quadro 3.2: Vinho comum exportado pelo Porto de Lisboa em 1892 (hl), com destino ao Brasil.....	112
Quadro 3.3: Estatística da produção de vinho tinto e branco, 1916	114
Quadro 3.4: Principais destinos das exportações portuguesas – França (hl/%), 1890-1933.....	116
Quadro 3.5: Principais destinos das exportações portuguesas – Colónias (hl/%), 1890-1933.....	118
Quadro 4.1: Estiva camarária – valor do vinho, 1968-1972.....	128
Quadro 4.2: Destilarias de queima de vinho e de bagaço existentes no concelho, 1975	130
Quadro 4.3: Peso relativo do mercado do Ultramar português (em %), 1930-1974	131
Quadro 4.4: XXXIII Concurso «O melhor vinho»: produção de 1967	149
Quadro 4.5: Produção das adegas cooperativas de Torres Vedras (convertida a vinho comum), 1980	130
Quadro 5.1: Principais mercados do vinho comum no exterior, 1975-1986	162
Quadro 6.1: Escalões de produção no concelho de Torres Vedras	175
Quadro 6.2: Escoante normal do vinho corrente das freguesias do concelho de Torres Vedras.....	178
Quadro 6.3: O peso económico das freguesias do concelho de Torres Vedras	179
Quadro 6.4: Fabrico de vinhos de castas elementares (colheita – 1947)	181
Quadro 6.5: A vinha no concelho de Torres Vedras: área ocupada (hectares), por classe de produtividade, e por freguesia	184
Quadro 6.6: Preços de custo do vinho de Torres	185

Quadro 6.7: Mercados do vinho de Torres (e dos restantes vinhos portugueses, à exceção do vinho do Porto) – volumes em percentagem	211
--	-----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1: Carta vinícola, em 1900	24
Figura 1.2: Produção vinícola, em 1935	25
Figura 1.3: Casta Tinta Miúda	35
Figura 1.4: Casta Vital	35
Figura 1.5: Áreas de vinha	46
Figura 1.6: Produções de vinho	47
Figura 1.7: Almocreve de Torres Vedras	53
Figura 1.8: Carta vitícola do concelho de Torres Vedras	58
Figura 1.9: Radiação solar	60
Figura 2.1: Cacho com grande ataque de oídio, mostrando o consequente rachamento profundo dos bagos	77
Figura 2.2: <i>Dactylosphaera vitifoliae</i> (<i>phylloxera vastatrix</i>)	78
Figura 2.3: Resistência à filoxera, <i>vitis</i> vinífera muito sensível.....	78
Figura 2.4: Charrua sulfuretadora	81
Figura 2.5: Sintomas de míldio nas folhas	86
Figura 2.6: Sintomas de míldio nos cachos	87
Figura 2.7: Perspetiva da Quinta da Viscondessa a partir do exterior	88
Figura 2.8: Perspetiva da Quinta da Viscondessa a partir do interior	89
Figura 2.9: A Escola de Viticultura	91
Figura 2.10: O agrónomo António Batalha Reis	92
Figura 2.11: Estação de caminho de ferro de Torres Vedras	97
Figura 2.12: Estação de caminho de ferro de Dois Portos	98
Figura 3.1: Circunscrição fiscal de Lisboa (barreiras)	109
Figura 3.2: Posto Agrário de Dois Portos	120
Figura 3.3: Edifício principal (ano de construção – 1960)	121
Figura 3.4: Laboratório	121
Figura 4.1: Adega Triunfo	127
Figura 4.2: O vinho comum no Entrepasto Colonial do Porto de Lisboa a aguardar embarque no navio Benguela	132
Figura 4.3: Tomada de posse da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal	134
Figura 4.4: Pedro Teotónio Pereira (ministro do Comércio) dando posse aos membros da Junta Nacional do Vinho	136

Figura 4.5: Cartaz de propaganda (1)	138
Figura 4.6: Cartaz de Propaganda (2)	139
Figura 4.7: Filme de propaganda do V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho (1938)	139
Figura 4.8: Desfile na praça do Comércio das Brigadas de Fiscalização da JNV (1)	140
Figura 4.9: desfile na praça do Comércio das Brigadas de Fiscalização da JNV (2)	140
Figura 4.10: Mala com utensilagem laboratorial para fiscalização de produtos vínicos das Bri- gadas da JNV	141
Figura 4.11: Adega Cooperativa de Dois Portos (vista n.� 1).....	145
Figura 4.12: Depósitos de vinho da Adega Cooperativa de Dois Portos	145
Figura 4.13: Adega Cooperativa de São Mamede da Ventosa	146
Figura 4.14: Mapa do concelho de Torres Vedras com a localização das adegas cooperativas (e freguesias)	147
Figura 6.1: Adega Cooperativa de Dois Portos (vista n.� 2).....	176
Figura 6.2: Vinhedos da Serra da Vila.....	177
Figura 6.3: Produ���o vinícola do distrito de Lisboa, 1852-1862 (em milhares de hl)	191
Figura 6.4: Produ���o vinícola do distrito de Lisboa, 1862-1889 (em milhares de hl)	192
Figura 6.5: Produ���o vinícola do distrito de Lisboa, 1890-1899 (em milhares de hl)	193
Figura 6.6: Produ���o vinícola da área da JNV, 1941-1986 (em milhares de hl)	194
Figura 6.7: �rea da JNV	195
Figura 6.8: Distribui���o da produ���o de vinho no concelho de Torres Vedras e nos restantes concelhos da regi��o Oeste (1937)	196
Figura 6.9: Consumo médio aparente por pessoa em Lisboa (1866-1939)	209
Figura 6.10: Peso relativo dos principais mercados do vinho comum no exterior, 1865-1986 (em percentagem)	210

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ACC	Adega Cooperativa de Carvoeira
ACDP	Adega Cooperativa de Dois Portos
ACSMV	Adega Cooperativa de São Mamede da Ventosa
ACTV	Adega Cooperativa de Torres Vedras
ACTVD	Adegas Cooperativas de Torres Vedras
AMTV	Arquivo Municipal de Torres Vedras
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BMTV	Biblioteca Municipal de Torres Vedras
CATV	Caixa Agrícola de Torres Vedras
CGD	Caixa Geral de Depósitos
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CIVITAS/DCEA/FCT/UNL	Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis/Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente/Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Nova de Lisboa
CMTV	Câmara Municipal de Torres Vedras
EVN	Estação Vitivinícola Nacional – Dois Portos
FVCSP	Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal
GVTV	Grémio de Vinicultores do Concelho de Torres Vedras
IVV	Instituto da Vinha e do Vinho
JNV	Junta Nacional do Vinho
MA	Ministério da Agricultura
MVA	Museu do Vinho de Alcobaça
NABDIVV	Núcleo de Arquivo, Biblioteca e Documentação do Instituto da Vinha e do Vinho
RACAP	Real Associação Central da Agricultura Portuguesa

INTRODUÇÃO

0.1. Objeto, objetivos e problemas de investigação

Esta tese tem como objeto de estudo os vinhos de Torres e procura reconstituir e reinterpretar a sua história de uma forma abrangente no longo período que vai de meados do século XIX (expressão que reduzimos aqui, por comodidade, à data redonda de 1850) até quase ao final do século XX.

A opção por uma cronologia bastante longa (1850-1986) justifica-se pelo objetivo de produzir uma visão de longa duração sobre como é que um vinho e uma região vitícola específica atravessou as grandes fases da história do vinho a nível nacional, desde a época em que a agricultura, e o vinho em especial, emergem como setores privilegiados no modelo económico introduzido pela Regeneração e o Fontismo até ao momento em que a adesão de Portugal à CEE (Comunidade Económica Europeia) veio modificar estruturalmente o setor da vinha e do vinho. Pelo meio, o sector enfrentou sucessivamente riscos, desafios e oportunidades várias, suscitados ora pelas doenças da vinha, ora pelas alterações dos mercados (interno, externo, colonial), ora pelas medidas de política.

Durante este período não só o vinho se assume definitivamente como o elemento principal da economia regional de Torres Vedras, como esta se consolida enquanto uma das principais regiões vinícolas do país. Esta afirmação não pode ser entendida, no entanto, como expressão de uma história linear de sucesso. Primeiro, porque o processo não foi linear e nos 136 em estudo o setor tanto enfrentou desafios, oportunidades, apoios, melhorias e fases de crescimento, como problemas, bloqueios e crises várias. Segundo, porque sucesso é uma medida relativa, e se, por um lado, os vinhos de Torres conheceram importantes desenvolvimentos no longo prazo, por outro nunca conseguiram, por exemplo, vencer satisfatoriamente o estigma de falta de qualidade que se lhes foi colando em termos de imagem e reputação.

Antes de prosseguirmos, importa esclarecer que, quando se fala em “vinhos de Torres”, a designação deve ser tomada em sentido amplo, abrangendo quer os produtos vínicos que eram fabricados na região (concelho) de Torres Vedras, com destaque para os vinhos – que fazem parte da tipologia de vinhos correntes ou comuns – e para as aguardentes, quer a atividade agrícola que lhe servia de suporte (na sua dimensão económica, social e técnica), quer o setor da comercialização e transporte que lhe estava a jusante, quer finalmente todo o enquadramento institucional em que estas atividades se desenvolviam.

Definido assim o objeto de estudo, saliente-se que o quadro problemático ou questões de investigação desta tese giram essencialmente em torno de esclarecer quais foram e como se articularam os fatores de crescimento e os fatores de bloqueio que explicam o ritmo de evolução, as suas contradições e os resultados alcançados. E a hipótese de partida que veio a constituir o fio condutor da investigação é a de que foi o mercado o fator determinante na explicação dos sucessos e fracassos do vinho de Torres durante este período.

Evidentemente que não podem ser descurados outros fatores, de ordem estrutural e conjuntural, como as características agro-ecológicas da região, a influência das políticas económicas, a composição do tecido social em que assentava o setor, o sistema de propriedade e de exploração, o modelo e as fontes de financiamento desta atividade, as questões técnicas, as doenças da vinha, etc. Mas a hipótese que procuraremos testar neste trabalho é que o mercado – nas suas características, agentes, dimensão, geografia, “comportamento” – foi o elemento determinante.

Procurando desenvolver um pouco mais os problemas e questões de investigação que orientam este trabalho, pode dizer-se que a questão principal se desdobra e complementa com um conjunto de outras interrogações. Quais eram os mercados dos vinhos de Torres? Qual era o peso de cada mercado? Como é que eles evoluíram durante este período? Como é que os vinhos e outros produtos víquicos de Torres Vedras lidaram com a concorrência? Qual foi o verdadeiro impacto da doença e da praga (da segunda metade de oitocentos)? Como progrediu a vinificação na região? Como evoluiu a logística de armazenamento, transporte e distribuição destes produtos? Que importância tiveram as instituições (organismos e associações) dedicadas ao setor? As adegas cooperativas foram efetivamente centrais à economia deste vinho? As elites vinhateiras que papel tiveram no desenvolvimento do setor e qual a sua influência junto dos poderes políticos? O peso da ciência está visível nos avanços da cultura e do produto dominante? Ao tempo, quais eram as particularidades da produção concelhia? Qual era o custo da produção regional? Como eram e como se relacionavam os produtores e os e os comerciantes deste vinho? Como era financiada a atividade nos diferentes segmentos da sua cadeia? No seio do centro produtor de Torres Vedras, qual foi o real efeito da política vitivinícola? No caso específico da região estudada, quais foram as consequências das crises do vinho corrente?

Este conjunto de perguntas possibilitou levar a efeito a análise crítica do objeto de estudo e a interpretação da economia do vinho de Torres. Veja-se, por exemplo, a respeito da pergunta principal, que a problematização foi responsável pela explicação da relação vinho-mercado, nomeadamente quanto à sua evolução. Em específico, a explicação confirmou o que suspeitávamos: ou seja, o mercado condicionou mesmo a evolução deste vinho. O problema parece ter na sua base a opção da vinicultura torriense, e se assim for a agricultura da região de Torres Vedras foi vítima da sua própria ambição. Ou a respeito da pergunta complementar,

sobre o efeito da política vitivinícola no vinho de Torres e no restante vinho corrente, onde a problematização foi igualmente responsável pela explicação do efeito nefasto da legislação de 1907/8, e do efeito benigno da organização corporativa do setor: isto é, no primeiro caso, o vinho de Torres não foi uma prioridade para João Franco, no segundo, este vinho acabou por encontrar no Estado Novo um bom porto de abrigo. E ainda, no âmbito das perguntas complementares, a respeito das consequências das crises do vinho comum: a saber, na região vinícola de Torres Vedras elas foram muito sentidas e tiveram fortes repercussões no seu vinho. Estamos, pois, a falar, dos três grandes períodos de desequilíbrio estrutural, assinalados por Orlando Simões, os quais surgem bem evidenciados no vinho desta região, como se explicará, no capítulo 3 desta Tese.

No que respeita às restantes perguntas, da mesma maneira, foram indispensáveis para a explicação das questões acima apresentadas sobre a economia do vinho estudado. Esta interpretação mostrou ainda a necessidade de se conhecer efetivamente o vinho de todas as regiões vinícolas nacionais, porque este não é igual e porque só conhecendo em profundidade, região a região, se poderá contar a história do vinho comum de Portugal. Por isso a pertinência da problemática apresentada nesta Tese que, certamente, alinha com a que tem ocupado a ciência histórica, em especial a económica, que estuda o vinho corrente nacional e que cada vez mais insiste, dada a diversidade deste vinho, na necessidade de se estudar em profundidade uma a uma as regiões vinícolas produtoras de vinho corrente, porque só assim se pode contar a história desta bebida.

0.2. Revisão da literatura

O vinho comum ou corrente foi um produto muito importante na economia do período 1850-1986. Neste intervalo, a atividade económica em torno deste produto gerou considerável riqueza e inclusive possibilitou ao Estado português arrecadar elevada receita fiscal. O vinho e os seus derivados animaram uma rede complexa de interesses: da produção ao comércio e da governança ao mundo do trabalho, Portugal era então uma terra de vinha e de vinho. O fenómeno, do mesmo modo, despertou o interesse da ciência que com ele se ocupou e que o tentou explicar, e este espaço destina-se a dar a perceber o estado desse conhecimento. Enquadrada a temática, damos início à análise do saber produzido: aquele que está vertido na bibliografia foi todo ele foi muito importante para a elaboração da Tese, contudo deve ser dito que algum dele tem, pela sua natureza, especial interesse para a interpretação do objeto.

A especificidade da economia do centro produtor de Torres Vedras e os eventos que então nele ocorreram obrigaram ao estudo de certos problemas do vinho de Torres, por exemplo relativos à cultura da vinha, produção do vinho, comércio deste produto e política vitivinícola. No que concerne à cultura, indicamos questões alusivas às grandes doenças e à praga da

segunda metade do século XIX. Este foi um tempo de incerteza e de oportunidade, falamos do impacto destes males na região e no mercado de França. Vários autores têm já estudado este problema, o primeiro que vamos apontar é António Francisco Baixinho. Os estudos que levou a cabo ajudaram a esclarecer os males da *vitis vinífera* e o mercado temporário filoxérico francês em Dois Portos¹, a freguesia mais importante do concelho de Torres Vedras quanto à economia do vinho. Este conhecimento dá a perceber o efeito negativo dos males no vinhedo de Dois Portos, sobretudo a filoxera, e a grande oportunidade do mercado francês, a braços com idêntica crise filoxérica. A conjuntura levou os comerciantes de Bordéus a Dois Portos, onde compraram vinho para misturar com o seu. Portanto, estamos perante as duas faces da mesma moeda: a praga por um lado tira e por outro lado dá. O problema foi ainda explicado por três historiadores locais, referimo-nos a José Travanca Rodrigues, Palmira Cipriano Lopes e Venerando Aspra de Matos². Os seus estudos dão, de igual modo, a compreender a repercussão da filoxera e a hora de sorte do mercado de França.

Maria Goretti Matias é outra autora a ocupar-se com o estudo dos males da *vitis vinífera* na região Oeste³, os seus estudos dão da mesma forma a entender as consequências nefastas e o bom tempo do mercado francês em Torres Vedras. E ainda possibilitam a compreensão do lado menos visível do problema, com forte impacto no mercado do vinho. Na perspetiva desta autora, estes males contribuíram para a modernização da cultura e consequentemente para o melhoramento do próprio subsector. Isto certamente foi relevante em relação à qualidade e à competitividade do vinho no mercado. Portanto, o oídio, a filoxera e o míldio tiveram um efeito positivo no comércio do vinho, sobretudo ao nível da concorrência no mercado. O fenómeno foi ainda estudado pela historiadora Dulce Freire⁴ que, na linha da anterior autora, explica as mudanças culturais da última metade de oitocentos por via da doença e da praga. Um dos mais interessantes contributos para o esclarecimento dos males da vinha oitocentista é dado por Conceição Andrade Martins, especialmente no respeitante à filoxera⁵. O método de análise e organização do estudo, quanto aos tópicos, quadros e gráficos, possibilita entender o verdadeiro efeito da praga no vinho nacional. À semelhança de Maria Goretti Matias também Conceição Andrade Martins esclarece que a filoxera teve um lado positivo, o da modernização do setor, fundamental à economia do vinho corrente. Este vinho passa efetivamente a ser melhor, portanto uma das condições que o mercado valorizava foi aperfeiçoada não por opção, mas sim por imposição. E não esquece também que os males da *vitis vinífera* tiveram um lado negro no país, onde estava uma produção em profundo sofrimento. Apesar

¹ Ver Baixinho (2013: 58-65).

² Ver Rodrigues (1996: 247-248); Lopes (2010: 77-78); Matos (2007: 75).

³ Ver Matias (2001: 128-146).

⁴ Ver Freire (2010: 45-48).

⁵ Ver Martins (1991: 653-688).

de grave, a autora explica que em relação à filoxera existe amiúde um certo exagero nas descrições das consequências na viticultura portuguesa.

Ainda sobre este tema, refira-se, o conhecimento produzido por António Valério Maduro, que possibilita, desde logo, compreender a dimensão do problema na região Oeste, e nela em particular no concelho de Alcobaça. Por exemplo, relativamente ao oídio, o seu trabalho deixa perceber a enorme quebra na produção de Alcobaça. A doença terá mesmo levado a viticultura da região a operar modificações severas na cultura da *vitis vinífera*. Assim, os estudos levados a cabo por este autor ajudam à quantificação do problema⁶. Miriam Halpern Pereira é mais uma historiadora a interessar-se pelo estudo do vinho em oitocentos e, como tal, pelo do centro produtor de Torres Vedras. Consequentemente teve de analisar o aspeto respeitante aos males da *vitis vinífera* da segunda metade do século XIX e, nestes, sobretudo o da praga. O conhecimento que produziu dá a perceber certos factos do vinho de Torres, como os relativos à destruição da vinha, ao combate à filoxera e ao comércio com França⁷. A título de exemplo podemos referir a destruição do vinhal de Dois Portos, o sulfureto de carbono e a compra de vinho pelos franceses. De modo igual interessa referir o trabalho realizado por Maria Carlos Radich, que dá a entender a revolução causada pelos males da *vitis vinífera* na viticultura da segunda metade de oitocentos. Por exemplo, em relação à filoxera o conhecimento que produziu possibilita perceber a existência de mudanças radicais na cultura do arbusto. De acordo com esta investigadora, a praga terá mesmo obrigado à emergência de «uma nova matriz cultural para a vinha»⁸. Orlando Simões, outro autor com importante trabalho sobre a história do vinho comum, chega mesmo a inserir estes males, pelo seu efeito, no primeiro dos três grandes períodos de desequilíbrio estrutural.

A compreensão destes males oitocentistas em Torres Vedras impôs ainda o conhecimento da própria *vitis vinífera* e dos próprios males. No que concerne à *vitis vinífera*, são importantes os estudos levados a cabo por Pierre Huglin e Christophe Schneider porque dão a conhecer a planta, nomeadamente a sua fisiologia, condição essencial para se perceber a dimensão da destruição causada pelo oídio, filoxera e míldio. A título de exemplo: se o foco for na respeitante à praga, então o conhecimento produzido por estes autores possibilitou entender os comportamentos da planta face ao ataque do inseto⁹, o que se torna crucial para a interpretação dos males no vinho do centro produtor de Torres Vedras. Do mesmo modo foi importante o conhecimento produzido pela investigadora Madalena Neves. Os seus estudos dão a perceber diversas doenças da *vitis vinífera*, entre elas o oídio e o míldio¹⁰, ao darem

⁶ Ver Maduro (2014: 14-15).

⁷ Ver Pereira (1983: 142-152).

⁸ Ver Radich (1996: 37).

⁹ Ver Huglin e Schneider (1998: 240-242).

¹⁰ Ver Neves (2000: 14-17).

especial atenção, por exemplo, aos ciclos biológicos das doenças, sintomas, condições favoráveis ou estratégia de proteção. Da mesma maneira, o saber produzido pelo investigador Ilídio Lucas Tomaz, que estudou o oídio da videira¹¹ e que para além da sintomatologia dá a perceber a etiologia da doença, a epidemiologia e os meios de luta. Em síntese, o conhecimento que apresentámos ajudou a esclarecer as grandes doenças e a praga da vinha da região vinícola de Torres Vedras.

É conhecida a vocação inata do concelho estudado para a cultura da *vitis vinífera*, como também a sua elevada importância na economia do vinho ao nível da cultura e da produção¹². Em relação à produção vamos agora explicar como a bibliografia disponível ajudou a entender a do centro produtor de Torres Vedras. Para o conhecimento do vinho em estudo é indispensável o saber produzido por Emile Peynaud¹³. Através dele percebe-se a qualidade, por exemplo, a do vinho que está na base da economia do centro produtor de Torres Vedras, nomeadamente pela leitura da parte respeitante à maturação da uva, fermentação e vinificação, conservação, tratamentos de clarificação e de estabilização e da parte analítica e gustativa. Daí a sua importância para a compreensão da produção local. Como também tem especial significado o saber produzido por Maria Carlos Radich porque dá igualmente a compreender a produção do vinho¹⁴, logo a qualidade no vinho de Torres. E esta é uma condição a que o mercado é de um modo geral sensível. Portanto, este conhecimento acumulado ajudou-nos a perceber a qualidade no vinho, de um modo geral ausente na produção da região em perspetiva. Contudo, o problema parece não ter tido impacto na economia deste vinho, uma vez que o vinho de Torres apresentava uma posição muito confortável no mercado do vinho comum. Bons e maus vinhos sempre existiram ao longo do tempo em qualquer região vinha-teira¹⁵, por isso os encontramos também na memória relativa à produção de Torres Vedras.

Sobre a qualidade devemos ainda salientar que no centro produtor de Torres Vedras ela está ligada principalmente à criação das adegas cooperativas. O conhecimento produzido por Palmira Cipriano Lopes possibilitou compreender, por um lado, a qualidade, por outro, a situação das adegas de Torres no vinho regional. Por exemplo, que elas foram criadas devido à fragilidade económica de um grande número de viticultores da região. A maioria chegava mesmo a não ter capacidade para vinificar¹⁶. Maria João Canadas é outra autora que dá conta deste problema nos seus estudos, os quais estão recheados de importantes conclusões sobre a função das adegas cooperativas: a saber «[...] a sua constituição permitiu aos grandes

¹¹ Ver Tomaz (1984: 246-256).

¹² Ver Matias (2001: 129).

¹³ Ver Peynaud (1993).

¹⁴ Ver Radich (1996: 85-93).

¹⁵ Ver Freire (2001: 125).

¹⁶ Ver Lopes (2010: 22-23); Maduro (2014: 15); Leitão e Catarino (1998: 66); Rasquilho (2014: 23); Freire (2010: 225-227).

proprietários fazer face às pressões dos comerciantes e possibilitou a resistência dos pequenos agricultores ... o acesso a melhores condições técnicas de laboração do vinho ... o viticultor transferiu, deste modo, para a cooperativa quer funções técnicas, como a vinificação, o tratamento dos vinhos, e o armazenamento, quer funções económicas, como a comercialização» (Canadas, 1996: 481).

Por conseguinte, as adegas cooperativas foram, a dada altura, a resposta do Governo¹⁷ aos graves e antigos problemas do vinho do centro produtor de Torres Vedras. Em oposição a este quadro de análise estava a situação da maior parte das adegas cooperativas dos principais países vinhateiros da Europa, ligadas então à produção de mau vinho¹⁸. Certo é que as adegas cooperativas tinham uma missão em comum tanto dentro como fora de portas, referimo-nos à regulação do mercado. Esta não terá sido conseguida, daí a vulnerabilidade de algumas regiões produtoras, sendo Torres um bom exemplo disso mesmo. A respeito da qualidade há ainda dizer que ela pode ser encontrada em alguns vinhos fora das cooperativas, como nos vinhos da Ribeira de Maria Afonso que, em oitocentos, eram bem acolhidos no mercado inglês¹⁹. Isto pode ser percebido através do trabalho produzido pelo agrónomo João Carvalho Ghira.

Há ainda um lado da produção do vinho de Torres que não podemos esquecer pela sua própria dimensão, falamos do vinho que se destinava à caldeira²⁰ e à lotação²¹. Os respetivos mercados proporcionaram volumes de negócios muito consideráveis, a título de exemplo podemos mencionar, na primeira situação, o mercado do vinho do Porto; e na segunda, o mercado filoxérico em França²². O conhecimento produzido por António Francisco Baixinho, João Carvalho Ghira, Maria Goretti Matias, Miriam Halpern Pereira e Fernando Oliveira Baptista mais uma vez ajudou a compreender a produção do vinho do centro produtor de Torres Vedras, nomeadamente a importância destes mercados na produção. O comércio era um elemento crucial da economia do vinho do centro produtor de Torres Vedras, no bom e no mau sentido. A enorme produção impunha a venda rápida da bebida e trazia consequências às vezes indesejáveis à economia deste vinho. O escoamento da bebida foi por isso um problema na região e, como tal, o mercado assumiu elevada importância no bem-estar desta economia.

Para a interpretação do mercado do vinho de Torres é importante o escasso conhecimento produzido em contexto regional e o saber do vinho comum em geral, um e outro auxiliam a perceber os destinos da bebida. João Carvalho Ghira é o primeiro autor a que nos vamos referir, os estudos que levou a cabo dão a perceber com nitidez quais foram os

¹⁷ Ver Baptista (1993: 234-242).

¹⁸ Ver Fernández e Simpson (2017: 122).

¹⁹ Ver Ghira (2006: 15).

²⁰ Ver Ghira (2006: 14); Matias (2002: 23).

²¹ Ver Baixinho (2013: 59).

²² Ver Pereira (1983: 228-229).

mercados do precioso néctar. Veja-se em relação ao mercado da capital: bebia quase «todo o vinho de Torres, com este ou com outro nome»²³. Também António Francisco Baixinho o dá a compreender, no que diz respeito aos primeiros tempos do caminho de ferro em Dois Portos. De acordo com este autor, o comerciante Domingos Affonso terá comprado, na sua primeira aquisição, 1000 pipas de vinho nesta povoação para as levar para os seus armazéns nesse destino²⁴. Mas há outros autores que identicamente o dão a entender, como Maria Goretti Matias, quem esclarece ainda que nesse destino o grande cliente foi a taberna. Isto é também dado a ver por Dulce Freire – quando afirma que Lisboa «era o maior mercado nacional para vinhos da sub-região. Para aí seguia a maior parte das colheitas de Torres Vedras, Alenquer, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha e Sobral»²⁵ - ou por Orlando Simões, cujos estudos deixam perceber que o mercado alfacinha era o «maior centro de consumo» do vinho comum²⁶.

Portanto, o conhecimento produzido por estes autores ajudou a compreender o grande destino do vinho de Torres. Como foi dado a ver, era a capital e acessoriamente a própria região. Acreditamos que existem três fortes razões para o centro produtor apostar no mercado da capital. Por isso passamos a enumerá-las: a primeira será a proximidade do maior mercado do país; a segunda, a sua dimensão populacional; e a terceira, o poder aquisitivo da sua população.

Este foi o conhecimento que auxiliou a compreensão do principal mercado da bebida, em seguida vamos analisar o conhecimento que ajudou a perceber o mercado secundário da bebida, essencial ao escoamento da produção não absorvida pelo mercado da capital. Assim sendo, interessa esclarecer, por um lado, o destino do excedente e, por outro, o saber que o deu a entender. Relativamente ao vinho excedente, deve dizer-se que ele foi vendido na Europa, América e África. Na Europa, as maiores vendas foram realizadas em França, no período filoxérico, como resulta, é dado a perceber pelos estudos levados a efeito por alguns autores é o caso de António Francisco Baixinho, cujo trabalho, possibilita entender que, na década de oitenta de oitocentos, o comércio de Bordéus comprou vinho em Dois Portos, a exemplo do senhor «Brou»²⁷. Esta procura inusitada do comércio de França estimulou muito a vocação vinhateira do concelho e consequentemente a capacidade de resposta ao mercado, por conseguinte, o município durante cerca de uma década acabou por produzir mais e mais vinho. Mesmo quando atacado pela praga, a partir de 1885, o vinho de Torres continuou a viver momentos de considerável prosperidade neste decénio. De acordo com o mesmo autor,

²³ Ghira (2006: 15).

²⁴ Ver Baixinho (2013: 55).

²⁵ Freire (2010: 310).

²⁶ Simões (2005: 284).

²⁷ Baixinho (2013: 60).

o vinho de Dois Portos foi mesmo muito procurado pelos comerciantes franceses. Por conseguinte, o conhecimento produzido pelo investigador ajudou a perceber a presença do comércio de França no concelho de Torres e a compra do vinho que se destinava à lotação.

Outra autora que se ocupou com o estudo do mercado secundário do vinho foi Palmira Cipriano Lopes, que dá a compreender a importância do mercado filoxérico de França e considera que a produção do vinho era aí vendida «a muito bom preço». Portanto, neste tempo de infortúnio do vinho do centro produtor de Torres Vedras, nem tudo foi mau. Também Maria Goretti Matias dá a compreender essa face do mercado extraordinário de França. Por exemplo: quando refere, nos seus estudos sobre o vinho comum do Oeste, que «a crise dos vinhos em França, provocada pela filoxera, favoreceu as exportações de vinhos comuns portugueses – de lote e de pasto – para aquele país»²⁸ assim como, «entre 1885 e 1886, as exportações destes vinhos para França atingiram cerca de um milhão de hectolitros»²⁹. Este conhecimento ajudou a entender a dimensão do mercado extraordinário do vinho comum em França. Identicamente, as conclusões de Dulce Freire³⁰ dão a perceber a referida dimensão. E ainda o saber produzido por Miriam Halpern Pereira.

No que diz respeito à América, o escoamento do vinho do centro produtor de Torres Vedras teve lugar no Brasil. Este país foi, efetivamente, um importante destino do vinho comum nacional e aí a bebida apresentou períodos mais e menos dinâmicos, enquanto esse mercado durou³¹. Disso dá conta João Carvalho Ghira quando escreve nos trabalhos de sua autoria que a produção local encontrou boa aceitação no Brasil³², tão necessária ao escoamento do vinho corrente, sobretudo porque este é um tempo em que a produção está «em ascensão, resultante de um aumento da área de vinha»³³ e por isso muito dependente do mercado. Também António Valério Maduro dá a perceber que estamos perante um período dinâmico do vinho comum, a julgar pelas exportações da segunda metade de oitocentos, nomeadamente para o Brasil. Bem como pela visibilidade da bebida em diversas exposições no estrangeiro³⁴. Portanto, o saber produzido por este historiador é importante porque ajuda à compreensão do mercado da bebida na segunda metade do século XIX. O mesmo acontece com o conhecimento produzido por Maria Goretti Matias. O seu contributo é um dos mais relevantes, porque permite a interpretação dos diversos mercados do Brasil, por exemplo Baía e Pernambuco³⁵. Da mesma maneira, é relevante o conhecimento produzido por Dulce Freira, uma vez

²⁸ Ver Matias (2002: 191).

²⁹ Ver Matias (2002: 192).

³⁰ Ver Freire (2010: 63).

³¹ Ver Freire (2002: 700).

³² Ver Ghira e Constâncio (2004: 37).

³³ Ver Ghira e Constâncio (2004: 37).

³⁴ Ver Maduro (2014: 15).

³⁵ Ver Matias (2002: 196).

que ajuda a perceber o quanto esse mercado foi importante para o vinho comum³⁶, logo para o vinho do centro produtor de Torres Vedras. A última menção diz respeito a Miriam Halpern Pereira, que oferece dados sobre a exportação do vinho entre 1865 e 1889³⁷. Como é sabido, esse foi um tempo em que o vinhedo nacional sofreu enormes prejuízos causados ora pela doença ora pela praga e também ao nível do comércio do vinho, em boa parte provocados pelo mau desempenho dos negociantes portugueses nas diversas praças do estrangeiro, a exemplo das praças brasileiras. Portanto, este conhecimento tem elevado interesse, visto que possibilita a compreensão da venda do vinho no Brasil.

Em África o vinho comum teve três tempos distintos, dois deles pouco e um muito dinâmico. Em relação aos dois primeiros, devem ser situados entre 1850-1924 e 1975-1986, quanto ao último, esse deve ser situado entre 1925 e 1974. Embora o tempo 1850-1924 mostre sinais de pouco dinamismo há nele certos períodos que contrariam essa tendência, nomeadamente entre 1895 e 1914. Certo é que, no tempo relativo ao Estado Novo, o mercado colonial teve efetivamente grande importância para o vinho comum. Segundo João Carvalho Ghira, a vasta produção do centro produtor de Torres Vedras encontrou considerável escoamento em território africano³⁸. Da mesma maneira, Maria Goretti Matias dá a perceber a situação nas colónias, na segunda metade de oitocentos. Na verdade, o vinho comum «percorria o comprido caminho marítimo que separava Portugal das colónias, desde longa data»³⁹. É isso que deixa entender o conhecimento produzido por Miriam Halpern Pereira. E igualmente parece ser verdade que «no período 1930-72, mercê duma política deliberada, o mercado colonial tornou-se um escoadouro importante do vinho comum»⁴⁰. Como foi dado a ver no início do parágrafo, o conhecimento produzido por Dulce Freire de modo igual ajuda a compreender tal importância. Por exemplo, em relação aos diversos tempos do comércio do vinho nas colónias. Segundo esta historiadora, «os vinhos comuns de diferentes qualidades produzidos no Oeste misturavam-se, nos depósitos dos armazenistas, com os de outras proveniências e seguiam para o copo»⁴¹ dos habitantes da capital e das colónias portuguesas.

Todo o conhecimento até aqui analisado ajudou a compreender o vinho de Torres. Por fim analisamos o saber que deu a perceber a política vitivinícola e o ensino agrícola no centro produtor de Torres. Como hoje é sabido, a política dependeu muito da economia do vinho no período estudado, nomeadamente através da receita fiscal⁴². Por isso interessa agora perceber como dela cuidava o Governo. A título de exemplo pode dizer-se que no município de

³⁶ Ver Freire (2010: 63).

³⁷ Ver Pereira (1983:228)

³⁸ Ver Ghira e Constâncio (2004: 37).

³⁹ Ver Pereira (1983: 142).

⁴⁰ Ver Baptista (1993: 222).

⁴¹ Ver Freire (2002: 697).

⁴² Ver Pereira (1983:130).

Torres Vedras ela era «então a base económica do concelho, [e] faz transparecer a sua pujança económica na actividade comercial rastreada em 1907»⁴³. Antes de tudo, devemos assinalar que um dos grandes entraves à criação de uma política vitivinícola coerente para este subsector da agricultura portuguesa vinha do seu interior. A esta distância, conseguimos perceber que «a conflitualidade entre regiões produtoras era um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento de políticas gerais para este subsector»⁴⁴. Segundo António Rafael Amaro, em 1907 João Franco procurou trazer ordem ao mundo do vinho, com a criação das regiões vinícolas, contudo «exceção feita às regiões do Dão, Colares e Bucelas, todas as outras regiões vinícolas só viriam a ser regulamentadas e institucionalizadas na década de 1980 e muitas nunca o foram»⁴⁵, a exemplo da região de Torres Vedras, no período estudado. Essa ordem, ou para sermos mais precisos uma certa ordem, parece existir somente no período do Estado Novo.

É neste período que se constrói uma rede de instituições (com base na Constituição de 1933) necessária ao desenvolvimento da economia do vinho comum e do próprio setor da agricultura nacional. Estas instituições faziam parte de «uma densa rede de Organismos corporativos, que se estendeu por todo o território da metrópole»⁴⁶. As faces mais visíveis desta rede no vinho do centro produtor de Torres Vedras são a FVCSP e o GVTV, a partir de 1933, e a JNV, criada em 1937. Dulce Freire considera que o Estado Novo «também não definiu uma política vinícola para o país»⁴⁷. Não concordamos totalmente, ela existiu e era indispensável, sendo certo que falhou em determinados momentos devido aos interesses dos diversos atores do mundo do vinho português que impediam a sua implementação. Como acima dissemos, a prova dessa política na região estudada pode ser observada a partir da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal, do Grémio de Vinicultores do concelho de Torres Vedras e da Junta Nacional do Vinho. Portanto, este conhecimento ajudou de facto a perceber um período muito vivo do vinho local. Fernando Oliveira Baptista acredita que a política vitivinícola do Estado Novo pode ser percebida através da Federação, por exemplo pelo financiamento à produção e pela compra do vinho. De acordo com este autor, estes são «os dois principais eixos da política vinícola que visam atenuar as repercussões dos excedentes de produção na economia das explorações agrícolas»⁴⁸. E pela «intervenção estatal na constituição e desenvolvimento duma rede de adegas cooperativas»⁴⁹ tão importante à evolução da economia do vinho, de Torres e do país. No exterior, a missão das cooperativas era idêntica

⁴³ Ver Leitão e Catarino (1998: 71).

⁴⁴ Ver Amaro (2017: 4).

⁴⁵ Ver Amaro (2017: 2).

⁴⁶ Ver Freire, Ferreira e Rodrigues (2014: 3):

⁴⁷ Ver Freire (1996: 1011).

⁴⁸ Ver Baptista (1993: 225-226).

⁴⁹ Ver Baptista (1993: 234).

à nacional, nomeadamente ao nível da estabilização do mercado. Portanto, em ambos os casos são o instrumento usado pelos governos dos países vinhateiros para obter a referida estabilização⁵⁰. Isto é dado a ver pelo conhecimento produzido por Fernando Oliveira Baptista, Eva Fernández e James Simpson.

Em relação ao ensino agrícola, este existiu e contribuiu em muito para o desenvolvimento do município de Torres Vedras, espaço com características vincadamente rurais. Assim, o saber produzido tanto na Escola de Viticultura, situada na Quinta da Viscondessa (Turcifal), como no Posto Agrário de Dois Portos, situado na Quinta de Almoinha, ajudou a cuidar os bens mais preciosos da região, referimo-nos à vinha e ao vinho. Disso dão conta António Francisco Baixinho e Maria Goretti Matias relativamente à Escola de Viticultura. No que toca ao primeiro autor, este destaca o quanto a escola foi necessária à região, por exemplo no período filoxérico. A funcionar em simultâneo como Estação Ampelo-Filoxérica do Sul, na Quinta da Viscondessa, a escola foi um instrumento fundamental no combate à praga⁵¹. Por conseguinte, o saber produzido por este investigador tem elevado interesse para a compreensão do ensino agrícola no centro produtor de Torres Vedras. Da mesma maneira, o produzido pela historiadora acima referida também o dá a perceber. Como hoje é sabido, a filoxera deixou uma marca indelével na memória do mundo vinhateiro de Torres, para o bem e para o mal. No que se refere ao efeito negativo, ele não foi maior porque pôde contar com o conhecimento produzido na Escola de Viticultura para o combater, designadamente habilitando na própria escola «operários vitícolas e vinícolas»⁵² para esse fim e também para tentar resolver o problema da qualidade do vinho. Portanto, o conhecimento produzido por Maria Goretti Matias, do mesmo modo, possibilita entender a importância do ensino no vinho do centro produtor de Torres Vedras.

Terminamos esta revisão da literatura reforçando a ideia inicial: todos os estudos foram importantes para a construção da Tese. Se damos aqui especial destaque a estes autores e às suas linhas de pesquisa é porque elas explicam melhor o vinho de Torres e porque dão a ver de uma forma mais objetiva o estado do conhecimento sobre o objeto de estudo.

0.3. Fontes

É importante agora explicar, de forma clara, quais os principais fundos documentais utilizados para a construção desta Tese e de que maneira contribuíram para a interpretação da economia do vinho de Torres. Importa dizer que conseguimos reunir um sólido acervo documental que possibilitou efetuar esse exercício, recolhido no decorrer da pesquisa levada a cabo nas

⁵⁰ Ver Fernández, e Simpson (2017: 122).

⁵¹ Ver Baixinho (2013: 68-74).

⁵² Ver Matias (2001: 142).

seguintes instituições: Arquivo Municipal de Torres Vedras, Núcleo de Arquivo, Biblioteca e Documentação do Instituto da Vinha e do Vinho, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Municipal de Torres Vedras e no Museu do Vinho de Alcobaça. No arquivo torriense analisámos diversos documentos muito relevantes, referimo-nos à nota de plantação de bacelos europeus e americanos (1881-1891), à relação dos vinhateiros que se propuseram participar numa exposição em Londres e à relação dos vinhateiros convidados a participar na exposição (1874), à relação dos manifestos de produção e existência de vinhos, azeites, uvas e azeitonas na freguesia de Dois Portos (1916) e ainda à estiva camarária (1973). Os primeiros, relativos à nota de plantação, serviram para percebermos quando se manifestou a filoxera e o impacto da praga na região de Torres Vedras, como também a opção pelo bacelo americano. No capítulo número um vamos elaborar quadros com estes dados nos quais os factos podem ser observados.

Os segundos, respeitantes à exposição de Londres, ajudaram a esclarecer o quanto o concelho de Torres Vedras se mobilizava na procura de novos mercados para as sobras do vinho, assim como o dinamismo dos vinhateiros em prol do grande produto regional. Também nesta situação vamos elaborar quadros porque possibilitam compreender tal mobilização. Os terceiros foram relevantes para a percepção da importância de Dois Portos no seio do vinho deste concelho. Os últimos, referentes à estiva camarária, deram a entender o custo da bebida no período de 1968 a 1972: a evolução dos preços dos vinhos tinto e branco vai assim ser mostrada nos quadros apresentados no capítulo três. Quanto à crítica dos fundos documentais, esclarecemos que no caso do arquivo municipal estávamos à espera de encontrar um acervo bem maior, sobretudo pela importância do vinho no quadro da economia desta região. O existente não evidencia problemas quanto à análise histórica e, por sua vez, permitiu recolher importantes dados qualitativos e quantitativos, veja-se a título de exemplo a nota de plantação de bacelos. Através dela ficámos a saber que a filoxera se manifestou no concelho de Torres Vedras em 1885, e que o bacelo americano foi a arma escolhida no combate à praga e às solicitações do mercado de França.

Na Biblioteca Municipal de Torres Vedras analisámos os seguintes títulos da imprensa periódica regional: *A Vinha de Torres Vedras* (1894-1919), *A Semana* (1887), *A Voz do Concelho* (1940-1942), *A Voz de Torres Vedras* (1888), *Alta Extremadura* (1932-1935), *Badaladas* (1948-1975), *De Portugal* (1934), *Gazeta de Torres Vedras* (1893-1894), *Gazeta de Torres* (1927-1933), *Jornal de Torres Vedras* (1885-1886), *Magazine Portugal* (1934), *O Torreense* (1919-1953) e *Vida Rural* (1953-1979). Este fundo documental serviu para percebermos importantes questões da bebida, falamos do mercado, das crises do vinho, da ação dos organismos Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal, Junta Nacional do Vinho e Grémio de Vinicultores do Concelho de Torres Vedras, do papel das adegas cooperativas da região e até da própria questão do museu do vinho português. Quanto à crítica dos seus

fundos, explicamos que dedicámos especial atenção à imprensa regional, por três razões: cobre o tempo estudado, auxilia na interpretação do vinho local e permite o acesso a informação crucial sobre a bebida. Quanto aos problemas do fundo, o maior é o carácter por vezes tendencioso das notícias e artigos publicados nos jornais regionais, daí o cuidado que tivemos na sua análise.

Igualmente importante é a documentação existente no Núcleo de Arquivo, Biblioteca e Documentação do Instituto da Vinha e do Vinho. A título de exemplo referem-se os três relatórios a que demos especial enfoque: o cadastro de vinhos da área da FVCSP no concelho de Torres Vedras (19--), o relativo ao fabrico de vinhos de castas elementares (1948); e o custo de produção do vinho no concelho de Torres Vedras: sua determinação pelo método da «conta de cultura total» (1951). No primeiro caso, os dados permitem a interpretação da relevância de cada freguesia, no que toca à importância económica, influência na economia, escoamento normal do vinho, número de vinicultores, habitantes, castas predominantes e sistemas de fabrico. O segundo relatório dá a compreender o fabrico do vinho na região e as principais castas utilizadas. Sobre o terceiro podemos dizer que explica o custo da produção regional – para além do preço de custo da bebida, o método utilizado ainda esclarece as áreas de vinha de cada freguesia, as produções de vinho, os escalões de produção e a tipologia dos produtores e da produção. Como consideramos esta memória vital à interpretação do vinho do centro produtor de Torres Vedras vamos incluí-la em diversos quadros, no capítulo número 1.

No instituto, ainda analisámos outros documentos com muito interesse para a compreensão do objeto de estudo, como o do V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho e o respetivo filme de propaganda (1938), e o da Mancha Vinícola da Estremadura: Sub-Região de Torres Vedras, ou a análise de alguns indicadores socioeconómicos (1982). Os primeiros elucidam acerca da importância do vinho comum para o Estado Novo e acerca da motivação do regime na promoção desta bebida, e quanto à urgência da venda das sobras ao exterior. Logo, serviram para dar a perceber que existia uma agenda para o problema do excesso de produção, nomeadamente a da região torriense. O segundo dá a ver a região em números, no que se refere à vinha, produção vinícola, e posição dos vinicultores e às adegas cooperativas – produção e número de viticultores. Quanto à sua utilidade, possibilita a comparação com os números de outras fontes recolhidas na pesquisa. No que respeita ao Núcleo de Arquivo, Biblioteca e Documentação do IVV, e à respetiva crítica, clarificamos que o seu fundo documental é muitíssimo importante para a compreensão do vinho da região em perspetiva, em particular o respeitante aos relatórios porque, como explicámos atrás, permite extrair dados qualitativos e quantitativos da produção determinantes à explicação dessa economia. Se a qualidade deste fundo não está em causa, em causa está o acesso a ele, esse foi o problema que encontramos em relação a este acervo documental.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo utilizámos principalmente documentação de natureza oficial, produzida ou recebida por serviços e organismos públicos, nomeadamente a Presidência do Conselho de Ministros, o Secretariado Nacional de Informação, os Ministérios do Interior e das Obras Públicas e a Junta Nacional dos Vinhos. É uma documentação de qualidade, quanto ao seu estado de conservação e organização e quanto à informação histórica que fornece. Naturalmente, ela reflete em primeiro lugar uma perspetiva oficial, e mesmo, em alguns casos, uma perspetiva de política. Mas muitos dos documentos são de natureza corrente e outros, como é o caso da correspondência relativa a crises vinícolas, fornecem muita informação que esclarece as posições e o papel desempenhado pelas elites vinhateiras locais e por algumas instituições periféricas – falamos, em concreto, da Estação Torreana de Fomento Agrícola, da Escola de Viticultura e da Estação Ampelo-Filoxérica, e de António Batalha Reis – perante as crises, um dos grandes problemas do vinho da região de Torres Vedras.

De entre os documentos analisados no ANTT, alguns revelaram-se especialmente significativos para esta investigação, como foi o pedido dos produtores de vinho de Torres Vedras para resolução do problema financeiro e os ofícios da Junta Nacional do Vinho relativos ao protesto dos vinicultores de Torres Vedras e à obrigatoriedade de aquisição de aguardentes (1938). Sobre o primeiro, podemos dizer que serviu para esclarecer a mobilização da região tendo em vista a resolução de dois graves problemas do vinho torriense – o preço e o escoamento da bebida. Em relação aos segundos, os ofícios, foram importantes para percebermos que o organismo de coordenação económica discordava do protesto do vinho de Torres. A JNV ouviu efetivamente o protesto, contudo considerou que existiu aproveitamento e que os problemas estavam muito amplificados. Os números fornecidos pela Junta mostram que, na sua perspetiva, o problema do vinho torriense, em 1938, se reduzia a três casas comerciais – a Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, a Sociedade Lusitana de Destilação E. Fonseca e Ca., e a Abel de Sena Bernardes e Filhos, Lda. A Junta defendeu que estes comerciantes quisessem tirar proveito da situação e dá o exemplo das assinaturas, alegando que muitas delas tinham sido conseguidas sem que os assinantes conhecessem o conteúdo do telegrama.

Ainda no ANTT, também utilizámos pontualmente documentação do Arquivo Salazar e do arquivo da Companhia de Moçambique, ali depositados, que serviram para esclarecer alguns aspectos relacionados com a tributação dos vinhos em Portugal e com o funcionamento do mercado colonial. O arquivo nacional é ainda depositário de dois importantes fundos – o arquivo fotográfico português e o arquivo do jornal “O Século” – nos quais pudemos recolher imagens e informação relevante.

Por último, analisamos o relevante fundo documental do Museu do Vinho de Alcobaça, um dos maiores testemunhos do vinho comum nacional. Constituído por documentos únicos

desta bebida a nível do país, referimo-nos em específico ao acervo do centro de documentação, às instalações e coleções, memória indispensável para a interpretação deste vinho. Este importante património serviu para a perceção da economia do vinho de Torres, através da observação do espaço, da audição do discurso expositivo e do estudo dos documentos do centro. Pela sua importância indicamos os seguintes testemunhos da imprensa periódica regional: «Não há bela sem senão» e «Grémio dos Vendedores de Vinhos». O primeiro ajudou a compreender certos problemas do vinho do Oeste, como o do escoamento, sempre presente ao longo desta exposição, e o respeitante à relação entre produtores e comerciantes, isto é, a tensão entre estas duas classes; o segundo serviu para dar a perceber a posição do Grémio relativamente à FVCSP.

Numa apreciação crítica da documentação do MVA, diga-se que é mesmo muito importante para a interpretação do vinho da região analisada. Em especial o que diz respeito às instalações e às coleções, as últimas para as quais tanto contribuiu o agrónomo António Batalha Reis com campanhas de recolha de peças em Torres Vedras. Esta memória é por si só um grande documento da economia deste vinho, porque a vemos na sua forma original, estamos a falar especificamente dos edifícios, dos lagares, do laboratório de enologia, dos depósitos em cimento, das pipas e dos tonéis em madeira, da utensilagem para a elaboração do vinho, da taberna, do arquivo de garrafas (e dos respetivos rótulos), dos quadros com informação sobre o comércio do vinho no período de coordenação da JNV e tudo o mais.

0.4. Metodologia

Dada a natureza e a abrangência do objeto de estudo e após longa reflexão com o objetivo de tentarmos identificar no arsenal metodológico da ciência histórica qual a utensilagem mais apropriada para a prossecução da ideia que presidiu à construção deste estudo, decidimo-nos pelo uso combinado de três métodos – qualitativo, quantitativo e comparativo – acima de tudo porque, associados, possibilitaram extrair dos diversos documentos consultados informação crucial à interpretação do vinho de Torres. A saber, por exemplo, relativa à evolução deste vinho, ao mercado da bebida, à concorrência, à doença e a praga, à elaboração do vinho de Torres, ao transporte desta mercadoria, à ação dos Organismos Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal, Junta Nacional do Vinho e Grémio de Vinicultores do Concelho de Torres Vedras, ao papel das adegas cooperativas da região, à própria importância do escol vinhateiro local, ao peso da ciência no contexto do vinho estudado, às características da produção regional, aos perfis dos vitivinicultores e dos comerciantes desta bebida, ao financiamento, à política vitivinícola e, por último, ao problema que a todos afetou, falamos em concreto das crises deste vinho. E das análises qualitativa, quantitativa e comparativa; metodologia que tornou possível aferir factos, números, e efetuar comparações. Com vista à

explicação da economia do vinho de Torres e nela, com já dissemos, com especial atenção, à elucidação do mercado, da política vitivinícola (e da relação entre o funcionamento do mercado e a política vitivinícola – principalmente a legislação de 1907/8 e a organização corporativa do setor, decorrente da Constituição de 1933), e das crises deste vinho.

No que concerne nomeadamente ao mercado (elemento fulcral desta história, de acordo com a nossa interpretação), a combinação dos métodos em cima referidos permitiu esclarecer se ele condicionou ou não a evolução do vinho do centro produtor de Torres Vedras, para onde esta bebida era escoada, qual o seu principal destino, e quais os seus principais concorrentes. Veja-se a questão do mercado de uma forma mais detalhada: nos quatro períodos analisados no estudo, a metodologia em perspetiva possibilitou o acesso a informação que por sua vez possibilitou esclarecer que Lisboa, em todos eles, foi o primeiro mercado do vinho da região de Torres Vedras, e que aí o grande destino era a taberna. E igualmente esclarecer que a dimensão e o comportamento do mercado da capital tanto sustentou o crescimento continuado da produção desta região vinícola, como, de modo recorrente, fomentou uma sobreprodução que extravasava a própria capacidade de consumo do referido mercado. Para se ter uma noção da sua real dimensão, dado que este espaço é de natureza metodológica, explica-se que os números apresentados ao longo do corpo da Tese se baseiam, por exemplo, na informação fornecida pela primeira direção da FVCSP ao jornal *Alta Extremadura*. Segundo o Organismo, até 1922 consumiam-se em Lisboa cerca de 120 000 pipas de vinho⁵³, boa parte com origem no centro produtor estudado, mas mesmo assim tal volume era muitas vezes insuficiente para dar resposta à produção anual. E ainda, em relação ao principal mercado, na informação vertida por António Batalha Reis, em artigo na imprensa periódica regional. De acordo com este agrónomo, Torres «abasteceu sempre a capital com o celebrado carrascão que, para as tabernas alfacinhas, era transportado em odres sobre o dorso de muires»⁵⁴. Se dúvidas houvesse, o relatório n.º 25 da JNV esclarecia-as, tanto a nível do grande destino do vinho, como da produção que para aí seguia: os resultados mostraram de forma clara que o escoante normal do vinho das freguesias do concelho de Torres Vedras era o mercado alfacinha⁵⁵.

O crónico problema das sobras, um dos maiores do vinho em análise, levou os agricultores torrienses a canalizarem o excedente da produção para o exterior. Quanto aos destinos desse vinho, esclarece-se que foi possível identificá-los graças a esta metodologia (análises qualitativa e quantitativa) e à informação por ela disponibilizada. A título de amostra, no caso do último período analisado, permitiu ver que a produção rumou às colónias

⁵³ Ver *Alta Extremadura* (1935, n.º 78: 2), «Nem tanto ao mar, nem tanto à terra... ou ‘a verdade sobre a Federação’».

⁵⁴ Ver *De Portugal* (1934, n.º 1: 14), «Torres Vedras, terra de vinho».

⁵⁵ Ver relatório n.º 25 JNV (19--: 16), «Relatório sobre o cadastro de vinhos da área da FVCSP no concelho de Torres Vedras».

portuguesas/PALOP, Rússia, Alemanha, França e EUA, a maioria vendida pelas adegas cooperativas da região. A título de exemplo veja-se nos mercados russo e alemão, em dois contratos celebrados pela JNV – respetivamente o 1.º e 3.º destino. De acordo com o jornal *Badaladas*, no primeiro, «cerca de 45 milhões de litros de vinho (tinto e branco) é o quantitativo» que foi exportado para a União Soviética, parte a cargo das adegas cooperativas de Dois Portos (tinto) e Carvoeira (branco). Relativamente ao mercado da República Democrática Alemã, comprou aproximadamente 3000 pipas de vinho tinto e 9000 de branco às cooperativas de Torres⁵⁶. No terceiro, foram compradas cerca de 120 mil pipas, de vinhos tinto e branco, às adegas do Oeste, na região de Torres Vedras contemplaram todas as do centro produtor⁵⁷.

Terminamos esta exposição que visa dar a conhecer ao leitor os recursos (metodológicos) e como a informação por eles disponibilizada foi utilizada na elaboração desta Tese com mais uma referência, agora relativa à concorrência: no que a ela respeita, a informação que resultou da análise qualitativa possibilitou esclarecer que o principal concorrente nos mercados externos era o vinho espanhol⁵⁸ e como ele prejudicou o vinho de Torres; o fenómeno é muito nítido na imprensa periódica regional e na própria história local, a qual parece mostrar-se “desconfortável” ao falar da qualidade do vinho da sua região; e não devia ser assim, pelo que pudemos aferir pela análise comparativa e pela informação por ela disponibilizada em relação às adegas cooperativas. A saber, esta informação permitiu esclarecer que pelas adegas cooperativas de Torres Vedras passou o vinho de qualidade (mais de 90%), enquanto que, comparativamente com outros contextos nacionais, esse tipo de organizações cooperativas estava geralmente associado ao mau vinho. Resumindo, pensamos ter dado a perceber ao leitor que os capítulos desta Tese foram construídos assentes nas análises qualitativa, quantitativa e comparativa e na informação com elas aferida.

Quanto às referências bibliográficas, elucida-se que adotamos neste trabalho a Norma ISO 690, 3.ª edição, de 2010.

0.5. Estrutura da Tese

Quanto à sua estrutura, esta tese está organizada predominantemente numa base cronológica, opção tomada por considerarmos que assim se dá uma melhor conta da evolução dos vinhos de Torres nos seus vários ciclos. Os quatro capítulos nucleares do ponto de vista analítico (capítulos 2 a 5) obedecem a essa lógica, sendo que procurámos alinhar a periodização escolhida – exercício sempre difícil e não isento de dúvidas e imperfeições – de acordo com

⁵⁶ Ver *Badaladas* (1975, n.º 1018: 1 e 5), «Vinhos portugueses para a União Soviética e para a República Democrática Alemã: uma parte das adegas do Oeste estremenho».

⁵⁷ Ver *Badaladas* (1975, n.º 1025: 1), «A União Soviética fez terceiro contrato com a JNV».

⁵⁸ Ver *Gazeta de Torres Vedras* (1894, n.º 76: 1), «Vinhos hespanhoes».

os principais marcos da história do vinho de Torres em articulação com algumas das principais mudanças dos ciclos políticos e/ou económicos do país. Assim, o primeiro período (1850-1890) corresponde à estabilização e consolidação do regime liberal com a Regeneração e com o modelo desenvolvimentista do fontismo, o qual, por ter dado prioridade às infraestruturas e ao desenvolvimento económico interno e, em particular, à agricultura, abriu um enorme espaço de oportunidade ao setor dos vinhos. Este foi o período que genericamente podemos caracterizar como o das grandes transformações, não só as que decorrem do enquadramento macroeconómico e macropolítico acima referido – quer em termos genéricos quer em alguns dos seus efeitos específicos, em particular o impacto da abertura da linha férrea do Oeste –, como aquelas que podemos associar ao enorme crescimento urbano de Lisboa ou ao aparecimento das primeiras grandes doenças da vinha. Para além destes tópicos, o capítulo tratará ainda de alguns dos testemunhos e dos agentes que representaram melhor o esforço de adaptação aos novos tempos e de renovação da vitivinicultura regional, como foi o caso da Quinta da Viscondessa ou o papel desempenhado pelo agrónomo António Batalha Reis, um dos maiores proprietários da região.

O final dos anos 80 e princípio dos anos 90 do século XIX assistiram à conjugação de um conjunto de fatores de mudança em Portugal que justificam, a nosso ver, a abertura de um novo período e de um novo capítulo (3) na tese. Falamos da falência do próprio modelo fontista, da crise financeira, da crise do modelo político do liberalismo constitucional e da emergência de fórmulas políticas mais autoritárias, assim como da recuperação de um projeto imperial, agora virado para África. Este novo ciclo e o capítulo que lhe dedicamos estendem-se até à formulação constitucional do Estado Novo em 1933, não havendo lugar a um corte associado à implantação da República porque, salvo melhor opinião, o seu impacto na economia vitivinícola regional não foi decisivo. Com exceção de algumas inovações especialmente relevantes, como foi o caso da criação, em 1912, do Posto Agrário de Dois Portos, o que mais sobressai neste período (1890-1933), quando se observa na longa duração da história contemporânea dos vinhos de Torres, é uma espécie de impasse. Um impasse que se traduziu, por um lado, na incapacidade para obviar à recorrência das crises, a começar na dos anos 90, provocada pelo impacto do míldio, e a acabar na da “Grande Depressão” de 1929. E que, por outro lado e concomitantemente, se traduziu pelo adiamento de soluções para alguns dos principais problemas da viticultura torriense, nomeadamente: a excessiva dependência de mercados de ocasião ou conjunturais (como o da filoxera ou como o da Grande Guerra), a falta de qualidade dos vinhos e as suas adulterações, o desacerto entre produção e mercados, o insucesso do *lobbying* junto dos poderes políticos, e, em parte por isso, a não inclusão nas prioridades da política vitivinícola nacional, como se verificou, primeiro, com as medidas in-consequentes da regulamentação de João Franco e, depois, com o relativo desinteresse da República.

O capítulo 4 é dedicado ao período de vigência do Estado Novo (1933-1974), um sistema autoritário que conseguiu conferir coerência e continuidade ao enquadramento político, institucional e socioeconómico do setor dos vinhos, não obstante todas as mudanças e conjunturas que afetaram o país e o mundo nessas quatro décadas. Para a história dos vinhos de Torres, este é o tempo em que finalmente se definiu e consolidou um modelo de desenvolvimento razoavelmente sustentado, abrindo-se espaço neste capítulo para, entre outros tópicos, tratarmos do papel desempenhado pelos organismos corporativos de regulação (Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal, Junta Nacional do Vinho, e Grémio de Vinicultores do Concelho de Torres Vedras), para analisar o impacto trazido pela criação das adegas cooperativas, para discutir a questão do financiamento do setor e até para falar da criação do Museu Nacional do Vinho, inicialmente projetado para Torres Vedras.

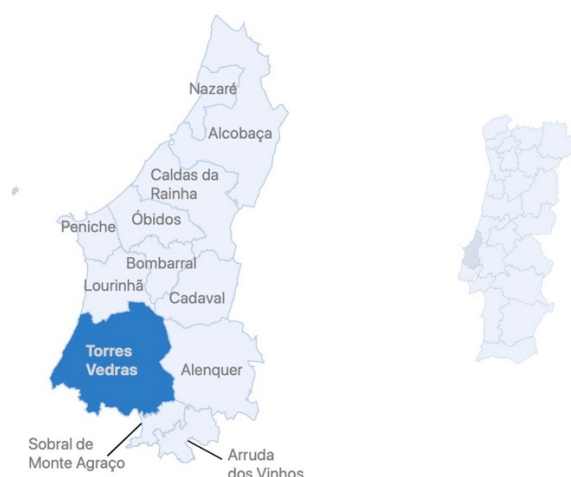
O capítulo 5 – último desta sequência cronológica – ocupa-se do período 1974-1986, claramente marcado pelas ideias de rutura e transição, tratando primeiramente dos efeitos de rutura que a Revolução do 25 de Abril teve sobre o enquadramento político, social e económico do setor, das crises que gerou e de algumas novas oportunidades que criou. Mas esse foi também um período de transição para a economia vitivinícola de Torres, especialmente a partir de 1980, enquadrada pelas medidas de pré-adesão à CEE, antecipando as reformas estruturais induzidas pela adesão plena de Portugal à Comunidade em 1986, matéria que já cai fora do âmbito desta tese.

Esta organização de base cronológica dos capítulos nucleares da tese permite tratar a história dos vinhos de Torres sob uma perspetiva dinâmica, o que, a nosso ver, é enriquecedor, embora tenha também os seus inconvenientes, os quais, todavia, procurámos minimizar através da adição de dois outros capítulos, um no princípio e outro no fim. Assim, o primeiro capítulo procura oferecer, logo à partida, uma perspetiva mais estática ou estrutural, uma espécie de fotografia da região e da atividade vitivinícola de Torres Vedras nos seus aspetos estruturais. Aí se fala do território e das suas características agro-ecológicas, das castas, dos métodos e dos custos de produção, do tecido social e dos seus principais protagonistas (os produtores e os comerciantes), entre outros aspetos. Na verdade, não é uma mas sim várias “fotografias”, porque a realidade não se manteve estática ao longo dos 135 anos em análise. Por seu turno, o último capítulo (6), colocado depois do tratamento analítico detalhado em sequência cronológica, procura fazer uma espécie de síntese ou balanço em torno de um conjunto de tópicos que reputamos mais importantes, de modo a destacar aquilo que sobressai desta história numa perspetiva de longa duração.

Esclareça-se, por fim, que todos os capítulos abrem com uma pequena nota introdutória, onde se anuncia aquilo de que tratam, e fecham com um balanço parcial dos respetivos resultados. Uma conclusão geral faz, naturalmente, o balanço de conjunto desta dissertação.

CAPÍTULO 1

A VINHA E O VINHO EM TORRES VEDRAS



Fonte: Pordata (municípios - 2021).

Para um primeiro contacto do leitor com a região vinícola estudada, colocámos, em cima, a abrir este espaço de análise, a georreferenciação, para este ficar elucidado quanto à localização da região de Torres Vedras. Em relação a este capítulo, esclarecemos, desde já, que tem como principal objetivo, o necessário enquadramento da vinha e do vinho torriense; diga-se, em boa verdade, que este exercício nos pareceu absolutamente essencial para o nosso propósito, a saber: a construção da história económica do vinho de Torres. E que ele, vai incidir sobretudo, sobre certos dados muito importantes da produção, e do comércio do vinho local. A memória consultada confirmou isso. Deve ficar claro, que nos referimos às diversas fontes examinadas, e à informação nelas vertida; como, por exemplo, na imprensa periódica regional, e nos acervos documentais, da Junta Nacional do Vinho (relatórios e outros documentos) e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (diversos documentos). Veja-se então relativamente ao acervo da JNV, em concreto, aos relatórios com informação sobre as freguesias do concelho em perspetiva, e sobre o comércio deste vinho. Neste caso, a informação recolhida, permite explicar a importância de cada freguesia do concelho de Torres Vedras, o canal normal do escoamento do vinho, as castas predominantes na região, e o sistema de fabrico deste vinho. No todo, a informação recolhida nestes sítios, permite ainda, explicar a ação dos

negociantes do vinho de Torres instalados na zona, o custo do vinho comum torriense, os métodos usados na elaboração da bebida, e por fim, a malha agrícola deste concelho, no que diz respeito à arrumação dos vinicultores nas freguesias.

Estamos, portanto, perante fontes que dão a ver importantes faces da bebida, como a relativa à posição das freguesias no *ranking* da produção do concelho de Torres Vedras, com a freguesia de Dois Portos a ocupar o primeiro lugar do pódio, ou a respeitante à relevância de cada freguesia na economia da região, onde esta freguesia igualmente tem elevada importância, não só pela produção, mas também pelo facto de a sua bebida alcançar boa cotação no mercado, em consequência da qualidade alcançada⁵⁹. Bem como as questões alusivas ao destino da bebida, com as fontes a darem a ver para onde o vinho de cada freguesia era escoado; as castas, onde se esclarecem as escolhas locais entre as diversas qualidades de castas tintas e brancas; o sistema de elaboração do vinho, onde dão a perceber os sistemas em uso na região de Torres Vedras; o comércio do precioso néctar, com a memória a mostrar que houve comerciantes que souberam aproveitar as oportunidades criadas pela economia do vinho regional, e disso são exemplo Abel Pereira da Fonseca e José Maria Macieira. Outras questões analisadas são o custo de produção, que mostra o custo efetivo da cultura no concelho estudado; a vinificação, que explica as práticas locais no fabrico do vinho; ou, por último, a distribuição dos agricultores, que dá a ver o número de viticultores em cada freguesia.

Em suma, estas características estão intrinsecamente ligadas à economia do produto bandeira regional, por essa razão as incluímos nesta história que vamos contar ao longo de seis capítulos destinados à análise do vinho de uma região vinícola de excelência, em termos de *terroir*, do vinho comum nacional. Claro está, que não menos importante, pelo contrário, é fundamental, o conhecimento produzido por certos autores, pelo valioso contributo para o esclarecimento destas questões do vinho de Torres; a título de exemplo, podemos indicar, para o século XIX, António Augusto de Aguiar, ou António Valério Maduro, para o século XX, Orlando Simões, ou Fernando Oliveira Baptista. Sem o contributo de todos eles, decerto esta história ficaria pouco densa, e provavelmente incompleta. A fechar a introdução deste capítulo nela podemos ainda dizer que esta economia era muito pressionada pelo mercado fruto de uma vocação natural para a produção de vinho, com raízes nas particularidades assinaladas. A agricultura local cedo descobriu que o vinho era a sua grande riqueza, daí ter transformado a região de Torres Vedras numa terra de vinha e de vinho, tal como os comerciantes da bebida que rumaram a esta região à procura de enriquecer. Uns por lá ficaram e construíram verdadeiros impérios, outros por lá passaram e muito lucraram com o produto vinho comum. Como também, que no seu limite, tanto pela sua natureza como pela visão que proporciona do objeto

⁵⁹ Ver relatório n.º 25 JNV (19--: 16), «Relatório sobre o cadastro de vinhos da área da FVCSP no concelho de Torres Vedras».

de estudo, optámos por nele incluir a análise do *terroir* da região de Torres Vedras, a nosso ver, ela vai possibilitar desde logo dar uma maior densidade ao enquadramento que pretendemos levar a cabo. A saber, esclarece, por exemplo, que é a área leste do concelho a que melhores condições apresenta para a produção de vinho – uma boa amostra é a freguesia de Dois Portos.

1.1. Produção

A interpretação da economia do grande produto torriense obriga ao conhecimento profundo da produção e do comércio do concelho de Torres Vedras. Razão pela qual trazemos à luz, neste subcapítulo, vários dados relativos a esta matéria, vitais a esse exercício. Vamos então dar início à interpretação, que tem como ponto de partida, a análise da produção regional na segunda metade do século XIX. António Augusto de Aguiar, fez notar na 4.^a Conferência sobre vinhos, que teve lugar no salão nobre do teatro de D. Maria II, em 1875, que a região estudada, ao tempo, produzia vinhos neutros, encorpados e retintos, que se consumiam nas «vendas de Lisboa. E que, na região de Torres Vedras, se tornavam principalmente notáveis, os vinhos da «Caxaria, Ordasqueira, Matta Cães, e Dois Portos»⁶⁰. Admitindo a nosso ver bem, a existência de outros vinhos nas mesmas condições nesta região (Aguiar, 1876: 142). Em relação à antiga província da «Extremadura»⁶¹, onde estava inserida a região de Torres Vedras, disse o seguinte nesta conferência: é «[...] uma rica e extensa região, a mais considerável das que havemos estudado até agora, que lavra vinhos finos e distintos, bem conhecidos nos mercados estrangeiros; mas, que está longe do nome, que merece, e virá a ter, quando se aperfeiçoarem, em toda ella, os processos de fabrico, devendo resultar d' estes aperfeiçoamentos o augmento da producção, que embora seja tres vezes maior que a do Alentejo, não chega sequer a metade do vinho que lavra no Gironde!». Quanto aos números, esclareceu que a estatística oficial, computava «[...] o vinho da Extremadura em 950:000 hectolitros, a superficie da provincia em 1.795:786 hectares, tendo de população 836:475 habitantes» (Aguiar, 1876: 138).

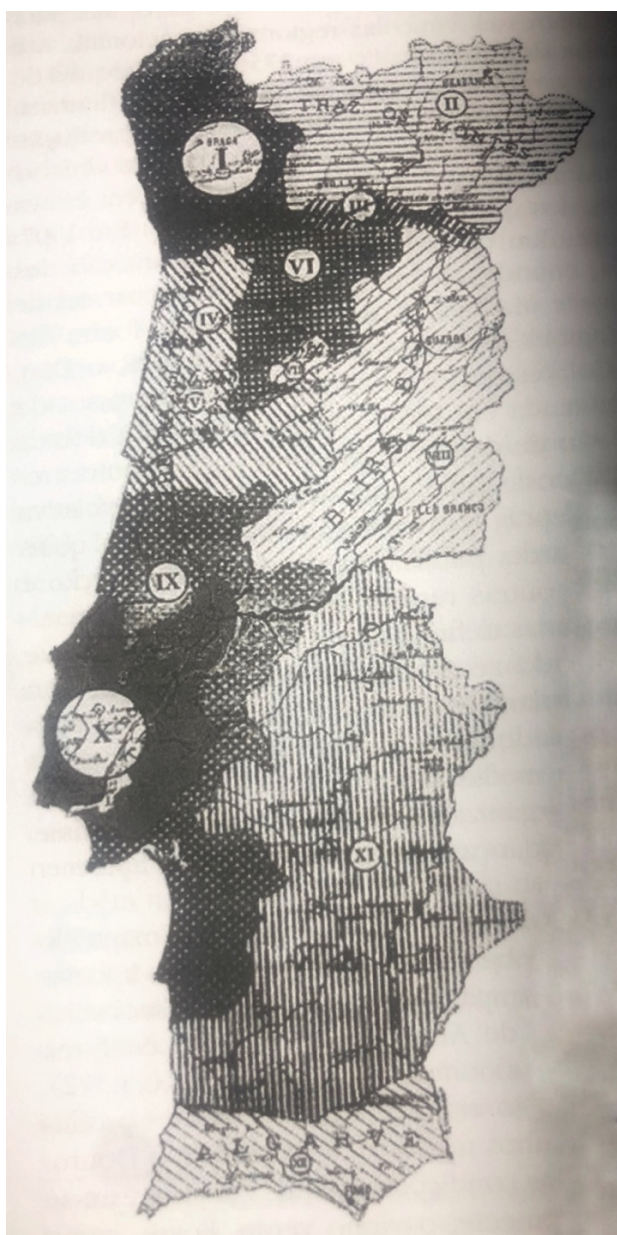
No que concerne aos vinhos produzidos na região de Torres Vedras, conseguimos perceber e vamos mostrar, no decorrer dos capítulos, que pouco ou nada mudaram em relação ao padrão produtivo primitivo (da 2.^a metade de oitocentos), isto é, no século XX, continuaram

⁶⁰ Incumbido de realizar o inquérito agrícola na 7.^a região agrónómica, Paulo de Moraes, veio à região de Torres Vedras, e também ele constatou que «os vinhos de melhores quilates», eram produzidos nas povoações de Dois Portos, Matacães, Runa, Ribaldeira e Turcifal (Moraes, 1889, 128).

⁶¹ A província da *Extremadura* compreendia três distritos administrativos: Lisboa, Santarém e Leiria. Sobre este território disse Paulo de Moraes o seguinte: «Os districtos de Lisboa e Santarem, que formavam a maior parte da antiga provincia da Extremadura, constituem uma das regiões mais importantes de Portugal sob o ponto de vista agricola [...]» (Moraes, 1889: 11).

a produzir-se nesta região os mesmos vinhos neutros, encorpados e retintos do século XIX. José de Campos Pereira, na sua obra *A propriedade rústica em Portugal: superfícies, produções, rendimentos, valores*, calculou a produção torriense, em cerca de 808:500 hectolitros, o valor de custo da produção, em 2.150 contos, e o valor de venda da produção, em 3.234 contos (Pereira, 1915: 156). E chegou à seguinte conclusão: «[...] é no distrito de Lisboa que reside a maior produção vinhateira do país, ou seja, quási um terço da produção total [...]» (Pereira, 1915: 137). Aí no Oeste e em parte do Ribatejo; se dúvidas existissem, as figuras 1.1 e 1.2, em baixo, conseguiam dissipá-las:

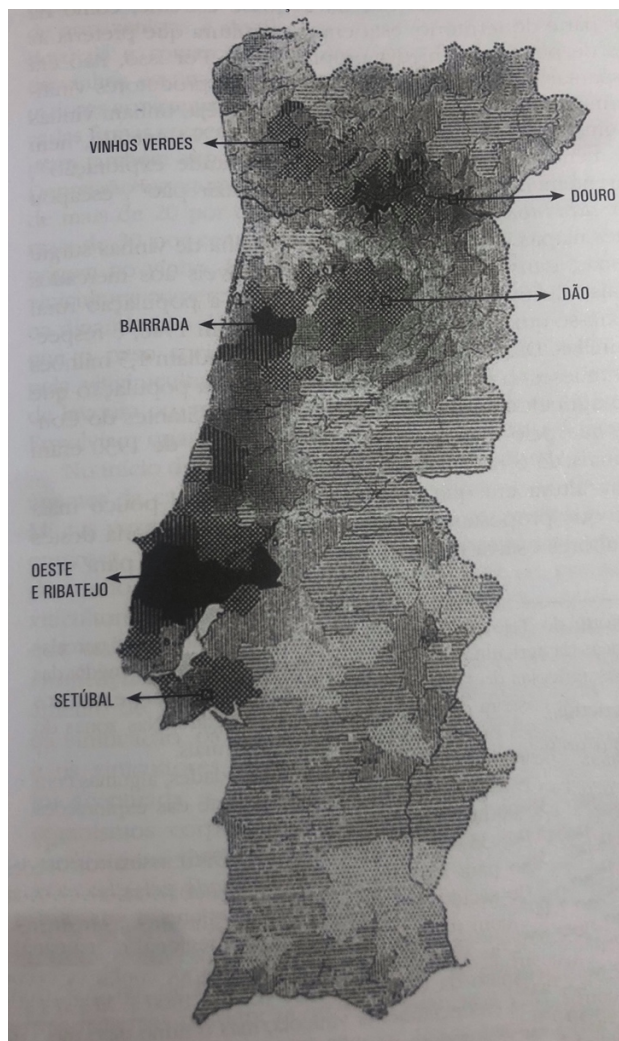
Figura 1.1: Carta vinícola, em 1900



Produção vinícola: I – 1:700:000 hl / Entre Douro e Minho | II – 175:000 hl / Trás-os-Montes | III – 285:000 hl / Douro | IV – 200:000 hl / Beira Litoral | V – 70:000 hl / Bairrada | VI – 320:000 hl / Beira Alta | VII – 80:000 hl / Dão | VIII – 130:000 hl / Beira Baixa | IX – 400:000 hl / Estremadura | X – 2:000:000 hl / Bacia e Litoral do Tejo | XI – 210:000 hl / Alentejo | XII – 90:000 hl / Algarve.

Fonte: B. C. Cincinnato da Costa, 1900.

Figura 1.2: Produção vinícola, em 1935



<i>hl/km²</i>	
Região	Produção
Vinhos Verdes	> 500
Douro	200-500
Dão	100-200
Bairrada	> 500
Oeste e Ribatejo	> 500
Setúbal	100-200

Fonte: A. de Amorim Girão, 1941.

Desde logo porque a sua observação e comparação (entre os mapas, de Cincinnato da Costa e de Amorim Girão), permitem confirmar que o Oeste e parte do Ribatejo eram as regiões produtoras mais importante do país.

Como bem fez notar Orlando Simões, no estudo *A vinha e o vinho no século XX*, «[...] as quantidades de vinho comum passaram a ser significativas a partir da segunda metade do século XIX, ultrapassando mesmo o vinho do Porto na década de oitenta desse século» (Simões, 2005: 8). Da região estudada, a parte que seguia para o alambique, em grande medida era encaminhada depois para a região duriense, e aí tinha como destino o enriquecimento do vinho do Porto. Ao que parece, muita desta aguardente não tinha qualidade; sobre esta questão disse António Augusto de Aguiar o seguinte: «fabricamos mal o vinho, mas, não fabricamos melhor a Aguardenta» (Aguiar, 1876: 150). Esta conclusão assenta nas suas observações, como, por exemplo, as que levou a cabo na região vinícola de Torres Vedras. Na prática era isto que pensava da produção da aguardente de Torres:

«O facto mais importante é que raras vezes se fabrica aguardente de propósito. A maior parte d'ella resulta dos vinhos deteriorados ou com enfermidades incuraveis, e depois do enxoframento das vinhas, de vinhos carregados de acido sulphydrico»

«A destilação faz-se em pessimas caldeiras de acanhadas dimensões, queimando vinho sulfurado e avinagrado; não prescindimos de queimar os resíduos a um fogo violento, e com o producto obtido, temperamos os vinhos, que dizemos deliciosos» (Aguiar, 1876: 150).

Portanto, estamos perante uma produção de aguardente, que de um modo geral, teve pouca qualidade; e a saber, era esta aguardente barata, que maioritariamente, rumava da região de Torres Vedras para a região duriense.

Quando se analisa a produção da região estudada, na segunda metade do século XIX, percebe-se de imediato que nada lhe é mais central, pelas repercussões nesta região vinícola, do que as grandes doenças, e a praga da vinha oitocentista. De tal forma, que dedicámos um subcapítulo da Tese à sua explicação, e sentimos necessidade de prestarmos os primeiros esclarecimentos sobre esta matéria neste espaço. António Valério Maduro, estudou o fenómeno no contexto da região vinícola de Alcobaça, tendo chegado a interessantes conclusões; vejamos no caso do oídio *tuckeri*, onde o historiador concluiu o seguinte: «Conhecemos o impacto que esta doença trouxe às vinhas do concelho de Alcobaça. Antes da sua difusão a produção média anual de pipas situava-se nas 4.080. Já com o oídio instalado nas vinhas, a produção conjunta dos anos de 1861-1865 regride para as 1.597 pipas (ou seja 39% do que

se obtinha num único ano antes do flagelo» (Maduro, 2011: 433)⁶². Regressemos à região de Torres Vedras, agora tendo como pano de fundo a filoxera. Paulo de Moraes, no inquérito agrícola que levou a efeito nesta região, assinalou que «[...] a invasão d'este inseto devastador é n'este concelho o mais assustadora possível, tendo destruído quasi totalmente as vinhas da freguezia de Dois Portos e penetrado em todos os pontos do concelho, aniquilando já tractos seguidos de vidonhos» (Moraes, 1889: 129). Ainda o concelho de Torres Vedras, e o restante Oeste vinícola, estavam a recuperar a sua vinha destruída pela filoxera e já surgia uma nova doença que prometia ser tão ou mais devastadora que as moléstias precedentes. «[...] Presume-se que esta doença tenha sido propagada através das americanas utilizadas para porta-enxerto». Certo é que na região vinícola de Torres Vedras provocou grandes quebras na produção. Aqui e nos restantes centros produtores do Oeste; veja-se, a título de exemplo, no caso do centro produtor de Alcobaça: «[...] quando esta invasão tinha lugar no tempo da floração, os prejuízos culturais eram assinaláveis [...]» (Maduro, 2011: 445).

Não menos centrais, na produção vinícola de Torres Vedras, da segunda metade do século XX, foram as adegas cooperativas deste concelho. Maria João Canadas, considera que a constituição destas adegas «[...] permitiu aos grandes proprietários fazer face às pressões dos comerciantes e possibilitou a resistência dos pequenos agricultores, aqueles que laboravam em condições mais deficientes e vendiam a preços mais desfavoráveis [...]» (Canadas, 1996: 481). Palmira Cipriano Lopes, mostra também este quadro, no estudo *A importância económica e social do cooperativismo. Adegas cooperativas de Torres Vedras*. As conclusões a que aí chegou, revelam a grande importância destas adegas: de acordo com os resultados escrutinados, as ACTVD eram as maiores organizações do setor no concelho de Torres Vedras, responsáveis por 93,5% da produção de qualidade, e sem a sua presença, uma boa parte dos vinicultores autóctones, nem sequer teria capacidade para vinificar, e muito menos para se modernizar (Lopes, 2010: 22-23). Fernando Oliveira Baptista, de igual modo, identifica o papel crucial das adegas cooperativas no vinho comum; veja-se em relação aos principais objetivos anunciados: seriam responsáveis pela armazenagem, comercialização, e defesa das pequenas explorações agrícolas (Baptista, 1993: 235). Respondendo assim aos grandes problemas deste vinho.

Vamos continuar a enquadrar a produção vinícola da região de Torres Vedras, agora reportando-a ao período do Estado Novo, através de dados muito expressivos, que possibilitam mostrar a sua real dimensão sob a alçada da organização corporativa deste subsector da agricultura portuguesa. Começemos pelos vertidos no quadro 1.1:

⁶² António Augusto de Aguiar, numa alusão ao oídio na região de Torres Vedras, e ao seu impacto, disse, entre outras coisas, o seguinte: «[...] as uvas que esta comarca prefere são as mais productivas e resistentes ao oídium, que feriu com violencia a região [...]» (Aguiar, 1876: 179).

Quadro 1.1: Importância das freguesias na economia do centro produtor de Torres Vedras

Concelho de Torres Vedras			
Freguesias	Importância económica	Influência na economia	Escoante normal do vinho
Carvoeira	7 ^a	Grande	Lisboa
Cunhados	3 ^a	Grande	Lisboa e Porto. Destilação
Dois Portos	1^a	Grande	Lisboa
Freiria	12 ^a	Pequena	Lisboa. Destilação
Matacães	11 ^a	Grande	Lisboa
Maxial	5 ^a	Média	Lisboa e Porto. Destilação
Monte Redondo	16 ^a	Pequena	Lisboa. Destilação
Ponte do Rol	10 ^a	Pequena	Lisboa. Destilação
Ramalhal	9 ^a	Grande	Lisboa e Porto. Destilação
Runa	14 ^a	Média	Lisboa
São Domingos de Carmões	13 ^a	Média	Lisboa
São Mamede da Ventosa	2^a	Grande	Lisboa. Destilação
Santa Maria	4 ^a	Grande	Lisboa. Destilação
São Pedro	8 ^a	Grande	Lisboa
São Pedro da Cadeira	15 ^a	Pequena	Lisboa. Destilação
Silveira	17 ^a	Pequena	Lisboa. Destilação
Turcifal	6 ^a	Grande	Lisboa

Fonte: Elaboração própria a partir do relatório n.º 25 da JNV.

Como pode ser observado, em primeiro lugar, ele dá a ver a importância de cada freguesia na economia do vinho da região estudada. Por exemplo: no que concerne a Dois Portos o quadro dá a perceber que ao tempo era a freguesia vinhateira mais importante do concelho de Torres. E que as freguesias de São Mamede da Ventosa e de A-dos-Cunhados também tiveram um forte impacto nessa economia, o segundo e terceiro lugar do *ranking* provam essa influência. E ainda que as freguesias da Silveira e de Monte Redondo estão em contraciclo com as freguesias citadas, o seu peso reduzido de produção atirou-as para a cauda da economia da bebida, respetivamente para as posições 17.^a e 16.^a do *ranking*. Para se compreender esta ordem há que olhar para outro indicador, referimo-nos à influência na economia. Este, no que diz respeito às freguesias de Dois Portos, São Mamede e A-dos-Cunhados esclarece que foi grande devido, no primeiro caso, à produção e à qualidade. Queremos com isto dizer que a freguesia de Dois Portos, por um lado, era a que mais produzia; por outro, a natureza do seu vinho permitia à freguesia alcançar «boas cotações» no mercado⁶³. No segundo caso, foi sobretudo graças à produção, por sinal enorme, uma vez que o vinho produzido na freguesia de São Mamede da Ventosa, ao tempo, era de «inferior qualidade»⁶⁴, muito por culpa dos pequenos vinicultores que não prestavam a devida atenção às vasilhas e às adegas. No terceiro, era, de modo igual, fruto da elevada produção e fruto de estratégia coletiva. Só assim se pode entender que boa parte do «valor do vinho produzido» na freguesia de A-dos-Cunhados fosse «gasto em benefício da cultura da vinha»⁶⁵.

⁶³ Ver relatório n.º 25 JNV (19--: 16).

⁶⁴ Ver relatório n.º 25 JNV (19--: 10).

⁶⁵ Ver relatório n.º 25 JNV (19--: 19).

A qualidade, tão importante para o vinho da região de Torres e para o das outras regiões produtoras nacionais, é perceptível e teve peso na economia do centro produtor estudado, daí o posicionamento, no quadro 1.1, das freguesias de Dois Portos, com a qual iniciámos esta análise, Carvoeira, Matações, Runa, São Domingos de Carmões, São Pedro e Turcifal. O vinho produzido nestas freguesias era bom e, por isso, conseguia colocação e boas cotações no mercado. E neste merece especial destaque o produzido nas freguesias de Carvoeira e de Runa: o primeiro porque foi considerado um «dos melhores» do centro produtor⁶⁶; o segundo porque foi um dos «mais bem cotados da região»⁶⁷. No outro extremo está situado o mau vinho de Torres Vedras, o que os especialistas amiúde designavam como sendo de inferior qualidade e a gíria vinhateira denominava «a martelo», proveniente de certas freguesias como Freiria, Maxial, Ramalhal e Silveira⁶⁸. Este tipo de fabrico em muito contribuiu para a depreciação do bom nome da bebida no mercado e para a região ficar ligada ao lado negro da produção do vinho comum nacional.

Os destinos do escoamento normal do vinho de Torres vão ser por nós esclarecidos ao longo dos próximos capítulos, contudo a explicação só fica completa com o respetivo enquadramento nas freguesias, introduzido no quadro em análise. É certo que o mercado da região absorveu parte da produção local⁶⁹, e certo é que ao da capital coube sempre a maior fatia. Esta surge até indiferenciada, logo este quadro ajuda a perceber a importância do mercado alfacinha para o vinho de cada freguesia do concelho de Torres Vedras. Veja-se o caso de Dois Portos. A principal freguesia escoava aí praticamente toda a sua produção. Verifica-se ainda que o grande produto da região torriense rumou por vezes ao mercado do Porto, sendo este enviado pelas freguesias de A-dos-Cunhados, Maxial e Ramalhal. E percebe-se que a queima é, ao tempo, um recurso usado por quase todas as freguesias para se verem livres do excesso de produção, muito abundante em Cunhados, Freiria, Maxial, Monte Redondo, Ponte do Rol, Ramalhal, São Mamede da Ventosa, Santa Maria, São Pedro da Cadeira e Silveira⁷⁰. O quadro seguinte dá a ver a arrumação dos vinicultores nas freguesias do concelho de Torres Vedras:

⁶⁶ Ver relatório n.º 25 JNV (19--: 17).

⁶⁷ Ver relatório n.º 25 JNV (19--: 12).

⁶⁸ Ver relatório n.º 25 JNV (19--).

⁶⁹ Ver Ghira (2006:14).

⁷⁰ Ver relatório n.º 25 JNV (19--).

Quadro 1.2: Vinicultores no concelho de Torres Vedras

Concelho de Torres Vedras		
Freguesias	Número de vinicultores	Número de habitantes
Carvoeira	437	2253
Cunhados	617	3953
Dois Portos	653	4404
Freiria	301	2406
Matacães	244	1496
Maxial	460	3079
Monte Redondo	135	830
Ponte do Rol	200	1433
Ramalhal	337	2181
Runa	165	1152
São Domingos de Carmões	215	1330
São Mamede da Ventosa	642	4220
Santa Maria	583	4516
São Pedro	408	6087
São Pedro da Cadeira	244	2743
Silveira	241	2879
Turcifal	391	2955
Total	6273	47917

Fonte: Elaboração própria a partir do relatório n.º 25 da JNV.

Por exemplo: as três principais freguesias produtoras conseguem, por si só, arrumar o maior número de vinicultores do centro produtor de Torres, respetivamente, 653 em Dois Portos; 642 em São Mamede da Ventosa; e 617 em A-dos-Cunhados, o que surge como consequência da divisão da propriedade. Esta teve um forte impacto na região, e nela sobretudo nestas freguesias, onde a terra apresenta as maiores repartições e, por isso, concentra tão grande número de agricultores. E, por outro lado, cria condições para a formação de fartas bolsas populacionais: entre as maiores estão as destas freguesias, na devida ordem, com 4 404, 4 220 e 3 953 habitantes. O quadro 1.2 explica o fenómeno com nitidez. Veja-se ainda os casos das freguesias de Carvoeira, Maxial, Santa Maria, São Pedro e Turcifal: os rácios seguem essa regra, por esta ordem, para 437 vinicultores corresponde uma bolsa populacional de 2 253 habitantes; para 460 – 3 079; para 583 – 4 516; para 408 – 6 087; e, por fim, para 391 vinicultores corresponde uma bolsa de 2 955 habitantes. Grosso modo, ele está presente em todas as freguesias do concelho de Torres, como na pequena freguesia de Monte Redondo que, apesar da sua condição, abrigou à altura 135 vinicultores e uma população de 830 habitantes. Em conclusão, as alterações no regime da propriedade possibilitaram a 6 273 agricultores a fixação na região torriense, a uns nas melhores terras, a outros nas piores, e igualmente possibilitou que dedicassem a sua vida a uma das mais rentáveis economias do país, se assim não fosse não teria gerado uma população, numa terra de vinha e de vinho, de 47 917 habitantes.

1.2. Castas

A enorme produção do centro vinhateiro de Torres Vedras, no tempo estudado, era conseguida tendo por base certas castas muito produtivas, ao que parece, necessárias ao mercado deste vinho e à ambição da viticultura regional. O subcapítulo que agora iniciamos vai ocupar-se com a explicação das castas usadas pela região, como também dos sistemas de fabrico utilizados. Para prossecução destes objetivos, de seguida passamos ao enquadramento das questões referidas, e à apresentação de um conjunto de dados que permitem perceber quais eram as castas e porque foram escolhidas; e quais eram os sistemas de fabrico, e porque foram escolhidos. No que concerne à primeira questão, vamos para já situá-la na segunda metade de oitocentos, quando ainda pairava no ar os efeitos nefastos do oídio no vinhedo local, e na 5.^a Conferência sobre vinhos⁷¹. Aí, a certa altura, António Augusto de Aguiar, discorreu da seguinte maneira sobre uma das castas preferidas em Torres Vedras: «[...] das indagações sobre a doença da vinha, resultou ficar-se sabendo que a Tinta Miuda, outr'ora tida e havida por uva de má qualidade, era refractaria ao oídium, e tanto bastou para que ella tomasse o lugar às outras castas nas vinhas» (Aguiar, 1876: 179). As vinhas de que falava eram as da região estudada, e a casta, a que passou a dominar entre as tintas no vinhedo torriense. Cincinnato da Costa assinala também o predomínio desta casta na vinha de Torres Vedras, na sua obra *O Portugal vinícola: estudos sobre a ampelografia e o valor oenológico das principais castas de videiras de Portugal*: «[...] casta Tinta Miuda, muito generalizada em Torres Vedras» (Costa, 1900: 234).

Este autor, para além da casta em cima referida⁷², enumera para este período, no caso da vinha em perspectiva, as castas seguintes:

Casta Boal Carrasquenho (é uma das castas brancas) – usada então «[...] em Alenquer, em Torres Vedras, em Bucellas e outras localidades, os viticultores têm introduzido n'estes últimos tempos esta casta pela abundancia da produção» (Costa, 1900: 244); a casta João Santarem (é uma casta tinta) - «a synonymia verdadeira de Periquita é João Santarem, nome pelo qual é esta casta geralmente conhecida no termo de Torres Vedras. A Periquita é uma casta excellente para vinho, de produção e bastante rendimento. Dá vinhos de coloração rubi intenso, com grau alcohólico medio, bem constituídos e equilibrados [...]» (Costa, 1900: 260); a casta Tintureiro (é uma casta tinta) - «[...] estimada pela muita côr que dá aos vinhos ... é uma

⁷¹ Esclarece-se que a 5.^a Conferência sobre vinhos teve lugar no salão nobre do Teatro da Trindade, em 1875.

⁷² Casta Tinta Miuda, ou Tinta do Padre António, «é uma das castas mais generalizadas no termo de Lisboa, e geralmente apreciada pela sua grande produção. É também muito cultivada em Torres Vedras, Alenquer, Runa, Dois Portos, Azambuja, Cartaxo, Almeirim, Arruda, Salvaterra, Coruche e Azeitão» (Costa, 1900: 266).

videira de boa produção; prefere os terrenos frios e arenosos ... cultivam-n'a em larga escala no termo de Lisboa, em Alenquer, Torres Vedras, Arruda dos Vinhos e n'outros centros vinhateiros do Ribatejo» (Costa, 1900: 270); a casta Rabo de Ovelha (é uma casta branca) - «[...] muito generalizada no paiz, onde ella é conhecida por differentes nomes ... na região da bacia e litoral do Tejo, o Rabo de Ovelha é sobretudo cultivado em Alenquer, Camarate, Ourem, Bucellas e termo de Lisboa... é uma casta de grande produção e de muito rendimento em mosto [...]» (Costa, 1900: 274); a casta Jampal, ou Jampaulo (casta branca) - «[...] é uma das videiras brancas finas de maior estimação em Torres Vedras, muito cultivada também em Alenquer, Azambuja, Olivaes, Carcavellos e no termo de Lisboa ... Muito apreciada pelo perfume e boa constituição que imprime aos vinhos» (Costa, 1900: 278); casta Fernão Pires – «é uma das boas castas brancas da região do Tejo. Produz muito e as suas uvas dão grande rendimento em mosto ... os vinhos extremes de Fernão Pires, quando bem fabricados, dão excellentes vinhos de pasto [...]» (Costa, 1900: 282); casta Boal Bonifacio (é uma casta branca) – «com as características dominantes comuns a todos os boas. A sua area de cultura estende-se a quase toda a Extremadura, mas localiza-se com maior intensidade nas vinhatarías de Torres Vedras e seu termo» (Costa, 1900: 304); casta Parreira Matias - «[...] é uma boa videira tinta, excellente para vinho. É cultivada sobretudo nos concelhos de Torres Vedras, Alenquer, Cartaxo, Azambuja, Cintra e Azeitão, e, em geral, em toda a Extremadura» (Costa, 1900: 324); casta Bomvedro – «é uma casta tinta muito frequente nas principais vinhatarías do termo de Lisboa, Azeitão, Arruda dos vinhos e Torres Vedras ... casta de bastante produção e grande rendimento» (Costa, 1900: 328); casta João Santarem Branco – «casta branca, de qualidade, cultivada principalmente em Torres Vedras, Runa, Dois Portos e comarcas vinhateiras próximas ... é casta de bastante rendimento» (Costa, 1900: 342); casta Preto Martinho – «é uma das boas castas tintas d'esta região. Sobretudo muito cultivada no Cartaxo, em Alenquer, Santarem, Torres etc.» (Costa, 1900: 346); casta Preto Castiço – «[...] é uma casta tinta bastante cultivada no Cartaxo, em Alenquer, na Azambuja, em Torres Vedras, e, em geral, nas vinhatarías junto ao Tejo ... é cepa vigorosa e de grande rendimento em mosto» (Costa, 1900: 350).

Portanto o que em cima se disse sobre a escolha das castas muito produtivas, pela viticultura de Torres Vedras, fica para já comprovado com estes dados; a opção é nítida, a vontade de muito e muito produzir. O quadro que de seguida apresentamos permite essa percepção, em relação à 2.^a metade de oitocentos, e em relação à região de Torres Vedras, no que concerne, às áreas, produção e o seu valor:

Quadro 1.3: Vinhas – áreas, produção e seu valor (distrito de Lisboa – 2.ª metade do século XIX)

VINHAS - áreas, produção e o seu valor									
Distrito	Concelhos	Número de milhares de cepas	Áreas ocupadas (hectares)	Produção				Valor total da produção	
				Vinho Tinto		Vinho Branco			Total decalitros
				Decalitros	Preço por decalitro	Decalitros	Preço por decalitro		
LISBOA	Alcácer do Sal	. 1:618	591	47:240	415			47:240	19:604\$600
	Alcochete	682	341	34:132	415			34:132	14:164\$780
	Aldeia Galega	. 8:593	3:027	214:370	415			214:370	88:963\$550
	Alenquer	88:433	12:008	2.241:383	410	926:594		3.167:977	1.127:716\$620
	Almada	8:000	. 1:708	287:300	415	66:300	240	353:600	133:900\$000
	Azambuja	. 19:432	. 2:910	542:175	410	174:725	235	698:900	255:972\$225
	Barreiro	445	274	. 9:855	415			. 9:855	4: 089\$825
	Cadaval	50:972	. 7:350	1.118:812	397	372:937	220	1.491:749	526:214\$504
	Cascais	833	117	. 19:890	705			. 19:890	14:022\$450
	Sesimbra	950	188	41:990	382,3			41:990	16:052\$777
	Sintra	. 9413	. 1:590,8	405:772	705	45:082	588	450:854	252:686\$172
	Grandola	365	82	. 7:245	450			. 7:245	3:260\$250
	Lisboa	. 8:244	. 1:374	303:565				303:565	142:675\$550
	Loures	. 4:106	586	40:443	470	80:886	470	121:329	57:024\$630
	Lourinhã	32:041	7:000	589:833	382,3	1.179:666	235	1.769:499	502:714\$665
	Mafra	42:000	7:000	1.133:906	382,3	595:744	235	1.779:650	592:607\$105
	Moita	. 1:890	673	41:769	415			41:769	17:334\$135
	Oeiras	290	48,3	. 7:200		. 3:600	52,9	. 10:800	5:713\$200
	Seixal	. 1:400	448	35:700	470			35:700	16:779:000
	Setúbal	. 15:521	. 3:133	290:155	447	. 1:792	941	291:947	128:519\$615
	Sobral de Monte Agraço	48:450	. 7:267	1.334:313	382,3	148:257	235	1.482:570	544:547\$961
	Santiago de Cacém	598	120	. 14:102	500			. 14:102	7:051\$000
	Torres Vedras	124:375	. 17:670	5.163:750	391	1.721:250	235	6.885:000	2.423:620\$000
	Vila Franca	. 9:116	. 1:215	229:864	412	57:466	235	287:330	108:208\$518
	Total	477:766	91:473	14.186:794		5.374:299		19.561:093	7.003:443\$132

Fonte: Elaboração própria a partir de Moraes (1889: 500-501).

Como pode ser observado, o concelho de Torres Vedras está claramente à frente dos restantes concelhos do distrito de Lisboa, tanto no indicador áreas ocupadas pela vinha (com 17:670 hectares), como no indicador produção (com um total de 6.885:000 decalitros; 5.163:750 de vinho tinto e 1.721:250 de vinho branco – e um valor total da produção, de 2.423:620\$000). É no cômputo do valor total da produção que se percebe o quanto a diferença é avassaladora; mesmo Alenquer, o segundo concelho mais bem posicionado, apresenta um valor total da produção de somente 1.127. 716\$620 (relativo a um total de 3.167:977 decalitros; 2.241:383 de vinho tinto e 926:594 de vinho branco), isto é, menos de metade do valor conseguido por Torres Vedras. Com estes dados, damos por terminado o enquadramento das castas na região de Torres vedras na segunda metade do século XIX, e iniciamos o seu enquadramento no século XX com dados provenientes da JNV; desde logo com os vertidos no quadro 1.4:

Quadro 1.4: Castas e sistemas de fabrico do vinho de Torres

Concelho de Torres Vedras				
Freguesias	Castas predominantes		Sistemas de fabrico	
	Tintas	Branças	Vinho tinto	Vinho branco
Carvoeira	Tinta Miuda	Vital	Curtimenta	Bica aberta
Cunhados	João Santarém	Fernão Pires		
Dois Portos	Grand-Noir	Rabo de Ovelha		
Freiria		Tamarez		
Matacães		Jampal		
Maxial				
Monte Redondo				
Ponte do Rol				
Ramalhal				
Runa				
São Domingos de Carmões				
São Mamede da Ventosa				
Santa Maria				
São Pedro				
São Pedro da Cadeira				
Silveira				
Turcifal				

Fontes: Elaboração própria a partir dos relatórios n.ºs 25 e 38 da JNV.

As mais utilizadas nas freguesias do concelho de Torres Vedras eram: Tinta Miúda, João Santarém e Grand-Noir, nas tintas; Vital, Fernão Pires, Rabo de Ovelha, Tamarez e Jampal, nas brancas. As primeiras predominavam nas freguesias de Carvoeira, Dois Portos, Matacães, Runa e São Domingos de Carmões; as segundas, nas restantes freguesias do concelho⁷³. O primeiro lugar nas tintas pertencia à casta Tinta Miúda; nas brancas, à casta Vital, como em baixo mostramos:

Castas tintas: «Tinta Miúda – atinge cerca de 40% da área de vinha cultivada neste concelho. É a casta que predomina neste concelho em maior percentagem, em virtude da sua longevidade e produção, e caracterizando os vinhos tintos de Torres Vedras».

Castas brancas: «Vital – esta casta atinge cerca de 20% da área cultivada de vinha. Entre as castas brancas é a que mais predomina neste concelho, em virtude da sua produção e força alcoólica»⁷⁴.

⁷³ Ver relatório n.º 25 JNV (19--: 2).

⁷⁴ Ver relatório n.º 38 JNV (1948: 1-2).

Figura 1.3: Casta
Tinta Miúda



Fonte: Ghira
(2006: 29).

Figura 1.4: Casta
Vital



Fonte: Ghira
(2006: 26).

Estas eram as castas de eleição da viticultura de Torres Vedras, responsáveis por uma das maiores economias do vinho comum nacional. No que concerne ao fabrico do vinho de Torres, como se pode ver no quadro 1.4, na região eram usados dois sistemas, um para o vinho tinto, outro para o branco. No primeiro caso a curtimenta, no segundo a bica aberta.

Em 1948, no quadro da ação da Junta Nacional do Vinho, Alfredo Brandão registou o fabrico do vinho de Torres, pelo que damos a conhecer aquilo que observou:

«Fabrico dos vinhos tintos – Uma vez colhidas as uvas e pesadas, adicionaram-se 10 gramas de metabissulfito por hectolitro de vinho a produzir. O esmagamento foi efectuado a pés (pisa), dentro dumas tinas devidamente desinfectadas com carbonato de sódio. O mosto resultante deste esmagamento, assim como a respectiva massa, foram passados para quartolas anteriormente desfundadas, onde se

efectuaram as fermentações. Usou-se o sistema de vinificação com curtimenta e sem desengace, prática esta mais usada na região [...].

Fabrico dos vinhos brancos – colhidas também as uvas e pesadas, adicionaram-se 15 gramas de metabissulfito por hectolitro de vinho a produzir. O esmagamento foi efectuado a pés (pisa), dentro dumas tinas devidamente desinfectadas com carbonato de sódio. O mosto resultante deste esmagamento foi passado para barris com capacidade cerca de 100 litros, onde decorreu a fermentação. Usou-se o sistema de vinificação de bica aberta sem defecação, prática esta mais usada na região»⁷⁵.

Se dúvidas houvesse quanto aos sistemas de fabrico então em uso no centro produtor de Torres Vedras, o registo de Alfredo Brandão dissipa-as. A terminar, não podemos deixar de assinalar que as escolhas por parte da viticultura torriense por estas castas prendem-se, sobretudo, pelas condições do *terroir* e do mercado, do qual dependia uma enorme quantidade de agricultores. Claro está que não estamos a analisar se as escolhas foram boas ou más, isso vai ser feito posteriormente agora, neste contexto, interessa explicar que a opção por estas castas teve que ver com a prosperidade da economia do vinho de Torres, algo tão ambicionado por uma região ligada umbilicalmente à vinha e ao vinho.

1.3. Vinificação

Segundo Emile Peynaud, «a vinificação é o conjunto das operações efetuadas para transformar em vinho o sumo do esmagamento das uvas» (Peynaud, 1993: 142)⁷⁶. E esse resultado será bom ou mau vinho? Decerto concordamos que bons e maus vinhos sempre existiram em Torres Vedras, e nas restantes regiões produtoras nacionais e internacionais. A memória dada a conhecer quase sempre liga Torres ao mau vinho, fruto da concorrência entre a produção do país e porque a região nunca se soube impor verdadeiramente. Houve efetivamente muito mau vinho em Torres Vedras; e não o houve também nos restantes centros produtores nacionais e internacionais? Cá dentro, é difícil perceber um centro onde ele não estivesse presente; lá fora, ao que parece, era muito abundante, por exemplo na produção das adegas cooperativas de França, Itália e Espanha⁷⁷. Portanto é já tempo de por fim a esta distorção quase sempre duvidosa, que em nada tem contribuído para o verdadeiro esclarecimento da vinificação do vinho de Torres. Sobre o fabrico deste vinho, disse António Augusto de Aguiar o seguinte:

⁷⁵ Ver relatório n.º 38 JNV (1948: 2-3).

⁷⁶ Como bem faz notar Peynaud «O estado de maturação da uva condiciona a qualidade e mesmo o tipo de vinho. É, portanto, um dos factores principais da vinificação» (Peynaud, 1993: 65).

⁷⁷ Ver Fernández e Simpson (2017:122).

«[...] o processo de vinificação tende a nivelar todos os vinhos d'esta sub-região» (Aguiar, 1876: 142).

«Pensamos, porém, que o vinho torreano segue todo este caminho, para deliciar as goelas dos alfacinhas? Como estão enganados. Uma parte d'elle levanta vôo da terra, dá entrada em Collares, e volta depois em barris pequenos para Lisboa com o nome trocado ... transmuda-se a côr arroxçada de Torres na côr vermelha de Collares [...]» (Aguiar, 1876: 167).

Como pode ser observado em cima, vinhos de referência, como o Colares, por vezes nada mais eram que o próprio carrascão de Torres Vedras; uma transformação, e uma mudança de nome, e o Torres passava a vinho de pasto de excelência.

«a vinificação de Torres Vedras, pelos artifícios que lançam mão os seus vinhateiros, a fim, como foi apontado, de contrabalançarem as influencias atmosfericas, que se oppõem, no entender d'elles, á completa maturidade das uvas, differença-se do que está em pratica na maior parte das comarcas vinhateiras do Reino ... vindimam tarde, nunca antes de 25 de setembro, fazem lume na adega para fabricar o vinho, e põem a uva a arder, antes da pisa, notem, que pôr as uvas a arder, não é lançal-as ao fogo ... escaldam os mostos, no começo da fermentação, ou arrobam-n'os, se o escaldão não basta para deixar contente o freguez almocreve ... a uva, cortada nas vinhas, vem ordinariamente para a adega em carros, dentro de dornas de pinho, se os lagares ficam distantes das fazendas; ou ás costas dos vindimadores, em cestos de vime, quando estão proximos ... os vinhos de Torres, em lugar de serem de consumo directo, pertencem á classe dos vinhos de lotação que representam, termo médio, vinhos de tres côres ... na actualidade o vinho novo de Torres não constitue um typo bem accentuado. O seu único condão é a côr ... o vinho velho de Torres será, ao contrario, um typo bem accentuado e melhor definido que o anterior? ... O vinho velho não fórma nem constitue artigo de mercado. É uma curiosidade. E por menor que seja a porção que d'elle se exiga, quem o possui não o vende, o que equivale a não existir. Apenas, de quando em quando, faz parte de alguma festa, ou se observa nas exposições, em garrafas de quartilho, que por milagre escaparam ás buscas dos almocreves ... fica lavrada a sentença por mão de mestre, que eu não posso descrevel-o melhor. O Torres velho parece Porto. Se parece Porto não é Torres, e se não é Torres não póde representar o typo local ... o que é então o vinho de Torres? Um vinho neutro, cheio de tinta, apto para se diluir com vinhos palhetes, ou com agua, embora ella o decomponha, ou para se concentrar com alcool, quando seja guardado ... este e o seu collega Cartaxo são os dois melhores exemplares da hydropesia oenologica, no interior da cidade, onde haverá poucos com mais agua no ventre ... seria locura tocar-se na arca santa do actual

fabricao, se o nosso intento fôra preparar vinho exclusivamente para o mercado interno ... porém, se quereis outros consumidores, o processo em acção tem de sofrer radicaes transformações ... o vinho de Torres póde ser convertido em um excelente vinho de pasto; mas, é preciso que comecemos a estudal-o sob todos os aspectos ... o clima, com todas as suas brisas e humidades, na proximidade do oceano, póde dar, naturalmente e sem nenhum artificio, magnificos vinhos de pasto, como Collares, que é ainda mais húmido [...]» (Aguiar, 1876: 174-179).

O retrato em cima traçado por Aguilar, do processo de vinificação do vinho de Torres, é muito importante porque reproduz de forma fiel o fabrico do vinho na região estudada, na segunda metade do século XIX. E porque permite esclarecer faces por vezes menos visíveis neste vinho, como, por exemplo, a opção por parte da larga maioria de vinhateiros pela produção de vinho de lotação; a razão pela qual o autor classifica os vinhos da região de Torres Vedras como sendo vinhos pertencentes a uma designada classe de vinhos de lotação, e a razão pela qual ele entendia que este vinho estava bem ajustado ao seu mercado principal; a própria caracterização da bebida, a qual possibilita que o leitor perceba de forma clara o que é o vinho de Torres. Como ele explicou, o Torres, é então *um vinho neutro, cheio de tinta, apto para se diluir com vinhos palhetes ... ou com água*; a enorme capacidade deste importante centro produtor, para fabricar o bom e não o mau vinho, um exemplo a destacar pela positiva está no *Torres Velho*, pena é, que ao tempo, fosse um vinho só para consumo estritamente pessoal. Portanto, em teoria, o centro produtor de Torres Vedras teve condições de excelência para produzir mais e melhores vinhos de pasto, na prática, a falta de dinheiro nos bolsos de um elevado número de vinicultores desta região, por certo abriu as portas à produção maciça de um vinho que serviu sobretudo para beneficiar outros vinhos. Um nada diferente mas também interessante é o caso do fabrico dos vinhos comuns em Alcobaça. António Maduro, ao estudar estes vinhos, percebeu, entre outras coisas, que o grosso da elaboração dos vinhos da região assentava quase em exclusivo em castas brancas, devido a certas imposições que derivavam da regra da Ordem de Cister.

Em Alcobaça a regra era, portanto, produzir vinho branco. Ao contrário de Torres Vedras, onde o fabrico dos vinhos assentava em castas tintas e brancas e se fazia ao bel-prazer da vinicultura da região. Por isso, «o fabrico do vinho, na comarca de alcobaça, seguia, predominantemente, o método de bica aberta». Como bem fez notar o historiador, «a exclusividade desta técnica de vinificação não se pode dissociar do regime de monopólio imposto pelo mosteiro ... a restrição do serviço do lagar pelo espaço de 24 horas inviabilizava a feitura de vinhos de curtimenta, tendo o camponês de se sujeitar a lotar o branco com tintos para lhe conferir um pouco de cor [...]» (Maduro, 2011: 453). Diga-se aliás, que a cor no vinho de Alcobaça teve um papel verdadeiramente diferenciador e muito diferente do papel da cor no vinho de

Torres que, como em cima se disse, era um vinho *cheio de tinta* e de carácter popular. Em concreto referimo-nos ao seguinte:

De acordo com António Maduro, nos vinhos de Alcobaça «a cor agia como indicador de posição social, sendo os vinhos retintos e adstringentes impróprios para as ordens elevadas. A própria cerimónia da Eucaristia pedia um vinho mais claro que o sangue do Senhor para não tornar ainda mais dramática e pungente o acto religioso. Os vinhos escuros considerados grosseiros e pesados pelas classes possidentes eram, em contrapartida, apreciados por cavadores. Provavelmente, os camponeses reforçavam a lotação de tintas nos seus vinhos (ou de outras substâncias corantes), para melhor se adequarem aos seus gostos mais vulgares» (Maduro, 2011: 454).

Por conseguinte, a elaboração do vinho comum, mesmo em territórios relativamente próximos, apresentava diferenças que merecem ser valorizadas, para além das existentes na vinificação, há que indicar também as de ordem cultural; no concelho de Alcobaça, pelo que demos a perceber, as últimas foram as que mais condicionaram o fabrico do vinho tinto.

Alfredo Brandão, no âmbito da ação da Junta Nacional do Vinho, acompanhou o fabrico do vinho na região de Torres e o relatório que elaborou para esse fim, em 1948, deu conhecimento dos seguintes resultados:

Quadro 1.5: Fabrico de vinhos de castas elementares (ano de 1947)

Concelho de Torres Vedras										
Colheita de 1947										
Casta: Tinta Miúda										
Freguesia: Matacães										
Vinicultor: Augusto Climaco Pereira										
Uvas p/vinificação			Determ. no mosto			Desinf. e correções		Data	Quant. / Litros	Result. das Determinações feitas
Quant. Kgs.	Espécie/T. B.	Prov. várzea, enc., etc.	Densid.	Álcool/Prov.	Acidez Total	Metab. Grs.	A. Tart. Grs.			Acidez volátil acle.
318	Tinto	Encosta	1090,1	12,3	5,7	30		10/03/48	100	0,59
Casta: João Santarém										
Freguesia: Matacães										
Vinicultor: Augusto Climaco Pereira										
Uvas p/vinificação			Determ. no mosto			Desinf. e correções		Data	Quant. / Litros	Result. das Determinações feitas
Quant. Kgs.	Espécie/T. B.	Prov. várzea, enc., etc.	Densid.	Álcool/Prov.	Acidez Total	Metab. Grs.	A. Tart. Grs.			Acidez volátil acle.
294	Tinto	Encosta	1020,9	12,5	5,77	30		10/03/48	100	0,49
Casta: Vital (barril 51)										
Freguesia: São Pedro										
Vinicultor: José Augusto Lopes Júnior										
Uvas p/vinificação			Determ. no mosto			Desinf. e correções		Data	Quant. / Litros	Result. das Determinações feitas
Quant. Kgs.	Espécie/T. B.	Prov. várzea, enc., etc.	Densid.	Álcool/Prov.	Acidez Total	Metab. Grs.	A. Tart. Grs.			Acidez volátil acle.
150	Branco	Várzea	1095,6	13,2	6,45	15		10/03/48	100	0,43
Casta: Fernão Pires (barril 246)										
Freguesia: São Pedro										
Vinicultor: José Augusto Lopes Júnior										
Uvas p/vinificação			Determ. no mosto			Desinf. e correções		Data	Quant. / Litros	Result. das Determinações feitas
Quant. Kgs.	Espécie/T. B.	Prov. várzea, enc., etc.	Densid.	Álcool/Prov.	Acidez Total	Metab. Grs.	A. Tart. Grs.			Acidez volátil acle.
155	Branco	Várzea	1095,6	13,2	5,75	15		10/03/48	100	0,76

Fonte: Elaboração própria a partir do relatório n.º 38 da JNV.

Como se pode ver no quadro 1.5, os quatro vinhos não apresentam qualquer defeito (azedia), tendo em conta a acidez volátil apurada que é muito inferior aos respetivos limites legais. Quanto à qualidade, não pode ser inferida porque houve indicadores (físico-químicos e sensoriais) que se perderam, logo, como são essenciais à sua interpretação, não é possível avaliar a qualidade global dos vinhos⁷⁸, mas certo é que não seriam vinhos defeituosos.

Outro interessante exemplo é o que diz respeito à vindima de 1934 no centro produtor de Torres, não pela vindima em si mas sim porque ela surge noticiada, pelo jornal *Alta Extremadura*, no seu lado natural. E aí é possível ver uma região preocupada com o fabrico do bom vinho e não com o fabrico de mau vinho, que *a posteriori* aparece na produção local em consequência de certas fragilidades que vão sendo identificadas neste estudo. Pelo que passamos à transcrição da notícia:

«Dentro de poucos dias vindima-se em toda a região. Vão as adegas ficar cheias de vinho novo, e, os viticultores, cheios de apreensões. A todos aqueles que tiveram dificuldades é bom lembrar-lhes a conveniência de conduzirem a sua vida de maneira a corrigir os erros passados. Quanto à fatura do seu vinho, ele será tanto melhor, quanto melhor for o cuidado do proprietário. Os vinhos com defeito, toda a gente sabe que pouco ou nada valem, e, quem não os preparar agora, nestes tempos de vindima, bem se pode ir preparando para novos desgostos. Esse pesadelo da acidez, essa negra surpresa da “casse” podem-se evitar, precisamente agora, ao conduzir das uvas para as vasilhas. Que as vasilhas estejam cuidadosamente limpas e desinfetadas, que as uvas sejam cuidadosamente escolhidas – e meio trabalho está feito. Falta a análise dos mostos, que a Estação Viti-Vinicola de Dois Portos ou qualquer vizinho mais actualizado, podem fazer. Estudem-se com paciência os lucros sobre viticultura e os folhetos de divulgação; peçam-se os conselhos de pessoas mais sabedoras. Nada se faça às cegas. A todos cabe empenhar-se por que os seus vinhos sejam perfeitos, e cabe ainda mais o dever de, dentro das suas possibilidades, ensinar e aconselhar os seus vizinhos mais pobres, que na sua maioria não sabem ler. Vem aí a vindima. Cuidado com ela. Esses oito ou quinze dias de trabalho podem impedir-vos oito meses de aborrecimentos»⁷⁹.

Como pode ser observado, o centro vinhateiro de Torres Vedras mobilizava-se em prol da economia do seu principal produto, daí a chamada de atenção para o cumprimento das boas-práticas do subsector do vinho; muitos acreditavam, que só elas, e não a falta de saber, credibilizavam o vinho da região. Entre os que assim pensavam está o jornal *Alta Extremadura*,

⁷⁸ Segundo o parecer solicitado ao Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária de Dois Portos, a 29 de janeiro de 2021 (à investigadora Doutora Sara Canas).

⁷⁹ Ver *Alta Extremadura* (1934, n.º 64: 2), «Amanhã mais uma vindima».

isto é, os seus responsáveis, por isso resolveu tomar em mãos a tarefa de o lembrar com muita insistência; a provar estão as varias noticias onde fazia notar que essa era a única formula capaz, para trazer a tão desejada riqueza a Torres vedras. É neste quadro que deve ser visto este periódico regional a encorajar a alma do mundo vinhateiro da sua terra com expressões de estímulo à sua economia, tais como: «nada se faça às cegas» e «a todos cabe empenhar-se por que os seus vinhos sejam perfeitos». Como também de apelo à solidariedade para com os mais frágeis, os tais que grosso modo tinham culpas pelo mau vinho e que necessitavam de ajuda. Por esse motivo, o jornal tocou os sinos a rebate e esperou a velha mobilização da região para esse nobre propósito, «ensinar e aconselhar os [...] vizinhos mais pobres, que na sua maioria não sabem ler». É notório que, em teoria, o cuidado no fabrico da bebida era um objetivo transversal ao coletivo regional; na prática, só parte da produção tinha condições para fazer uma boa vinificação e a restante obrigou à criação das adegas cooperativas. Este foi o porto de abrigo de milhares de viticultores pobres da região de Torres Vedras que aí encontraram soluções para vinificar. Em conclusão, a região estudada produziu bom e muito mau vinho, tendo este último um efeito deveras negativo na economia do vinho de Torres.

1.4. Custo de produção

O custo de produção é um custo que, na economia do vinho comum, teve um forte impacto na hora da entrega desta bebida ao comércio e no bem-estar dos vinicultores da região vinhateira de Torres Vedras. Razão do seu desespero em certos momentos da produção nacional deste vinho e dos consequentes pedidos de auxílio por parte de uma classe quase sempre a braços com a sua sobrevivência. E impotente, perante um comércio voraz e insensível às dificuldades da produção regional. Este subcapítulo, vai procurar enquadrar, e explicar, o peso deste custo na esfera da vitivinicultura do concelho de Torres Vedras. Começamos com os custos apurados por Paulo de Moraes; em contexto do inquérito agrícola que realizou na 7.^a região agronómica. Antes de os apresentarmos, consideramos importante procedermos ao enquadramento do vinho neste território. Esta era a perspetiva deste autor:

«A 7.^a região agronómica, se, pela variedade e superioridade de muitos dos seus vinhos, soffre paralelo com as mais afamadas de Portugal, pela quantidade que produz está muito superior a todas as outras, pois quasi metade dos productos vinícolas do Reino são creados dentro da sua area. Os dados estatísticos obtidos pelo inquérito demonstram que uma importantíssima superfície do seu solo, elevando-se a nada menos de 118:783 hectares, está occupada pelo precioso arbusto» (Moraes, 1889: 105).

Portanto, está realizado o primeiro enquadramento; o centro produtor de Torres Vedras, estava ao tempo, inserido na maior região nacional produtora de vinho comum. A qual dedicava o seu solo agrícola quase em exclusivo à cultura da vinha. No da região estudada, Paulo de Moraes, calculou então estes custos:

«O systema de plantação seguido no concelho tem sido geralmente o de manta. As despesas por milheiro de vinha, até começar a produzir, são as seguintes:

Plantação ás distancias de 1 ^m , 20 e 1 ^m , 10, em media	8\$000
Despezas dos primeiros annos improductivos.....	10\$000

Valor da terra:

Veigas.....	40\$000
Abas das encostas.....	30\$000
Encostas.....	5\$000
Altos e areias.....	1\$500

A media em relação a 1:083 hectares das primeiras, 5:416 das segundas, 8:125 das terceiras e 3:009 das quartas, segundo os valores supra, corresponde a.....	16\$530
Somma.....	34\$530

Juro a 5 por cento de 34\$530 réis relativo aos primeiros quatro annos.....	6\$905
Somma.....	41\$435

As despesas com os amanhos de 1 milheiro de vinha são as seguintes:

Descava, 2 jornaes.....	\$800
Poda, 4 jornaes.....	1\$600
Empa, 1 ¹ / ₂ jornal.....	\$600
Paus para amorôa, 3\$600 réis por tres annos.....	1\$200
Junco.....	\$160
Cava, 4 homens.....	1\$600
Redra, 2 homens.....	\$800
Enxofre, 15 kilogrammas.....	\$800
Enxofração.....	\$400
Vindima e fabrico.....	2\$410
Renda da adega e vasilhame em relação, a 700 réis por pipa.....	\$803
Contribuições geraes e locaes.....	1\$240
Despezas eventuaes de lagartagem e outras.....	1\$200
Somma.....	13\$613

Juro do capital de 41\$435 réis acima descripto.....	2\$071
Somma.....	15\$684

Produção media do concelho, por milheiro de vinho, 31 almudes e 3 ¹ / ₂ canadas ou 547 litros a 600 réis os 17 litros.....	18\$754
Saldo positivo por milheiro.....	3\$070

Produção por hectare 3:912 litros ou 8 pipas e 17 almudes.

Tres quartas partes do vinho produzido é tinto, e uma quarta parte é branco. O preço médio de 600 réis pelos 17 litros foi calculado em relação áquella proporção, e á differença dos preços médios correntes das duas qualidades durante os ultimos cinco annos, que terminaram em 1887. Dispensando-me de repetir as considerações que fiz a respeito do lucro industrial da cultura da vinha quando fallei das vinhas de Bucellas, pelo que acabo de dizer facilmente se explica, em vista dos resultados economicos, as rasões do alargamento de cultura e da prosperidade excepcional d'este cantão vinicola, que começa a declinar em rasão do phylloxera e de outras causas. Verdade é, que, em parte alguma da 7.^a região, esta cultura é mais esmerada e intelligentemente dirigida do que aqui. As adubações são frequentes, sobretudo nas vinhas que d'ellas carecem principalmente, isto é, nas plantadas em pontos mais elevados. Cinco carradas por milheiro é a quantidade empregada; custando esta adubação 9\$100 réis, dos quaes 7\$500 réis são o custo do adubo. Durando aquella quatro annos, cabe a cada anno 2\$275 réis. Esta despesa, assim como a que exige a appllicação do trapo e de alguns adubos commerciaes é sempre largamente retribuída pelo excesso de producção ... Em consequencia dos destroços do phylloxera, muitos proprietarios têm, á falta de fé nos resultados do sulphureto de carbonio (descrença aliás justificada pelos resultados negativos), encetando larga plantação de videiras americanas. Esta plantação é, como fica dito, espaçada a 1^m,80 para uso da charrua Vernette, e custa, termo medio, 12\$000 réis por milheiro. Se n'esse recurso consistir a salvação da riqueza vinicola d'aquelle territorio, póde futurar-se, que em seis ou oito annos, a reconstrucção das vinhas de Torres Vedras será uma realidade [...]» (Moraes, 1889: 130-131).

Como pode ser observado, os custos apurados pelo autor, permitem, tanto a perceção do custo da cultura propriamente em si, como uma perceção muito completa do custo de produção na região vinícola de Torres Vedras, na segunda metade do século XIX. A título de exemplo, destacamos nas seguintes situações: na plantação – em concreto, referimo-nos, às despesas por milheiro de vinha, até esta começar a produzir – onde os dados esclarecem, que na plantação às distancias de 1^m, 20 e 1^m, 10, em média o custo era de 8\$000 réis, e em

relação as despesas dos primeiros anos improdutivos, o custo era de 10\$000 réis; nos amanhos de 1 milheiro de vinha, onde esclarecem que as despesas no seu todo eram de 15\$684 réis; ou ainda na produção média do concelho por milheiro de vinho, onde esclarecem que o saldo positivo por milheiro era de 3\$070 réis. E na adubação, onde esclarecem que eram necessárias cinco carradas por milheiro, e que esta adubação custava 9\$100 réis, dos quais 7\$500 réis diziam respeito ao custo do adubo.

Para o alvor do século XX, José de Campos Pereira, apurou estes valores para o custo de produção na região estudada:

Quadro 1.6: Custo de produção na região de Torres Vedras (1915)

Custo de produção na região de Torres Vedras (dado à estampa por José Campos Pereira, em 1915)							
Classe de terrenos	Custo da plantação e formação da vinha		Despesas anuais totais	Por milheiro	Por hectare	Saldo Positivo	
	Por milheiro	Por hectare				Por milheiro	Por hectare
1. ^a	83\$34	288\$50	1. ^a	21\$65	75\$76	15\$85	55\$46
1. ^a	52\$14	182\$50	1. ^a	21\$65	75\$16	47\$79	167\$25

Fonte: Elaboração própria a partir de Pereira (1915: 135).

O quadro 1.6, supra, é muito útil porque permite que se compreenda a linha evolutiva do custo de produção na região de Torres Vedras. Veja-se, por exemplo, em relação ao custo da plantação e formação da vinha por milheiro: como pode ser observado, no primeiro quartel do século, o custo andava na ordem dos 83\$34/52\$14 escudos (em terrenos de 1.^a classe); e tinha um saldo positivo por milheiro de cerca de 15\$85/47\$79 escudos (em terrenos de 1.^a classe). Portanto a cultura da vinha, quanto ao custo de produção, manteve nesta região a tendência que trazia da segunda metade do século XIX, isto é, cara e muito lucrativa. Rogério V. de Oliveira, ao tempo funcionário da JNV, foi incumbido pelo organismo de o apurar para o quinquénio 1947-1951⁸⁰, período onde vamos agora incidir a nossa análise. A qual iniciamos com o quadro 1.7 e o respetivo esclarecimento para que seja possível interpretá-lo, por exemplo em relação ao «agrupar» das vinhas, que foi uma operação levada a cabo pelo agrónomo da JNV com o propósito de atingir o desejado cálculo. Portanto, são os seus critérios essenciais ao entendimento do referido quadro: em primeiro lugar, porque presidiram ao agrupamento das vinhas do concelho em classes; em segundo, porque tiveram por base certas condições, que de seguida damos a conhecer:

⁸⁰ Nota: apuramento com base no método da «conta de cultura total».

«Depende o custo de produção, por um lado, do quantitativo da mesma produção e por outro da soma de sacrifícios, traduzidos por despesas em dinheiro e outros encargos de vária ordem, que é necessário suportar para a obter. Ora, como qualquer planta, a vinha produz mais ou menos, melhor ou pior, consoante as condições em que se encontra. O solo, o clima, as castas, os porta-enxertos, o maior ou menor cuidado com que se executam os granjeios são os factores que principalmente influem na produtividade. O termo produtividade, no sentido em que o empregamos, significa produtividade adquirida, isto é, o conjunto da produtividade natural do solo e dos efeitos da técnica cultural aplicada. Variando, de local para local, as condições de produção, que se vão reflectir em todos os encargos que a oneram e variando, simultaneamente, o volume da colheita obtida, diferentes são, como consequência, os custos de produção. Será necessário, portanto, para o presente estudo, agrupar as vinhas da região em classes, para cada uma das quais será calculado um preço de custo médio do vinho»⁸¹.

Quadro 1.7: A vinha no concelho de Torres Vedras: área ocupada (hectares), por classe de produtividade e por freguesia

Concelho de Torres Vedras					
Área de vinha					
Freguesias	1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe	4ª Classe	Totais
Carvoeira	106	248	248	106	708
Cunhados	235	78	157	314	784
Dois Portos	318	637	477	159	1591
Freiria	0	177	252	76	505
Matacães	27	136	246	136	545
Maxial	106	177	283	142	708
Monte Redondo	30	71	51	51	203
Ponte do Rol	119	119	139	20	397
Ramalhal	140	94	70	164	468
Runa	88	91	82	14	275
São Domingos de Carmões	0	297	198	0	495
São Mamede da Ventosa	102	613	255	51	1021
Santa Maria	57	285	513	285	1140
São Pedro	77	386	232	77	772
São Pedro da Cadeira	33	66	100	133	332
Silveira	0	85	85	112	282
Turcifal	84	338	253	169	844
Totais	1522	3898	3641	2009	11070
%	13,8	35,2	32,9	18,1	100

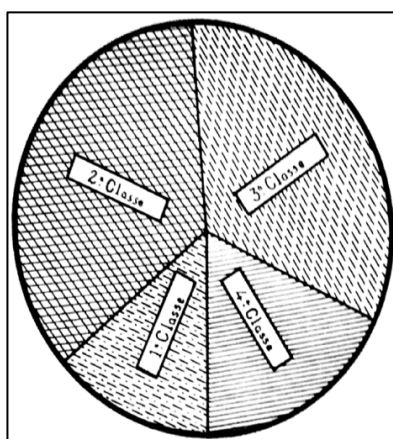
Fonte: Elaboração própria a partir da *Separata dos Anais da Junta Nacional do Vinho* (1951: 46).

Com base nos critérios definidos por Rogério V. de Oliveira e na informação incluída no quadro 1.7 pode inferir-se que era no solo da zona Leste, o de excelência do concelho de Torres, que se concentrava boa parte da vinha de 1.ª classe. Por exemplo, só nos terrenos das freguesias de Dois Portos, Carvoeira e Runa, esta classe ocupou, por essa ordem, 318,

⁸¹ Ver *Separata dos Anais da Junta Nacional do Vinho* (1951: 29-30).

106 e 88 hectares. Como se pode ver neste quadro, a vinha de 1.^a classe podia ainda ser encontrada com forte expressão nas freguesias de A-dos-Cunhados, São Mamede da Ventosa e Turcifal. No total do concelho valia 13,8% da área cultivada. Apesar da reduzida expressão, quanto à área de cultura, a menor do grupo analisado, esta classe tinha peso na economia devido à qualidade do vinho. Outra face da cultura que o quadro esclarece é a da terra. Por outras palavras, o quadro esclarece a dimensão dos terrenos então em uso com a cultura da vinha e assim ficamos a saber que nela predominou o terreno de média dimensão. Esta interpretação está apoiada nos valores percentuais da 1.^a e 4.^a classes, o primeiro de 13,8%, o segundo de 18,1%. A soma das classes somente corresponde a 31,9% da «área total de vinha do concelho». Ao passo que às classes dominantes, a 2.^a e 3.^a, as designadas «vinhas de média produtividade, [...] corresponde 68,1%»⁸². O fenómeno é nítido na freguesia de Dois Portos, a mais importante freguesia do concelho de Torres Vedras, vejam-se os números que o sustentam: 318 hectares de vinha de 1.^a classe, 637 de 2.^a, 477 de 3.^a e 159 de 4.^a, no total 1 591 hectares dedicados à cultura da vitis vinífera.

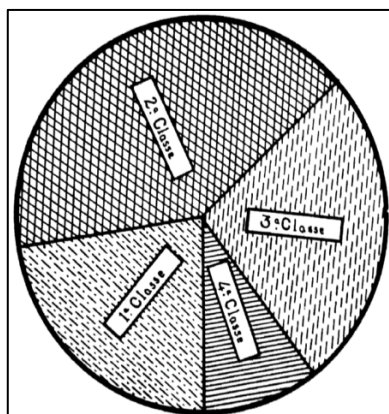
Figura 1.5: Áreas de vinha



Fonte: *Separata dos Anais da Junta Nacional do Vinho* (1951: 49).

⁸² Ver *Separata dos Anais da Junta Nacional do Vinho* (1951: 45-46).

Figura 1.6: Produções de vinho



Fonte: *Separata dos Anais da Junta Nacional do Vinho* (1951: 49).

Para uma melhor perceção tanto da área de vinha como da produção de vinho equivalente às várias classes de produtividade parece muito útil a informação vertida nas figuras 1.5 e 1.6. Decerto que ela complementa a anterior e, em particular, permite uma ilustração mais completa da «distribuição das quatro classes de produtividade e das respectivas produções». Assim como permite a «comparação das áreas de vinha e produções de vinho correspondentes às classes de produtividade»⁸³ no concelho em análise. Quanto ao quadro 1.8, acreditamos que é um documento importante, sobretudo porque possibilita a compreensão da produção em Torres Vedras.

Quadro 1.8: Ordem da produção no concelho de Torres Vedras por escalões

Concelho de Torres Vedras				
Escalões de produção	Produtores		Produção	
	Quantidade	% em relação ao total do concelho	Quantidade (pipas)	% em relação ao total do concelho
Até 5 pipas	3853	48,4	10859	10,4
5 a 10	1782	22,4	13253	12,6
10 a 20	1168	14,7	16693	15,9
20 a 50	832	10,4	25432	24,2
50 a 100	198	2,5	13628	13
100 a 200	85	1,1	11638	11,1
200 a 500	28	0,4	8022	7,6
Mais de 500	9	0,1	5416	5,2
Totais	7955	100	104941	100

Fonte: Elaboração própria a partir da *Separata dos Anais da Junta Nacional do Vinho* (1951: 50).

⁸³ Ver *Separata dos Anais da Junta Nacional do Vinho* (1951: 48-49).

Vejamos então o que ele dá a ver sobre essa produção: vamos começar pelos produtores com menos de 5 pipas. O quadro esclarece, por exemplo, que este escalão representava 48,4% do número total de vinicultores do concelho, o maior dos escalões estudados, e que a sua produção, em oposição, somente representava 10,4% da produção concelhia total. Como bem refere o estudo patrocinado pela JNV, na região era o grupo que produzia, «ao que tudo indica, em condições económicas mais desfavoráveis, tanto quanto ao cultivo das pequenas parcelas de vinha que amanhavam como no que respeita ao fabrico da pequena produção que auferiam»⁸⁴. Em relação ao escalão seguinte, o estudo esclareceu que, de um modo geral, estes vinicultores não dispunham de adega, por isso recorriam ao aluguer do espaço em conjunto com «o vasilhame necessário à vinificação e armazenagem do produto que, então, era em regra logo vendido após o seu fabrico»⁸⁵. E igualmente esclareceu que este escalão amiúde optava por outras estratégias, falamos da venda do vinho ainda na cepa, da venda direta das uvas e da parceria, na qual o vinicultor fabricava e guardava a bebida na «adeга do proprietário».

Em falta estão os vinicultores que produziam «em condições mais favoráveis», se os quisermos identificar basta olhar para o quadro e ver que são os que têm uma produção acima das 100 pipas. Este grupo de grandes agricultores representava 1,5% do total dos produtores e tinha um peso de 24% na produção municipal. Portanto, era um grupo muito influente na economia do vinho de Torres. Não menos influente era o grupo que ia de 5 a 100 pipas, o último em análise, com 3980 produtores – 50% do total dos produtores de Torres – teve a seu cargo 65,7% da produção, ou seja, «a parte mais importante da produção vinícola do concelho»⁸⁶. Enquadrada a produção passa-se à apresentação do seu custo no quadro 1.9.

Quadro 1.9: Preços de custo do vinho de Torres Vedras

Concelho de Torres Vedras						
Preços de custo						
Designação	Percentagem da produção de cada classe em relação à produção total do concelho	1947	1948	1949	1950	1951
Preço médio do concelho		3\$23	3\$50	3\$06	2\$72	3\$06
1ª Classe	22,7	2\$27	2\$46	2\$15	1\$92	2\$16
2ª Classe	40,4	2\$90	3\$14	2\$75	2\$44	2\$75
3ª Classe	26,7	3\$79	4\$10	3\$59	3\$18	3\$60
4ª Classe	10,2	5\$21	5\$64	4\$94	4\$38	4\$95

Fonte: Elaboração própria a partir da *Separata dos Anais da Junta Nacional do Vinho* (1951: 103).

⁸⁴ Ver *Separata dos Anais da Junta Nacional do Vinho* (1951: 48).

⁸⁵ Ver *Separata dos Anais da Junta Nacional do Vinho* (1951: 48 e 50).

⁸⁶ Ver *Separata dos Anais da Junta Nacional do Vinho* (1951: 51).

Como é dado a ver neste quadro, o método da «conta de cultura total» permite uma visão completa do preço de custo do vinho de Torres, em oposição ao cálculo simplista por vezes encontrado em estudos sobre este vinho. Por exemplo, se o enfoque for no preço médio do concelho, o quadro possibilita perceber que o mais elevado teve lugar em 1948 (3\$50) e o mais baixo em 1950 (2\$72). Se for no peso do preço nas classes, permite perceber a situação desvantajosa da terceira e quarta classes. Se for no preço por ano, permite perceber o preço por classe. E, por último, se for na relação produção/classe permite perceber a percentagem da produção de cada classe em relação à produção total do concelho. Em suma, este subcapítulo serviu para enquadrar e dar a compreender o custo efetivo da cultura em Torres Vedras, tantas vezes na origem do desespero e das muitas reivindicações dos produtores torrienses.

1.5. Produtores

Vinho é poder e poder é vinho. Numa terra de excelência de vinha e de vinho comum. Este é o quadro que melhor ilustra a produção na região vinhateira de Torres Vedras. Esclareça-se que nos referimos ao poder na forma institucional e não institucional, no qual certos atores da economia do primeiro produto regional tiveram elevado relevo e por isso os vemos então a conduzir os destinos do município. Este subcapítulo vai tentar trazer de volta essa memória que é essencial à construção da história económica do vinho de Torres: a de entre séculos deu a ver que um bom exemplo está na família Batalha Reis. E nela em António Batalha Reis, pelo papel crucial que este teve no vinho do centro produtor de Torres Vedras. Seríamos injustos por omissão, se na abertura desta análise, não referíssemos que desta história fazem parte milhares de produtores sem voz, os tais que muito acreditavam e contribuíam para a economia do vinho de Torres, independentemente da forma muito ou pouco esclarecida como o faziam. É certo que devíamos registar aqui o seu nome, mas, como é uma tarefa impossível de concretizar, pela falta de dados, fica esta nota a título de lembrete, obrigatório, num estudo desta natureza. E obrigatório é também divulgar alguns nomes dos produtores que conseguimos identificar, como os da lista em baixo, que diz respeito aos produtores da freguesia de Dois Portos:

Maria Joaquina, Feliciano Sousa, Alfredo oliveira, António Francisco, Domingos Lopes, Francisco Lopes, António Domingos, Alberto Barreiros, José de Deus, João Cândido Martins, António Marques, Manuel Mateus, Manuel Ramalho, Manuel Afonso, Eduardo da Costa, António Xavier, António da Costa Lopes, Henrique Severino, António dos Santos, João Gomes, Cristina Magalhães, Silvério Botelho Sequeira, Leonilde Cunha Rodrigues, José Ignácio Paulino, Costa Lopes, João

Pereira, João Carvalho Oliveira, Francisco Caetano Oliveira, João Alfama, António Rodrigues, Manuel Rodrigues Russo, Augusto da Silva, Manuel Gregório Miranda Júnior, Guilherme Trabuca, João da Silva, António Simões, Manuel Luiz Macieira, António Caetano Macieira, Maria do Carmo, José da Macieira, José Ferreira, João Ginja, José Pereira, João Pedro Cardoso, José Duarte, Sebastião Gonçalo, Manuel Domingos, Joaquim Sabino Bento, Carlos Canhoto, António Sabino Bento, Maria da Conceição Félix Viúva, Ernesto Teixeira Dinis, Manoel Belchior, Joaquim Melícias, Augusto Pimentella, Angelina Melícias Viúva, Gertrudes Belchior, José Belchior, José Antunes Martins, Jacinto Melícias, António Melícias, Manoel Melícias, Francisco Martins, Augusto Soares, João Bernardo, Domingos da Costa, José Francisco, José Jacinto, José Marques, José Vieira, Egídio Bernardino, João Botelho, José Henriques, Luiz Andorinha, Joaquim Vieira, Gertrudes Henriques, António Filipe, Faustino Policarpo, Joaquim da Silva Brandão, José Timóteo, José Alemão, Luiz Matos, Filipe Gomes, Elisa Veríssimo, João Serra, Valério da Costa, Maria Gomes, Sardinha, Luiz Manoel, Duarte Ferreira, Manuel António Valentes, Gertrudes Magno Conceição, Valeriano Almeida, Joaquim da Silva Barreiro, António Gregório, José Agostinho Ginja, José Gonçalves, Joaquim Alves da Silva, António Oliveira, Luís Trábulo, Gregório Alves, Joaquim Júnior, Eduardo Ferreira Rijo, Manoel Gregório, Adelaide Macário, António Maria Rodrigues, Leonor Gregório de Filhos, Joaquim Policarpo Mata, Bernardo Bento da Silva, Amélia Gomes Ferreira, José da Silva Camacho, João Francisco Alves, José Alves Ginja, Joaquim Quintino, José Rosado Caeiro e Família, Francisco Caetano Macieira, João Batista Canha Júnior, António Gomes, Joaquim Feliciano, e João Francisco⁸⁷.

Por certo faltam nomes de vinicultores nesta lista, e por certo, os que em cima apresentámos, forçosamente são os representantes da produção, presente e em falta, de Dois Portos. Quanto aos vinicultores com voz, há a dizer que eram um punhado no concelho de Torres Vedras.

⁸⁷ Arquivo Municipal de Torres Vedras. Caixa 83, estatística da produção de vinho tinto, branco e abafado, aguardente de 20 e 30 graus e aguardente de bagaço, 1916.

Quadro 1.10: Os principais vinicultores do vinho tinto de Torres (em 1933)

Concelho de Torres Vedras	
Vinho tinto	
Vinicultores	Freguesias
Valério Costa Júnior	Dois Portos
António Victorino França Borges	Dois Portos
António Teixeira Figueiredo	Dois Portos
Miguel Leal Silva	São Domingos de Carmões
Francisco Jesus Bernardes	Turcifal
Maria Isabel Melo Falcão	Matacães
Soc. Vinícola Comercial Chapuceira	Turcifal
António Boto Pimentel Carvalhosa	São Domingos de Carmões
António Romão Serralheiro	Dois Portos
José António Vieira	Matacães
Romão Costa Lopes	Dois Portos
António Baptista	Dois Portos
João Guadalberto Barroso Cunha	Runa
Segismundo José Menezes	Carvoeira
Silvério Botelho Moniz Sequeira	Dois Portos
Alfredo Oliveira Luso	Dois Portos
José Boto Pimentel Carvalhosa	Carvoeira
Herminio Duarte Ferreira	Dois Portos
Luis Sommer Ribeiro	São Pedro
António Baptista	São Domingos de Carmões
Vicência Oliveira Costa	Dois Portos
Manuel Pedro Costa Belchior	Dois Portos
João Ferreira Rijo	Dois Portos

Fonte: Elaboração própria a partir de Freire (2010: 317-318).

Quadro 1.11: Os principais vinicultores do vinho branco de Torres (em 1933)

Concelho de Torres Vedras	
Vinho branco	
Vinicultores	Freguesias
Silva Bebiania Correia Franco	Santa Maria
Manuel Francisco Marques Sobrinho	Cunhados
Vicência Oliveira Costa	Dois Portos
Joaquim Soares Franco	Ramalhal
José Ramalho Belchior	Runa
Carlos Roque Vale	Monte Redondo
Soc. Vinícola Comercial Chapuceira	Turcifal
José Augusto Lopes Júnior	Santa Maria
António Romão Serralheiro	Dois Portos

Fonte: Elaboração própria a partir de Freire (2010: 319).

Os quadros 1.10 e 1.11, construídos com base na memória consultada, em estudos, mostram que eram efetivamente poucos os vinicultores que gozavam desse privilégio. João Ferreira Rijo e José Augusto Lopes Júnior são dois desses vinicultores, como é dado a ver nestes quadros. Pela sua ação em prol da produção regional estes produtores vão ficar para sempre ligados a esta memória, isto é, a voz da elite vinhateira de Torres Vedras ajudava a dar voz a todos os produtores torrienses. Tal era feito através do Grémio dos Vinicultores do concelho de Torres Vedras, que foi o primeiro a ser constituído no país, como mais atrás foi lembrado, e estava a cargo dos vinicultores referidos e do vinicultor Alberto Gomes Pedreira (nos lugares efetivos). Gratidão ao primeiro Grémio foi certamente um sentimento que presidiu ao pensamento do coletivo sem voz ou, na perspetiva da imprensa regional, deveria ser e por isso surgia o alerta em diversos artigos, a exemplo do seguinte:

«Devem ser homenageados pelos vinicultores os seus colegas que constituíram o seu primeiro grémio [...] fizeram tudo que humanamente lhes foi possível fazer, para resolver a crise vinícola no concelho de Torres Vedras, durante o ano de 1934»⁸⁸.

Outro filho da terra ligado ao vinho e ao poder é Mário Galvão. O primeiro presidente da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal tudo fez para resolver os problemas do vinho comum, bem como os da região-berço do organismo. Se de início a vinicultura local soube reconhecer a ajuda por que tanto lutou, mais à frente, injustamente, não a soube reconhecer, o que foi fruto da sua cegueira. Para a memória do vinho de Torres ficou a obra de um ilustre torriense que conduziu os destinos do produto maior da economia regional e por isso tem de figurar neste espaço dedicado à análise da relação vinho/poder. O próximo exemplo é igualmente representativo desta relação, falamos do militar António Victorino França Borges, administrador do concelho, presidente da câmara municipal⁸⁹ e, como se pode observar no quadro 5.8, um dos maiores vinicultores do concelho. A fonte «Constituição do executivo camarário: 1802-1974» dá a ver mais exemplos desta relação. Portanto, vinho e poder andaram de mãos dadas na região de Torres Vedras, no tempo estudado, com o propósito de manter a chama viva de uma das mais dinâmicas economias do vinho comum nacional.

1.6. Comerciantes

A economia do vinho de Torres, cedo atraiu à região comerciantes que procuravam a oportunidade de fazer ou de aumentar fortuna. E eram muitos aqueles que acreditavam terem sido bafejados pela sorte. A saber, os da própria região e depois os que a ela vinham, uns para lá

⁸⁸ Ver *Alta Extremadura* (1935, n.º 80: 1), «Sempre os vinhos».

⁸⁹ Ver CMTV (1992: 104-107), «Constituição do executivo camarário: 1802-1974».

ficarem de passagem, outros de forma permanente. Pelo que há memória, os principais negociantes do vinho de Torres no século XIX foram os almocreves. Os tais que António Augusto de Aguiar designou de o «freguês almocreve», em alusão aos comerciantes deste vinho. E que subdividiu em duas categorias, os da região, que apelidou de indígenas, e os de fora dela, que alcunhou de estrangeiros. Isto esteve patente no discurso que proferiu na 5.^a Conferência sobre vinhos, que teve lugar no Salão Nobre do Teatro da Trindade, em 1875; veja-se, por exemplo, quando faz notar na sua intervenção, que a região Torres Vedras «[...] tem por freguez o almocreve [...]» (Aguiar, 1876: 174).

Figura 1.7: Almocreve de Torres Vedras



Fonte: Joubert (1835).

Ou quando, nesta mesma conferência, teceu outras interessantes considerações sobre estes comerciantes primitivos do vinho de Torres, que nos ajudam a conhecê-los melhor, a título de exemplo, indicamos as relativas às práticas comerciais: «[...] tu não és senão a tinta dos almocreves, o pintor da água do chafariz [...]» (Aguiar, 1876: 182). Mixordeiros, por excelência, eram eles que faziam chegar o precioso néctar às tabernas da região e de Lisboa. Por essa razão, a sua importância, não pode, de todo, ser ignorada na história da economia do vinho

do centro produtor de Torres Vedras. Pelo contrário, como deu a perceber Orlando Simões. O qual assinala, no caso dos vinhos comuns, o desempenho de duas importantes funções por parte do comércio: «[...] em primeiro lugar, desempenhava a função geral de circulação e distribuição da mercadoria. Em segundo lugar, era responsável pela constituição de partidas de vinho normalizado para consumo humano, recorrendo a lotação de vinhos de diferentes características e qualidades adquiridos na produção [...]» (Simões, 2005: 19).

Este subcapítulo vai continuar a enquadrar os comerciantes do vinho de Torres, agora dando a conhecer dois deles, do grupo bafejado pela sorte, que por lá ficaram e por lá construíram sólidas empresas, falamos de Abel Pereira da Fonseca e de José Maria Macieira, bem como do seu espírito empreendedor no seio deste vinho, que não passou despercebido na região, nomeadamente ao olhar da imprensa periódica regional. Veja-se no primeiro caso, em 1929, no jornal *Gazeta de Torres*, em contexto de um «inquérito à vida industrial» da região:

A industria regional: uma grande exploração agrícola e industrial – As possibilidades industriais da vasta região de Torres, cuja industria pode hoje, sem desfavor, emparelhar com as mais prosperas congéneres do paiz inteiro, tem um interessante especimens da sua actividade na Quinta de São Francisco, onde o sr. Abel Pereira da Fonseca ⁹⁰ [...] Situada no limite do concelho de Torres Vedras e abrangendo uma importante área, 400 hectares, no visinho concelho do Cadaval, a Quinta de São Francisco, que era ha pouco tempo ainda uma árida e improdutiva charneca, está hoje transformada numa importante exploração agrícola, graças ao espirito de iniciativa, de trabalho e de preserverança do seu proprietario que ali tem a demonstração pratica das suas faculdades extraordinarias de lutador na batalha da Vida [...] A sua extensa vinha, cuja plantação de 300 000 pés de vide entrará brevemente em franca produção, não será demasiado atribuir, em anos de regular colheita, uma produção superior a 1500 pipas de vinho»⁹¹.

As fontes por nós estudadas levam-nos a concordar com o jornal *Gazeta de Torres*: Abel Pereira da Fonseca foi, de facto, um empreendedor competente, por exemplo no negócio do vinho. O que o levou à região de Torres e ao Oeste foi sobretudo o seu lado prático, isto é, este comerciante via na região uma espécie de paraíso porque lhe possibilitava alimentar o mercado do vinho comum nas melhores condições e permitia a maximização do seu lucro.

A plantação dos 300 000 pés de vide faz parte dessa estratégia. Com eles pretendia obter uma produção de cerca de 1500 pipas de vinho, esta produção assegurava um melhor posicionamento no mercado, por um lado; por outro, trazia vantagens nas compras que efetuasse

⁹⁰ Nota: tinha instaladas diversas explorações, entre elas a da vinha. Ver *Gazeta de Torres* (1929, n.º 87: 5), «A indústria regional: uma grande exploração agrícola e industrial».

⁹¹ *Ibidem*.

aos vinicultores da região, em consequência da pressão sobre o preço a pagar à produção. Em boa verdade, esta técnica foi usada por outros comerciantes do vinho da região Oeste. O sentido apurado deste homem para o comércio e para o mercado trouxe também modernidade ao concelho de Torres Vedras. Queremos com isto dizer que o negociante deu vida a uma quinta improdutiva, mecanizou a sua produção e inovou no transporte dos produtos, com a construção de uma linha férrea⁹² direta aos seus armazéns próximos da estação ferroviária do Outeiro da Cabeça, a porta de saída dos produtos para o exterior. Portanto, o jornal tinha boas razões para dedicar fortes elogios a Abel Pereira da Fonseca. A sua obra deu-lhe acesso a um lugar na história económica do vinho da região de Torres. Do mesmo modo, a obra de José Maria Macieira, recebida e continuada pelo filho José Guilherme, foi importante para a economia da bebida e, por isso, também eles têm lugar na história do vinho de Torres. A má sorte trouxe José Maria à região à procura da tal fortuna que falámos. Homem de visão, atento ao que se passava dentro e fora de portas, rapidamente encontrou a receita para o sucesso.

José Maria Macieira vivia em Lisboa com sua mãe e irmãos, gerindo a empresa *Viúva Macieira & Filhos*, fundada em 1804, que na Rua da Madalena em Lisboa tinha uma loja e armazém de papel e trabalhos tipográficos. Este armazém era abastecido pela fábrica da família – *Fábrica de Papel do Boque* – fundada em 1861 por José Joaquim Paula no Lugar do Boque (Serpins-Lousã). Esta fábrica, depois de adquirida pela firma *Viúva Macieira & Filhos* nos anos 70 do século XIX, foi uma das mais importantes do país, tendo sido a única que começou logo com produção mecânica, instalando, desde a sua origem, uma máquina de papel contínuo. Por ironia do destino, foi também aquela que, ao longo de mais de um século de laboração, menos viria a desenvolver-se. Viria a encerrar definitivamente em janeiro de 1986. Contudo, José Maria Macieira, seguindo o conselho de amigos, em 1865 funda a *Macieira & C.^a* e passa a comercializar vinhos, azeite e outros produtos alimentares que trazia da região Oeste, mais concretamente do Maxial (concelho de Torres Vedras), onde a família detinha uma quinta. Fazia destilação de aguardentes e terá sido essa a razão de ter mandado o filho, José Guilherme Macieira, estudar o fabrico de destilados em Cognac, região de França que dá nome à famosa bebida. Em resultado disso José Guilherme funda em 1865 a firma *José Guilherme Macieira & C.^a*, para comercialização de vinhos, destilados, azeites e vinagres. Em 1885, cria a receita, ainda hoje secreta, do Cognac Macieira – *Real Fine Eau-de-Vie*. Com graduação alcoólica de 36°, 40° ou 43°, o *Macieira Royal Old Brandy*, sendo o 2º cognac/brandy português mais antigo ainda em produção, depois do *Constantino* (1877) é obtida a partir da aguardente vínica com um envelhecimento mínimo de seis meses em cascos de carvalho. Resulta da destilação de uvas de diversas e

⁹² Nota: por onde circulavam os seus minicomboios. *Ibidem*.

assenta numa receita que permanece inalterada desde o seu lançamento. Em 1892, o rei D. Carlos nomeou José Guilherme Macieira *provedor de vinhos e cognacs de vinho da Real Casa*. José Guilherme Macieira também viu o seu engenho premiado. Foi ordenado cavaleiro da Legião de Honra em França e Comendador em Portugal»⁹³.

Vinho comum e vinho destilado foram os ingredientes então pensados para a receita, em especial o destilado conhaque Macieira. Foi uma aposta ganha porque o sucesso comercial da bebida vai colocar o nome Macieira (a marca), como se pode ver em cima, em destaque no mercado nacional. A família soube gerir bem as tendências do exterior no mercado interno e por isso sentiu necessidade de criar a marca⁹⁴, o Brandy Macieira esteve mesmo na origem das honras prestadas pela monarquia. Ao filho coube receber títulos e o comércio da Casa Real, ao pai coube a visão que foi fundamental para o sucesso da família nos negócios do vinho comum e do vinho destilado no centro produtor de Torres Vedras. Em síntese, os comerciantes estão de um modo geral ligados à parte odiosa da história económica do vinho de Torres. Por várias razões, como vamos dar a ver ao longo do estudo, os dois últimos analisados neste subcapítulo parecem não estar ligados a essa má memória, cheia de aventureiros que tanto prejudicaram o vinho torriense; é certo que também se moviam pelo lucro e certo é que, em oposição a esses aventureiros, trouxeram modernidade ao concelho estudado. Ao olhar da ciência, uns e outros foram fundamentais ao escoamento da enorme produção regional, logo a sua história tem de estar presente neste enquadramento e nesta história económica do vinho da região de Torres Vedras.

1.7. *Terroir*

Antes de iniciarmos a análise do *terroir*⁹⁵ da região de Torres Vedras, consideramos útil dedicarmos algumas linhas deste subcapítulo à explicação do conceito, isto é, do discurso que se tornou regra no mundo do vinho. Como é sabido, *terroir* é uma invenção do vinho da França: com o objetivo de proteger o seu vinho e de o diferenciar dos demais, este país, por um lado, engendrou um discurso à medida da sua bebida e, por outro, impôs valores à economia do produto, que passaram a ser fundamentais à caracterização do vinho. Em relação aos princípios que o sustentam, estão baseados em atributos naturais. De modo sumário, podemos definir *terroir* como uma porção de terra limitada com atributos naturais de excelência para a viticultura. Por exemplo, segundo o olhar de Joel Brémond, ao nível do solo, localização e

⁹³ Ver blogue Restos de Coleção, Macieira – Royal Old Brandy.

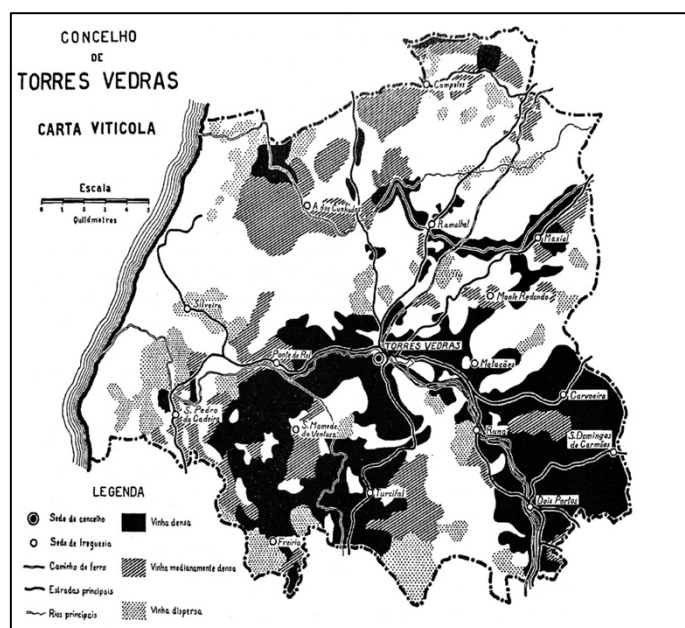
⁹⁴ Ver Lopes (2013: 5-6, 192-193).

⁹⁵ *Terroir* é um «termo francês utilizado para designar o conjunto de solo, clima e casta» (Ghira, 2006: 113).

exposição solar⁹⁶. Já do ponto de vista de Jean-Guillaume Ditter e Joelle Brouard não são só os atributos naturais, como o solo e o clima, devem ser considerados na definição de *terroir*. Na sua perspetiva, há outras condições a ponderar, designadamente históricas, culturais e sociais⁹⁷. A qualidade do vinho, porque é disso que estamos a falar, tem um peso crescente na economia da bebida, desde a segunda metade de oitocentos. Muito por culpa da ciência, nomeadamente a de França, que não poupou esforços para a atingir. Logo *terroir*, ou melhor, a qualidade no vinho, pode ser considerada também uma invenção do saber francês, em especial porque a estudou e deu a conhecer. Tanto a nível da natureza como a nível humano: na primeira situação podemos incluir Joel Brémond; na segunda Jean-Guillaume Ditter e Joelle Brouard. Certo é que o vinho beneficiou muito com os avanços da ciência em França, a partir da segunda metade do século XIX.

Quanto ao *terroir* de Torres Vedras, vamos proceder à sua análise a partir dos atributos naturais da região, e acima de tudo com base naqueles que melhor servem os interesses do produto vinho. Em relação ao solo ou, para sermos mais precisos, à natureza dos terrenos da região estudada, podemos dizer que eles têm origem numa «grande variedade de formações geológicas (na maior parte jurássicas, cretácicas, pliocénicas e modernas, cortadas aqui e além por pequenos afloramentos datando de outros períodos da vida do Globo)»⁹⁸. É daí que vem a grande aptidão do solo de Torres, sobretudo para a agricultura. A qual é sublinhada por diversos autores, a exemplo de António Francisco Baixinho, que sobre ela diz o seguinte: «As férteis terras de Dois Portos foram muito disputadas ao longo dos séculos, principalmente para a produção de vinho» (Baixinho, 2013: 15).

Figura 1.8: Carta vitícola do concelho de Torres Vedras



⁹⁶ Ver Brémond (2014: 23-25).

⁹⁷ Ver Ditter e Brouard (2014: 11).

⁹⁸ Separata dos Anais da Junta Nacional do Vinho (1951: 18).

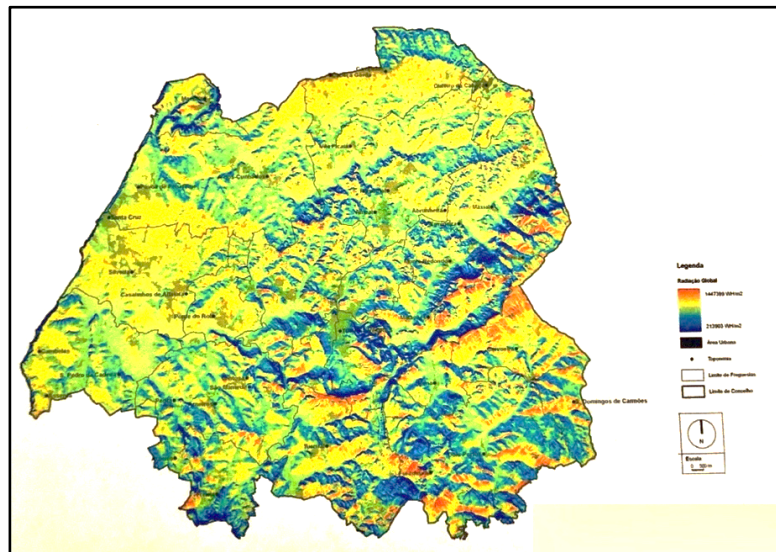
Como pode ser observado na figura 3.2, o concelho de Torres, a nível da geografia, é composto por três áreas; duas distintas, a leste e oeste, e uma de transição, ao centro. A área leste, com enorme aptidão para a vinha, sofre influência mediterrânica e tem o seu relevo situado além dos duzentos metros de altura. Neste espaço, o solo é argiloso e o clima é seco. Note-se que esta é a terra referida na citação. A área oeste, por sua vez, sofre a ação do oceano Atlântico e, em relação ao relevo, é constituído por colinas e outeiros com encostas suaves além dos duzentos metros de altitude, sendo que abaixo dos duzentos metros o terreno é formado por uma orla litoral. O solo desta zona é, na primeira situação, argiloso, ao passo que na segunda é arenoso e o clima é húmido. No que toca à área de transição, ao redor de Torres Vedras, esta apresenta características de passagem, relativamente ao relevo, solo e clima, entre as áreas leste e oeste⁹⁹.

A faltar está a análise das temperaturas, pluviosidade, recursos hídricos e exposição solar. Sobre as temperaturas, podemos dizer que na região elas são de um modo geral moderadas. O mesmo se passa com a pluviosidade¹⁰⁰. Este equilíbrio no tempo contribui para o bom desempenho da agricultura local, que não menos depende dos recursos hídricos. Como podemos ver, ainda na figura 3.2, os mais importantes estão a cargo dos rios Sizandro e Alcabrichel e da ribeira de Pedrulhos, afluente do primeiro. O Sizandro nasce na Patameira de Baixo e até à foz, a sul de Santa Cruz, o rio faz um percurso de 32 quilómetros. Quanto ao Alcabrichel, nasce na cercania da Aldeia Grande e até à foz, no Porto Novo, percorre um caminho com perto de 25 km. A ribeira nasce junto a Freiria e trilha um trajeto de 11 km até se encontrar com o Sizandro, em Ponte do Rol. Por outro lado, a figura em análise dá igualmente a ver o quanto a distribuição da vinha em Torres Vedras se deve às condições do *terroir* de cada área do concelho. Razão pela qual a vinha densa aparece concentrada, na carta vitícola, sobretudo nas áreas leste e de transição.

⁹⁹ Ver Lopes (2010: 76).

¹⁰⁰ Ver Rodrigues (1996: 22-30)

Figura 1.9: Radiação solar



Fonte: CMTV (2007), Radiação solar.

Estas área apresentam os mais elevados níveis de exposição solar do concelho, como se pode ver na figura 3.3, e esta condição é essencial à qualidade final do vinho. Por isso, se a acrescentarmos a tudo o que foi dito, decerto vamos perceber que na região estudada eram estas as áreas onde o vinho, de um modo geral, apresentava as melhores características, de nariz e boca. Com a exposição solar terminamos a análise do *terroir* da região de Torres Vedras.

Balanço do capítulo

O primeiro capítulo assume grande importância no estudo porque esclarece certas características do vinho de Torres que são essenciais para a compreensão e para o enquadramento da economia do vinho da região de Torres Vedras. Por exemplo em relação à produção esclareceu a importância económica, influência na economia, escoante normal do vinho, e o número de vinicultores de cada freguesia do concelho de Torres Vedras. Quanto às castas deu a ver as que eram predominantes no concelho estudado e no fabrico deu a ver os sistemas em uso. A vinificação foi nele igualmente esclarecida, com um caso prático regional. Bem como o custo de produção, que foi devidamente quantificado, por exemplo, pelo método da «conta de cultura total». O capítulo ainda esclareceu a relação dos produtores com o poder, quer local quer central, como também, a diversidade na classe dos comerciantes do vinho torriense.

Assim como, a título de complemento, não menos importante bem pelo contrário, explicou o *terroir* da região vinícola de Torres, sobretudo pelos laços que o une ao mercado deste vinho. E acreditamos ter alcançado esse objetivo, ou seja, com a explicação por nós dada o nosso leitor passou a perceber melhor o conceito (*terroir*) quando transposto para a região vinícola de Torres, como, por exemplo: que nesta região, como noutras regiões vinícolas de tradição europeia, leia-se francesa, ele assenta de um modo geral em atributos naturais, como é sabido, de excelência para a cultura da vinha que, como explicámos, podiam ser encontrados na região estudada, em específico falamos de certos lugares do concelho de Torres Vedras, como os da área leste, em referência a Dois Portos, São Domingos de Carmões e Carvoeira. Aqui existiam e existem condições efetivamente de exceção para a produção de vinho de qualidade, em conformidade com o padrão de exigência *terroir* (da França).

Vejamos *item a item*: no caso da importância económica ficou a saber-se que a freguesia de Dois Portos era a mais importante do concelho, seguida pelas freguesias de São Mamede da Ventosa e Cunhados, e que as freguesias menos importantes eram Silveira, Monte Redondo e São Pedro da Cadeira. Em relação à influência na economia ficou a saber-se que as três primeiras freguesias eram as que tinham mais peso no concelho de Torres Vedras. Quanto ao escoamento normal do vinho ficou a saber-se que Lisboa era o principal mercado da bebida. Relativamente ao número de vinicultores de cada freguesia ficou a saber-se o seu número exato por freguesia e que a freguesia de Dois Portos era a que mais vinicultores reunia, 652. No que concerne às castas ficou a saber-se que, nas tintas, predominavam as castas Tinta Miúda, João Santarém e Grand-Noir; nas brancas, as castas Vital, Fernão Pires, Rabo de Ovelha, Tamarez e Jampal. Quanto ao sistema de fabrico ficou a saber-se que existiam dois em uso na região, um para vinho tinto, a curtimento, outro para vinho branco, a bica aberta. Sobre a vinificação ficou a saber-se que a região também se preocupava com o fabrico do seu vinho.

No caso do custo de produção ficou a saber-se o custo exato da produção na região de Torres. No que respeita à relação dos produtores com o poder local e central ficou a saber-se que existia uma relação muito próxima entre a elite vinhateira e esses poderes, por exemplo elite/poder local. Acerca dos comerciantes do vinho de Torres ficou a saber-se que os primeiros foram os almocreves, e que numa fase posterior, houve alguns negociantes deste vinho que criaram raízes na região e, ao que parece, contribuíram para a própria modernização do setor do vinho comum no concelho estudado. Termina-se este balanço, alusivo ao capítulo de enquadramento do vinho de Torres, com a certeza de que tudo foi feito no sentido de esclarecer o leitor sobre as particularidades do vinho do centro produtor de Torres Vedras.

CAPÍTULO 2

AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES, 1850-1890

O período que vamos analisar no capítulo 2 parece estar, no vinho comum, fortemente pressionado pelas políticas da Regeneração para o setor da agricultura, as quais procuravam estimulá-lo. E pelas repercussões das enfermidades patológicas no vinhedo local. Em concreto referimo-nos às consequências destes males na vinha da região vinícola de Torres Vedras no período 1850-1890. Claro está que o míldio foge de certa maneira a esta arrumação, mas, por uma questão de coerência analítica, esta doença vai ser especialmente tratada neste capítulo. Estas são as balizas cronológicas que definimos para este capítulo, desde logo, pelo impacto que tiveram no vinho da região estudada as políticas reformistas da Regeneração para o setor da agricultura por um lado, os males da vinha por outro, e porque a partir de 1890 entramos num novo ciclo neste vinho. Portanto pode dizer-se para já, com um grande grau de segurança, que o período alvo desta análise foi muitíssimo dinâmico, num sentido positivo e num sentido negativo; veja-se, por exemplo, em relação às doenças (oídio e míldio) e à praga (filoxera): a saber, mudaram a face da vitivinicultura da região de Torres Vedras e abriram portas ao vinho de Torres no mercado, como no caso do mercado filoxérico da França.

Nas transformações operadas na economia do vinho de Torres devemos incluir a respeitante ao desenvolvimento dos transportes, especialmente a construção do caminho de ferro de carril duplo na década de oitenta de oitocentos. Acima de tudo porque este recurso veio contribuir em muito para o fomento do vinho da região. Por outro lado, a voz dos vinhateiros de Torres fazia-se ouvir e era ouvida em Lisboa, especialmente pela ação de certas figuras da elite da terra com influência junto do Governo do país. A própria localização geográfica contribuiu para o peso do vinho na região, em especial devido à proximidade do seu mercado principal, o da capital. Esta situação parece ter estimulado muito a agricultura de Torres Vedras, e sobre este fenómeno José de Campos Pereira disse o seguinte: «Como se tem visto, é no Distrito de Lisboa que reside a maior produção vinhateira do país, ou seja, quasi um terço da produção total» (Pereira, 1915: 137).

No exterior, a bebida marcou presença regular com tempos mais e menos animados, e foi escoada essencialmente para os mercados do Brasil, colónias africanas e França. A exploração do mercado externo fez-se também através da participação em grandes feiras e exposições, como, por exemplo, a de Londres em 1874. A região, no período coberto pelo capítulo, dispôs de interessantes meios para o seu desenvolvimento, e falamos em particular da Escola de Viticultura, da Estação Ampelo-Phyloxerica e da Estação Torreana de Fomento

Agrícola. Outra questão elucidada, para o período 1850-1890, foi a alusiva à grande mobilização do país à volta do vinho. Ao que parece, esta deve-se principalmente ao lucro ou, dito de outra maneira, a mobilização aconteceu sobretudo devido ao facto de o agricultor considerar a vinha como a cultura mais lucrativa da agricultura portuguesa e o comerciante reconhecer no vinho um elevado valor económico. É também a partir de 1850 que o vinho designado comum, o produzido na região de Torres Vedras, se começa a impor e a ter uma séria influência no seio da economia do vinho nacional. De facto, o estudo do objeto mostrou que a ascensão desta bebida, no que toca à ordem da economia do vinho nacional, se iniciou com as profundas transformações operadas neste tipo de vinho, a partir do oídio. Em síntese o período em análise aparenta ser um período marcado por conjunturas no subsector do vinho, e nele, com fortes implicações no vinho comum: um bom exemplo está no vinho de Torres.

2.1. Mercado

O período 1850-1890 é um tempo no qual efetivamente se registaram enormes transformações, por variadas razões, na economia do vinho do centro produtor de Torres Vedras, pelo que se torna importante esclarecer o que efetivamente aconteceu relativamente ao mercado deste vinho. Só assim estaremos em condições de dar a perceber o vinho desta região vinhateira. Para atingirmos este propósito, o subcapítulo que agora iniciamos vai ocupar-se com o enquadramento e a explicação do mercado do vinho de Torres. Como já foi referido, o mercado parece ser o motor da economia do vinho, origem de abundância e miséria também na região estudada. A agricultura e o comércio cedo descobriram que o vinho era o produto da economia local que lhes proporcionava os maiores rendimentos¹⁰¹. Por isso, a ele se dedicaram com muito empenho, nomeadamente na sua divulgação dentro e fora do país. A título de exemplo, indicamos a Exposição de Londres de 1874 e apresentamos os respetivos quadros com as relações dos vinhateiros que enviaram à Administração do Concelho amostras dos seus vinhos produzidos na região, dando deste modo resposta às questões da Circular do Ministério de Obras Públicas, Comércio e Indústria de 17 de novembro de 1873.

¹⁰¹ Ver CGD (1982: 19). Vinho; De Portugal (1934, nº 1: 14). Torres Vedras, terra de vinho. Ver também Freire (1997: 5); Matias (2002: 17); Simões (2005: 272).

Quadro 2.1: Vinhateiros que se propuseram a participar na Exposição de Londres, 1874

Nome dos vinhateiros	Residência	Número de amostras		Total
		Tinto	Branco	
José Pinto Júnior	Matacães	1		1
José Carvalho Pinga	Dois Portos	1		1
José Clímaco Sénior	Matacães	1		1
José Maria Pinheiro da Silva	Beira	1		1
				4

Fonte: Arquivo Municipal de Torres Vedras, caixa 94. Relação dos vinhateiros que se propuseram a participar numa exposição em Londres.

Quadro 2.2: Vinhateiros convidados a participar na Exposição de Londres, 1874

Nome dos vinhateiros	Residência	Número de amostras		Total
		Tinto	Branco	
José Maria Pinheiro da Siva	Beira	1		1
José Carneiro d' Almeida de Buitrago	Turcifal	1		1
Manuel Gonçalves Dinis Neiva	Lisboa	1	1	2
José Félix d' Almeida Carvalhosa	Matacães	1	1	2
Filipe Augusto Henriques d' Almeida Carvalhosa	Dois Portos	1	1	2
Joaquim Firmino Duarte	Maxial	1	1	2
Dom José Correia de Sá	Dois Portos		1	1
João Maria da Costa	Dois Portos	1		1
António Augusto de Vasconcellos	Melroeira	1		1
José Carvalho Pinga	Dois Portos	1		1
Isidoro Ignacio Moreira	Runa	1		1
José Pinto Júnior	Matacães	1		1
Francisco José de Bastos Silva	Torres Vedras	1		1
Fernando Maria Bacellar	Torres Vedras	1		1
José Luiz de Barros e Cunha	São Mamede	1		1
Dom Luís António Martins	Torres Vedras	1		1
João Baptista da Costa	Carvoeira	1		1
Manuel Henriques Ramalho Gomes	Dois Portos	1		1
Zacarias Antunes dos Reis	Matacães	1		1
Manuel Gregório de Miranda	Matacães	1		1
Honorato José Machado	Zibreira	1		1
António José de Paiva	Dois Portos	1		1
José António de Barbosa Araújo Simões	São Mamede	1		1
José Avelino Nunes de Carvalhosa	Torres Vedras	1	1	2
				29

Fonte: Arquivo Municipal de Torres Vedras, caixa 94. Relação dos vinhateiros convidados a participar na Exposição de Londres.

Os quadros 2.1 e 2.2 permitem perceber aspetos importantes do vinho local, como o relativo ao escoamento. Neles podemos verificar que a região vinhateira se mobilizava com o propósito de encontrar soluções para a bebida que o mercado interno não absorvia e que, conseqüentemente, causava problemas de escoamento. Assim sendo, descobrir novos destinos foi a prioridade e a saída para os produtores deste concelho enfrentarem as dificuldades sentidas. Por outro lado, o quadro 2.2 possibilita ainda perceber o interesse do Governo em relação a este centro produtor: acima de tudo, observa-se que o valoriza e estimula a procura de clientes no mercado externo, por exemplo em economias como a de Inglaterra, robusta e onde o país já apresentava resultados interessantes com o vinho da região duriense. Este vinho encontrou o destino principal nesse país¹⁰² e também por isso acreditou-se que a posição de mercado adquirida pudesse servir para abrir portas ao vinho de outros centros produtores portugueses.

Apesar da expectativa dos participantes na Exposição de Londres, em 1874, tal não se verificou e o mercado inglês foi efetivamente irrelevante no que toca ao vinho comum¹⁰³. Porém, notámos que houve certas quintas em Torres que, contrariando essa realidade, desse local fizeram destino do vinho e a título de exemplo mencionamos o da Ribeira de Maria Afonso (Ghira, 2006: 15). O escoamento da bebida impunha opções urgentes: em vista disso, o centro produtor parece escolher vender a sua produção no mercado inglês, tal como a região duriense fez com o vinho comum que produzia, que foi vendido a reboque do Vinho do Porto. O produtor português de vinho percebeu que só a presença regular nestas exposições lhe permitia conquistar clientes e aumentar vendas, por isso o vemos aderir a diversas iniciativas como, antes da já referida, a Exposição de Lyon, em 1872, ou posteriormente a de Berlim, em 1888. A Exposição de Lyon teve um saldo muito positivo graças ao esforço do agrónomo António Batalha Reis que, na qualidade de delegado da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, aí soube promover o vinho nacional. Isso pode ser observado através da simpatia do comércio francês pelo vinho português, como a memória estudada mostra, pois após o evento estes comerciantes virão à região e ao país para se abastecer (Matias, 2002: 190-191).

Também a Exposição de Berlim deu sinais de esperança e encorajamento ao vinho nacional, devido ao interesse demonstrado pelos alemães no que toca ao vinho da Estremadura, e neste ao de Torres Vedras, que se tornou um dos seus preferidos, tanto no tinto como no branco (Matias, 2002: 55). A região vinhateira parece perceber o quanto é importante o ajuste da bebida ao mercado, daí o seu esforço para ir ao encontro dos gostos dos vários destinos. Há ainda conhecimento de bons registos fora da Europa, por exemplo na Exposição de

¹⁰² Ver Duguid (2005: 508-511); Martins (2009: 59); Pereira (1996: 156); Pereira (1983: 141, 226).

¹⁰³ Ver Freire (2010: 39-92); Pereira (1983: 205-232).

Chicago. Noticiava o periódico local *Gazeta de Torres Vedras*, em 1894, no número 39, que o vinho da região mereceu aí um rasgado elogio¹⁰⁴. A pesquisa esclareceu que estas iniciativas foram muito importantes para o vinho local, e tomaremos como exemplo para o demonstrar a freguesia de Dois Portos, especialmente pela relevância no quadro vinícola do concelho¹⁰⁵. Ao tempo, os principais problemas que inquietavam a vinicultura deste lugar eram o da produção e o do escoamento (Baixinho, 2013: 38), portanto as exposições surgiam como um dos caminhos a trilhar para resolver as adversidades da economia da bebida. Para vender o precioso néctar eram necessários mercados: o interno, o principal¹⁰⁶, servia para escoar o grosso da produção; o externo, o das sobras¹⁰⁷, necessitava de prospeção regular¹⁰⁸ para escoar a produção restante, pelo que estes eventos se mostravam os locais ideais para o fazer¹⁰⁹.

Porém, há também notícias da face negativa do vinho nas exposições, e referimo-nos às encomendas aí obtidas que não eram fornecidas. De acordo com o periódico local *Gazeta de Torres Vedras* (n.º 50), em 1894 a quantidade foi mesmo considerável e em certos casos o expositor somente tinha as amostras expostas e pouco mais na sua adega¹¹⁰. Outro aspeto ainda a considerar é o relativo aos impostos: interessava ao Governo monárquico cuidar bem do subsector da agricultura, que tinha elevado impacto na economia e na receita fiscal¹¹¹. Por isso, o vemos empenhado em apoiar a divulgação do vinho português no estrangeiro, nomeadamente em diversas ações como as que temos estado a analisar¹¹². A venda da bebida, no período 1850-1890, parece sofrer transformações relevantes que serão explicadas ao longo deste capítulo e que vão obrigar os países vinhateiros como Portugal a repensarem a sua posição no mercado e a ele se ajustarem, oferecendo um produto ao gosto do mercado e passando a adotar meios para o influenciar, como é o caso da presença nas exposições que

¹⁰⁴ Ver *Gazeta de Torres Vedras* (1894, n.º 39: página de rosto), “Os vinhos portugueses na exposição de Chicago”.

¹⁰⁵ Ver relatório n.º 25 JNV (19--: 16). Ver também Ghira e Constâncio (2004: 81); Matos (2007: 39).

¹⁰⁶ Ver *De Portugal* (1934, n.º 1: 14), “Torres Vedras, terra de vinho”; *Magazine Portugal* (1934, n.º 1: 45), “Ouvindo a direção da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal”; relatório n.º 25 JNV (19--: 2-22); *Vida Rural* (1957, vol. 8, n.º 212: 10), “Reunião de vinicultores em Torres Vedras: a crise vinícola vista por alguns lavradores e a atitude da JNV”. Ver também Baptista (1993: 221); Freire (2010: 310; 1996: 1012); Ghira (2006: 14); Lopes (2010: 93-94); Matias (2002: 192).

¹⁰⁷ Ver Baptista (1993: 221); Ghira (2006: 15).

¹⁰⁸ Ver Arquivo Municipal de Torres Vedras, caixa 94, “Relação dos vinhateiros que se propuseram a participar numa exposição em Londres”, 1874; e “Relação dos vinhateiros convidados a participar na Exposição de Londres”, 1874; *Gazeta de Torres* (1929, n.º 87: 1), “A vinicultura e o próprio comércio de vinhos carecem de ser vazados em moldes novos”; *Cadernos do Museu: Revista Científica do Museu do Vinho de Alcobaça* (2014, I/II: 15). Ver também Matias (2002: 55, 190).

¹⁰⁹ Ver *Cadernos do Museu: Revista Científica do Museu do Vinho de Alcobaça* (2014, I/II: 15). Ver também Matias (2002: 55, 190, 217).

¹¹⁰ Ver *Gazeta de Torres Vedras* (1894, n.º 50: [s.p.]), “A propósito do decreto sobre os vinhos”.

¹¹¹ Ver Branco e Silva (2017: 224); Guerreiro (2017: 145); Jacquinet (2010: 8); Lopes (2013: xvii; 2005: 563); Matias (2002: 17, 238); Pereira (1983: 130).

¹¹² Ver Matias (2002: 238); Simões (2005: 284).

aqui trouxemos à luz, para darmos a entender como elas foram importantes para a promoção do vinho Torriense.

Ao longo do período coberto por este capítulo, o produto maior da economia local¹¹³ teve como escoante principal o mercado interno¹¹⁴. Neste, os destinos foram essencialmente a própria região e a capital¹¹⁵. Contudo, não podemos esquecer que também rumou à região duriense, e esse foi um dos destinos da aguardente vínica produzida em Torres Vedras que aí serviu para a elaboração do Vinho do Porto¹¹⁶. Certo é que o vinho de Torres «abasteceu sempre a capital com o celebrado carrascão que, para as tabernas alfacinhas, era transportado em odres sobre o dorso de muares que formavam récuas intermináveis»¹¹⁷.

Quadro 2.3: Vinho manifestado na Alfândega do Consumo (Alfândega de Lisboa), em 1868, 1869 e 1870

Manifesto do vinho ¹¹⁸	
1868	177 331 L
1869	176 849 L
1870	78 744 L

Fonte: ANTT, Alfândegas de Lisboa, Alfândega do Consumo, liv. 7370, 1866-1870.

¹¹³ Ver CGD (1982: 19-20), “Vinho”; *De Portugal* (1934: 14), “Torres Vedras, terra de vinho”; *Gazeta de Torres Vedras* (1893, n.º 18: 1), “Os vinhos hespanhoes”; *Magazine Portugal* (1934, n.º 1: 10), “Ouvindo a direcção da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal”; *Separata dos Anais da Junta Nacional do Vinho* (1951: 24 e 106); Relatório n.º 25 JNV (19--: 2-22). Ver também Ghira (2006: 14), Ghira e Constâncio (2004: 81, 117); Leitão e Catarino (1998: 71); Lopes (2010: 78); Matias (2002: 18; 2001: 129); Matos (2007: 48, 75; 1996: 324); Rodrigues (1998: 32); Rodrigues (1996: 233); Pereira (1983: 150).

¹¹⁴ Ver *De Portugal* (1934: 14), “Torres Vedras, terra de vinho”; *Magazine Portugal* (1934, n.º 1: 45), “Ouvindo a direcção da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal”; Relatório n.º 25 JNV (19--: 2-22); *Vida Rural* (1957, vol. 8, n.º 212: 10), “Reunião de vinicultores em Torres Vedras: a crise vinícola vista por alguns lavradores e a atitude da J.N.V.”. Ver também Baptista (1993: 221); Freire (2010: 310; 1996: 1012); Ghira (2006: 14); Lopes (2010: 93-94); Matias (2002: 192).

¹¹⁵ Ver *Alta Extremadura* (1935, n.º 78: 2), “Nem tanto ao mar, nem tanto à terra... ou «a verdade sobre a Federação”; *Magazine Portugal* (1934, n.º 1: 45), “Ouvindo a direcção da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal”; *Separata dos Anais da Junta Nacional do Vinho* (1951: 18); Relatório n.º 25 JNV (19--: 2-22); *Vida Rural* (1957, vol. 8, n.º 212: 10), “Reunião de vinicultores em Torres Vedras: a crise vinícola vista por alguns lavradores e a atitude da J.N.V. 1957”. Ver também Baixinho (2013: 55); Baptista (1993: 221); Freire e Truninger (2012: 10); Freire (2010: 310; 2002: 697; 2001: 116, 1997: 7, 1996: 1012); Ghira (2006: 14-15); Ghira e Constâncio (2004: 37); Matias (2002: 51); Matos (1996: 321); Simões (2005: 284).

¹¹⁶ Ver *Alta Extremadura* (1935, n.º 79: 1), “O problema das aguardentes: posto pelos srs. Mário Galvão e Dr. Figueiroa Rego”. Ver também Baptista (1993: 230); Freire (1997: 7, 16); Ghira (2006: 14); Ghira e Constâncio (2004: 37); Martins (1996, vol. 31, n.º 136-137: 421, 433).

¹¹⁷ Ver *De Portugal* (1934: 14), “Torres Vedras, terra de vinho”.

¹¹⁸ *Observação*: percebemos em certos manifestos a adição de água ao vinho.

O quadro 2.3 permite perceber que o consumo de vinho no mercado de Lisboa era elevado, como pode ser observado nos anos de 1868, 1869 e 1870, respetivamente cerca de 177 331 L, 176 849 L e 78 744 L. De igual modo, possibilita entender o impacto do oídio no consumo da capital, referimo-nos à quebra de cerca de 55,5% no vinho manifestado de 1869 para 1870 na alfândega de Lisboa. Deve ainda ser realçado que grande parte desta quantidade foi enviada pelo centro produtor de Torres Vedras, como em cima dá a entender António Batalha Reis. Antes de o caminho de ferro chegar à vila, estamos a colocar o enfoque no transporte de mercadorias: em 1887¹¹⁹, o movimento diário de carroças com vinho rumo a Lisboa estava estimado em cerca de 60 a 100 e a estas há que juntar ainda as «carreiras particulares de trens de aluguer, que, termo médio, devem regular por três e quatro cada semana» (Matos, 1996: 321). Como se pode ver, a região estava a escoar uma elevada quantidade do seu vinho em Lisboa. Estamos já a ficar perante sinais interessantes que permitem entrever a grandeza do centro produtor, bem como a do mercado da capital do reino. Começa assim a ficar mais nítido que os destinos principais do vinho de Torres foram a própria região de produção e Lisboa.

Disso dá também notícia João Carvalho Ghira nos dois estudos incluídos na bibliografia. Veja-se uma das suas considerações: «A produção em ascensão, resultante de um aumento da área de vinha, encontrava escoamento» nas tabernas da região e de Lisboa (Ghira e Constâncio, 2004: 37). Do mesmo modo, António Augusto Aguiar assinalava a importância do mercado alfacinha em relação à bebida de Torres Vedras, precisamente nas conferências a respeito de vinhos que ocorreram na capital em 1875. Na altura falou sobre ela desta maneira: «Somos nós, os lisboetas, que bebemos quasi todo senão todo o vinho de Torres, com este ou com outro nome» (Ghira e Constâncio, 2004: 117).

Também Maria Goretti Matias e Dulce Freire evidenciaram a relevância do mercado de Lisboa para o vinho comum. A primeira, na alusão que faz ao vinho da Estremadura no contexto da Exposição Internacional de Londres, de 1874. A investigadora refere o consumo da bebida na taberna lisboeta¹²⁰. A segunda, do mesmo modo, dá a perceber a importância do mercado da capital para o vinho do centro produtor estudado. Vejam-se as sínteses das suas considerações: «Lisboa era o maior mercado nacional para os vinhos da sub-região. Para aí seguia a maior parte das colheitas de Torres Vedras» (Freire, 2010: 310). Outra relevante consideração é sobre a qualidade do vinho. Os estudos que a investigadora tem levado a cabo relativamente a este vinho permitem-lhe retirar interessantes ilações, observemos as seguintes: «Quando se discutia a qualidade dos vinhos, a unanimidade era difícil. Um bom

¹¹⁹ Ver Matos (2007: 34).

¹²⁰ Ver Matias (2002: 51).

vinho para a clientela das tabernas de Lisboa pouco mais seria que zurrapa para outros apreciadores. O inverso também podia ser verdade» (Freire, 2010: 225, 247). Por conseguinte, a região de Torres parece ter um produto com penetração e ajustado ao seu mercado principal, à semelhança da região duriense com o Vinho do Porto no mercado inglês¹²¹. Pela mão de António Francisco Baixinho chega outro exemplo que mereceu a nossa melhor atenção, respeitante à compra de vinho destinado à capital: «Domingos Affonso, que tem os seus armazéns na margem do Tejo, defronte d'Alcântara, está fazendo a sua primeira remessa de mil pipas de vinho que comprou nos arredores da estação de Dois Portos» (Baixinho, 2013: 55), aquisição efetuada por volta de 1887.

A análise do mercado do vinho de Torres possibilita, até ao momento, perceber que o destino principal da bebida foi o mercado interno e que a região estudada se debateu com graves problemas de escoamento, nomeadamente devido à elevada produção e, consequentemente, à alta dependência do mercado. Também se percebe que estamos perante um centro produtor muito dinâmico e prova disso é a participação nas exposições em que o centro produtor ia promover o seu vinho. No que respeita ao excedente da produção de vinho que não era absorvido pelo mercado da capital, este destinou-se ao exterior, principalmente aos mercados da América, Europa e África¹²². Portanto, foi aqui que teve lugar o escoamento das sobras do vinho. Na América, o vinho de Torres encontrou um escoamento fluido no Brasil e nesse país a bebida teve dois momentos distintos na segunda metade de oitocentos. O primeiro, no período 1850-1890, quando o vinho esteve muito ativo e conseguiu escoamento considerável¹²³. Como pode ser observado através do quadro 2.4.

¹²¹ Ver Duguid (2005: 497); Martins (1996: 413-414).

¹²² Ver *A Vinha de Torres Vedras* (1916, n.º 1: 180: 1), «Revista vitivinícola»; *A Vinha de Torres Vedras* (1916, n.º 1: 187: 1), «Vinhos adulterados»; *Gazeta de Torres Vedras* (1894, n.º 70: [s.p.]), «Comercio de vinhos»; *Gazeta de Torres Vedras* (1894, n.º 68: [s.p.]), «Vinhos»; *Gazeta de Torres Vedras* (1894, n.º 45: [s.p.]), «Os nossos vinhos em França»; *Gazeta de Torres Vedras* (1894, n.º 41: [s.p.]), «Vinhos portugueses»; *Gazeta de Torres Vedras* (1893, n.º 18: [s.p.]), «Os vinhos hespanhoes». Ver também Baixinho (2013: 58-60); Freire (2010: 63, 244); Ghira (2006: 15); Lopes (2010: 77); Matias (2002: 51, 192); Pereira (1983: 142, 228).

¹²³ Ver *Gazeta de Torres Vedras* (1894, n.º 76: [s.p.]), «Vinhos hespanhoes»; *Gazeta de Torres Vedras* (1894, n.º 70: [s.p.]), «Comercio de vinhos»; *Gazeta de Torres Vedras* (1894, n.º 68: [s.p.]), «Vinhos»; *Gazeta de Torres Vedras* (1894, n.º 46: [s.p.]), «O decreto dos vinhos e o relatório (continuação do número anterior)»; *Gazeta de Torres Vedras* (1894, n.º 44: [s.p.]), «O decreto dos vinhos e o relatório: capítulo 1 – Commissarios technicos de propaganda vinicolo comercial»; *Gazeta de Torres Vedras* (1894, n.º 41: [s.p.]), «Vinhos portugueses»; *Gazeta de Torres Vedras* (1893, n.º 18: [s.p.]), «Os vinhos hespanhoes»; Comissão Instaladora do Museu do Vinho de Alcobaça (2014: 15), «A vinha e o vinho [enquadramento] – património cisterciense, alcobacense e nacional». Ver também Freire (2002: 700); Ghira e Constâncio (2004: 37); Matias (2002: 51, 171, 192, 198-199, 207); Pereira (1983: 238-231).

Quadro 2.4: Exportação de vinho comum para o Brasil (percentagem do volume total de vinho exportado, entre 1865 e 1889)

Anos	Brasil (%)
1865-1875	72,37
1876-1880	63,99
1881-1889	28,51

Fonte: Elaboração própria a partir de Pereira (1983: 228).

72, 37% foram as exportações entre 1865-1875, 63, 99% entre 1876-1880, e 28,51% entre 1881-1889. O segundo, começa a desenhar-se de forma evidente quanto à acentuada desaceleração das exportações neste destino a partir de 1890 e irá ser analisado no respetivo e próximo capítulo. No entanto a desaceleração no período 1881-1889 é notória e pode começar a inventariar já o tal ciclo negativo das exportações no mercado do Brasil.

Quais as causas que estão verdadeiramente na origem das quebras de vendas do vinho comum no Brasil e que certamente tiveram consequências também no vinho do centro produtor de Torres Vedras? Por agora, vamos analisar a questão da concorrência: a primeira observação vai para o comércio português deste vinho, designadamente pelo comportamento duvidoso e certamente irresponsável nas praças do Brasil. Disso dá conta o jornal *Gazeta de Torres Vedras*, nos seguintes termos: «É notoria a concorrência nos mercados do Brazil dos vinhos de proveniência hespanhola contra os vinhos portuguezes empregando-se para isso meios desleaes» ou «A deslealdade da concorrência consiste em que alguns negociantes de vinhos effectuam as suas compras em Hespanha, exportando-os para o Brazil sob a marca de origem portugueza»¹²⁴. E há outras notícias sobre esta matéria, nomeadamente no mesmo jornal, no mesmo ano, no número 68:

«E' demasiado o deposito de vinhos hespanhoes n'este mercado¹²⁵, e em sua maioria em quintos, que mais diffulta as vendas, já de si difficeis para genero d'aquella procedencia. A importação n'este mez foi de 554 pipas, 1:954 barris de quintos, 890 decimos e 4:053 caixas. Cotâmos Figueira de 450\$000 480\$000, Lisboa de 410\$000 a 430\$000, Hespanhoes réis 300\$000 a 320\$000. As primeiras

¹²⁴ Ver *Gazeta de Torres Vedras* (1894, n.º 41: [s.p.]), «Vinhos portuguezes».

¹²⁵ Mercado de Pernambuco.

expedições d'esses vinhos, directamente da Hespanha para aqui, foram iniciadas por negociantes portugueses, ensinando por essa forma inconscientemente ao commercio hespanhol vinhateiro, o caminho para os mercados do Brazil, aliás um dos maiores consumidores dos bons vinhos portugueses»¹²⁶.

A análise que estamos a efetuar relativamente à concorrência revela, por enquanto, que o vinho de Espanha foi uma séria ameaça à bebida de Torres Vedras no Brasil. Sobre este vinho ou, mais precisamente, acerca do seu impacto no mercado de Pernambuco discorreu também Maria Goretti Matias nos seus estudos a respeito do vinho da região Oeste e por isso a eles recorremos, sobretudo porque consideramos que são importantes para o esclarecimento da questão que estamos a tratar. Aí a investigadora salienta a presença do vinho de Espanha nesse e noutros mercados do Brasil, estamos a falar do estudo *Vinho e vinhas em tempo de crise: o ódio e a filoxera na região Oeste, 1850-1890*. Veja-se no caso do relatório do cônsul¹²⁷, de 30 de junho de 1871, pelo enfoque que a autora lhe dá, em particular devido a este funcionário nele mostrar confiança face ao vinho de Espanha nesse mercado. Ao que parece, o cônsul baseava a sua confiança nos sinais de recuperação do vinho nacional que podiam ser percebidos pela importação da bebida que, nesse lugar, já era superior à de Espanha¹²⁸.

Mas na verdade a situação habitual da bebida no Brasil pode ser definida como frágil, «quando o mercado brasileiro ameaçava ou entrava em recessão, comércio e produção de vinhos na Estremadura entravam imediatamente em crise, como aconteceu em 1838, em 1858 e em 1866» (Matias, 2002: 194). Quanto ao vinho de Itália, ele também era importante neste mercado. A sua relevância deve ser entendida em função «da crescente influência das colónias de emigrantes italiana e alemã» (Matias, 2002: 207), que estiveram na origem das quebras da importação de Portugal. Outra face altamente negativa do comércio português de vinho é a respeitante às adulterações e falsificações na elaboração da bebida reservada ao mercado do Brasil. Esta prática corrente e de certa forma popular entre os negociantes portugueses parece ter comprometido o desempenho comercial de Portugal nesse destino¹²⁹. A quota de mercado do vinho nacional em terras do Brasil aparenta ser o resultado da falta de ponderação do comércio de Portugal frente à dimensão do negócio que tinha em mãos e as

¹²⁶ Ver *Gazeta de Torres Vedras* (1894, n.º 68: [s.p.]), «Vinhos».

¹²⁷ Manuel Saldanha da Gama.

¹²⁸ Ver Matias (2002: 196).

¹²⁹ «E o furor da propaganda é de tal natureza, que não tem escrupulo em usar das mais acreditadas marcas de vinhos genuinamente portugueses, para que a imitação seja completa, e possam os negociantes menos sérios impingir tal vinho como portuguez!»; «Não podemos concordar com a falsificação do vinho portuguez, feita em Portugal. Tudo era falsificação.», *Gazeta de Torres Vedras* (1894, n.º 68: [s.p.]), «Vinhos». Ver também Matias (2002: 171-172).

consequências sentiram-se e vão continuar a sentir-se tanto no país como na região vinhateira de Torres Vedras.

Na Europa, o grande destino do vinho do centro produtor de Torres Vedras, no recorte cronológico coberto por este capítulo, foi sem dúvida França¹³⁰. Este país, a braços com a praga¹³¹ que assolava o seu vinhedo¹³², sentiu necessidade de procurar vinho fora de portas para assegurar o seu próprio mercado, por isso o vemos a comprar a bebida a diversos centros produtores. Em relação ao de Torres Vedras, pode dizer-se que o período mais dinâmico da venda do vinho para França foi a década de oitenta de oitocentos. Tal pode ser entendido através do quadro seguinte:

Quadro 2.5: Exportação de vinho comum para França (percentagem do volume total de vinho exportado, entre 1865 e 1889)

Anos	França (%)
1865-1875	2,72
1876-1880	15,41
1881-1889	66,21

Fonte: Elaboração própria a partir de Pereira (1983: 228).

O quadro 2.5 é por isso muito importante, uma vez que dá a compreender o tempo que durou o mercado excecional do vinho comum em França. Acreditamos que os seus dados podem ser interpretados de forma fácil e são muito úteis para esclarecer os diversos aspetos deste mercado. A sua análise permite, por exemplo, perceber que ele teve lugar nos anos oitenta de oitocentos, como em cima já tinha sido referido, e que durou cerca de uma década, período em que a exportação de vinho foi elevada. Daí a euforia vivida tanto no centro produtor de Torres como em outros centros produtores de vinho comum nacionais.

Quanto aos tempos de boa e má fortuna há que os mostrar, designadamente através de exemplos concretos que os esclarecem. Assim sendo, em relação ao primeiro tempo

¹³⁰ Ver *Gazeta de Torres* (1929, n.º 87: 1), «A vinicultura e o próprio comércio de vinhos carecem de ser vazados em moldes novos»; *Gazeta de Torres Vedras* (1894, n.º 45: [s.p.]), «Os nossos vinhos em França». Ver também Baixinho (2013: 58-60); Freire (1997: 11-12); Lopes (2010: 77); Matias (2002: 192-200); Pereira (1983: 228-229).

¹³¹ Referimo-nos à praga causada pelo inseto filoxera, que vamos analisar no espaço próprio dedicado a esta questão.

¹³² «Durante nove anos consecutivos, a França torna-se o principal destino dos vinhos portugueses: compreende-se que este mercado tenha determinado o tipo de vinho produzido pelos viticultores, como o mercado britânico o fizera no Douro» (Pereira, 1983: 228).

podemos dizer que na designada década de ouro o comércio de França (e entre este o de Bordéus) visitou os centros produtores do Oeste em 1885 e 1886, para aí comprar vinho que foi adquirido quase sem ter em conta o valor ou a qualidade¹³³. Ou em 1887, em Dois Portos, ano em que, segundo António Francisco Baixinho, «existia uma grande procura por parte de negociantes estrangeiros, que os pretendiam adquirir para misturar com os vinhos franceses» (Baixinho, 2013: 58-59). Um destes comerciantes era o senhor Brou, de Bordéus, que comprou vinho em Dois Portos a «preços correntes (entre 8 a 10 libras o tonel¹³⁴)» (Baixinho, 2013: 60). E ainda refere este autor que nas «gazetas locais» amiúde foi noticiada a elevada procura e venda da bebida, nesta década, na região torreana¹³⁵. De acordo com a memória estudada, em 1887 saíram desta região cerca de 100 000 pipas de vinho rumo a França¹³⁶. Tal quantidade é sem dúvida um testemunho expressivo da dimensão da economia do vinho na região e, se a quisermos comparar a nível nacional, então o resultado ainda é mais significativo. Se considerarmos para o efeito os bons anos de 1885-1886 e a quantidade acima referida, percebemos que das 200 000 pipas vendidas neste período a França a maior parte proveio da região torreana¹³⁷. No que toca ao tempo da má sorte, irá ser analisado no capítulo seguinte.

Em África o escoamento do vinho comum parece ter, na cronologia em estudo na Tese, quatro momentos distintos relativamente ao comércio da bebida¹³⁸ (Freire, 2011: 63). Portanto, neste subcapítulo vamos analisar o que diz respeito ao intervalo 1850-1890.

¹³³ Ver Freire (1997: 12).

¹³⁴ Tonel: 840 litros.

¹³⁵ Região torreana: Torres Vedras, Alenquer, Mafra, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Cadaval e Bombarral (Freire, 2002: 697).

¹³⁶ Esta venda de vinho foi assim noticiada no jornal *A Semana* – «No nosso boletim em francez dizemos que, em resultado da incessante procura de vinhos nos mezes de outubro e novembro, estão vendidas todas as adegas pequenas e algumas grandes da vasta região vinícola torreana, subindo já as compras approximadamente a 100 000 pipas de vinho. Agora os mercadores começam a fazer escolha mais exigente do que no principio, e só pelos vinhos muito bons é que pagam até 10 libras, ou pouco mais. Ha ainda bastante vinho por vender, tanto no concelho d'Alemquer, como no Cada-val, Arruda (pouco), Sobral, Mafra e Torres Vedras. Tanto os vinhos d'Alemquer como os de Torres são excellentes para lote, e sahiram n'este anno, como é sabido, muito córados e com gradação média de 12º, notando-se que sendo menos ricos de alcool do que os de 1885 (que tão apreciados foram nos mercados estrangeiros) são-lhe, contudo, iguaes em côr, e alguns superiores e com manifesta vantagem em corpo, pois que se teem encontrado vinhos com 30 de extracto secco, quando os de 1885 o maximo a que attingiram foi 27.». *A Semana* (1887, n.º 41: 1, «Algumas noticias viti-vinícolas». Ver também Matias (2002: 192).

¹³⁷ *Ibidem*.

¹³⁸ Ver Freire (2010: 63).

Quadro 2.6: Principais destinos das exportações vinícolas portuguesas (hl/%) – colónias, 1865-1910

Anos	Colónias (%)
1865-1869	3,8
1870-1874	4,1
1875-1879	4,3
1880-1884	3,0
1885-1889	2,1

Fonte: Elaboração própria a partir de Freire (2010: 63).

A observação do quadro 2.6 esclarece que até 1889 o escoamento do vinho em África era muito reduzido. Se atendermos ao valor mais elevado da exportação, ele acontece entre 1875-1879 e é apenas de 4,3%. Apesar da baixa exportação, o vinho do centro produtor de Torres Vedras e o dos outros centros da Estremadura há muito que chegava às colónias portuguesas em África. A título de exemplo podemos mencionar os anos 1844 e 1845.

Quadro 2.7: Importação de mercadorias provenientes do Porto de Lisboa, em 1844 (Luanda e Benguela)

1844		
Chegadas aos portos de Luanda e Benguela (em 9 barcos)		
Mercadoria	Quantidade	Valor (em réis)
Vinho	1500 (pipas)	90 000 000
Aguardente	20 (pipas)	2 400 000

Fonte: Elaboração própria a partir de Pereira (1983: 277).

Quadro 2.8: Importação de mercadorias provenientes do Porto de Lisboa, em 1845 (Angola)

1845		
Chegadas aos portos de Angola – janeiro a outubro (3 barcos)		
Mercadoria	Quantidade ¹³⁹	Valor (em réis)
Vinho, aguardente e vinagre	-----	100 000 000

Fonte: Elaboração própria a partir de Pereira (1983: 228).

Os quadros 2.7 e 2.8 dão a ver a importação de Angola e a sua análise revela que, provavelmente, estamos perante dois anos em que a importação do vinho é semelhante, isto é, cerca de 1500 pipas. Numa extrapolação possível podemos concluir que o mercado colonial do vinho comum estava pouco explorado porque «a colonização, a fixação e o aumento da população branca não se verificou ao ritmo que os políticos imaginaram» (Matias, 2002: 208). Assim, o Governo tomou para si a tarefa da dinamização do mercado, como veremos no capítulo 3, a partir de 1890. Em suma, neste subcapítulo procurámos trazer à luz o mercado do vinho de Torres entre 1850 e 1890¹⁴⁰ e decerto se percebe que, no período referido, a relação com o mercado parece condicionar a evolução da bebida torriense.

2.2. As grandes doenças e a praga no vinhedo de Torres Vedras

A análise do vinho de Torres no período em perspetiva tem de abordar o problema que trouxe grande desespero ao centro produtor: a doença e a praga da vinha oitocentista. Em relação ao seu enquadramento podemos dizer que os males da vitis vinífera com maior repercussão no concelho foram o oídio, a filoxera e o míldio.

O oídio é uma doença causada por um fungo (Neves, 2000: [17]; Tomaz, 1984: 246). Esta doença «principia a atacar a vinha no ano de 1852 e o impacto do fungo é devastador. Segundo quantitativos de produção dos anos de 1861-1865, a comarca de Alcobaça apenas obteve 1597 pipas, quando a média anual anterior à propagação do fungo se situava nas 4000» (Maduro, 2014: 14).

¹³⁹ A fonte não menciona as quantidades.

¹⁴⁰ «Um dos séculos [o XIX] mais conturbados, senão mesmo o mais instável para o sector vitivinícola nacional ... com as adegas cheias, talvez em excesso, dadas as dificuldades de escoamento» (Ghira e Constâncio, 2004: 37).

Phylloxera vastatrix ou *dactylosphaera vitifoliae* é a designação dada ao inseto que está na origem da praga que afetou a Europa vinhateira em oitocentos (Skelton, 2007: 29-37). A historiadora Conceição Andrade Martins fala assim sobre ele: «A filoxera é uma doença provocada por um insecto hermafrodita, o filoxera, que se alimenta do suco que extrai das raízes de certas plantas, nomeadamente das videiras. Nas vinhas europeias, o filoxera provoca nodosidades (tumores) nas raízes, que em poucos anos enfraquecem e destroem as cepas» (Martins, 1991: 653).

O míldio é outra doença provocada igualmente por um fungo. Quanto ao seu efeito na *vitis vinífera*, produz-se ao nível das «folhas, inflorescências, cachos e pampas» (Neves, 2000: [15]). A doença teve um impacto muito negativo na produção do Oeste e do país. António Francisco Baixinho referia-se a ela desta maneira, no seu estudo sobre Dois Portos: míldio é o «nome de várias doenças das plantas causadas por diversos fungos da família das peronosporáceas, que se manifestam geralmente por manchas» (Baixinho, 2013: 61). Arquivo Municipal de Torres Vedras, caixa 94, «Nota da plantação de bacelos europeus e americanos, 1881-1891».¹⁴¹

O seu impacto foi sentido na região¹⁴², no país e na Europa¹⁴³. Por essa razão, as doenças e a praga estão bem presentes na história do vinho da segunda metade de oitocentos, sobretudo pelas consequências que trouxeram ao mundo vinhateiro. Estamos a dizer que estes males parecem estar na origem da nova cultura da vinha, sem dúvida muito mais exigente, e na própria modernização da cultura¹⁴⁴. Quanto às suas manifestações esclarecemos que os males mencionados ocorreram dentro da seguinte ordem cronológica: o oídio é a primeira doença a atacar a vinha e isso acontece nos anos 50; depois, nos 80, ocorre a praga, causada

¹⁴¹ Ver ainda: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, MOPCI-DGA/A-B/9. NP. 996, n.º 1, Correspondência relativa a crises vinícolas. Estação Ampelo-Phylloxerica, 1888-1907; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, MOPCI-DGA/A-A-6-63. NP. 1008, n.º 147, Inspeção de Circunscrição do Sul. 1887-1892; *De Portugal* (1934: 14), «Torres Vedras, terra de vinho»; *Gazeta de Torres Vedras* (1893, n.º 3: [s.p.]), «Mildew».

¹⁴² Ver Baixinho (2013: 61-65); Freire (2010: 45-47); Lopes (2010: 77); Maduro (2014: 14-15); Martins (1991: 678-679); Matias (2001: 129-130); Matos (2007: 75); Pereira (1983: 150); Radich (1996: 37); Rodrigues (1996: 247).

¹⁴³ Notícia sobre filoxera e míldio: «Na crise actual ha, com effeito, a distinguir dois males. Por um lado a redução da área cultivada e a do producto por unidade de superficie, em consequencia da invasão phylloxerica, sempre crescente, e das demais epiphytias, entre as quaes occupa hoje o primeiro lugar o míldio devastador». Ver *Gazeta de Torres Vedras* (1894, n.º 35: [s.p.]), «O decreto dos vinhos e o relatório». Ver também Barke (1997: 155-156); Brémond (2014: 20-21); Cuka *et al.* (2017: 102); Freire (2010: 45-47); Lopes (2010: 77-78); Martins (1991: 653, 680); Matias (2002: 65-66); Radich (2014: 37).

¹⁴⁴ Ver Baixinho (2013: 64); Maduro (2014: 14); Martins (1991: 683); Matias (2002: 17-18, 233); Radich (1996: 37).

pelo inseto filoxera; e por último, nos 90, o vinhedo volta a ser atacado pela doença conhecida por míldio¹⁴⁵.

Sobre o *oídium tuckeri Berk*¹⁴⁶ é importante dizer que dos males mencionados este parece ser o mais grave, em relação à economia do vinho, sobretudo devido às quebras que causou na produção vinícola do centro produtor de Torres e do país, as maiores e mais demoradas, superiores às causadas pela filoxera¹⁴⁷.

Quadro 2.9: Crescimento da produção vinícola regional (em milhares de hectolitros), 1852-1869

Regiões	1852/1853	1855/1856	1858/1859	1860/1862	1868/1869
Estremadura e Ribatejo	515,6	125,5	251,7	196,2	353,6

Fonte: Elaboração própria a partir de Martins (1991, vol. 26, n.ºs 112-113: 655).

O quadro 2.9 certamente deixa compreender essas quebras. A sua análise permite ver que a partir de 1853 há uma redução severa da produção vinícola da Estremadura e do Ribatejo que só abranda por volta de 1868. Portanto, o efeito nefasto do oídio foi mesmo sentido durante aproximadamente 15 anos na região vinhateira estudada, com os piores tempos a situarem-se entre 1855-1856 e 1860-1862. O vinhedo da várzea foi o mais atingido, acima de tudo devido ao «excesso de humidade; as cepas subiram então as encostas, elevando os custos de plantação e dos granjeios» (Matias, 2002: 233). Próximo do mar, identicamente, existia o problema da humidade e por isso também aí o vinhedo foi muito atacado¹⁴⁸. As castas mais sensíveis ao oídio foram as brancas, por conseguinte foi nestas que a doença maiores danos provocou¹⁴⁹.

¹⁴⁵ Ver Matias (2002: 17).

¹⁴⁶ Segundo Ilídio Lucas Tomaz, «A doença em causa pode atacar qualquer órgão verde da planta como folhas, flores, frutos e rebentos e a gravidade dos estragos causados depende de forma estreita do momento do ataque. Assim, os prejuízos maiores provêm sempre da sua incidência nos cachos, sobretudo enquanto estão em formação ou se encontram em crescimento. Com efeito, se o ataque é precoce os bagos secam e caem; quando se verifica durante o franco crescimento, os bagos racham ficando sujeitos à destruição» (Tomaz, 1984: 246).

¹⁴⁷ Ver Maduro (2014: 14); Matias (2002: 66, 234).

¹⁴⁸ Ver Freire (2010: 45).

¹⁴⁹ Ver Maduro (2014: 14).

Figura 2.1: Cacho com grande ataque de oídio, mostrando o consequente rachamento profundo dos bagos



Fonte: Tomaz (1984, vol. 41: 248).

Podemos ver a destruição na figura 2.1, porque a imagem mostra como um forte ataque de oídio pode aniquilar por completo um cacho de uvas. No combate à doença, os recursos utilizados com sucesso foram o enxofre e o adubo¹⁵⁰. O oídio teve, de facto, um impacto negativo na economia do vinho de Torres, em particular por causa da importância desta área vinhateira¹⁵¹, «onde a especialização vitícola era das mais elevadas»¹⁵² da Estremadura. E por essa razão, é decerto uma amostra a considerar para se compreender o real efeito da doença no país. Constatamos que, devido ao oídio, a referida província teve de redefinir «o seu lugar no mercado de vinho comum nacional» e o seu papel no «sector mais dinâmico da agricultura exportadora» (Matias, 2002: 234). Quanto à praga provocada pelo inseto filoxera, denominado *phylloxera vastatrix*¹⁵³, muita água fez correr e está bem documentada na região vinícola de Torres Vedras.

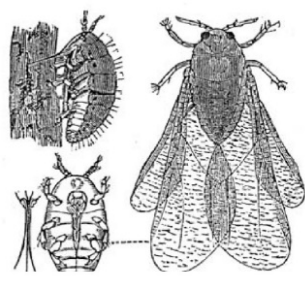
¹⁵⁰ Ver Baixinho (2013: 63); Matias (2002: 233).

¹⁵¹ De acordo com Maria Goretti Matias, «o centro vinhateiro mais importante da Estremadura em extensão e em produção» (Matias, 2001: 129). Ver *Separata dos Anais da Junta Nacional do Vinho* (1951: 105-106).

¹⁵² Ver Rodrigues (1998: 32).

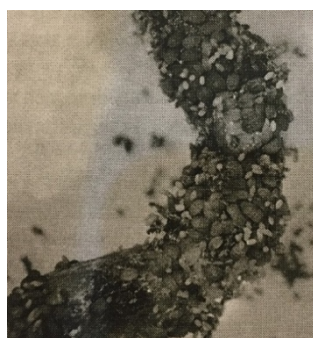
¹⁵³ «Originário da América do Norte, onde foi encontrado pela primeira vez em 1853, nas vinhas selvagens do Colorado, o filoxera chegou à Europa no início da década de 1860, com as videiras americanas importadas para combater o oídio» (Martins, 1991: 653). Ver também Freire (2010: 311); Lopes (2010: 77); Martins (1991: 657); Matias (2001: 128).

Figura 2.2: *Dactylosphaera vitifoliae*
(*phylloxera vastatrix*)



Fonte: Skelton (2007: 29).

Figura 2.3: Resistência à filoxera, vitis vinífera muito sensível



Fonte: Huglin, e Schneider (1998: 241).

A filoxera revela-se no concelho de Torres Vedras em 1885¹⁵⁴, e em 1886 já a praga se faz sentir com grande intensidade no vinhedo da região¹⁵⁵. Na figura 2.2 pode ver-se o inseto, na 2.3 damos a ver a sua ofensiva contra a vitis vinífera e a consequente formação de quistos na raiz que vão acabar por matar a cepa. Quanto à destruição, pode dizer-se ainda que, embora a filoxera progredisse rapidamente no centro produtor¹⁵⁶ e no país, a produção vinícola nacional cresceu até 1887¹⁵⁷, vindo somente a diminuir nos anos 90 em consequência do míldio¹⁵⁸.

¹⁵⁴ Ver caixa 94, «Nota da plantação de bacelos europeus e americanos, 1881-1891», AMTV.

¹⁵⁵ Ver Rodrigues (1996: 247).

¹⁵⁶ Ver Baixinho (2013: 61).

¹⁵⁷ Ver Martins (1991: 663).

¹⁵⁸ Ver Freire (2010: 47).

Quadro 2.10: Crescimento da produção vinícola regional (em milhares de hectolitros), 1869-1903

Regiões	1869	1870/1873	1880/1882	1881/1883	1882/1884	1883/1885	1885/1887	1892/1894	1898/1901	1901/1903
Estremadura e Ribatejo	353,6	342,1	828	856,5	1 033,5	1 498,8	1 909,9	499	1 699	1 598,1

Fonte: Elaboração própria a partir de Martins (1991, vol. 26, n.^{os} 112-113: 673).

A análise do quadro 2.10 revela que realmente não há desaceleração da produção vinícola das regiões da Estremadura e Ribatejo, logo ela não existe, do mesmo modo, em Torres Vedras, até 1887 e a existente no período de 1892/1894 não diz só respeito à disseminação da praga. A devida ponderação deixa perceber que a forte quebra se deve também ao míldio. Na verdade, esta doença contribuiu para a desaceleração da produção sobretudo por causa do brutal ataque desferido no vinhedo nacional que provocou a diminuição severa do vinho. Mas, perto do virar do século, precisamente a partir de 1898, depois de combatidos e controlados os males da vinha, pela observação dos dados do quadro certamente pode ser entendido que a produção vinícola aumentou significativamente. A esta distância temporal já é possível ver o verdadeiro impacto da filoxera na região e no país, decerto muito negativo, porém talvez demasiado amplificado. Vale a pena prestarmos atenção às considerações de Conceição Andrade Martins para entendermos o efeito da praga em território nacional. Esta investigadora concluiu que, num país tão dependente da economia do vinho como era então o nosso, é perfeitamente aceitável que a praga provocada pelo inseto filoxera fosse apontada como um desastre nacional. Contudo, conclui ainda que as exposições sobre ela são em geral desproporcionadas em relação ao verdadeiro efeito na viticultura em Portugal.

Relativamente aos métodos utilizados no combate à praga pode dizer-se que a região recorreu aos que à partida estavam testados e ofereciam maiores garantias, falamos sobretudo do sulfureto de carbono e das cepas americanas¹⁵⁹. No que concerne ao sulfureto de carbono podemos dizer ainda que, numa primeira fase, foi realmente utilizado na região vinhateira no combate à praga¹⁶⁰, porém, devido aos maus resultados, o método veio com o tempo a ser sucessivamente abandonado¹⁶¹. O uso do químico no vinhedo local pode ser analisado pelo seguinte registo:

¹⁵⁹ Ver Baixinho (2013: 61-64); Martins (1991: 665); Matias (2002: 233; 2001: 131); Pereira (1983: 131, 150).

¹⁶⁰ Ver MOPCI-DGA/A-A-6-63. NP. 1008, n.º 147. Inspeção de Circunscrição do Sul. 1887-1892, ANTT.

¹⁶¹ Ver *A Semana* (1887, não,º 24: [s.p.]), «Secção de agricultura». Ver também Pereira (1983: 150).

... relação das câmaras municipais da Circunscrição do Sul às quais tem sido fornecido sulfureto de carbono até 9 do corrente, com designação da quantidade para cada uma delas, somando um total de 25 246 quilogramas.

... 10 de setembro 1887

Câmara da Covilhã -----	1.969 kg
Câmara de Castelo Branco -----	1.158 kg
Câmara de Penamacor -----	407 kg
Câmara de Setúbal -----	1.042 kg
Câmara de Torres Vedras -----	20.137 kg
Câmara de Vila franca de Xira -----	533 kg

Total em kg ----- 25.246 kg

Porto, 9 de setembro de 1887

O agrónomo Director do depósito do Porto

Manuel Vicente Lobo Rodrigues Chicó

Está conforme,

Inspecção de agricultura da Circunscrição do Sul, em 10 de setembro de 1887

O Inspector de agricultura

Alfredo de Villamaior de Vasconcellos Correia de Barros».

Fonte: MOPCI-DGA/A-A-6-63. NP. 1008, n.º 147. Inspecção de Circunscrição do Sul. 1887-1892, ANTT.

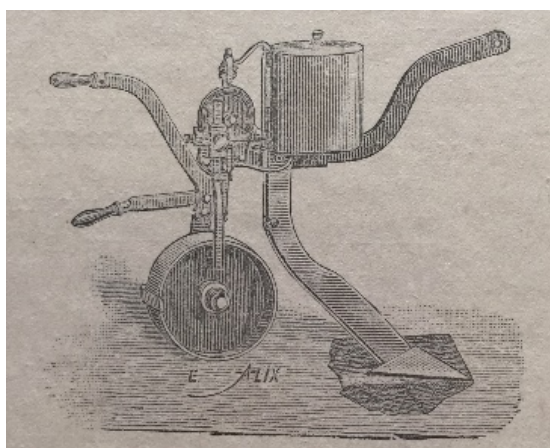
Como pode ser observado no documento acima apresentado, até 9 de setembro de 1887 tinham sido fornecidos 20 137 kg de sulfureto de carbono à Câmara Municipal de Torres Vedras, isto prova de forma explícita o uso do químico na região vinhateira. A propósito, tal quantidade de produto, mesmo neste notável centro produtor, só reforça a ideia de que a viticultura local acreditou no sulfureto para acabar com o mal que a atormentava. E também mostra a real dimensão do problema vivido na economia do vinho do concelho de Torres que muito cedo elegeu esta bebida como o produto principal da sua economia. O desencanto com o químico pode perceber-se, por exemplo, em notícias dos periódicos locais, nomeadamente a do jornal *A Semana*, de 1887, que em baixo transcrevemos:

«Acho necessario chamar a attenção dos viticultores para todas estas considerações, a fim de os prevenir contra tantas causas estranhas que os podem illudir e predispor contra o sulfureto.

Nos tratamentos effectuados em Torres Vedras pelos proprietarios no mez de junho deram-se alguns casos desanimadores, como tambem com alguns feitos intempes-
tivamente no inverno»¹⁶².

Contudo, havia quem defendesse o uso do sulfureto de carbono apesar de os sinais indicarem precisamente o contrário, por isso ao tempo a região assistiu ao confronto entre os defensores do químico e os da cepa «resistente», referimo-nos à escolha do melhor método para não deixar degradar a produção do vinho. Certo é que a tipologia do solo de algumas áreas do concelho não permitiu o uso do inseticida com eficácia, a exemplo do solo de Dois Portos. Aqui a terra é bastante argilosa e por isso a terapêutica com o sulfureto mostrou-se «pouco eficiente»¹⁶³. Entre os diversos equipamentos disponíveis para aplicação do químico localizámos o que de seguida mostramos numa edição do jornal *A Semana*, de 1887:

Figura 2.4: Charrua sulfu-
retadora



Fonte: *A Semana* (1887,
n.º 33: [s.p.]).

¹⁶² Ver *A Semana* (1887, n.º 24: [s. p.]), «Secção de agricultura».

¹⁶³ «Na Estremadura, onde a maior parte das vinhas assentavam em terrenos calcários e argilosos das vastas formações geológicas do secundário e terciário, o precioso inseticida revelou-se impotente para debelar o mal, dez vezes mais rápido e destruidor que no Douro: a natureza dos solos ou dava lugar à rápida evaporação do sulfureto ou não consentia na sua difusão» (Matias, 2001: 133). Ver também Baixinho (2013: 62).

Este injetor de sulfureto de carbono tinha a missão de levar o inseticida à raiz da *vitis vinífera*, na qual o inseto se alojava e onde o químico o deveria eliminar por asfixia¹⁶⁴. A viticultura local viveu momentos difíceis com a filoxera, contudo soube encontrar forças para a enfrentar e a provar o que dizemos estão as diversas iniciativas que aí aconteceram para a combater. Disso dá conta o *Jornal de Torres Vedras*, em 1886. Acreditamos que esta notícia tem elevado interesse porque permite esclarecer as referidas iniciativas, daí a opção pela sua transcrição:

«Estando, pois, resolvido, que a reunião fosse convocada para uma região vinha-teira das mais importantes do districto, recaiu a escolha na de Torres Vedras, a mais afamada pela extensão e qualidade da sua produção, escolhendo-se a villa do mesmo nome, onde nos encontramos, para séde dos nossos trabalhos»¹⁶⁵.

De um modo geral, o inseticida teve pouco uso no distrito de Lisboa, a exceção está precisamente na região de Torres, como foi dado a ver¹⁶⁶.

Em relação à cepa americana interessa perceber o que dela pensava a viticultura de Torres, porque só assim se pode entender a sua importância no contexto do vinho local. A pesquisa permitiu localizar diversos documentos que possibilitam esclarecer a questão e, entre estes, há um que merece especial destaque e por isso está em baixo transcrito. Referimo-nos à notícia publicada no jornal *A Semana*, a 14 de julho de 1887, sobre este tipo de cepa.

«*A Semana*, de Torres Vedras, habil, cuidadosa e proficientemente redigida, já indicou ao auctor d'aquellas considerações da *Epoca* o verdadeiro criterio para se avaliar da resistencia das cepas do novo mundo, e citou ao mesmo tempo a plantação da quinta do Urmeiro, proxima a Torres Vedras, como um bello exemplar de resistencia e adaptação de tres das mais recommendadas.

No nosso ultimo numero referimo-nos com algum desenvolvimento a esta excellente plantação e agora acrescentaremos que a cepa, a que na Madeira se chama *refractaria*, é a *Izabella*, variedade labrusca, que tem uma duração limitada, apenas um pouco superior á das castas europeas. Esta cepa *Izabella* é cultivada ha mais de

¹⁶⁴ Segundo Maria Goretti Matias, «Embora indicado desde 1869, o método de aplicação do sulfureto foi descoberto bastante mais tarde, em 1875-76. Consistia em injectar o sulfureto, em estado líquido, na dose de 20 a 30 gramas por metro, no solo, com instrumentos que o perfurassem até 25 cm ou 30 cm: o líquido, vaporizando-se, asfixiava os insectos. Para aplicação do sulfureto utilizavam-se uns injectores, cujo manuseamento se revelara particularmente difícil, fornecendo o Estado aos viticultores os serviços de um práctico que ensinava gratuitamente, durante dois dias, os trabalhos de sulfuração» (Matias, 2001: 132-133).

¹⁶⁵ *Jornal de Torres Vedras* (1886, n.º 84: 1), «Congresso anti-phylloxerico em Torres Vedras».

¹⁶⁶ «No concelho de Torres Vedras, como referiu José Carlos Magalhães, os tratamentos pelo sulfureto de carbono foram praticados por bastantes viticultores, com a diferença de que uns os faziam com verdadeiro conhecimento da sua aplicação, enquanto outros, o maior número, pouca ou nenhuma prática tinham desse processo. O saldo segundo o autor era bastante negativo» (Matias, 2001: 134).

vinte annos na Madeira, e tem desaparecido, como as indigenas, por effeito da phylloxera, mas não succede o mesmo ás castas verdadeiramente resistentes, taes como: *riparias*, *solonis*, *rupestres*, *York-Madeira*, *Vialla*, *Jacquez* e *Herbemont*, ali introduzidas ha 4 annos, tendo sustentado uma vegetação extraordinaria e sendo effectivamente muito apreciadas pelos viticultores, que com ellas teem replantado os seus terrenos devastados.

Ha na realidade muitas cepas americanas que teem sido annunciadas como resistentes, mas a pratica reduziu esse grande numero ás que ficam apontadas e a poucas mais.

Ora, segundo as considerações do articulista da *Epoca*, todas as variedades de vinha americana succumbem ás picadas da phylloxera, depois d'um tempo variavel e fatal. Isto não é exacto; a pratica de um sufficiente numero de annos prova claramente que os desastres, que tem havido nas plantações americanas são devidos, por um lado á falta de resistencia de certas variedades, que em principio se ensaiaram ao acaso, e por outro lado a falta de adaptação ao terreno e também ás enxertias defeituosas; emquanto que as cepas de valor real, de resistencia intrinseca, plantadas em terrenos apropriados e favoraveis á vinha, sustentam a sua vegetação e dão boas colheitas, quer sejam de produção directa, quer enxertadas com garfos indigenas.

Nestas condições, não temos duvida em aconselhar aos viticultores a plantação das cepas americanas, reconhecidamente resistentes na pratica, embora a *Epoca* diga o contrário, por terem morrido as taes *refractarias* da Madeira»¹⁶⁷.

Torres Vedras acabaria, com o tempo, por optar pela cepa americana em detrimento do sulfureto de carbono, sobretudo por dois fortes motivos: a eficácia e a produtividade. Segundo Maria Goretti Matias, «as cepas americanas revelaram-se o método mais seguro e lucrativo de lutar contra a filoxera» e «eram também mais produtivas» (Matias, 2001: 131). A opção pela cepa americana pode ser vista por meio dos quadros 2.11 e 2.12:

¹⁶⁷ Ver *A Semana* (1887, n.º 21: 1), «As cepas americanas».

Quadro 2.11: Nota da plantação de bacelos (milhares), 1881-1885

Concelho de Torres Vedras					
Bacelo europeu					
Anos					Total (1881- -1885)
1881	1882	1883	1884	1885	
215	250	296	363	260	1384

Fonte: AMTV, caixa 94. Nota da plantação de bacelos europeus e americanos, 1881-1891.

Quadro 2.12: Nota da plantação de bacelos (milhares), 1886-1891

Concelho de Torres Vedras													
Bacelo europeu e americano													
Anos												Total (1886-1891)	
1886		1887		1888		1889		1890		1891			
E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A
224	14	131	68	56	161	20	318	4	1 171	-----	1424	435	3 156

Fonte: AMTV, caixa 94. Nota da plantação de bacelos europeus e americanos, 1881-1891.

É isso que os quadros demonstram; melhor dizendo, eles possibilitam o entendimento da evolução da filoxera no concelho de Torres Vedras e a opção da viticultura local pela cepa americana no combate à praga. Passemos à sua análise: como já dissemos, a praga manifesta-se no concelho em 1885, portanto o quadro 2.11, respeitante ao período de 1881 a 1885, mostra que a região foi poupada ao ataque do inseto até essa altura e, por isso, conseguiu responder ao mercado como anteriormente fazia, isto é, com a vinha europeia. A título de exemplo podemos referir o ano de 1884, decerto uma data na qual ainda foram plantados muitos bacelos europeus, nem mais nem menos que 363 milhares. O mercado que então animava o centro produtor foi o temporário de França, resultante da filoxera, especialmente pela enorme quantidade de vinho que permitia escoar à região e porque até 1885 o concelho não teve de se preocupar em combater o inseto.

Quanto ao quadro 2.12, consideramo-lo muito importante porque possibilita compreender o concelho com o problema em mãos, logo permite saber como a ele se ajustou, nomeadamente que meios usou para o enfrentar, tendo em conta a sua especificidade e a demanda do mercado. Certamente que a análise deste quadro possibilita o entendimento da opção dos produtores locais de vinho pelo bacelo americano e isto deve-se, como já dissemos, à sua eficácia e produtividade. Portanto, facilmente se percebe a ascensão do bacelo americano em Torres, de 14 milhares, em 1886 e após sérias dúvidas sobre o tratamento com sulfureto de carbono na região, chegamos a 1891, quando já não há bacelo europeu e só existe de facto plantação de bacelo americano, precisamente 1 424 milhares. Por conseguinte, podemos concluir que esta foi a grande aposta da viticultura local para enfrentar a crise criada pelo «ignóbil» animal. Neste evento há que salientar a má sorte nacional porque «fômos, com a França, dos primeiros a sofrer o grande desastre da invasão phylloxerica»¹⁶⁸ e as suas duras consequências¹⁶⁹, por isso estávamos obrigados a encontrar soluções para o problema. Sobre as consequências, podemos dizer, a título de exemplo, que a produção do vinho na Estremadura e Ribatejo desceu para cerca de «metade»¹⁷⁰. A saída acabou mesmo por ser encontrada pela vasta região da Estremadura e Ribatejo, falamos da cepa americana. Com ela, a viticultura soube enfrentar a praga e o mercado, e disso mesmo deu conta Bernardino Cincinnato da Costa em 1900. Este eminente agrónomo, «profundo conhecedor do Portugal vinha-teiro, observava que a filoxera tinha destruído muitas cepas», porém constatava identicamente «que a zona central da Estremadura estava outra vez no seu máximo rendimento» (Freire, 2002: 696). Resumindo, em Torres Vedras a cepa americana conquistou a viticultura e esteve ao seu serviço, onde se distinguiu na guerra contra a filoxera¹⁷¹ e na resposta à solicitação do mercado francês.

O último mal em análise é o míldio, doença que criou forte constrangimento na produção vinícola da região e do país¹⁷² e que, por conseguinte, tem de figurar entre os distúrbios com maior impacto na vinha torriense. Segundo Conceição Andrade Martins, este mal terá contribuído para a diminuição da produção vinícola, em cerca de 1/3, ocorrida em 1892-1894, quando atacou com crueldade a *vitis vinífera* e, consequentemente, reduziu a produção de

¹⁶⁸ Ver *Gazeta de Torres Vedras* (1894, n.º 36: [s.p.]), «O decreto dos vinhos e o relatório». Na perspectiva de Conceição Andrade Martins, «Portugal foi o segundo país europeu a ser invadido pela filoxera. A doença foi encontrada em vinhas do concelho de Sabrosa (Douro) em meados da década de 1860 e daí espalhou-se a toda a região duriense, mas manteve-se-lhe circunscrita até à década de 1880, altura em que começou a alastrar por todo o país» (Martins, 1991: 653).

¹⁶⁹ No país, a filoxera «arruinou viticultores, incrementou a emigração e provocou o despovoamento de muitas freguesias. Despoletou crises locais e esteve na origem da crise vinícola do final do século XIX. Afectou as finanças públicas e a balança comercial. Deixou marcas indeléveis no sector vinícola e na paisagem» (Martins, 1991: 653-654).

¹⁷⁰ Segundo Conceição Andrade Martins a diminuição foi de 55% (Martins, 1991: 663).

¹⁷¹ Ver Matias (2001: 141)

¹⁷² Ver *Gazeta de Torres Vedras* (1893, n.º 3: [s.p.]), «Mildew». Ver também Freire (2010: 47).

vinho¹⁷³. Isto foi já referido quando analisámos o quadro 2.9 no âmbito da filoxera. No entanto, pensamos que para esta doença é necessário isolar o período referido e apresentar o respetivo quadro, porque só assim é possível ver a quebra da produção no cenário devido. Este é o quadro a que nos referimos:

Quadro 2.13: Crescimento da produção vinícola regional (em milhares de hectolitros), 1885-1894

Regiões	1885/1887	1892/1894
Estremadura e Ribatejo	1 909,9	499

Fonte: Elaboração própria a partir de Martins (1991, vol. 26, n.ºs 112-113: 673).

A análise do quadro 2.13 mostra a enorme queda da produção vinícola da Estremadura e do Ribatejo entre 1892-1894, para a qual o míldio verdadeiramente tanto contribuiu. Pensamos que estas quebras na produção do vinho comum devem ser interpretadas no contexto devido. Assim, de acordo com a memória estudada, dizemos que é ao míldio e não à filoxera que deve ser atribuída a grande responsabilidade pela desaceleração radical na elaboração da bebida, na década de noventa do século XIX. Mencionamos isto porque nem sempre a historiografia especializada conseguiu responder de forma clara a esta questão.

Figura 2.5: Sintomas de míldio nas folhas



¹⁷³ Ver Martins (1991: 663).

Figura 2.6: Sintomas de míldio nos cachos



Fonte: Projeto n.º 34001 –Ibero Massa Florestal. Estudos de doenças transmissíveis das respetivas podas nos próprios terrenos: vinhas e olivais, 2014.

As figuras 2.5 e 2.6 podem demonstrar os efeitos do míldio na *vitis vinífera*. Como se pode ver, estes são bem detetáveis na folha e no cacho. Quanto aos sintomas e destruição, são os seguintes:

No que toca à folha, deve mencionar-se o «[...] aparecimento de manchas de óleo na página superior das folhas da videira¹⁷⁴; desenvolvimento de frutificações brancas na página inferior¹⁷⁵; se as folhas secarem, apresentam-se castanhas e quebradiças; no Outono, aparecem manchas necrosadas em forma de mosaico».

Em relação às inflorescências, a devida nota para as «flores com bolor branco/acastanhado; inflorescência em báculo».

Sobre o cacho¹⁷⁶, deve referir-se o «pó branco a revestir a superfície dos bagos» e o «cachos em báculo: adquire uma coloração escura e acaba por secar»¹⁷⁷.

No combate à doença, a viticultura local usou o sulfato de cobre¹⁷⁸. Este composto químico revelou-se então o melhor amigo dos viticultores de Torres e do país, porque com ele foi possível tratar o vinhedo doente. Sobre o míldio correu ainda o jornal *Gazeta de Torres Vedras*, em 1893. A notícia mostra o efeito nefasto da doença na vinha da região estudada,

¹⁷⁴ Figura 1.5.

¹⁷⁵ Conidióforos.

¹⁷⁶ Figura 1.6.

¹⁷⁷ Ver Projeto n.º 34001 – Ibero Massa Florestal (2014: 11).

¹⁷⁸ Ver *A Vinha de Torres Vedras* (1894, n.º 10: 1, e n.º 12: 1), «Revista agrícola»; *Gazeta de Torres Vedras* (1893, n.º 3: [s.p.]), «Mildew». Ver também Baixinho (2013: 63); Matias (2002: 233).

por conseguinte ajuda a esclarecer o problema, razão pela qual mereceu a nossa melhor atenção e a consequente inclusão neste estudo:

«Queixam-se a maior parte dos viticultores dos grandes estragos feitos pelo *mildew*, principalmente nas freguesias do Ramalhal, Cunhados e S. Pedro da Cadeira.

Houve vinhas que a colheita foi destruída completamente por esta terrível cryptogamica, n'outras a uva ficou reduzida a metade e a um terço.

Isto representa a perda de um enorme capital com que o pobre viticultor luta pela manutenção da sua vida.

Nota-se uma grande melhora nas vinhas tractadas com o sulfato de cobre, mesmo n'aquellas em que o tratamento perdeu um pouco a sua eficácia por ser feito tarde ou mal; e algumas ha, que sendo tractadas no período agudo da moléstia, ficaram indemnes alguns cachos e esgalhas, em se que nota ainda a presença do sulphato de cobre.

Em geral as vinhas curadas cedo e com todo o cuidado pouco ou nada sofferam»¹⁷⁹.

Como se pode ver, através do conteúdo do texto, o concelho de Torres Vedras sofreu mesmo com o míldio e tal-qualmente fica claro que a grande arma utilizada no seu combate foi o sulfato de cobre. Com esta doença, terminamos a análise dos males da vitis vinífera que mais atormentaram a viticultura torriense na segunda metade de oitocentos.

2.3. A Quinta da Viscondessa

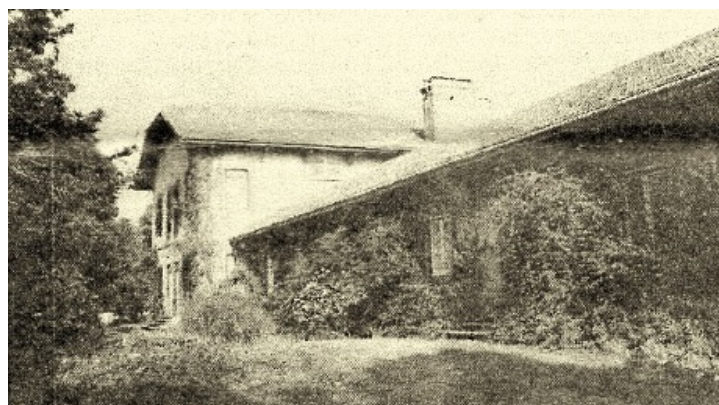
Figura 2.7: Perspetiva da Quinta da Viscondessa a partir do exterior



Fonte: Sá (1999: 100).

¹⁷⁹ *Gazeta de Torres Vedras* (1893, n.º 3: [s.p.]), «Mildew».

Figura 2.8: Perspetiva da Quinta da Viscondessa a partir do interior



Fonte: *Badaladas* (1989, n.º 1733: 14). Suplemento n.º 18 – Freguesias.

Qualquer estudo sobre o vinho de Torres Vedras no século XIX fica incompleto se nele não incluirmos a Quinta da Viscondessa e os seus proprietários, pelo alto contributo em prol da bebida local. Estamos a dizer que na segunda metade de oitocentos, e daí para a frente, o estudo tropeçou quase sempre na referida quinta e na família Batalha Reis. Qualquer estudo sobre o vinho de Torres Vedras no século XIX fica incompleto se nele não incluirmos a Quinta da Viscondessa e os seus proprietários, pelo alto contributo em prol da bebida local. Estamos a dizer que na segunda metade de oitocentos, e daí para a frente, o estudo tropeçou quase sempre na referida quinta e na família Batalha Reis. Por isso consideramos muito importante trazer à luz essa memória, de modo a esclarecer convenientemente a sua relevância na economia do vinho local. Quanto à localização geográfica, a quinta fica situada no Turcifal, paredes-meias com a sede do concelho, precisamente no sopé da serra da Vila. Portanto, a sua situação no seio da região e a visão da família Batalha Reis sobre o vinho comum tornaram este espaço deveras importante, a título de exemplo podemos mencionar que foi escola de viticultura e estação ampelo-filexérica. A pesquisa permitiu o acesso a diversos documentos que mostram o significado da quinta no contexto da bebida local, em especial o documento «Correspondência relativa a crises vinícolas»¹⁸⁰, localizado no ANTT e que passamos a analisar:

¹⁸⁰ Ver MOPCI-DGA/A-B/9, «Correspondência relativa a crises vinícolas», 1905, NP. 996, n.º 1, ANTT.

Quadro 2.14: Estação Torreana de Fomento Agrícola

Natureza do estabelecimento	Nome da propriedade	Situação ou localidade	Renda anual	Data do vencimento da renda	Data em que termina o arrendamento
Estação Torreana de F. Agrícola	Quinta da Viscondessa	Turcifal	1 000\$000 (Reis)	fevereiro	1906-12-31

Fonte: ANTT, MOPCI-DGA/A-B/9.
Correspondência relativa a crises vinícolas, NP. 996, n.º1.

Quadro 2.15: Escola de Viticultura

Natureza do estabelecimento	Nome da propriedade	Situação ou localidade	Superfície da propriedade rústica	Renda anual	Data do arrendamento
Escola de Viticultura	Quinta da Viscondessa	Turcifal	8 hectares (ha)	1.000\$000 (Reis)	1 de janeiro de 1888

Data que termina o arrendamento	Despesa anual de pessoal fixo	Despesa anual de custeio		Receita anual pela venda de produtos
1 de janeiro de 1907	4.300\$000 (Reis)	Jornaes	Materiais	511\$220 (Reis)
		1.500\$000 (Reis)	2.500\$000 (Reis)	

Fonte: ANTT, MOPCI-DGA/A-B/9.
Correspondência relativa a crises vinícolas, NP. 996, n.º 1.

Quadro 2.16: Estação Ampelo-Phyloxerica

Natureza do estabelecimento	Nome da propriedade	Situação ou localidade	Superfície da propriedade rústica	Renda anual	Data do arrendamento
Estação Ampelo-Phyloxerica	Quinta da Viscondessa	Turcifal	79,4937 (metros)	1.000\$000 (Reis)	1 de janeiro de 1888

Data que termina o arrendamento	Despesa anual de pessoal fixo	Despesa anual de custeio		Receita anual pela venda de produtos
1 de janeiro de 1907	1.280\$000 (Reis)	Jornaes	Materiais	2.500\$000 (Reis)
		200\$000 (Reis)	2.300\$000 (Reis)	

Fonte: ANTT, MOPCI-DGA/A-B/9.
Correspondência relativa a crises vinícolas, NP. 996, n.º1.

Os quadros 2.14, 2.15 e 2.16 dão a perceber o interesse da Quinta da Viscondessa para o desenvolvimento do vinho de Torres. Como aí pode ser observado, o sítio teve diversos usos ao longo do tempo, foi estação de fomento agrícola e, como já referimos, escola de

viticultura e estação ampelo-filoxérica. Em todas estas missões a quinta conseguiu captar fortes apoios que esperavam o seu contributo para bem cuidar do principal produto da economia do concelho. Isto pode ser observado certamente pelas rendas (1 000\$000) e receitas: 511\$220 da Escola de Viticultura e 2.500\$000 da Estação Ampelo-Filoxérica. Como também pela própria despesa com o pessoal fixo, 4.300\$000 quanto à escola e 1.280\$000 no que diz respeito à estação. Estes dados são claros e esclarecedores, e queremos com isto dizer que a quinta parece ter sido um polo de dinamização do vinho local.

Figura 2.9: A Escola de Viticultura



Fonte: *Badaladas* (1989, n.º 1733: 15). Suplemento n.º 18 – Freguesias.

A Escola de Viticultura que vemos na figura 2.9 foi, seguramente, o maior espaço de divulgação de conhecimento sobre o vinho no concelho de Torres Vedras, no século XIX. Dele dependeu a região para se desenvolver, a título de exemplo mencionamos a formação de técnicos qualificados indispensáveis à modernização da cultura da vinha. Portanto, numa região muito pressionada pelo analfabetismo¹⁸¹ e por isso pouco disponível para reformas, a escola acaba por ser a face da própria reforma, tão necessária às exigências crescentes do vinho local. Segundo António Francisco Baixinho, «o ensino agrícola foi iniciado no concelho de Torres Vedras em 1888, ou seja, passados 36 anos da criação, em Portugal, deste tipo de ensino. A Escola Prática de Viticultura¹⁸² que posteriormente foi denominada Escola de Viticultura Ferreira Lapa e de seguida por Escola de Operários Rurais Ferreira Lapa, funcionou na Quinta da Viscondessa, no Turcifal, tendo sido o seu primeiro director António Batalha

¹⁸¹ Ver Rodrigues (1998: 23).

¹⁸² «O Decreto de 30 de Junho de 1887 criou a Escola Prática de Viticultura de Torres Vedras, com o fim de habilitar operários vitícolas e vinícolas» (Matias, 2001: 142).

Reis» (Baixinho, 2013: 69)¹⁸³. Consideramos que este agrónomo merece atenção especial, sobretudo pela importância que lhe é reconhecida no vinho da região, por isso mais à frente vamos dedicar-lhe um subcapítulo no qual daremos conta da sua ação.

Percebemos também pela pesquisa que existe uma certa dificuldade, tanto em estudos como em fontes, em identificar o elemento desta família que mais se destacou no vinho de Torres, ora se fala genericamente de [António] Batalha Reis ou do irmão Jaime, até mesmo sobre o pai, António Nunes dos Reis, mas mesmo a historiografia pouca atenção lhe dedicou. Por conseguinte, esclarecemos que António Batalha Reis foi o elemento da família que mais se distinguiu no vinho do concelho de Torres Vedras, e esta importância é-lhe reconhecida pela própria elite vinhateira torriense a que pertencia. Deve ainda ser realçado, em relação aos outros dois usos da quinta, estação de fomento agrícola e estação ampelo-filoxérica, que a sua importância não se circunscreveu à região, ela esteve para além dela: sobre o último uso podemos dizer que a estrutura funcionou como Estação Ampelo-Filoxérica do Sul¹⁸⁴ e, por isso, a sua relevância sentiu-se dentro e fora de portas. Por todas as razões apontadas, acreditamos que a Quinta da Viscondessa está intrinsecamente ligada à história do vinho de Torres.

2.4. António Batalha Reis

Figura 2.10: O agrónomo António Batalha Reis



Fonte: *De Portugal* (1934: 14), «Torres Vedras, terra de vinho».

Falar de António Batalha Reis é o mesmo que falar da história do vinho do centro produtor de Torres Vedras na segunda metade de oitocentos e daí para a frente. Este insigne agrónomo ligado à elite vinhateira de Torres Vedras soube cuidar bem da região e do vinho local. É essa memória que este subcapítulo pretende reconstruir, para desta maneira se poder mostrar o quanto António Batalha Reis contribuiu para a economia do principal produto da região e,

¹⁸³ Ver *A Voz do Concelho* (1940, n.º 54: 4), «Linhas rectas: museu do vinho».

¹⁸⁴ ANTT. MOPCI-DGA/A-B/9. Correspondência relativa a crises vinícolas, 1905, NP. 996, n.º 1. «Estas estações tinham por finalidades o ensino e a divulgação dos tratamentos por insecticidas e a cultura e enxertia das vinhas americanas» (Baixinho, 2013: 69).

consequentemente, para a história da bebida regional. A primeira observação vai então para a ação de António, que é sentida em todas as fases cruciais do vinho de Torres na segunda metade do século XIX. E pode ser percebida de diversas maneiras, por exemplo através da imprensa periódica regional, como é dado a ver na seguinte notícia:

«[...] grande enólogo e ilustre torreense, pois nasceu no Turcifal, foi alguém no nosso país.

Director da Escola Prática de Viticultura de Torres Vedras; criador das bases que regeram a exportação dos nossos vinhos para França; delegado a várias conferências internacionais; organizador de diferentes exposições vinícolas em Portugal e no estrangeiro; autor de valiosos trabalhos sobre a vinha e o vinho, que ainda hoje são admirados e consultados; colaborador de jornais e revistas nacionais e francesas; agrónomo eminente; conferencista distinto, António Batalha Reis merece bem que Torres Vedras, lhe preste a homenagem póstuma que o seu talento e a sua dedicação ao estudo e valorização da maior riqueza regional, inteiramente justificam.

Foi este ilustre investigador a pessoa que decisivamente contribuiu, com os seus estudos afincados, para a restauração das vinhas em Portugal, depois do terrível flagelo da filoxera – e isto nunca o devemos esquecer»¹⁸⁵.

Acreditamos que a análise atenta da notícia do jornal *A Voz do Concelho* permite perceber que estamos na presença de informação capaz de esclarecer a situação de António no contexto da produção local de vinho. Por isso a considerámos relevante e, por outro lado, porque a própria pesquisa deu a conhecer o valor desta notícia. Como aí pode ser observado, o seu papel foi mesmo decisivo na região, tanto ao nível do saber como na resolução dos problemas do vinho de Torres. A título de exemplo podemos mencionar a exportação do vinho para França, no último quartel de oitocentos e como ela, tão necessária ao centro produtor torreense, se deve a António Batalha Reis. O agrónomo depressa percebeu a magnífica oportunidade que, devido à filoxera, seria o mercado desse país e prontamente a sua ação se fez sentir, também através da publicação de «Bases que regeram a exportação» do vinho comum, um texto da sua autoria.

Outra notícia que possibilita perceber o valor deste homem é de uma edição do jornal *Alta Extremadura* de 1933, que transcrevemos integralmente:

¹⁸⁵ Ver *A Voz do Concelho* (1940, n.º 54: 4), «Linhas rectas: museu do vinho».

«A memória dum grande torreense: Batalha Reis – Está na memória de todos, a vinda de representantes das principais casas francezas importadoras de vinhos a Portugal.

Ha cincoenta anos esse movimento comercial que agitou todas as regiões vinícolas portuguezas, foi em grande parte devido, aos artigos do oenologo Batalha Reis, nas revistas francezas.

Durante muitos anos a riqueza da região pela valorização dos seus vinhos, ficou sendo devida a essa grande figura que nunca teve uma homenagem dos seus concidadãos.

O pouco comercio que se tem feito nos nossos dias com a França, é ainda um reflexo e uma consequencia da propaganda, dos conhecimentos e dos escritos desse homem que foi o grande impulsionador da viticultura portugueza, depois de Ferreira Lapa.

Foi ele ainda que levou o Governo ao estabelecimento da primeira Escola Agricola que funcionou na Quinta da Viscondessa, dentro do concelho de Torres Vedras, escola que produziu grandes serviços, pelo ensino prático que dela irradiou por toda a região e por todo o paiz.

Quasi todos os viticultores estão hoje na posse de conhecimentos e de vantagens devidas a essa grande inteligencia. É indispensavel que todos o saibam para, por sua vez, reconhecerem a justiça duma homenagem que tardiamente se pretende prestar á memoria dum grande mestre, que nasceu e faleceu entre os vinhedos da região de Torres Vedras.

Alvitrando a subscrição para um monumento grande ou pequeno que perpetui a memória do enologo e torreense António Batalha Reis, faz-se um apelo a todos os torreenses e a todos os portuguezes, para que a secundem, colaborando num acto de justiça e de merecida gratidão»¹⁸⁶.

Também aqui, na notícia do jornal *Alta Extremadura*, é perfeitamente visível a ação de António. Desta vez pela mão de António Vitorino França Borges, que incluiu a notícia no periódico para a ele se referir com eterno respeito e reconhecimento. Por conseguinte, estamos perante outro documento que igualmente mostra o empenho do agrónomo em defesa do vinho e da região. Como na notícia anterior, fazemos alusão a exemplos: o primeiro é, de novo, a venda de vinho para França. Este foi efetivamente um período de forte prosperidade no centro produtor e, como o papel de António foi crucial para levar a bom porto esta empresa, o jornal não quis deixar de o assinalar na exposição em sua memória. O outro não menos importante diz respeito à Escola Agrícola. Ora, numa terra tão dependente da agricultura, situação à época do concelho de Torres Vedras, pode perceber-se facilmente a importância deste tipo de

¹⁸⁶ Ver *Alta Extremadura* (1933, n.º 31: 1), «A memória dum grande torreense: Batalha Reis».

instalação para a divulgação do conhecimento. E foi isso certamente o que o jornal entendeu lembrar, sobretudo devido à iniciativa estar intrinsecamente ligada a António Batalha Reis e pelo facto de este ter contribuído sobremaneira para o desenvolvimento da agricultura da região vinhateira. Estes dois documentos têm grande valor porque possibilitam entender a verdadeira importância de António no quadro do vinho do centro produtor de Torres Vedras.

Vamos ainda introduzir outras ponderações que, tal-qualmente, dão a conhecer a sua importância e por isso merecem a nossa análise. Por exemplo, a de Palmira Cipriano Lopes, na sua dissertação de mestrado em Gestão do Desenvolvimento e da Cooperação Internacional. Neste estudo, a autora refere que António presidiu a uma comissão científica que combateu a filoxera em Torres Vedras e salienta ainda o seu peso na evolução do principal setor da economia do concelho¹⁸⁷. Estamos, portanto, mais uma vez, na presença de conhecimento que, também ele, mostra o lugar de António Batalha Reis na agricultura de Torres. Desde logo porque a praga foi encarada pela região como catástrofe e porque ele não se poupou a esforços para a combater.

Outra profícua ponderação é a de Maria Goretti Matias. A historiadora tece interessantes considerações sobre o agrónomo, precisamente no seu estudo *Vinho e vinhas em tempo de crise: o oídio e a filoxera na região do Oeste, 1850-1890*. A título de exemplo, podemos mencionar as relativas à compra do vinho pelos comerciantes franceses, devido à ação da filoxera no seu país. Este período muito dinâmico do vinho de Torres deve-se, segundo esta historiadora, a ele mesmo, sobretudo pela ação de António na Exposição de Lyon, em 1872. Ora, justamente na qualidade de delegado da Real Associação Central de Agricultura Portuguesa, Batalha Reis soube captar a necessária atenção do comércio francês, bem como o seu interesse para comprar vinho ao centro produtor. Por conseguinte, o agrónomo foi responsável pela venda do vinho da região às diversas casas francesas que procuraram o centro produtor de Torres Vedras¹⁸⁸. Ainda quanto a exemplos, vamos ainda indicar mais um, o relativo à questão da sobreprodução da Estremadura, em discussão no Congresso Vitícola Nacional, realizado em 1895. Aí António, na condição de relator do vinho comum, da associação acima referida, tomou a si a defesa da bebida e apresentou soluções para o grave problema regional. Na sua perspetiva, a questão podia ser ultrapassada, com o «fabrico esmerado de vinhos de pasto, ligeiros, apaladados, de consumo imediato, aceitáveis em todos os mercados» (Matias, 2002: 216-217).

António Batalha Reis conhecia bem o problema e por isso aproveitou a ocasião para moralizar a região tão deprimida pela falta de consumo do vinho. A sua voz foi ouvida pelo congresso, a título de exemplo podemos referir a proposta relativa à aguardentação do vinho de

¹⁸⁷ Ver Lopes (2010: 78).

¹⁸⁸ Ver Matias (2002: 190).

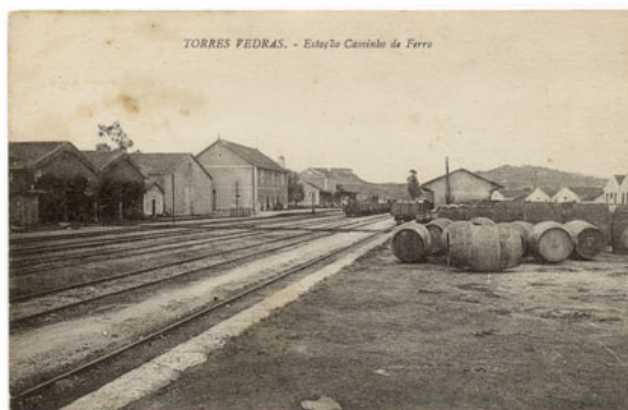
mesa, votada e aprovada nesse encontro. A votação decidia a extinção ou continuidade da prática em uso, que estava ali a ser posta em causa, e como o escrutínio foi favorável à visão de António a aguardentação do vinho acabou e, em seu lugar, optou-se pela pasteurização da bebida. Percebe-se que a recomendação do agrónomo, expressa na votação do congresso, teve dois propósitos: por um lado, a produção de vinho de qualidade; por outro, a competitividade no mercado. Esta foi a escolha de António e da região para encarar o enorme problema do excedente da produção, que ao tempo era a razão da miséria no centro produtor de Torres. A última reflexão sobre António Batalha Reis vem pela mão de Alberto Guerreiro e deve ser entendida no aspeto da musealização do importante património do vinho. Esta questão merecerá a devida análise no capítulo 3 porque a ele pertence de modo natural. Quanto à análise neste subcapítulo, deve mencionar-se que António esteve no centro da questão do museu do vinho em Portugal. Há memória que prova isso, como a relativa às «campanhas de recolha de material suscetível a integrar as coleções museológicas» (Guerreiro, 2017: 147). Preservar o património cultural do vinho foi, portanto, outra missão que o agrónomo chamou a si, especialmente porque percebeu a sua importância no contexto deste concelho vinhateiro. Por tudo isto, justifica-se a inclusão de António Batalha Reis tanto neste como em outros estudos sobre o vinho de Torres Vedras.

2.5. O caminho de ferro

A partir de 1850, o vinho e o caminho de ferro parecem estar na origem de uma identidade cultural, de raiz marcadamente económica, de um território, estamos a falar do Oeste, onde está inserida a região estudada¹⁸⁹. Este território parece construir-se assentando em dois pilares: a economia dominante, ligada ao vinho; e o caminho de ferro, a Linha do Oeste, que o atravessava tomando o seu nome e transportava o principal produto da região. Este é o quadro onde se insere o centro produtor de Torres e o que o integra respetivamente no tema deste subcapítulo.

¹⁸⁹ Ver Freire (2001: 119).

Figura 2.11: Estação de caminho de ferro de Torres Vedras



Fonte: Catálogo de fotografias (PI0646). Estação de caminho de ferro, BMTV.

A pesquisa mostrou que os referidos pilares são elementos relevantes da identidade do concelho de Torres Vedras e por isso surgem sempre bem visíveis na sua economia, como se pode ver pela figura 2.11. Nela podemos certamente perceber essa importância, estamos a dizer que o vinho ocupava uma posição de destaque na estação de caminho de ferro da sede do concelho e que o comboio veio mesmo revolucionar o transporte deste produto, porque o passou a transportar mais rapidamente e de forma segura para lá das fronteiras da região rumo aos seus mercados. Mas há outro aspeto ainda a considerar, apesar de menos exposto na referida figura: referimo-nos à comunicação entre os diversos atores da economia do vinho regional. O caminho de ferro revolucionou o modo como então se relacionavam, sobretudo porque encurtou distâncias e possibilitou um contacto mais vivo. Foi isto que revelou a pesquisa e a título de exemplo veja-se a notícia do jornal *A Voz de Torres Vedras*, que pela sua relevância transcrevemos:

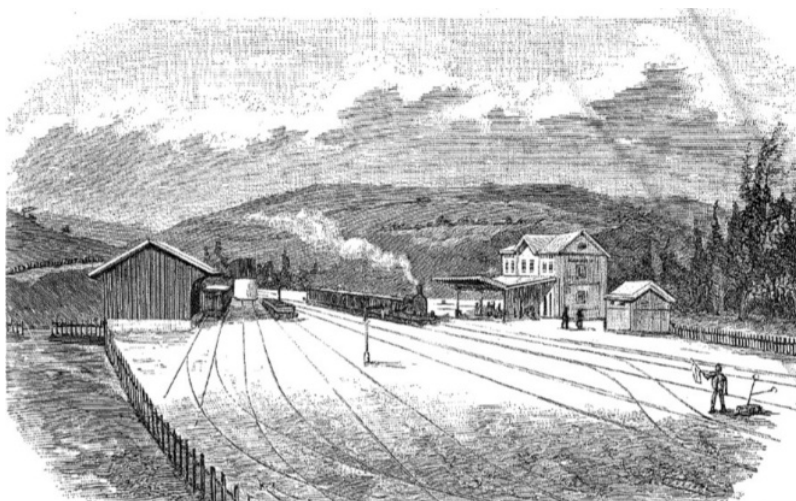
«É extraordinario o movimento que se observa nas ruas da nossa laboriosa villa. Carros transportando para a estação do caminho de ferro cascos cheios de vinho da colheita passada, outros com vasilhame para encher de vinho novo; outros ainda com dornas e tinas cheias de uvas ou de mosto, impregnando de fragancias a atmosfera»¹⁹⁰.

¹⁹⁰ Ver *A Voz de Torres Vedras* (1888, n.º 89: 2), «Agricultura e commercio».

A análise da notícia em apreço parece não deixar dúvidas quanto ao que até aqui temos realçado: o vinho e o caminho de ferro ocupavam mesmo lugares centrais no quadro da economia da região.

Passamos de seguida a apresentar mais um exemplo, agora com o cunho de Venerando de Matos. Este autor, estudioso desta questão, considera que a chegada do caminho de ferro de carril duplo a Torres Vedras estimulou a economia do concelho e, nesta, a do grande produto da região, o vinho¹⁹¹. O caminho de ferro chegou à vila em 1886, data da inauguração da estação, no quadro da política fontista iniciada em 1852. Porém, só em 1887, o vinho pôde sentir a sua presença, porque foi justamente nesta altura que se iniciou o «transporte regular de mercadorias» da linha do Oeste¹⁹². Estamos perante mais um testemunho que deixa perceber que a ligação ferroviária melhorou a economia do vinho do centro produtor estudado ou, como concluiu o historiador, o comboio «contribuiu para o alargamento dos seus mercados e para o desenvolvimento do comércio local» (Matos, 2007: 75). O último subsídio para o entendimento da matéria em análise é da autoria de António Francisco Baixinho e está situado em Dois Portos, ora a freguesia mais importante do concelho no que toca à economia do vinho¹⁹³, como teremos oportunidade de mostrar mais à frente. O caminho de ferro está pronto nesta freguesia também em 1886 e logo há enorme expectativa relativamente aos benefícios para o vinho deste lugar profundamente rural. Como podemos ver, pela imagem em baixo, o comboio vem quebrar o isolamento da terra, e coloca Dois Portos decerto mais próximo do seu mercado.

Figura 2.12: estação de caminho de ferro de Dois Portos



Fonte: Matos (2007: 39).

¹⁹¹ Ver Matos (2007: 75).

¹⁹² Ver Matos (1996: 323).

¹⁹³ Ver relatório n.º 25 JNV (19--: 16).

Com sérios problemas de escoamento, o vinho local depressa percebeu que o impacto do comboio na economia seria muito positivo. A título de exemplo podemos mencionar a compra de vinho da região por Domingos Affonso. Este comerciante que tinha «os seus armazéns na margem do Tejo, defronte d' Alcântara [...] estava então a fazer [...] a sua primeira remessa de mil pipas de vinho que comprou nos arredores da estação de Dois Portos» (Baixinho, 2013: 55). A relevância do caminho de ferro em Dois Portos foi de facto enorme, no que concerne ao transporte do vinho e derivados, levando a estação a ocupar um lugar de destaque, tanto no concelho como a nível nacional¹⁹⁴.

Quadro 2.17: Mercadorias transportadas na linha Lisboa-Sintra-Torres Vedras, entre 1887-1908 (em toneladas)

Caminho-de-ferro Lisboa, Sintra, Torres Vedras	
Anos	Mercadorias (toneladas)/ Pequena velocidade
1887	38.627
1888	89.402
1889	116.632
1890	651.781
1891	616.497
1892	119.762
1893	76.411
1894	87.684
1895	119.797
1896	131.444
1897	160.640
1898	154.034
1899	202.180
1900	232.404
1901	294.448
1902	319.962
1903	369.791
1904	380.039
1905	344.281
1906	407.404
1907	404.059
1908	404.273
Total	5 721:552

Fonte: *Gazeta dos Caminhos de Ferro* (1910, n.º 545: 20-21).

¹⁹⁴ Ver Baixinho (2013: 58); Matos (2007: 39).

Quadro 2.18: Mercadorias transportadas na linha Torres Vedras-Figueira da Foz-Alfarelos, entre 1887-1908 (em toneladas)

Caminho-de-ferro Torres Vedras, Figueira da Foz, Alfarelos	
Anos	Mercadorias (toneladas)/ Pequena velocidade
1887	6:471
1888	45:874
1889	79:581
1890	101:611
1891	85:039
1892	101:086
1893	88:424
1894	95:314
1895	109:684
1896	121:395
1897	135:771
1898	147:076
1899	149:362
1900	192:538
1901	236:246
1902	225:166
1903	249:102
1904	157:869
1905	205:365
1906	228:337
1907	256:187
1908	264:804
Total	3 282:342

Fonte: *Gazeta dos Caminhos de Ferro* (1910, n.º 545: 20-21).

O quadro 2.17 mostra a quantidade de carga, na sua maioria vinho, transportada por via ferroviária na linha Lisboa-Sintra-Torres Vedras entre 1887 e 1908, 5 721 552 toneladas, com os melhores momentos nos anos de 1890 e 1891 (respetivamente 651 781 e 616 497 toneladas) e mais tarde em 1906, 1907, 1908 (pela mesma ordem, com 407 404, 404 059 e 404 273 toneladas). Nele pode ainda observar-se que os piores anos tiveram lugar por altura das crises provocadas pela filoxera e pelo oídio, os melhores, no final da década de ouro do mercado filoxérico da França, e no alvor do século XX, ensombrado pela crise de sobreprodução do virar do século. A linha Torres Vedras-Figueira da Foz-Alfarelos, mostrada pelo quadro 2.18, por sua vez transportou, entre 1887 e 1908, 3 282 342 toneladas de mercadorias, onde o vinho é também o produto dominante, e o melhor desempenho desta linha ocorreu entre 1900 e 1908, tendo por base a já referida crise finissecular, com o ano de 1904 a acusar muito o impacto do oídio, sendo por isso atípico em relação aos restantes.

Em sentido oposto estão os anos de 1907 e 1908, com o transporte de 256 187 e 264 804 toneladas. Portanto, na reta final da monarquia, o comboio parece ser fundamental ao desenvolvimento da economia do vinho da região estudada. Pensamos com isto ter mostrado neste subcapítulo aquilo que a pesquisa revelou sobre o caminho de ferro. Estamos a dizer que identificámos duas funções muito importantes da Linha do Oeste, uma de identidade, outra

de desenvolvimento. Logo, o caminho de ferro teve implicações quer ao nível da criação da unidade Oeste, quer ao nível do desenvolvimento daquele que é, quanto a nós, o seu principal produto. As razões pelas quais lhe dedicámos atenção no estudo são: uma, termos percebido que ele faz parte integrante da história económica do vinho de Torres; outra, querermos compreender o seu lugar nessa história.

Balanço do capítulo

O período que acabámos de analisar, relativo ao intervalo 1850-1890, possibilitou a explicação de importantes factos da economia do vinho de Torres, num tempo marcado pelo estímulo por parte da administração central ao setor da agricultura, e pela revolução na cultura da vinha em Portugal, que teve como protagonistas o oídio, a filoxera e o míldio. Esclarecemos no início do capítulo, para uma clarificação quanto às matérias tratadas, que por vezes não seria possível circunscrever as balizas cronológicas, como no caso dos males da vinha, por uma questão de coerência analítica e resultados do estudo. Passando a apresentar as respetivas conclusões, podemos começar por dizer que logo a partir de 1850 parece haver, por um lado, grandes transformações na economia do vinho de Torres, muito por culpa dos males que atacaram o vinhedo local; por outro, em consequência destes, foram produzidas importantes alterações na ordem existente, que estão na origem da ascensão do vinho comum no país. Este fenómeno é muito nítido no concelho de Torres Vedras e deve-se sobretudo à opção tomada pela região, isto é, esta terra decidiu assentar a sua economia num só produto apesar do risco que tal decisão acarretava. E pelos vistos com sucesso, o que lhe valeu à altura o reconhecimento de ser uma terra de vinha e de vinho, de grande notoriedade, ao que apurámos, na esfera do vinho comum nacional. A título de exemplo, pode dizer-se que os especialistas nacionais o consideravam o concelho vinhateiro em Portugal mais importante em extensão e produção¹⁹⁵. Estas particularidades do vinho de Torres evidenciam decerto uma alta dependência do mercado. Isto foi o que o estudo deu a ver para o período em perspetiva. Em outras palavras, a relação com o mercado, entre 1850-1890, condicionou fortemente a evolução do vinho de Torres.

Relativamente ao mercado, quanto a nós a peça-chave da economia deste vinho, esclarecemos que no caso desta região produtora o principal era o de Lisboa. Contudo, não podemos esquecer o mercado da própria região, que absorvia parte da produção. Estes foram os grandes destinos do vinho produzido no concelho de Torres Vedras. No exterior, encontrou escoamento no Brasil, França e colónias. Sobre o fluxo do escoamento desta bebida nestes territórios salienta-se que os momentos mais e menos marcantes tiveram lugar dentro da

¹⁹⁵ Ver Matias (2001: 129).

seguinte sequência: no Brasil há dois tempos distintos a considerar, o primeiro entre 1865-1880, quando o vinho teve um escoamento significativo – 72,37% no período 1865-1875 e 63,99% no período 1876-1880 –, e o segundo, na década oitenta de oitocentos (1881-1889), decorreu em sentido contrário, no qual o escoamento afrouxa devido à instabilidade e à concorrência (28,51%). Quanto ao mercado de França, tem a fase mais dinâmica na década oitenta de oitocentos, mas também é necessário elucidar que este bom momento do vinho de Torres é temporário e advém da praga que então assolou o vinhedo desse país. Por último as colónias portuguesas. Aqui o escoamento da bebida parece ter dois tempos distintos. O primeiro, vamos levá-lo em conta com o início do estudo, isto é, de 1850 até 1889, no qual o envio da produção foi francamente reduzido, e o segundo, a partir de 1890, e por isso vai ser analisado no capítulo seguinte, no qual a exportação do vinho aumenta consideravelmente. Este aumento da venda do vinho para África tem três causas, referimo-nos à significativa redução da exportação para França, à sua diminuição no Brasil e à ação do Governo. Outro aspeto importante do mercado é o alusivo à concorrência e aí o estudo mostra que a maior ameaça à bebida da região vinha de Espanha, tanto no mercado do Brasil como no de França. No mercado do Brasil o vinho teve mais dois fortes concorrentes, França e Itália.

Os males da *vitis vinífera* estão intrinsecamente ligados à história do vinho de Torres na segunda metade do século XIX, devido aos prejuízos que causaram à economia do vinho comum do centro produtor de Torres Vedras, referência ao oídio, filoxera e míldio. Apesar da viticultura da região considerar a filoxera o pior destes males, o estudo permitiu compreender que os responsáveis pelas maiores quebras da produção foram o oídio e o míldio, como mostrámos no respetivo subcapítulo. E igualmente possibilitou perceber as suas consequências, diga-se em boa verdade que os referidos males estão na origem da nova cultura da *vitis vinífera* e na modernização da própria cultura. Nessa história temos de incluir a estrutura que teve uma ação capital na guerra contra a praga e na evolução do vinho local, falamos da Quinta da Viscondessa. Esta quinta abrigou a Estação Ampelo-Filoxérica do Sul, a Escola de Viticultura e a Estação Torreana de Fomento Agrícola. Num concelho tão dependente do vinho como era o de Torres Vedras, facilmente se entende que o conhecimento que circulava então na Quinta da Viscondessa foi crucial ao desenvolvimento do principal produto regional. Há ainda a salientar que por detrás deste conhecimento está uma figura eminente da elite vinhateira torriense, cuja visão permitiu manter viva a economia do vinho de Torres: António Batalha Reis. Como explicámos no devido espaço, este agrónomo soube cuidar do vinho local, por esse motivo é certo dizer que a ação de António Batalha Reis é sentida em todas as fases críticas do carrascão de Torres, não só no período 1850-1890 como daí para a frente.

Por último, o comboio. Acreditamos que o caminho de ferro de carril duplo deve figurar em qualquer estudo sobre o vinho da região Oeste, logo o da região de Torres Vedras. Como esclarecemos no subcapítulo que tratou esta questão, ele parece ser um dos pilares da

identidade do Oeste. O fenómeno é perfeitamente visível no concelho de Torres Vedras, de acordo com o estudo realizado. Tal-qualmente elucidámos, que o comboio revolucionou aí o transporte da bebida e facilitou a comunicação entre os atores do vinho de Torres. Com o caminho de ferro chegámos ao fim da análise de um tempo deveras conturbado do vinho nacional, em que se pode perceber a ascensão crescente do vinho comum, fortemente impulsionada pelos centros produtores do Oeste e nestes merece especial destaque o de Torres, considerado o mais importante desta vasta região, daí o seu peso na referida subida.

CAPÍTULO 3

CRISES RECORRENTES, SOLUÇÕES ADIADAS, 1890-1933

A economia do vinho de Torres parece, para já, evidenciar um processo marcado por crises recorrentes¹⁹⁶, assentes tanto na escassez como na abundância da sua produção. O fenómeno é muito nítido na região vinícola estudada, mas não só, porque do mesmo modo ele é nítido no restante vinho comum nacional¹⁹⁷ e no vinho comum do estrangeiro¹⁹⁸, referimo-nos em específico ao da França, da Itália e da Espanha. Pode mesmo dizer-se com elevado grau de segurança que este era então o padrão, com base no que nos foi dado a ver pelos diversos estudos e pelas diversas fontes consultadas, nomeadamente as da imprensa periódica regional, sobre o funcionamento da economia deste vinho, dentro e fora de portas, para o período 1890-1933. E resulta de diversas conjunturas, umas favoráveis outras desfavoráveis, que tiveram lugar neste recorte cronológico. Em concreto e a título de exemplo para o devido enquadramento da primeira data na economia do vinho comum nacional indicamos os efeitos do ultimato inglês, da sublevação militar do Porto, e da crise financeira de 1891, para a segunda, a organização corporativa do subsector do vinho, baseada no quadro legislativo saído da Constituição de 1933, a qual analisaremos mais à frente. Estas são as balizas cronológicas deste capítulo. As quais comportam no seu intervalo, como se pode perceber, importantes eventos com fortíssimo impacto no vinho de Torres: quer ao nível do mercado quer ao nível da própria política (vitivinícola); em concreto falamos da relação entre o funcionamento do mercado e esta política, um bom exemplo está na legislação de 1907/08, que acabou por se revelar, como lá atrás foi explicado, muito prejudicial para o vinho da região de Torres Vedras.

Ora veja-se: num concelho dominado em pleno pela agricultura, e nela pela pequena exploração, e com condições naturais de excelência para a sua prática, certamente se compreende a opção dos seus agricultores, na sua larga maioria com baixos níveis de instrução, pela cultura mais lucrativa do setor¹⁹⁹. O lucro pesou assim nas opções por eles tomadas, ao que parece, quer para os agricultores mais pobres, em maioria no concelho de Torres Vedras, quer para os mais abastados, que viram na vinha uma alta fonte de rendimento; estas foram

¹⁹⁶ Ver Gazeta de Torres (1929, nº 87: 1). A vinicultura e o próprio comércio de vinhos carecem de ser vazados em moldes novos.

¹⁹⁷ Ver Magazine Portugal (1934, nº 1: 8, 10, 45). Ouvindo a direcção da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal.

¹⁹⁸ Ver Fernández e Simpson (2017: 122-142).

¹⁹⁹ Ver Freire (1997: 5).

as conclusões a que chegámos sobre esta classe. Quanto aos comerciantes, tudo leva a crer, que o fator logístico teve muita força, isto é, a proximidade do principal mercado nacional do vinho comum e do principal porto de expedição deste vinho para o exterior, despertou grande interesse no seio desta classe por este produto. Portanto, é de considerar a convergência de interesses nestas duas classes, em outras palavras, agricultores e comerciantes moveram-se pelos mesmos objetivos; em específico referimo-nos aos ganhos que esta bebida lhes podia proporcionar. Alguns comerciantes chegaram até a arriscar a fixação na região, tendo aí construído verdadeiros impérios comerciais, como, por exemplo, a Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca. Por certo, uns e outros, escolheram o vinho estudado pelo valor acrescentado deste produto, a saber muito elevado. Relativamente à saúde da economia do vinho de Torres, aferimos com elevado grau de segurança que ambos tiveram grandes responsabilidades nas crises nela verificadas: a agricultura, por exemplo, pela sobreprodução e pela má qualidade do seu vinho; o comércio, pelas adulterações, pelo preço elevado do vinho e pela falta de estratégia comercial.

Se o enfoque for na primeira destas situações, facilmente se torna perceptível que o vinho de Torres entrou na Primeira República ainda muito pressionado pelo problema da sobreprodução de entre séculos, em boa parte devido à irresponsabilidade da sua própria vinicultura. O fenómeno foi amiúde descrito nesta região pela imprensa periódica regional como a crise da abundância. Embora a política vitivinícola já tivesse sido escrutinada nesta Tese, nunca é demais lembrá-la, uma vez que, estamos a proceder à análise de um recorte cronológico onde o vinho de Torres foi marcado num sentido muito negativo por um evento altamente traumático que o condicionou e comprometeu seriamente o seu desempenho. Em concreto referimo-nos à demarcação da região vinícola de Torres e à falta de regulamentação do seu comércio, da autoria de João Franco. Como um pouco mais tarde, igualmente nos referimos ao aparente desinteresse por parte de Afonso Costa e do seu Governo na resolução deste grave problema do vinho estudado. Esta situação parece comprometer seriamente o desempenho deste vinho por um longo período de tempo, veja-se fora de portas por altura do mercado temporário da Grande Guerra da França, que à partida se oferecia favorável ao vinho da região de Torres Vedras, mas que na prática ele não foi de todo assim: ao que tudo indica, o desempenho do vinho do centro produtor de Torres Vedras acabou por ficar mesmo muito prejudicado fruto das falsificações observadas neste vinho; e como consequência desta prática, má por sinal, sentiu o seu efeito e risco no que toca aos seus fornecimentos e no que toca à sua concorrência, principalmente a vinda de Espanha.

Acreditamos que a falta de determinação do Estado republicano lesou em muito os interesses desta região vinícola portuguesa: por um lado, porque fechou os olhos a certas arbitriedades do vinho de Torres e à necessidade de regulamentar seu o comércio, à luz da demarcação de 1907/8; por outro, porque não fiscalizou devidamente o vinho que de lá saía,

possibilitando assim o envio para França de grandes quantidades de vinhos adulterados. O capítulo número 3 ainda se debruça sobre a análise de uma questão muito importante do vinho de Torres, falamos em concreto da investigação científica alocada ao vinho comum na região de Torres Vedras. E esclarece que, em relação ao Posto Agrário de Almoinha, fundado em 1912, ele foi crucial para o desenvolvimento do vinho estudado, designadamente no que a qualidade diz respeito. Em síntese, este capítulo reúne um conjunto de questões, quanto a nós, altamente relevantes da economia do vinho de Torres e procura explicá-las, a saber sobre o mercado e a investigação científica alocada então ao vinho corrente.

3.1. Mercado

O subcapítulo que agora iniciamos vai ocupar-se com a análise do mercado do vinho de Torres, como em cima dissemos, no período 1890-1933; ao que parece, um tempo muito conturbado para este produto, tanto no plano interno como no plano externo: a título de exemplo, no primeiro caso, indicamos, a crise de sobreprodução, o preço, a qualidade e a demarcação da região vinícola de Torres, num sentido negativo, no segundo, a Grande Guerra, que abalou fortemente a economia da velha Europa e a Grande Depressão que de certa maneira afetou o escoamento das sobras do vinho do centro produtor de Torres Vedras. Como se pode perceber, é, portanto, um tempo de grande incerteza e de fortes transformações no seio do mercado do vinho de Torres e do restante vinho comum nacional. E por isso exigia este enquadramento inicial. Desde logo porque estes problemas vão estar inevitavelmente no centro e como pano de fundo da análise que vamos realizar sobre o mercado do vinho de Torres. Enquadrado o objeto no período em perspetiva, passamos à explicação de como evoluiu o mercado deste vinho em comparação com o tempo analisado no capítulo precedente.

O final do século XIX, a 1ª República e a Ditadura Militar não trouxeram efetivamente alterações quanto à composição do mercado principal do vinho de Torres, por isso o grosso do escoamento continuou a ser feito nos mercados de Lisboa e da região de Torres Vedras. No entanto, nem tudo estava bem oleado no mercado do vinho da região estudada, como já se deu a perceber, ele foi sempre muito sensível a conjunturas e opções: as quais tiveram fortes consequências ao nível, por exemplo, da evolução deste vinho. E do próprio mercado; estável cá dentro e muito competitivo lá fora. É certo que muitos dos problemas já tinham sido inventariados e esperava-se que servissem de lição para prevenir aí futuros desequilíbrios; mas isso nunca foi conseguido verdadeiramente no período em perspetiva, muito por culpa das circunstâncias e do cisma da lavoura da região de Torres Vedras. Mário Galvão, presidente da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal (FVCSP), e Moura Guedes, jornalista do periódico *Magazine Portugal*, conheciam bem o fenómeno e caracterizaram-no de forma muito assertiva. O primeiro, em entrevista: a « endémica crise de vinhos que tanto nos

tortura e mais ainda nos ameaça»²⁰⁰; o segundo, num artigo de jornal: «esta indústria atravessa desde tempos imemoráveis uma existência de crises constantes»²⁰¹. Esta realidade foi muito nociva para a competitividade do vinho de Torres, sobretudo nos mercados do exterior.

Então como evoluiu o mercado do vinho de Torres em comparação com o tempo analisado no capítulo precedente? Por exemplo: em relação ao escoamento da bebida ou à concorrência? No que concerne ao grosso do escoamento, como atrás dissemos, manteve a tendência verificada no período 1850-1890, ou seja, o vinho de Torres no período 1890-1933 continuou a ter como principais escoantes os mercados da capital e o da própria região²⁰², e aí era a taberna o maior cliente do vinho de Torres²⁰³. Porque existiam muitas²⁰⁴ e porque havia um grande número de apreciadores que lá o iam procurar. A taberna de Lisboa parece ser à altura o espaço de socialização por excelência da classe popular masculina urbana, tanto trabalhadora como ociosa, que ao sabor do bom carrascão²⁰⁵ vai alimentando, por um lado, boas conversas e, por outro, a poderosa economia do vinho local e do restante vinho comum nacional.

A disponibilidade dos referidos mercados, e em especial a do mercado de Lisboa, encorajava, como nos primeiros anos analisados de oitocentos, a agricultura de Torres Vedras a produzir mais e mais vinho. A qual, por certo ignorou os sinais do mercado, e após 1897 a sua produção já excedia a capacidade do mercado alfacinha e a do mercado da região. O jornal *Alta Extremadura*, em 1935, noticiava o consumo do vinho em Lisboa, num artigo com alto significado para o seu entendimento, por isso o damos agora conhecer: nele assinalou que «Até à abolição das barreiras da cidade de Lisboa²⁰⁶ bebiam-se na capital 120 000 pipas de vinho»²⁰⁷.

²⁰⁰ *Gazeta de Torres* (1929, n.º 87: 1), «A vinicultura e o próprio comércio de vinhos carecem de ser vazados em moldes novos».

²⁰¹ *Magazine Portugal* (1934, n.º 1: 8), «Ouvindo a direcção da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal».

²⁰² Ver Ghira (2006: 14-15).

²⁰³ Ver António Batalha Reis (1934: 14); Ghira e Constâncio (2004: 37).

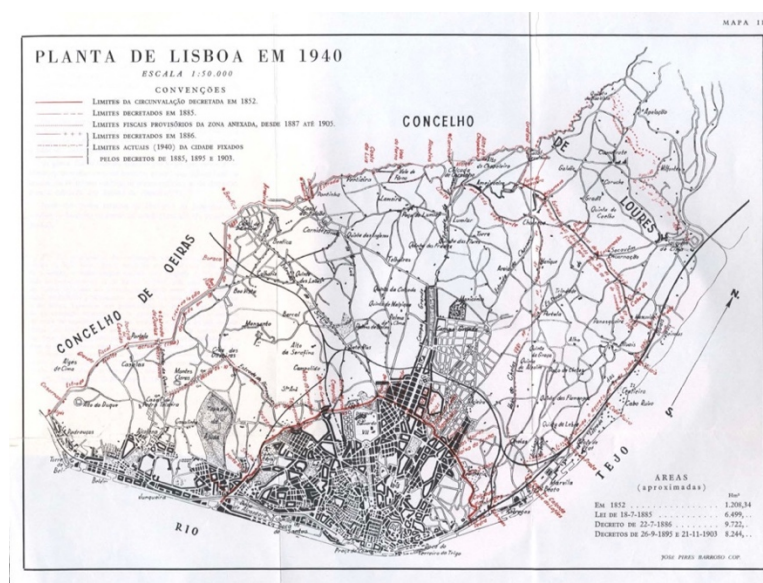
²⁰⁴ Ver Freire (2010: 321).

²⁰⁵ Ver António Batalha Reis (1934: 14).

²⁰⁶ Observação: a circunscrição fiscal de Lisboa foi abolida pela Lei n.º 1368, de 21 de setembro de 1922, que extinguiu o imposto do real de água e os direitos de consumo que se cobravam nas chamadas «barreiras». Ver *Diário do Governo*, (I Série, 1922, n.º 197).

²⁰⁷ Ver *Alta Extremadura* (1935, n.º 78: 2), «Nem tanto ao mar, nem tanto à terra... ou 'a verdade sobre a Federação'».

Figura 3.1: Circunscrição fiscal de Lisboa (barreiras)



Fonte: Silva (1968: 98).

A figura 3.1 dá a ver essas barreiras. Esse excesso de produção, crónico por sinal desde o final do século XIX, persistia e, por isso mesmo, estava de modo igual a criar sérias dificuldades à sobrevivência da agricultura de Torres Vedras, não só no início do século XX como também no decorrer do restante tempo até 1933, o limite cronológico deste capítulo, e mesmo depois dele, que será analisado no capítulo 4. Insistir numa receita falhada provavelmente em nada ajudou o equilíbrio do mercado e a melhoria de vida da viticultura de Torres Vedras. É certo que a precária situação económica e a baixa instrução²⁰⁸ de um elevado número de agricultores impediram a lavoura local de ver com clareza o problema que tinha em mãos. Mas também é verdade que essa adversidade não a impediu de ser muito dinâmica e de continuar a sonhar com uma vida melhor.

Desde logo porque com ela estava o produto da agricultura portuguesa mais lucrativo e, como tal, é justo que tenha pensado que a sua condição melhoraria pelo facto de muito produzir. Apesar de involuntário, como é sabido, o comportamento dos agricultores causava consideráveis sobras, que tinham bom e mau vinho: o primeiro, destinava-se geralmente à exportação²⁰⁹; o segundo, ia para destilação, necessária ao enriquecimento de outros vinhos, como, por exemplo, o Vinho do Porto²¹⁰. Portanto, relativamente aos tempos comparados, parece efetivamente haver continuidade no mercado principal do vinho e descontinuidade na sobreprodução. A saber surgiu em força nos derradeiros anos do século XIX, e desde aí não mais

²⁰⁸ Ver Rodrigues (1998: 23).

²⁰⁹ Ver Ghira (2006: 15).

²¹⁰ Ver Ghira (2006: 14).

parou, com anos de fartas colheitas e consideráveis excedentes, em Torres Vedras e no restante Oeste. O fenómeno em nada deve surpreender, uma vez que, como bem faz notar Dulce Freire, a partir da segunda metade de oitocentos, o Oeste é a região que mais vinho produzia no país²¹¹.

Esta foi a escolha da região. Por vezes, mal compreendida pela ciência que a mostra, em certas interpretações, como produtora só de mau vinho. É verdade que nela se produziu elevada quantidade de mau vinho, mas, como é sabido, o bom e o mau vinho sempre estiveram presentes na produção desta e das outras regiões produtoras, do país e do estrangeiro²¹². Quanto à escolha pode dizer-se que parece estar ancorada em fortes razões, dadas a perceber pelo estudo em relação à região de Torres Vedras. Por exemplo, a excelência natural para a prática agrícola, a vizinhança com o seu principal mercado, a facilidade de acesso ao grande porto de embarque do vinho para o exterior e o lucro gerado pela bebida, fatores que pesaram na hora da decisão. Tanto para a agricultura como para o comércio, isto foi dado a perceber em relação à lavoura e, da mesma forma, vai ser dado a compreender a respeito do comércio. De facto, os comerciantes cedo descobriram que o vinho comum era um produto que lhes podia trazer riqueza e bem-estar. Por isso os vemos, na segunda metade de oitocentos e daí para a frente, a procurarem freneticamente o vinho do centro produtor de Torres Vedras, e o dos outros centros produtores do Oeste, para aí comprarem o produto puro. Ao qual, de um modo geral, adicionavam pelo menos água, referimo-nos às famosas mixórdias²¹³ que tanto prejudicaram a bebida. Após o batismo, o vinho era então vendido em Lisboa e na região, como também no mercado externo.

Esta foi a vontade da região. Por vezes, mal compreendida pela ciência que a mostra, em certas interpretações, como produtora só de mau vinho. É verdade que nela se produziu elevada quantidade de mau vinho, mas, como é sabido, o bom e o mau vinho sempre estiveram presentes na produção desta e das outras regiões produtoras, do país e do estrangeiro²¹⁴. Quanto à opção pode dizer-se que parece estar ancorada em fortes razões, dadas a perceber pelo estudo em relação à região de Torres Vedras. Por exemplo, a excelência natural para a prática agrícola, a vizinhança com o seu principal mercado, a facilidade de acesso ao grande porto de embarque do vinho para o exterior e o lucro gerado pela bebida, fatores que pesaram na hora da decisão. Tanto para a agricultura como para o comércio, isto foi dado a perceber em relação à lavoura e, da mesma forma, vai ser dado a compreender a respeito do comércio. De facto, os comerciantes cedo descobriram que o vinho comum era um produto que lhes podia trazer riqueza e bem-estar. Por isso os vemos, a partir de 1890 e daí para a frente, a

²¹¹ Ver Freire (2010: 20).

²¹² Ver Freire (2001: 125).

²¹³ Ver Ghira (2006: 15).

²¹⁴ Ver Freire (2001: 125).

procurarem freneticamente o vinho do centro produtor de Torres Vedras, e o dos outros centros produtores do Oeste, para aí comprarem o produto puro. Ao qual, de um modo geral, adicionavam pelo menos água, referimo-nos às famosas mixórdias²¹⁵ que tanto prejudicaram a bebida. Após o batismo, o vinho era então vendido em Lisboa e na região.

Sobre o comércio da bebida disseram António Batalha Reis e Dulce Freire o seguinte: o primeiro, «os trapaceiros gananciosos não hesitaram no cometimento de fraudes e falsificações»²¹⁶; a segunda, «cheio de aventureiros e de especuladores» (Freire, 2010: 316). Estas considerações reforçam o que até aqui temos dito sobre o comércio do vinho de Torres e do restante vinho da região Oeste, isto é, parecem existir, por um lado, comportamentos irresponsáveis e criminosos de uma classe; e, por outro, um alto dinamismo, como tivemos oportunidade de demonstrar no capítulo anterior. No primeiro caso situamos as adulterações da bebida, que muito comprometeram o desempenho comercial do vinho, principalmente no mercado do exterior. A memória do vinho comum relativa ao segundo capítulo dá assim a perceber um comércio muito motivado, no sentido de descobrir novas fórmulas, para falsear e muito vender. E tal verifica-se tanto no mercado interno como no externo.

No que concerne ao mercado do exterior e às balizas cronológicas deste capítulo, esclarecemos, que os principais destinos do vinho de Torres foram os já identificados no capítulo precedente, quer dizer, o Brasil, França e as colónias africanas. Os quais de seguida passamos a analisar, dando especial enfoque à *performance* e à concorrência: no Brasil, após a queda registada na exportação em 1889, o vinho comum recuperou nas suas exportações e teve o seu melhor momento entre 1890-1899, como pode ser observado no quadro 3.1:

Quadro 3.1: Principais destinos das exportações portuguesas – Brasil (hl/%), 1890-1933

Anos	Brasil (%)
1890-1894	50,9
1895-1899	50,9
1900-1904	46,5
1905-1909	48,6
1910-1914	42,7
1915-1919	16,1
1920-1924	12,6
1925-1929	15,4
1930-1933	8

Fonte: Elaboração própria a partir de Martins (1990: 253).

²¹⁵ Ver Ghira (2006: 15).

²¹⁶ Ver *De Portugal* (1934, n.º 1: 14), «Torres Vedras, terra de vinho».

Depois, as exportações para esse destino, caem ligeiramente, entre 1900-1914, e de forma acentuada, entre 1915-1933; ano em que elas já só representam 8%. Abre-se aqui uma nota em relação ao quadro 3.1, para esclarecermos que ele deve ser interpretado considerando que o valor percentual inclui também a exportação do vinho do Porto ²¹⁷. Outro importante dado das exportações portuguesas do vinho comum no mercado brasileiro, prende-se com o facto do vinho tinto ter nelas uma clara vantagem sobre o vinho branco, como se pode ver no quadro 3.2:

Quadro 3.2: Vinho comum exportado pelo Porto de Lisboa em 1892 (hl), com destino ao Brasil

Destino	Vinho branco	Vinho tinto	Total
Brasil	20 626,8	205 830,0	226 456,8

Fonte: Elaboração própria a partir de Matias (2002: 207).

205 830 hl de vinho tinto contra apenas 20 627 hl de vinho branco, ou seja, as exportações do vinho comum para o Brasil, estavam organizadas em Portugal principalmente à volta do vinho tinto.

Quanto à concorrência, esclarece-se que era francesa, italiana e espanhola. A última foi a que mais se fez sentir no centro produtor de Torres Vedras. Isto pode ser percebido tanto pela leitura dos periódicos locais, a exemplo do jornal *Gazeta de Torres Vedras*²¹⁸, como através de certos estudos, como os da história local. Tomemos como exemplo os estudos levados a cabo por José Travanca Rodrigues, que a respeito da concorrência espanhola escreve o seguinte: «Os vinhos espanhóis são especialmente combatidos pelo efeito nefasto que produzem nos interesses da produção torreense» (Rodrigues, 1996: 248). E ainda por diversas ações, a exemplo, da noticiada pelo periódico local *Gazeta de Torres Vedras*; relativa ao protesto da viticultura do centro produtor de Torres Vedras contra a entrada do vinho espanhol: a deliberação foi tomada pelos agricultores da região a 11 de novembro de 1894, na sala das sessões da Câmara Municipal de Torres Vedras. Aí foi aprovado, com o apoio de cerca de 150 viticultores, o envio de um ofício à administração do concelho com o objetivo de esta

²¹⁷ De acordo com Conceição Andrade Martins, o Brasil era o 2.º mercado do vinho do Porto, contudo não lhe dá relevância e justifica-o deste modo: «Entre 1810 e 1864, as importações brasileiras representam 11% da comercialização do vinho do Porto» (Martins, 1988: 406).

²¹⁸ Ver *Gazeta de Torres Vedras* (1894, n.º 76: [s.p.] e 1893, n.º 18: [s.p.]). «Os vinhos hespanhoes».

protestar a entrada do vinho referido²¹⁹. E também foi nomeada uma comissão que ficou encarregada de entregar o protesto ao ministro das Obras Públicas, a qual era assim composta:

«Doutor Justino Xavier da Silva Freire
Doutor Luiz Antonio Martins
Doutor João Gualberto de Barros e Cunha
Doutor Herminio Duarte Ferreira
Antonio Agostinho da Silva Henriques
Manuel José de Paula Guimarães
Manuel Francisco Marques
Francisco dos Santos Bernardes
Antonio Gomes Fevelim Sobrinho
Antonio José de Bastos e Silva
Francisco Avelino Nunes de Carvalho
João Anastacio Carneiro Carvalhosa»²²⁰.

Esta representação levava na mala o protesto do vinho local e as respetivas provas que mostravam o quanto o vinho de Espanha era nocivo para o centro produtor de Torres²²¹. Os argumentos que o sustentavam passavam inclusive pela crítica aos próprios critérios da governação, como pode ser observado em baixo:

«Foi o governo de Vossa Magestade, Senhor, que pela voz dos seus representantes no congresso internacional de Madrid, conseguiu a inclusão na convenção internacional das marcas, da disposição segundo a qual não póde usar-se para marca de vinhos um nome de paiz ou região que não designe a verdadeira origem do vinho. Não póde, pois, esse mesmo governo ser o primeiro a derogar o principio justo e moralizador que então estabeleceu, facilitando oficialmente aos seus nacionaes a pratica do que segundo aquelle principio é uma fraude commercial!»²²².

Por outro lado, não podemos esquecer que o tempo em perspectiva neste capítulo foi marcado por acontecimentos no país que parecem também ter contribuído para o mau desempenho do vinho nacional. Um bom exemplo disso mesmo está no vinho do centro produtor de Torres Vedras. A bebida não conseguiu escapar efetivamente aos efeitos do ultimato inglês,

²¹⁹ Ver *Gazeta de Torres Vedras* (1894, n.º 76: [s.p.]), «Vinhos hespanhoes».

²²⁰ *Ibidem*.

²²¹ Ver Rodrigues (1996: 248).

²²² *Ibidem*.

à sublevação militar do Porto e à crise financeira de 1891. Esta foi causada, em boa parte, pela contração das exportações do vinho para França, como já a seguir vai ser mostrado, que teve sérias consequências nas finanças de Portugal. Certo é o resultado da conjuntura, dado a ver pela historiografia. A exemplo da produzida por Rui Ramos, a qual explica por que razão o país entrou em «bancarrota» (Ramos, 2010: 555). A economia do vinho comum, do final da Monarquia, vai agonizar porque tem em mãos uma coleção de graves problemas para resolver, com este pano de fundo. É assim que esta bebida chega à 1.ª República.

Para termos uma noção da dimensão da economia do vinho de Torres, no tempo analisado, damos a conhecer os dados referentes à vindima de 1915 em Dois Portos, a freguesia mais importante na economia do vinho do município de Torres Vedras: a quantidade de uva colhida foi então 1 361 085 kg²²³. Assim como os dados relativos à produção de 16 freguesias em 1916:

Quadro 3.3: Estatística da produção de vinho tinto e branco, 1916

Produção 1916			
Freguesias	Vinho tinto	Vinho branco	Total freguesia (t/b)
Cunhados	534	776	1310
Carvoeira	1578	79	1657
Dois Portos	9624	1792	11416
Freiria	1323	470	1793
Matacães	2584	950	3534
Maxial	1174	1571	2745
Monte Redondo	483	648	1131
Ponte do Rol	839	511	1350
Ramalhal	326	2023	2349
Runa	1398	259	1657
Santa Maria	3413	278	3691
Carmões	3515	585	4100
São Mamede	1279	886	2165
São Pedro	8340	2061	10401
São Pedro da Cadeira	309	916	1225
Turcifal	4741	644	5385
	Totais (pipas)		
	41460	14449	55909
	Pipa= 500 litros		

Fonte: CMTV, caixa 94. Relação dos manifestos de produção e existência de vinhos, azeites, uvas e azeitonas, Dois Portos.

Como se pode ver no quadro 3.3, a produção, em 1916, do concelho de Torres Vedras não deixa dúvidas quanto à sua dimensão. Neste ano foram produzidas na região 41 460 pipas de vinho tinto e 14 449 de branco, num total de 55 909 pipas, o equivalente a 27 954 500 litros. Estes números permitem perceber, por um lado, a dimensão da economia do vinho de

²²³ Arquivo Municipal de Torres Vedras, caixa 94. Relação dos manifestos de produção e existência de vinhos, azeites, uvas e azeitonas. Dois Portos. 1916.

Torres nesta altura e, por outro, a consequente alta dependência do mercado. Bem como a necessidade deste vinho se ajustar aos gostos dos seus mercados, o que parece efetivamente acontecer. As castas tintas dominam a produção da região, a diferença relativamente às brancas, em 1916, é expressiva: nesse ano foram produzidas mais 27 011 pipas de vinho tinto. É ainda evidente o peso de Dois Portos na produção da região de Torres Vedras, esta freguesia contribuiu nesse ano com 9 624 pipas de tinto. Apesar da produção de vinho branco ser menos importante na região, ela é relevante nas seguintes freguesias: São Pedro (2 061), Ramalhal (2 023), Dois Portos (1 792) e Maxial (1 571). Em síntese, este quadro permite extrair diversos dados importantes da produção local para o ano de 1916.

Como bem faz notar João Carvalho Ghira, este era um destino importante da produção de Torres Vedras²²⁴, por isso a retração da exportação entre 1881-1890 teve um efeito muito negativo no centro produtor. Porém a pior fase parece ser mesmo a partir de 1915, neste tempo até 1933 o comércio português do vinho comum já evidencia uma clara dificuldade em manter a quota de mercado no Brasil. Quanto às causas, são diversas: por um lado, podemos indicar a concorrência, sobretudo vinda do vinho de Espanha, não esquecendo a do vinho de França e de Itália, e as adulterações do vinho. Esta foi uma prática muito usada pelo comércio português do vinho que tanto o prejudicou nas praças do Brasil. Por outro lado, não podemos ignorar o *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, e a consequente crise económica, com sérios efeitos na economia brasileira. Apesar da crise ter pouca expressão em Portugal²²⁵, a verdade é que o vinho excedente necessitava em larga medida do mercado exterior, com os constrangimentos decorrentes da Grande Depressão, é fácil perceber as dificuldades sentidas pela bebida no mercado do Brasil.

Em França, o vinho de Torres e o restante vinho comum nacional, após a década de ouro, que teve lugar nos anos oitenta do século XIX, vê as suas exportações caírem a pique nesse mercado, de 1890 a 1914, como pode ser observado no quadro 3.4:

²²⁴ Ver Ghira e Constâncio (2004: 37).

²²⁵ Ver Ramos (2010: 631).

Quadro 3.4: Principais destinos das exportações portuguesas – França (hl/%), 1890-1933

Anos	França (%)
1890-1894	6,5
1895-1899	1,1
1900-1904	1
1905-1909	1
1910-1914	5
1915-1919	40,4
1920-1924	35,5
1925-1929	19
1930-1933	19,9

Fonte: Elaboração própria a partir de Martins (1990: 253).

A retoma nas exportações para França só é conseguida em 1915, e mais uma vez, foi fruto de uma conjuntura, que teve origem na Grande Guerra: a saber, foi um bom momento do vinho de Torres nesse país – 40,4% das exportações –, que durou para além do fim do conflito até 1924. Portanto, a Guerra, acabou por beneficiar o vinho de Torres, logo os bons ventos vindos de França voltaram a soprar na região estudada. Depois, como se pode ver neste quadro, as exportações voltam a cair, de 1925 a 1933. Sempre atenta às vicissitudes do principal produto da região, a imprensa local acompanhou de perto o comportamento do vinho em França. Por exemplo, o periódico *A Vinha de Torres Vedras*, que em 1916 (nº 1: 180) o dá a conhecer. Segundo o jornal, parte da produção do concelho nesse ano rumou ao mercado francês, que vivia tempos de grande procura e de elevado consumo, e tinha de saciar a sede de um país em guerra. Por conseguinte, a produção dependia do exterior para garantir o seu mercado, tal e qual como no período filoxérico. Não se pense que a vida do vinho de Torres foi fácil neste mercado: como convenientemente salienta o periódico, o mercado de França da Grande Guerra atraiu a atenção da concorrência, nomeadamente a do vinho de Espanha, o seu grande rival. Menos feroz, mas a considerar, segundo a mesma fonte, foi a concorrência do vinho da Argélia. O vinho português encontrava-se a braços com diversos problemas no seu fornecimento, como o do transporte, que era difícil de ultrapassar uma vez que os navios que o transportavam eram alvo de ataques.

Em relação ao valor do vinho em França, a fonte dá-o a perceber em dois mercados: Sète²²⁶ e Béziers. No primeiro mercado, o valor do vinho de 10 a 12 graus chegou a ser

²²⁶ Ressalva: deve ler-se Sète e não Cette, como consta no artigo «Revista vitivinícola».

negociado entre 69 e 73 francos; no segundo, entre 67 e 72 francos. E também dá a compreender o quão instável era o mercado da bebida. Como o valor comercial da bebida dependia das colheitas, o preço do hectolitro subia e descia em função delas, e assim se compreende a queda brutal do seu valor na colheita seguinte. A grande colheita do ano subsequente fez cair o preço do vinho em cerca de 50%, ou seja, a bebida foi então negociada entre 32 e 36 francos. Quanto ao *stock* comercial do vinho em França, em junho, este estava calculado em 8 478 540 hectolitros²²⁷. O vinho nacional parece viver momentos de prosperidade e, em particular, o de Torres Vedras. Todavia, este tempo de boa fortuna foi minado, mais uma vez, pelo comportamento de certos atores. Isso é dado a perceber pela mesma fonte (em 1916, no n.º 1: 187) na reação a uma notícia do seu congénere *Diário de Notícias* sobre as adulterações do vinho da região de Torres. Agora o mercado é o de Bordéus, para onde foi vendido muito vinho do centro produtor de Torres. Caso o problema se viesse a confirmar, o jornal *A Vinha de Torres Vedras* admitia um impacto altamente negativo na região. Sobretudo pelo risco da devolução e pelo descrédito que a bebida sofria no mercado²²⁸. Certa foi a quebra na exportação: como se pode ver no quadro 3.4, ela já só representa cerca de 19 % no período 1925-1933. A exemplo do Brasil, também em França o comércio do vinho comum de Portugal evidenciava dificuldades em relação ao mercado, por isso o vemos a perder quotas de mercado. Quanto aos problemas sentidos para fazer impor o seu vinho, pode dizer-se que há várias razões, algumas transversais ao mercado do Brasil, designadamente conjunturas, concorrência e práticas como a adulteração da bebida.

Por último, vamos analisar o mercado colonial do vinho. Neste mercado, ao que parece, o vinho de Torres teve um fraco desempenho, bem como o restante vinho comum nacional, até 1930; contudo, deve ser assinalado, que este desempenho, não impediu que houvesse crescimento nas exportações para esse destino – a saber, no período 1900-1914 (e nele, com o seu melhor momento, entre 1905-1909, 20,5%), como se pode ver no quadro 3.5:

²²⁷ Ver *A Vinha de Torres Vedras* (1916, n.º 1: 180: 1), «Revista vitivinícola».

²²⁸ Ver *A Vinha de Torres Vedras* (1916, n.º 1: 187: 1), «Vinhos adulterados».

Quadro 3.5: Principais destinos das exportações portuguesas – Colónias (hl/%), 1890-1933

Anos	Colónias (%)
1890-1894	6,9
1895-1899	11,7
1900-1904	17,6
1905-1909	20,5
1910-1914	17,4
1915-1919	10,3
1920-1924	10,8
1925-1929	15,6
1930-1933	24,2

Fonte: Elaboração própria a partir de Martins (1990: 253).

Portanto, a análise do quadro acima, permite concluir, relativamente ao virar dos séculos, que foi no final da Monarquia que as exportações atingiram o seu melhor momento no mercado colonial; que a 1.^a República quebra o seu ritmo, embora com uma ligeira diferença, isto é, a passagem de testemunho entre regimes foi-lhes prejudicial no mercado do Ultramar. Com os piores tempos a terem lugar nos períodos, 1915-1919, e 1920-1924; e que as exportações tiveram a sua melhor prestação, na cronologia analisada, no período 1930-1933, o que, a nosso ver, é já o prelúdio da aposta que virá a ser encetada por parte do Estado Novo neste mercado.

O quadro 3.5 ainda possibilita outras interpretações, a crer: a queda da exportação para África é acompanhada pelo melhor momento do mercado de França. Ou seja, o excedente da produção de Torres Vedras pode ter sido canalizado propositadamente para o mercado da Grande Guerra, em detrimento do mercado do Ultramar. A confirmar-se a opção da região, certamente que tem por base os maus anos agrícolas da 1.^a República. De acordo com Oliveira Marques, a chuva impiedosa do inverno, em particular a dos meses de janeiro e fevereiro, comprometeu as safras, de 1912 a 1919²²⁹. E, conseqüentemente, provocou a contração da produção. Por outro lado, este quadro, dá igualmente a ver a ascensão do vinho no mercado além-mar. A partir de 1925, com as desacelerações dos mercados de França e Brasil, o mercado colonial ganha outro fôlego, porque foi para aí que o vinho comum se virou. Como faz notar João Carvalho Ghira, este era um mercado tradicional das sobras do vinho da região de Torres Vedras²³⁰. No entanto, percebe-se que, tal como noutras alturas, o centro produtor

²²⁹ Ver Marques ([1978]: 99).

²³⁰ Ver Ghira (2006: 15).

de Torres aproveitou os efémeros mercados emergentes de conjunturas. Certo é que, já em 1925, o comércio português do vinho comum vive uma agonia nos mercados do Brasil e de França, muito por culpa da concorrência e das fraudes. Por isso o vemos a rumar «de novo para as colónias africanas» (Freire, 1997: 12).

Em suma, ao longo deste subcapítulo procurámos explicar que o vinho de Torres, durante o período 1890-1933, foi escoado nos mesmos destinos da Monarquia. E da mesma maneira explicámos as variações do seu peso no mercado exterior. Em relação à importância dos mercados, esclarecemos que o principal continuou a ser, neste período, o de Lisboa e o da região. Assim como demos a entender que o acessório, do vinho excedente, não sofreu alterações quanto ao destino, pois o escoamento prosseguiu no Brasil, em França e nas colónias portuguesas. E ainda se deram a perceber as opções do centro produtor de Torres Vedras, nomeadamente a relativa ao mercado de França, no contexto da Grande Guerra. Por outro lado, tentámos chamar à atenção, para o quanto as conjunturas influenciaram o vinho da região estudada.

3.2. O Posto Agrário de Dois Portos

A história do vinho da região de Torres Vedras decerto ficaria incompleta se não falássemos do Posto Agrário de Dois Portos, posteriormente designado Estação Vitivinícola Nacional (EVN). Este importante polo de investigação científica, imprescindível ao desenvolvimento do vinho da região e nacional, em muito contribuiu, ao longo tempo estudado, para a melhoria da qualidade do vinho, conseguida a partir do saber disponibilizado à viticultura e à enologia. Numa terra de vinha e de vinho, a edificação de uma estrutura desta natureza demonstra bem o interesse da região de Torres Vedras, no quadro da produção nacional, tal como a capacidade para captar a atenção do Estado. Este é o reconhecimento, merecido, a uma terra e a um povo que acreditou numa economia e por que ela lutou, independentemente de outros concorrentes considerarem o seu vinho medíocre e ordinário. Certo é que foi a região escolhida para a instalação do espaço ligado ao conhecimento do vinho nacional. Já era uma tradição no concelho em perspectiva, para o seu vinho, com raízes no século XIX, com a criação da Escola de Viticultura, instalada na Quinta da Viscondessa, e da Estação Ampelo-Phyloxérica, assim como da Estação Torreana de Fomento Agrícola. O Posto Agrário de Almoinha foi fundado a 17 de agosto de 1912, por decreto governamental. Passado cerca de um ano, o Estado, pela Lei de 9 de julho de 1913, alterou-lhe a designação para Posto Agrário de Dois Portos. E entrega a sua tutela à Estação Agrária da 4.^a Região, que lhe define as seguintes competências: «estudo e esclarecimento das práticas agrícolas tanto de origem cultural como

tecnológica, e muito especialmente as que dizem respeito à pomicultura e viticultura, e também com funções de instrução prática agrícola entre a população rural»²³¹.

Figura 3.2: Posto Agrário de Dois Portos



Fonte: EVN (2020: 1).

O primeiro diretor do Posto é indigitado em 1924, altura em que igualmente é concebido o primeiro «Plano de Estudos» e criada a primeira «Biblioteca». No ano seguinte, a 26 de janeiro, iniciam-se trabalhos com vista à montagem do primeiro «Laboratório» do Posto Agrário. Quatro anos depois do primeiro «Plano de Estudos», é elaborado um novo «compreendendo um vasto leque de acções, no âmbito de estudos tecnológicos, de estudos pomológicos e trematológicos e de estudos culturais. Da ação então desenvolvida, destaca-se o forte incremento de Assistência Técnica à Produção e a realização do 1.º Curso Intensivo de Vinificação»²³². Ao longo do tempo estudado, a instituição sofre diversas reestruturações. Para além das mencionadas, devem ainda ser indicadas as seguintes: começamos pela de 1931. A 19 de janeiro do referido ano, o Decreto-Lei n.º 19 253 cria a Estação Vitivinícola do Centro Litoral, a qual substitui o Posto Agrário de Dois Portos. Entre as suas competências, agora ampliadas, o destaque vai para a «actividade de investigação científica, de índole vitícola e enológica» e para o «papel preponderante nas regiões demarcadas de Bucelas, Carcavelos, Colares e Setúbal». E ainda para os cursos empreendidos, de 1932 a 1935, nomeadamente «um de Podadores de Videiras e quatro de Vinificação»²³³. Volvidos cinco anos da criação da Estação Vitivinícola, o Estado volta a intervir na instituição, desta feita a 16 de novembro de 1936, através do Decreto n.º 27 297, que extingue a Estação e em sua substituição cria o Posto Vitivinícola de Dois Portos. A vida do Posto vai ser mais longa: vinte e quatro anos separam o início e o fim da sua atividade, em 1960. Como nota importante da sua existência,

²³¹ Ver EVN (2020: 1), «História da instituição».

²³² *Ibidem*.

²³³ *Ibidem*.

indicamos a instalação, «pela primeira vez», da «Colecção Ampelográfica Nacional (1944 a 1948)» e o «novo viveiro de pés-mães»²³⁴.

Figura 3.3: Edifício principal (ano de construção – 1960)



Fonte: EVN (2020: 2).

A 24 de novembro de 1960, o Governo volta a reorganizar a instituição, por via do Decreto-Lei n.º 43 354, que extingue o Posto Vitivinícola de Dois Portos e cria o Posto Agrário de Dois Portos. Neste enquadramento, a instituição é transformada em posto experimental, na dependência «da orientação do Centro Nacional de Estudos Vitivinícolas, no que se refere aos trabalhos de vitivinicultura»²³⁵. Sete anos vão mediar até à reorganização seguinte, que se dá a 13 de setembro de 1967, através do Decreto-Lei n.º 47 934, o qual acaba com o Posto Agrário de Dois Portos e em sua substituição institui o Núcleo Experimental do Centro Nacional de Estudos Vitivinícolas.

Figura 3.4: Laboratório



Fonte: EVN (2020: 2).

²³⁴ *Ibidem*.

²³⁵ *Ibidem*.

Este é um tempo em que o Estado é sensível às necessidades da instituição. Por isso procede à «instalação de significativos equipamentos científicos e tecnológicos» e ainda permite a admissão de técnicos para a execução de certas tarefas importantes²³⁶. A reforma seguinte tem lugar em 1974 e o alvo é a atividade da instituição. Para a melhorar, o Estado realiza uma profunda intervenção ao nível do trabalho em curso, que «veio claramente determinar a evolução futura e as características do organismo»²³⁷. Através do Decreto Regulamentar n.º 78/77, de 25 de novembro, é extinto o Centro Nacional de Estudos Vitivinícolas, «sendo os seus bens e pessoal integrados no Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA), cuja Lei Orgânica foi aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 39-A/79 de 31 de Julho, diploma que veio criar então a Estação Vitivinícola Nacional (EVN), em Dois Portos, como serviço operativo do INIA»²³⁸. Nas outras reformas da instituição, que extravasam o período histórico estudado, a EVN foi sempre «um serviço operativo do INIA e dos institutos que lhe foram sucedendo»²³⁹. O relevante conhecimento da EVN fica intrinsecamente ligado à história do vinho da região de Torres Vedras. Por exemplo, ao nível da economia do produto maior da economia local o seu contributo foi precioso na busca da sua principal demanda, a qualidade, que teve um peso cada vez mais crescente no mercado a partir da segunda metade do século XIX.

Balanço do capítulo

O recorte cronológico por nós analisado neste capítulo, respeitante ao intervalo 1890-1933, possibilitou, a nosso ver, explicar de uma forma muito detalhada a evolução do vinho de Torres, no tempo atrás indicado. Veja-se no caso das conjunturas: como tivemos oportunidade de nele mostrar, foi marcado por várias, por vezes muito adversas por vezes muito favoráveis. A saber, ao nível do mercado desta bebida, das crises do vinho estudado, da política (vitivinícola) e do conhecimento produzido na esfera do vinho corrente. No que toca ao mercado, procurou-se mostrar que neste recorte cronológico existiu uma continuidade no principal, logo esta bebida foi escoada a bom ritmo na capital e na própria região. Esta continuidade de que falamos parece igualmente estender-se ao mercado das sobras, cujo destino, como demos a ver, era o mercado do exterior; em específico referimo-nos aos destinos tradicionais do vinho de Torres no estrangeiro, claro está, que aí com tempos mais e menos dinâmicos, como por nós foi demonstrado. No caso do Brasil e da França, pelo que aferimos, ela

²³⁶ Ver EVN (2020: 2), «História da instituição».

²³⁷ *Ibidem*.

²³⁸ *Ibidem*.

²³⁹ *Ibidem*.

existiu até 1925, e daí para a frente não mais existiu, fruto da progressiva desaceleração no escoamento.

Em ciclo idêntico estão as colónias africanas portuguesas: pelo que os resultados do estudo revelaram também nestes mercados houve continuidade nas exportações; ainda que num sentido negativo, ela existiu até 1929, e nem mesmo o período 1905-1909, onde as exportações subiram (20,5%) a conseguiu inverter. Uma coisa é certa, o vinho de Torres acabou por se ajustar bem aos mercados no período analisado, nem sempre da melhor maneira, isso é fácil de se perceber se olharmos, por exemplo, para o mercado da Grande Guerra na França: como é sabido, a região estudada vendeu para este país uma enorme quantidade de vinho adulterado, prática que remonta à década de oitenta do século XIX, por altura do mercado filoxérico da França. As próximas duas temáticas em análise nesse balanço servem para situar o nosso leitor em relação a elas neste recorte cronológico, uma vez que já foram alvo de escrutínio no capítulo de enquadramento, em concreto referimo-nos às crises e à política (vitivinícola).

Relativamente às crises, ou desequilíbrios, do vinho corrente da região vinícola de Torres Vedras e neles aos que a este recorte dizem respeito, voltamos a lembrar o leitor que os mais graves tiveram na sua origem a sobreprodução do virar do século, a qualidade, o preço deste vinho e a demarcação, que teve lugar por altura da legislação de 1907/8. A qual devia ter resolvido de forma satisfatória os problemas atrás referidos e não os ter agravado, como afinal acabou por acontecer. Portanto, quanto a nós, a demarcação de João Franco, foi ela própria o grande fator de desequilíbrio no todo dos desequilíbrios do vinho torriense, por sinal mal resolvidos, no recorte cronológico 1890-1933, isto é, como esta demarcação não contemplou a regulamentação do comércio do vinho de Torres, ao cair por terra ela própria, não só não resolveu os velhos desequilíbrios como os agravou mais à frente, colocando esta região numa posição de grande vulnerabilidade e num estado de quase *pré ruína*.

Esta questão, diga-se em boa verdade, está em perfeita sintonia com a temática seguinte, e da mesma forma se lembra ao leitor, que para este recorte cronológico, não parece existir uma verdadeira política vitivinícola. Mesmo a demarcação que teve lugar, como mostrámos, desastrosa para a região vinícola de Torres, só se efetivou pela fortíssima pressão exercida pelo vinho corrente, já que num primeiro desenho ela visava sobretudo defender e perpetuar aos interesses da região duriense, e como um pai injusto que sente necessidade de compensar o seu filho pelo seu mau comportamento, o Estado lá a estendeu, também de forma desigual, ao vinho corrente. A título de conclusão desta questão, mais uma vez recordamos ao nosso leitor, que legislação de 1907/8, parece ser a única política vitivinícola, se assim a podemos designar, que existiu para o vinho comum nacional neste recorte cronológico, e que ela foi mesmo muito negativa para os interesses do vinho da região vinícola de Torres Vedras.

A terminar este balanço lembramos o que foi esclarecido neste capítulo sobre o conhecimento produzido em Portugal na esfera do vinho comum: O Posto Agrário de Dois Portos – à frente designado Estação Vitivinícola Nacional – teve a sua conceção primitiva mesmo no final da Monarquia (1909) na então Quinta de Almoinha, e a sua criação efetiva nos primórdios da 1.ª República (1913). E a partir desta altura, como foi por nós explicado, esta instituição passou a ter um papel central na evolução do vinho de Torres e na do restante vinho nacional. Veja-se, por exemplo, ao nível da qualidade – da viticultura à enologia – áreas de estudo fundamentais no que toca à competitividade do vinho estudado no mercado. Ou ao nível do próprio ensino, onde a instituição contribuiu para a instrução da população agrícola, condição essencial para o desenvolvimento da principal economia da região. *A terra de vinha e de vinho*²⁴⁰ foi também ela uma terra de conhecimento, que ajudou a melhorar a qualidade do seu próprio vinho, diga-se em bom rigor, paulatinamente procurada pelo(s) mercado(s) estrangeiro(s). Certo é que a sua falta em muito contribuiu para os maus momentos vividos, quer pelo vinho de Torres quer pelo restante vinho corrente nacional.

²⁴⁰ Ver *De Portugal* (1934, n.º 1: 14), «Torres Vedras, terra de vinho».

CAPÍTULO 4

A CONSOLIDAÇÃO DE UM MODELO, 1933-1974

A cronologia em que o Estado Novo governou, ao que parece, foi um dos períodos mais dinâmicos do vinho de Torres – em concreto da sua economia. O carrascão, muito desvalorizado, por conveniência de certas regiões vinícolas nacionais em períodos anteriores, a título de exemplo, pode indicar-se a região duriense, viu a sua importância reconhecida finalmente às mãos da ditadura: designadamente através da sua política vitivinícola e da respetiva organização corporativa do subsector. Os rostos mais visíveis desta organização no vinho comum eram os da FVCSP e da JNV, então incumbidas da tarefa de cuidar deste vinho. A primeira a partir de 1933, a segunda a partir de 1937. Missão deveras difícil, devido ao peso deste vinho na economia nacional e porque o vinho comum estava permanentemente insatisfeito. Certo é que a conceção deste Organismo foi vital para a região vinícola de Torres Vedras. Segundo António Batalha Reis, era o «único meio de salvar os restos vitais duma das mais ricas regiões do país, representante de um dos mais valiosos pesos da balança económica portuguesa»²⁴¹. E está historicamente ligado a Torres Vedras, designadamente a sua criação; e às ações de reivindicação do vinho corrente, o de Torres e o restante que ficou sob sua alçada. Veja-se, por exemplo, as que tiveram origem na endémica crise de sobreprodução, ao rubro nos anos trinta, cinquenta e sessenta, do século XX.

Na perspetiva de Mário Galvão, ilustre torriense, e primeiro Presidente da FVCSP, a federação assentou «no princípio de regular a oferta pela procura, armazenando e retirando da oferta as sobras vinícolas dos anos superabundantes para as lançar no mercado interno nos anos deficitários, e com elas porventura ainda organizar metodicamente a expansão do consumo do vinho nas colónias portuguesas e a conquista de certos mercados externos»²⁴². Estes objetivos absolutamente necessários ao desenvolvimento do vinho comum não foram alcançados, por diversas razões que foram apontadas pela direção da FVCSP em entrevista concedida ao periódico regional *Alta Extremadura*. E estas remontavam não ao tempo da criação do organismo. Em discurso objetivo, esta direção deu a compreender que a «Federação apareceu numa ocasião em que o consumidor interno tem uma capacidade muito reduzida; a crise, as protecções nacionalistas, o excesso de produção noutros países e a

²⁴¹ Ver *De Portugal* (1934, n.º 1: 14), «Torres Vedras, terra de vinho».

²⁴² Ver *Magazine Portugal* (1934, n.º 1: 10), «Ouvindo a direcção da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal».

concorrência»²⁴³ tiveram sérias consequências na ação do Organismo em Torres Vedras e nas restantes regiões produtoras de vinho corrente sob sua influência. Veja-se em relação à capacidade financeira, por exemplo: a meio do ano de 1935 a instituição estava «sem recursos e desamparada»²⁴⁴.

Muito por culpa da lei. Era esse o entendimento de Mário Galvão e o presidente chegou mesmo a dizer o seguinte na referida entrevista: a federação a «dada altura teve que trabalhar com uma lei que não solicitou, mas que lhe deram e que não teve a coragem de repelir»²⁴⁵. Para além da importante questão relativa à FVCSP/JNV, sucintamente analisada, há outras não menos importantes em análise neste capítulo, a exemplo das relativas à evolução do mercado do vinho no Estado Novo, à ação de outros organismos corporativos na região de Torres Vedras ou das adegas cooperativas, nomeadamente a sua relevância no centro produtor. Acrescem questões como o financiamento, o crónico problema da bebida e a criação de um museu do vinho, com instalação autorizada a favor da região estudada. Com este conjunto de questões, vamos procurar explicar a economia do vinho de Torres no período do Estado Novo.

4.1. Mercado

O Estado Novo, «a mais longa experiência autoritária moderna do Ocidente europeu» (Rosa, [s.d.]: 10), serviu de pano de fundo a um período muitíssimo dinâmico do vinho de Torres e do restante vinho da área da FVCSP/JNV²⁴⁶, para o bem e para o mal. Disso dão conta as memórias deste vinho, por exemplo: no que toca ao mercado colonial e à sobreprodução. Para se ter uma verdadeira noção da importância desta área na economia do vinho nacional basta olhar para os números, decerto esclarecedores, como são os da produção. De acordo com estes mais de 50%²⁴⁷ da produção do país esteve a seu cargo. Veja-se, a título de exemplo, entre 1939-49, 1950-59 e 1960-69. A análise dos respetivos números possibilita perceber que o espaço mencionado teve sob a sua responsabilidade 62% da produção, no intervalo 1939-1959, e 58% no intervalo 1960-69²⁴⁸. Bem como dá a compreender a dimensão da economia vitivinícola nas mãos do Organismo, que ao longo da sua existência muito fez para

²⁴³ Ver *Alta Extremadura* (1935, n.º 78: 2), «Nem tanto ao mar, nem tanto à terra ... ou «a verdade sobre a Federação».

²⁴⁴ Ver *Alta Extremadura* (1935, n.º 80: 1), «Sempre os Vinhos».

²⁴⁵ Ver *Alta Extremadura* (1935, n.º [ilegível]: 1), «A crise vinícola».

²⁴⁶ A área de ação do organismo. De acordo com Fernando Oliveira Baptista, compreende então «toda a área não englobada nas regiões demarcadas – sejam as importantes zonas do Dão, Vinhos Verdes e Douro ou as regiões muito limitadas do Moscatel de Setúbal, Bucelas, Carcavelos e Colares» – ou seja, é a zona «fora das regiões demarcadas» (Baptista, 1993: 212).

²⁴⁷ Ver Baptista (1993: 209).

²⁴⁸ *Ibidem*.

ajudar o vinho comum. O fenómeno é nítido no centro produtor de Torres Vedras, a diversos níveis, como, por exemplo, a nível do mercado, que será o objeto de análise neste subcapítulo.

Antes de mais, vamos explicar como evoluiu o mercado principal do vinho de Torres. Nesse sentido esclarecemos já que a ditadura não trouxe alterações ao grande destino do produto pilar da economia regional: pelo contrário, estimulou-o com campanhas de propaganda que em muito beneficiaram a procura do carrascão no seu mercado tradicional. Lisboa²⁴⁹ e a região local²⁵⁰ continuavam a ser fiéis destinos do vinho do centro produtor de Torres Vedras. Estes foram os principais mercados de escoamento da bebida, em tempos anteriores e também no Estado Novo, embora se registem diferenças assinaláveis. A capital é, sem sombra de dúvida, o melhor cliente do carrascão de Torres, nomeadamente a taberna lisboeta onde este vinho era aguardado por inúmeros apreciadores.

Figura 4.1: Adega Triunfo



Fonte: IVV, arquivo fotográfico, n.º 1140. Adega Triunfo (Rua dos Bacalhoeiros, n.º 129).

O interesse do seu público é dado a ver na figura 4.1. Certo é que, a exemplo dos períodos anteriores, também nesta altura o mercado definiu a qualidade do vinho produzido pela viticultura da região, muito por culpa do comércio que, sempre insatisfeito e à procura de mais e

²⁴⁹ Ver relatório nº 25, da JNV (19--: 2-22). «Relatório sobre o cadastro de vinhos da área da FVCSP no concelho de Torres Vedras».

²⁵⁰ Ver Ghira (2006: 14).

mais lucro, influenciava o gosto do consumidor. E impunha tendências a seu belo prazer, o que tinha fortes implicações no mercado da bebida, talvez até mais do que as conjunturas da própria produção. Com base nos dados apurados no estudo, pode dizer-se, que a relação com o mercado parece ter condicionado a evolução do vinho de Torres. Em parte, pela ação do comércio no mercado do vinho, que tudo fazia em busca do referido lucro, com mercado certo na capital. Como bem faz notar Dulce Freire, «Lisboa era o maior mercado nacional para os vinhos da sub-região. Para aí seguia a maior parte das colheitas de Torres Vedras» (Freire, 2010: 310). Estas chegaram a ser de grandes dimensões; por exemplo, as do ano de 1934 deram origem a uma produção de 75 000 000 litros²⁵¹, e esta continuou a ser a média da produção global na região, pelo menos até à década de oitenta, como se pode ver pelo montante das colheitas do ano de 1980 – atingindo-se uma produção de 72 995 600 litros (correspondente a 38 657 000 litros de vinho tinto e 34 338 600 de vinho branco)²⁵².

Quanto ao preço do vinho no mercado da capital, em 1935 este encontrava-se entre \$80 e 1\$20 o litro²⁵³. No mercado regional, de acordo com a estiva da CMTV, encontrava-se, entre 1968 e 1972, na seguinte razão de valores:

Quadro 4.1: Estiva camarária – valor do vinho, 1968.

1968	
Vinho Branco	Vinho Tinto
2\$90	3\$80

1969	
Vinho Branco	Vinho Tinto
3\$66	4\$16

1970	
Vinho Branco	Vinho Tinto
3\$90	4\$70

1971	
Vinho Branco	Vinho Tinto
4\$20	4\$60

1972	
Vinho Branco	Vinho Tinto
4\$00	5\$00

Fonte: CMTV, arquivo, pasta 494 (1973), proc. 17 F, doc. 468. Estiva camarária – valor do vinho (1968-1972).

²⁵¹ Ver *Alta Extremadura* (1935, n.º 86: 2), «O que foi a produção vinícola das freguesias do concelho de Torres Vedras: segundo dados obsequiosamente fornecidos pelo digno Presidente do primeiro Grémio concelhio».

²⁵² Ver CGD (1982: 21), «Vinho».

²⁵³ Ver *Alta Extremadura* (1935, n.º 83: 1), «Preços de vinhos».

A primeira fonte não indica a que qualidade de vinho o preço corresponde, por isso não é possível calcular a evolução do preço da bebida. No entanto, as fontes possibilitam perceber que o preço do vinho evoluiu muito entre 1935 e 1968, na devida ordem de \$80/1\$20 para 2\$90/3\$80. Certamente pela ação da FVCSP e da JNV, que tinham a incumbência da regulação do vinho desde a «produção à venda a retalho»²⁵⁴. Como se pode compreender através dos preços no quinquénio 1968-72, tanto a nível do tinto como do branco, quando o preço do primeiro aumentou na razão de 31,6% e o do segundo na razão de 37,9%. A terminar a análise do mercado principal do vinho do centro produtor de Torres e a exemplo dos capítulos anteriores, apesar de menos importante, em falta está a análise do mercado da aguardente. Da evolução desse mercado dá conta João Carvalho Ghira, que lembra que quando se fala na produção da região vinhateira de Torres Vedras não deve «ser omitida a tradição na produção de aguardente que encontrava adequada colocação no Douro, na elaboração do vinho do Porto» (Ghira, 2006: 14). Se isso é certo antes de 1935, depois a verdade é que «o Douro, quasi não precisa de aguardentes»²⁵⁵. Ou seja, praticamente sem esse mercado, o maior a nível nacional, a aguardente local começa a enfrentar problemas de escoamento. O que motivou acesos protestos e a título de exemplo menciona-se aquele que foi dirigido ao Conselho Técnico Corporativo do Comércio e Indústria²⁵⁶ por telegrama, a exigir «a obrigatoriedade de aquisição de aguardentes por parte da Junta Nacional do Vinho».

Em resposta, a Junta defende que não há razões para tal protesto – em documento no qual apresenta inúmeros factos que contrariam os argumentos dos vinicultores de Torres Vedras. De acordo com o organismo, a sua ação é mesmo sentida no concelho em 1938. Por exemplo: no ano em referência, a JNV comprou aos produtores da região 300 710 litros de aguardente, no valor de 1 235 852\$10; e em sistema *warrant*, pertencente a catorze produtores, contabilizou 180 134 litros. Por adquirir ficaram 228 718 litros da lavra de quinze comerciantes. Portanto, o problema gira à volta desses quinze comerciantes e da sua ambição, a qual não deixa de ser trazida à luz pela Junta, na resposta ao protesto torriense. Tendo por base as seguintes alegações: «É curioso observar que dos 228 718 litros em poder do comércio 90 000 pertencem à Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca, 45 000 à Sociedade Lusitana de Destilação E. Fonseca e CA e 20 000 litros a Abel de Sena Bernardes e Filhos,

²⁵⁴ Ver *O Torreense* (1938, n.º 25: 10), «A Junta Nacional do Vinho: quais os seus fins e organização»; e *Magazine Portugal* (1934, n.º 1: 8), «Ouvindo a Direcção da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal».

²⁵⁵ Ver *Alta Extremadura* (1935, n.º 79: 1), «O problema das aguardentes: posto pelos srs. Mário Galvão e Dr. Figueiroa Rego».

²⁵⁶ Ver ANTT, caixa 35, proc. 330/17, n.º 6 (1938), Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do Presidente. Ofícios da Junta Nacional do Vinho relativos ao protesto dos vinicultores de Torres Vedras e à obrigatoriedade de aquisição de aguardentes.

Lda. Logo, o problema reduz-se em boa parte aos interesses de três casas comerciais»²⁵⁷. E estas pretendiam obrigar o organismo a comprar as referidas «aguardentes a preços altamente vantajosos»²⁵⁸, ao que parece através de processos duvidosos. Disso está certa a Junta, porque teve «conhecimento que muitas assinaturas foram obtidas sem que os subscritores conhecessem o texto do telegrama»²⁵⁹. Irresponsabilidade ou má-fé? Certamente ignorância e visão curta, aspetos que ao longo do tempo tanto prejudicaram o vinho de Torres.

Para se ter a real noção do valor da economia da queima de vinho na região basta olhar para o quadro 4.2:

Quadro 4.2: Destilarias de queima de vinho e de bagaço existentes no concelho, 1975

PROCESSO	DESTILARIAS
N.º 3/10	627 Boaventura Nicolau dos Santos. Moçafaneira - São Mamede da Ventosa
N.º 3/10	52 Emílio Agostinho Faria. Casal do Palear - Carvoeira
N.º 3/9	697 Ermelinda da Silva Pereira. Lugar de Amial - Ramalhal
N.º 3/4	233 F. Faustino Antolin e Irmãos Lda. Bairro das Covas - Rua da Eletricidade
N.º 3/9	813 Feliciano Gomes e Filhos Lda. Carreiras de Baixo - São Mamede da Ventosa
N.º 3/5	458 Fernando Esteves. Lugar do Barro - São Pedro
N.º 3/10	910 Francisco Ferreira Calhau. Quinta do Retiro - Runa
N.º 3/2	533 Gregório dos Santos. Lugar da Pedra - São Mamede da Ventosa
N.º 3/9	585 Francisco Paulo Correia. Sobreiro Curvo - A-dos-Cunhados
N.º 3/9	979 Jaime Franco das Neves. Quinta da Beira - Carvoeira
N.º 3/10	773 João de Luz Saramago. A-dos-Cunhados
N.º 3/9	541 José Baltazar Belchior. Bulgueira - Dois Portos
N.º 3/3	839 José Jacinto da Luz Brito Pais e António da Luz Silva Brito Pais. Quinta do Paio Correia - Ramalhal
N.º 3/9	788 José Manuel da Silva Fialho. Cerca - Freiria
N.º 3/10	831 José Maria dos Santos. Casal do Formigal - São Pedro da Cadeira
N.º 3/3	689 Júlio Ferreira Marques Coelho. Casal da Zibreira - Carvoeira
N.º 3/4	413 Justino Neves Veríssimo. Carrasqueira - São Domingos de Carmões
N.º 3/2	321 Luís Eduardo. Herdade da Tojeira - Lugar da Ermegulha - Maxial
N.º 3/8	611 Macieira e Cª Lda - Maxial
N.º 3/1	800 Maria da Piedade Silva. Quinta da Folgosa - Dois Portos
N.º 3/9	416 Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca S.A.R.L. Dois Portos
N.º 3/1	588 SOLUSA - Sociedade Lusitana de Barros Lda. Bairro das Covas
N.º 17	11 Abel dos Santos. Moçafaneira - São Mamede da Ventosa
N.º 19	29 Acácio Ferreira Proença. Bairro das Covas
N.º 32	59 Adega Cooperativa de Carvoeira. Carvoeira
N.º 26	424 Anastácio Duarte Soares. Casal da Barroela - Carvoeira
N.º 29	675 António Calixto dos Santos. Lugar de Campelos
N.º 26	124 António da Cruz Leal. Maxial
N.º 26	123 António Miguel Pedroso. Turcifal
N.º 19	442 António da Silva. Casal do Castelhão - São Mamede da Ventosa
N.º 29	341 Armando Mendes Fernandes. Ramalhal
N.º 28	959 Armando dos Santos. Casal do Anjo - Turcifal
N.º 26	492 Augusto Pereira (?) Boto Pimentel. Quinta do Paço - Carvoeira
N.º 29	64 Carlos Diamantino (?) dos Santos Brilha. Perna de Pau - Turcifal
N.º 31	525 Florêncio Neves (?). Turcifal
N.º 26	421 Francisco Peixoto de Carvalho Bombon (?). Quinta Nova do Hespagnol - Dois Portos
N.º 20	322 Francisco Silvestre. Ramalhal
N.º 31	250 Herdeiros de Maria Isabel de Melo Falcão Trigo. Quinta Nova - Matacães
N.º 26	814 Irene de Gonta. Herdeiros. Estrada Nacional 70 - Runa
N.º 19	436 Jaime Neves Ginja. Runa
N.º 26	127 Januário da Silva Lucas. Runa
N.º 29	125 João Augusto Dias. Casal da Zibreira - Carvoeira
N.º 26	128 João Ferreira Júnior. Herdeiros. Rua Desembargador Madeira Torres - São Pedro
N.º 26	437 João Pedro. Quinta da Rocheira - São Mamede da Ventosa
N.º 33	216 Joaquim Feijão. Cabeça Gorda - Campelos
N.º 16	712 Joaquim Melícias Duarte. São Domingos de Carmões
N.º 17	9 Joaquim Vieira Borge Sobrinho e Manuel Vieira Borge Sobrinho. Quinta da Carrasca - Dois Portos
N.º 26	839 José António Neiva Vieira. Quinta da Machês - Matacães
N.º 26	130 José Augusto Lopes Júnior. Rua da Horta Nova
N.º 26	410 José Bernardino. Casal da Portela Nova - Dois Portos
N.º 26	411 José Maria Ralha. Casal de Alconde - São Pedro
N.º 26	131 José Rodrigues de Carvalho. Casal das Correias (?) - São Mamede da Ventosa
N.º 19	430 José dos Santos Bernardes. Carvalhal - Turcifal
N.º 26	147 José dos Santos Pancadas. Monte Redondo
N.º 26	425 José Francisco Alves. Maxial
N.º 28	569 Junta Nacional do Vinho. Lugar do Casal dos Gafanhotos - São Mamede da Ventosa
N.º 19	431 Junta Nacional do Vinho. Bairro das Covas - Santa Maria
N.º 26	146 Lino Leal Henriques Fernandes. A-dos-Cunhados
N.º 26	415 Luís Francisco Figueira. Casal de Vale de Cavalos - São Domingos de Carmões
N.º 26	185 Manuel de Bragança. Bulgueira - Dois Portos
N.º 26	343 Manuel Francisco Caseiro. Alfeiria - São Domingos de Carmões
N.º 26	706 Manuel Pedro da Costa Belchior (Herdeiros). Ribeira de Maria Afonso - Dois Portos
N.º 26	441 Maria da Natividade Ferreira Santos. Monte Redondo
N.º 26	134 Maria de Oliveira Capucho. Freiria
N.º 17	28 Mariana da Conceição Malícias. Bulgueira - Dois Portos
N.º 17	13 Maximiano Faustino Henriques. São Pedro da Cadeira
N.º 26	419 Oscar Manuel de Castro. Quinta da Mata - Freiria
N.º 26	181 Porto Vinícola de Dois Portos. Dois Portos
N.º 26	653 Sílvia Franco Beilano Correia. Quinta das Albergarias - Santa Maria
N.º 26	380 Simplicio José Dias. Monte Redondo
N.º 21	3 Sociedade Francisco Manuel dos Santos Lda - Ramalhal
N.º 26	138 Sociedade Lusitana de Destilação Lda. Bairro das Covas - São Pedro
N.º 17	29 Sociedade Vinícola e Comercial Chapuceira Lda. Quinta da Chapuceira - Freixofeira
N.º 26	371 Valério de Oliveira Costa. Quinta da Cidadoura - Dois Portos
N.º 18	235 Vinícola do Oeste Lda. Ramalhal (Gare)

²⁵⁷ *Ibidem*.

²⁵⁸ *Ibidem*.

²⁵⁹ *Ibidem*.

Fonte: CMTV, arquivo, pasta 577 (1975),
proc. 1 E – Comissão Municipal de Higiene.
Relação das destilarias de queima de vinho
e de bagaço existentes nesse concelho.

Como aí é dado a ver, registadas na CMTV estavam, em 1975, setenta e cinco destilarias, algumas delas com grande capacidade produtiva e disso são exemplo as da JNV e a da Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca. No seu conjunto, as destilarias resolviam parte do problema do escoamento do vinho da região, em certas alturas dramático. Se, por um lado, o problema do vinho é bom para a sua rentabilidade; por outro é mau porque lhes cria um problema idêntico de escoamento ao nível do seu mercado. Este fenómeno é nítido no centro produtor de Torres, em anos de sobreprodução e a partir da retração do mercado duriense.

Finda a análise do mercado principal do vinho, passamos em seguida à análise do mercado onde era escoado o excedente da produção regional que, dada a sua dimensão, quase sempre provocava fortes constrangimentos à economia do vinho de Torres. O Estado Novo depressa percebeu uma boa saída para as sobras do vinho no Ultramar português, por isso não é de estranhar que, durante a sua governação, o grande destino da bebida tivesse sido o mercado colonial. Isso pode ser observado no quadro subsequente:

Quadro 4.3: Peso relativo do
mercado do Ultramar português
(em %), 1930-1974

Mercado do Ultramar português	
Quinquénios	Colónias
1930-34	24,2
1935-39	22,1
1940-44	27
1945-49	33,1
1950-54	61,8
1955-59	59,6
1960-64	61,8
1965-69	56,1
1970-74	35,7

Fonte: Elaboração própria a partir de Martins (1990: 253).

De 1930 a 1974 o vinho comum, em alusão ao da região de Torres Vedras, rumou a bom ritmo para África, como é mostrado no quadro 4.3 e realçado por alguns autores, a exemplo

de Fernando Oliveira Baptista e José Capela, que o fazem nos seguintes termos: «No período 1930-72, mercê duma política deliberada, o mercado colonial tornou-se um escoadouro importante do vinho comum» (Baptista, 1993: 222). Tal pode ser visto no quadro, com os melhores anos a registarem-se entre 1950 e 1969, e nestes nos quinquénios 1950-54 e 1960-64, ambos com 61,8%. O segundo autor, recorrendo ao despacho de 7 de fevereiro de 1966, do Ministério da Economia, no qual é explicada a intervenção da Junta Nacional do Vinho no quadro da campanha de 1965-66, refere: «O Ultramar representa já hoje parte considerável do consumo nacional de vinhos comuns e tem o direito de beber mais vinho, vinho mais barato e vinho melhor» (Capela, 2009: 25). A qualidade do vinho a que se referem é o tinto, com uma força alcoólica de 17 a 18 graus e com um preço de 18\$00, em média. É um valor exorbitante, se atendermos ao preço a que ele era vendido ao comércio pelo centro produtor de Torres Vedras.

E mais, o designado «vinho para o preto»²⁶⁰ beneficiou de uma série de medidas governamentais, de que são exemplo as relativas à liberalização da entrada do vinho que teve lugar em Moçambique (em 1963) e em Angola (em 1964) ou à isenção de impostos de importação²⁶¹. Os privilégios do vinho são notórios nestes territórios, por exemplo: a nível da importação, uma «das primeiras em valor» (Capela, 2009: 10). Atento, o centro produtor de Torres Vedras, vai, mais uma vez, fazer rumar as sobras da produção para as terras de além-mar²⁶², prática comercial agora enquadrada num quadro legislativo muito favorável. Ao «copo» da venda de vinho colonial chegava finalmente²⁶³, a bom ritmo, o carrascão, o mau de Torres e das restantes regiões produtoras nacionais.

Figura 4.2: O vinho comum no Entreposto Colonial do Porto de Lisboa a aguardar embarque no navio Benguela



²⁶⁰ Designação do final do século XIX. Ver Capela (2009: 9).

²⁶¹ Ver Capela (2009: 18-62).

²⁶² Ver Ghira (2006: 15).

²⁶³ Ver Freire (2002: 697).

Fonte: Arquivo dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra, catálogo fotográfico, código de referência: PT/APLSS/PL/02-03/01/3-02-029. 1947-04-24.

A provar essa dinâmica estão as expedições do vinho no Entrepasto Colonial do Porto de Lisboa, como a representada pela figura 4.2 na qual, em baixo à esquerda, se pode perceber a presença de muitas pipas a aguardarem embarque no navio Benguela, para rumarem à África portuguesa. Hoje sabe-se que estas expedições permitiram aliviar a pressão do excedente da produção de Torres Vedras, responsável pelos desequilíbrios da economia do vinho desta região. Disso dá conta, para o vinho comum em geral, Fernando Oliveira Baptista: «Naturalmente, o Ultramar português oferece aos vinhos metropolitanos um excelente mercado que, no entanto, não tem sido possível aproveitar satisfatoriamente»; «E esse mercado afigura-se-nos potencialmente decisivo para o necessário equilíbrio da produção e do consumo dos vinhos portugueses» (Baptista, 1993: 222).

4.2. A FVCSP e a JNV

A resolução dos problemas do vinho, da região de Torres e de parte das restantes regiões produtoras de vinho comum, foi sendo sucessivamente adiada no tempo, certamente porque o poder político estava refém, há muito, dos interesses da região duriense. Disso é exemplo, em 1907/08, a demarcação aprovada por João Franco e que tanto prejudicou o vinho local, sobretudo porque lhe consagrou demarcação sem ter em conta a devida regulamentação de comércio, tornando-a por isso inútil. Cansada de injustiças, a região de Torres Vedras mobiliza-se e mobiliza outras regiões a fim de, em conjunto, terem força suficiente para fazerem valer a importância dos seus vinhos junto do Governo. Por outro lado, não devem ser esquecidas as alturas em que o desespero tomou conta de boa parte das regiões produtoras de vinho comum, ateando perigosamente o fogo da revolta. Sobre os problemas, escreveu António Batalha Reis o seguinte: «Ergueu-se a concepção superior duma grande associação vitivinícola, único meio de salvar os restos vitais duma das mais ricas regiões do país, representante de um dos mais valiosos pesos da balança económica portuguesa»²⁶⁴. A pressão não se fez esperar junto do Estado, dando frutos em 1933 – com a aprovação do Decreto-Lei n.º 23 231, de 17 de novembro, que estipulava a criação da FVCSP. Nas palavras do agrónomo, «foi então criada a já conhecida Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal, fortíssimo Organismo que abrange sete distritos e que teve o seu berço e terá sempre o seu coração em Torres Vedras»²⁶⁵. A esta distância, podemos dizer que, efetivamente, houve

²⁶⁴ Ver *De Portugal* (1934, n.º 1: 14), «Torres Vedras, terra de vinho.

²⁶⁵ *Ibidem*.

indiferença da governança da Monarquia e da Primeira República face ao vinho do centro produtor de Torres Vedras. Tal aconteceu muito por culpa de certos elementos do Governo que tinham fortes ligações à região duriense, e um bom exemplo disso é João Franco. A federação, como bem assinalou António Batalha Reis, foi a saída honrosa para resolver os problemas de Torres Vedras e das restantes regiões desprezadas.

Figura 4.3: Tomada de posse da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal



Fonte: Blogue Restos de Colecção, Junta Nacional do Vinho.

O organismo, no que toca à sua condução, foi entregue a Mário Galrão e a Artur Figueiroa Rêgo: o primeiro foi incumbido da presidência, e o segundo teve o cargo de vogal efetivo entre 1933 e 1935²⁶⁶. Podemos vê-los na figura 4.3 no ato de tomada de posse da FVCSP. Galrão, ao fundo à esquerda, com o inconfundível cavanhaque; Rêgo, ao centro, de bigode e óculos. Estes dois homens vão ter em mãos, a partir deste momento, a difícil missão de saneamento dos problemas do vinho comum. A lei que criou o organismo não deixa dúvidas quanto ao princípio em que ele assenta. Sobre esta matéria, já atrás esclarecemos que o princípio basilar é o da regulação da oferta pela procura. Nomeadamente «armazenando e retirando da oferta as sobras vinícolas dos anos superabundantes para as lançar no mercado interno nos anos deficitários». O referido excedente foi ainda utilizado na expansão do vinho comum nas

²⁶⁶ Ver IVV, Presidências da FVCSP e da JNV. Faz-se notar ainda que na primeira presidência da Federação, de 1936-37, o organismo foi conduzido por Rafael da Silva Duque, vogal efetivo, e por José Pereira Caldas, delegado do Governo – junto da FVCSP.

colónias portuguesas e na conquista de novos mercados²⁶⁷. Sobre o Organismo, Fernando Oliveira Baptista escreveu o seguinte: «Desde a criação, em 1933, da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal que os financiamentos à produção e a compra de vinho no mercado são os dois principais eixos da política vinícola que visam atenuar as repercussões dos excedentes de produção na economia das explorações agrícolas» (Baptista, 1993: 225-226), que, tal como é sabido, era um problema crónico do vinho do centro produtor de Torres Vedras e do vinho comum em geral. Por isso, não é de admirar a escolha do Governo. Estes são de facto os pilares mais importantes da política do Estado Novo, ou dito por outras palavras este foi o caminho escolhido pela governança para pôr ordem na economia do vinho da área da FVCSP. A esta distância, e de acordo com o conhecimento entretanto produzido, vale a pena colocar a seguinte questão: no caso da região vinhateira de Torres Vedras havia mesmo alternativa a esta política?

Na perspectiva de António Batalha Reis não²⁶⁸, e esta ideia vai ficando compreensível ao longo do capítulo. Num primeiro momento, o organismo animou a economia do vinho de Torres: «A elevação de preços foi um facto! Bastou a ideia da Federação para influir moralmente na subida»²⁶⁹. A FVCSP tudo fez para ajudar o vinho de Torres e o restante vinho comum, porém isso nem sempre foi possível, muito por culpa da conjuntura. «A Federação apareceu numa ocasião em que o consumidor interno tem uma capacidade de compra muito reduzida; a crise, as protecções nacionalistas, o excesso de produção noutros países e a concorrência»²⁷⁰ comprometeram o desempenho do organismo. O que leva certos autores a verem nisso um falhanço, ideia da qual discordamos. Como bem refere o jornal *Alta Extremadura*: «A Federação não resolveu completamente o problema, mas impediu a ruína»²⁷¹. Disso dá também conta o agrónomo António Batalha Reis²⁷², figura prestigiada da elite vinhateira regional. Outro obstáculo à ação do organismo veio do comércio, que em nada ajudou a aliviar a pressão na economia do vinho de Torres com práticas como, por exemplo, a especulação. «Abastecidos a preços baixos, com menosprezo pela lei, criaram reservas que podiam vender mais baratas do que a Federação e abandonaram o mercado na altura do tabelamento»²⁷³, refere-se no mesmo jornal da época e o certo é que isto aconteceu devido à falta de

²⁶⁷ Ver *Magazine Portugal* (1934, n.º 1: 10), «Ouvindo a Direcção da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal».

²⁶⁸ Ver *De Portugal* (1934, n.º 1: 14), «Torres Vedras, terra de vinho».

²⁶⁹ Ver *Alta Extremadura* (1935, n.º 78: 2), «Nem tanto ao mar, nem tanto à terra... ou 'a verdade sobre a Federação'».

²⁷⁰ *Ibidem*.

²⁷¹ Ver *Alta Extremadura* (1934, n.º 49: 3), «A Federação dos viticultores nos seus primeiros tempos: olhando ao aperfeiçoamento dos serviços».

²⁷² Ver *De Portugal* (1934, n.º 1: 14), «Torres Vedras, terra de vinho».

²⁷³ Ver *Alta Extremadura* (1935, n.º 78: 2), «Nem tanto ao mar, nem tanto à terra... ou 'a verdade sobre a Federação'».

resistência dos que «vendem» em relação aos que «compram»²⁷⁴. Portanto, não é verdade que a FVCSP não tenha cumprido a sua missão. Pelo contrário, cumpriu-a de forma séria, dentro das limitações que lhe foram impostas. A polémica em que se viu envolvida obrigou o Governo a repensar o modelo do organismo. Após reflexão e inúmeras pressões, o Estado decidiu-se pela reestruturação da instituição.

Tal acabou por acontecer logo em 1937, através da aprovação do Decreto-Lei nº 27 977, de 19 de agosto, o qual conferiu poderes de coordenação económica ao Organismo. O rosto dessa reforma deu pelo nome de Junta Nacional do Vinho (JNV) e o novo organismo conduziu os destinos do vinho de Torres e do restante vinho comum da sua área até 1986.

Figura 4.4: Pedro Teotónio Pereira (ministro do Comércio) dando posse aos membros da Junta Nacional do Vinho



Fonte: ANTT, Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0046/1838L.

A figura 4.4 dá conta da cerimónia de tomada de posse da JNV. Para além do ministro do Comércio, estiveram presentes no ato solene José Penalva Franco Frazão, José Penha Garcia, Albano Homem de Melo e João Jacinto Seabra²⁷⁵. Este é o primeiro grupo a ter em mãos a coordenação económica da área do Organismo. Em Torres Vedras, a Junta vai viver momentos de reconhecimento e rejeição, tal e qual a sua congénere anterior. Por exemplo: em 1961, arrecadou aplausos pela intervenção no mercado, que foram expressos desta forma no jornal *Vida Rural*: «A viticultura de Torres Vedras manifestou o seu vivo agradecimento àquele

²⁷⁴ Ver *Alta Extremadura* (1935, n.º [ilegível]: 1), «A crise vinícola».

²⁷⁵ Para as restantes presidências da JNV ver: <https://www.ivv.gov.pt/np4/722/>.

Organismo de coordenação económica»²⁷⁶. E em 1975 vê pedida a sua extinção em reunião na vila. A razão prendia-se com a ação do Organismo que, de acordo com a mesma viticultura, à data não se pautava «pela defesa dos interesses dos pequenos e médios produtores»²⁷⁷. Mais uma vez, não é verdade: a exemplo da FVCSP, a Junta tudo fez para ajudar o vinho de Torres e o restante vinho comum da sua área. E tal como a Federação, teve de cumprir a lei que a enquadrava e teve a sua ação prejudicada pelas limitações económicas do país. Isto foi, grosso modo, o que a viticultura não conseguiu perceber.

Certo é que, em Torres Vedras, a JNV amiúde deu essa explicação – como o fez, por exemplo em 1938, ao jornal *O Torreense* pela voz de Mário Santos, delegado na vila. Este, ao ser entrevistado, disse o seguinte:

O jornal – «Bem sabemos que a Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal, patrocinada pelo Estado, hoje Junta Nacional do Vinho, foi criada para prestar todo o auxílio aos vinicultores, em especial aos pequenos, que é a quem mais interessa [...]»

Em resposta, Mário Santos disse que esse era objetivo do organismo desde 1933. Para o demonstrar invocou certas alíneas do Decreto-Lei que enquadrava a JNV, a exemplo da «2.^a – coordenar a acção dos Organismos corporativos da produção e comércio de vinhos e seus derivados na zona da sua influência e, de uma maneira geral, a de todas as actividades àqueles ligado, com vista ao melhor rendimento e defesa da economia nacional do vinho; 3.^a – orientar e fiscalizar, em cooperação com os serviços públicos competentes e com os Organismos mencionados no número anterior, a produção e o comércio de mostos, vinhos e aguardentes, fazendo cumprir as disposições legais e regulamentos e as determinações que lhes digam respeito; 4.^a – actuar no sentido da criação e manutenção de tipos definidos e marcas de vinhos; 5.^a – conceder certificados de origem referentes às marcas regionais da zona da sua influência para a venda no país; 6.^a – cooperar com os Organismos corporativos da lavoura na criação de adegas cooperativas; 10.^a – cooperar com os Organismos corporativos competentes na regularização do preço dos vinhos e seus derivados, desde a produção até à venda a retalho, por forma a evitar oscilações prejudiciais à economia nacional e à justa valorização dos produtos na origem; 11.^a – prestar informações e assistência técnica aos vinicultores e comerciantes por iniciativa própria ou em colaboração com os serviços públicos competentes, e

²⁷⁶ Ver *Vida Rural* (1961, n.º 446: 17), «A viticultura de Torres Vedras manifestou os seus agradecimentos à Junta Nacional do Vinho pela nova intervenção no mercado e pelas novas directrizes do Organismo».

²⁷⁷ Ver *Vida Rural* (1975, n.º 1132: 18), «A grave situação da viticultura posta em relevo em importante reunião dos produtores da região de Torres Vedras».

promover a melhoria das condições de fabrico e conservação dos vinhos e seus derivados»²⁷⁸.

As suas palavras não deixam dúvidas quanto à defesa do vinho sob jurisdição da Junta. Por conseguinte, a viticultura da região de Torres Vedras devia ter percebido que a JNV esteve sempre a seu lado, quer nas alturas que a elogia, quer nas alturas que a repudia. A juntar ao que foi dito veja-se ainda a memória relativa a ações de propaganda. Decerto, esta é mais uma prova do esforço do Organismo na promoção do vinho da sua área de influência.

Figura 4.5: Cartaz de propaganda (1)



Fonte: IVV, arquivo fotográfico, n.º 2139. Cartaz de propaganda. Edição: JNV.

²⁷⁸ Ver *O Torreense* (1938, n.º 25: 10), «A Junta Nacional do Vinho: quais os seus fins e organização».

Figura 4.6: Cartaz de Propaganda (2)



Fonte: IVV, arquivo fotográfico, n.º 2139. Cartaz de propaganda. Edição: JNV.

Figura 4.7: Filme de propaganda do V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho (1938)



Fonte: JNV, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6jBCZaFzPLI>

Os cartazes apresentados nas figuras 4.5 e 4.6 são um bom exemplo da ação de propaganda dos organismos públicos. Tomando elementos fortes da cultura, como a família ou a Nação,

a propaganda construiu um discurso sólido que apela ao coletivo e incentiva o consumo do precioso néctar. De modo igual, a figura 4.7. diz respeito a um filme de «atualidades cinematográficas» de propaganda a uma iniciativa internacional promovida no país. Tanto o filme como o congresso científico a que alude têm a mesma força, a de mobilizar o coletivo à volta da economia da bebida da área da Junta Nacional do Vinho.

Outra face que ficou conhecida da ação da JNV foi a da fiscalização, aspeto tão necessário para pôr na ordem quem incumpria as boas-práticas do setor e que dessa forma prejudicava o vinho comum em geral. Dessa memória chegam até nós diversos registos, como os que a seguir apresentamos.

Figura 4.8: Desfile na Praça do Comércio das Brigadas de Fiscalização da JNV (1)



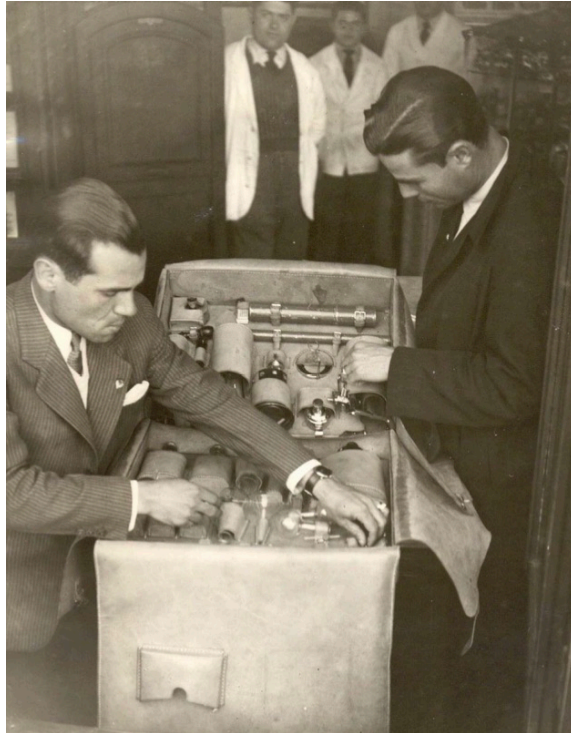
Fonte: JNV, arquivo fotográfico, n.º 2189. Desfile na Praça do Comércio das Brigadas de Fiscalização da JNV (1).

Figura 4.9: Desfile na Praça do Comércio das Brigadas de Fiscalização da JNV (2)



Fonte: JNV, arquivo fotográfico, n.º 2190. Desfile na Praça do Comércio das Brigadas de Fiscalização da JNV (2).

Figura 4.10: Mala com utensilagem laboratorial para fiscalização de produtos vínicos das Brigadas da JNV



Fonte: JNV, arquivo fotográfico, n.  2203. Mala com utensilagem laboratorial para fiscalização de produtos vínicos das Brigadas da JNV.

As figuras 4.8 e 4.9, relativas ao desfile na praça do Comércio das Brigadas de Fiscalização da JNV, mostram isso mesmo, com uma grande mobilização   volta da economia da bebida da área do Organismo. Bem como a imagem 4.10, que d  a perceber a forte determinação do Estado em pôr ordem nessa economia. Diríamos até que em qualquer delas se vê o Governo a não poupar esforços para levar avante esse propósito. A terminar cumpre dizer que acreditamos que a história económica do vinho de Torres se mistura com a do Organismo e dela não pode ser desligada, entre 1933-1986. Ela é parte integrante de um todo no período referido, ou seja, para o bem e para o mal é a história da economia do vinho comum da área da FVCSP/JNV. Esta assenta em diferenças, tanto entre regiões como entre o vinho por elas

produzido, que está na base de um produto e de uma economia, a mais importante do vinho nacional.

4.3. O GVTV

O Grémio de Vinicultores do Concelho de Torres Vedras²⁷⁹ foi outro Organismo corporativo com relevo na economia do vinho da região em perspetiva. Foi criado nos termos do Decreto-Lei n.º 23 231, de 17 de novembro de 1933, que de igual modo criou a FVCSP. A posse dos seus membros teve lugar no dia 24 de janeiro de 1934, perante António Vitorino França Borges, administrador do concelho de Torres Vedras (de 5 de julho de 1926 a 10 de agosto de 1934)²⁸⁰. Na cerimónia participaram o presidente, João Ferreira Rijo, e os vogais, efetivos e substitutos, José Augusto Lopes Júnior, Alberto Gomes Pedreira, António Inácio Pereira, Artur Carneiro e Salustiano dos Santos Leal. O administrador do concelho, eminente figura local, mostrou-se solidário com o Organismo, razão pela qual o vemos, no ato solene, a prestar calorosas saudações aos novos dirigentes «da vida vinícola do importante concelho de Torres Vedras»²⁸¹. Como a FVCSP e a JNV, este grémio de produtores lutou «afincadamente» pela valorização do vinho do centro produtor de Torres Vedras²⁸², e da mesma forma teve bons e maus momentos, no quais foi homenageado e desacreditado. Relativamente à primeira situação, podemos indicar, a título de exemplo, a refeição oferta à primeira direção do organismo. Ideia pensada no interior do jornal *Alta Extremadura* e que apelava à mobilização da viticultura local, esperando com o gesto demonstrar à instituição a gratidão da região pelos serviços prestados²⁸³. Ao que parece a ação da estrutura foi, de acordo com o periódico, de grande monta: «João Ferreira Rijo, José Augusto Lopes Júnior e Alberto Gomes Pedreira fizeram tudo o que humanamente lhes foi possível para resolver a crise vinícola no concelho de Torres Vedras, durante o ano de 1934»²⁸⁴. No que diz respeito à segunda situação, podemos assinalar que nem toda a viticultura concordava com a visão do periódico, por isso, nesse mesmo ano, o jornal sentiu necessidade de lembrar o centro produtor do seguinte: «Todo aquele que imputar ou permitir que se faça à acção dos ilustres directores do Grémio [...] o mais leve reparo, comete uma flagrante injustiça [...] comprem, armazenam e pagam conforme as ordens que recebem»²⁸⁵.

²⁷⁹ O primeiro a constituir-se em território nacional. Ver *Alta Extremadura* (1934, n.º 41: 2), «A posse do Grémio dos Viticultores de Torres Vedras».

²⁸⁰ Ver AHM, PT/AHM/FE/P.29/A/L7/7245. Processo individual do oficial do Exército António Vitorino França Borges.

²⁸¹ *Ibidem*.

²⁸² Ver *Alta Extremadura* (1935, n.º 83: 1), «Homenagem ao primeiro Grémio de viticultores».

²⁸³ *Ibidem*.

²⁸⁴ Ver *Alta Extremadura* (1935, n.º 80: 1), «Sempre os vinhos».

²⁸⁵ Ver *Alta Extremadura* (1934, n.º 71: 1), «A crise vinícola e o Grémio de Torres».

Esquecem-se a região e o jornal, nas suas análises, de levar em consideração a débil situação financeira do país, com forte impacto na economia do grande produto nacional. Veja-se a situação da FVCSP que, em 1934, a «meio do ano» estava «sem recursos e desamparada»²⁸⁶. Logo, estava sem condições de poder ajudar o Grémio e o vinho de Torres. Este é o problema de fundo da economia da bebida na região e nas restantes regiões produtoras de vinho comum, da área da FVCSP/JNV, a crónica falta de dinheiro em Portugal. À qual acresce a crónica dependência de subsídios. Quanto à ação do Grémio, pode dizer-se que se fez sentir na região e pode ser percebida pela memória que chegou até nós, como a relativa à imprensa periódica regional, que, mais uma vez, mostrou o quanto o Organismo esteve presente na vida do vinho do centro produtor de Torres Vedras, nomeadamente, no combate aos problemas que atingiam a sua economia. Portanto, o conhecimento da sua direção foi fundamental. Por exemplo: João Ferreira Rijo sabia bem que a região era avessa a leis e, por isso, havia quem as cumprisse e quem delas fugisse. Note-se que os últimos estão na base de certas dificuldades vividas pelo vinho local. Em 1934, questionado pelo jornal *Alta Extremadura* sobre a produção vinícola do concelho, o presidente do Grémio respondeu o seguinte: «Em 1934, a 7 383 manifestos correspondeu a produção de 102 876 pipas e 401 litros²⁸⁷ [...] neste mesmo ano faltaram manifestar 121 produtores, o que, com a falta de 1933, dá uma ausência de 639 manifestantes [...] assim, o cálculo feito de 150 000 pipas de vinho²⁸⁸ não deve andar muito longe da verdade»²⁸⁹. Esta foi a realidade vivida pelo Grémio: Torres pedia subsídios e escondia a produção.

Lembre-se ainda a assistência técnica à viticultura, absolutamente necessária à região, devido a certas fragilidades da população agrícola (por exemplo: económicas e de instrução). Disso dá conta o jornal *Badaladas*, em 1949, através da notícia subsequente: «A par do curso de vinificação que acaba de ser realizado nos armazéns da JNV e, bem assim, das palestras pronunciadas nas freguesias de maior produção vinícola, pôs o Grémio da Lavoura de Torres Vedras, à disposição dos seus associados, a preços acessíveis, ácido tartárico, gesso próprio para vinificação, metabissulfito de potássio e outros produtos para correcção de vinhos e material vinário»²⁹⁰. Esta é mais uma prova da ação do Organismo no concelho estudado. Em suma, o Grémio de Vinicultores concelhio é outra instituição do Estado corporativista que, pelo seu papel na economia do vinho da região, vai estar sempre ligado à memória do vinho corrente e à história da bebida em Torres Vedras.

²⁸⁶ Ver *Alta Extremadura* (1935, n.º 80: 1), «Sempre os vinhos».

²⁸⁷ 51 438 401 litros.

²⁸⁸ 75 000 000 litros.

²⁸⁹ Ver *Alta Extremadura* (1935, n.º 86: 2), «O que foi a produção vinícola das freguesias do concelho de Torres Vedras: segundo dados obsequiosamente fornecidos pelo digno Presidente do primeiro Grémio concelhio».

²⁹⁰ Ver *Badaladas* (1949, n.º 17: 5), «Grémio da Lavoura de Torres Vedras: assistência técnica à viticultura».

4.4. As adegas cooperativas de Torres Vedras

A adega cooperativa foi um elemento central, a partir de 1950, na paisagem económica da região vinhateira de Torres Vedras e na do Estado corporativo, enquanto instrumento de regulação do mercado do grande produto agrícola da economia nacional. E ainda, pelo que os estudos, de Maria João Canadas, concluem: as adegas permitiram «[...] o acesso a melhores condições técnicas de laboração do vinho, beneficiando, simultaneamente, das economias de escala que possibilitaram uma melhor remuneração do produto. O viticultor transferiu, deste modo, para a cooperativa quer funções técnicas, como a vinificação, o tratamento dos vinhos e o armazenamento, quer funções económicas, como a comercialização» (Canadas, 1996: 481). Na região, as adegas eram as maiores empresas locais²⁹¹ e até estão na origem de particularidades deste espaço vinhateiro: uma delas em contraciclo com a realidade das suas congéneres, sobretudo do exterior, nomeadamente de França, Itália e Espanha. Dizemos que pelas adegas de Torres Vedras passava o vinho com qualidade²⁹² e pelas dos países referidos passava o vinho sem qualidade²⁹³.

Toda esta memória é essencial à interpretação da história da economia do vinho de Torres, por isso vamos trazê-la à luz neste subcapítulo, com o propósito de esclarecer a importância das quatro adegas cooperativas do concelho – por exemplo, ao nível da resiliência do centro produtor. A qual, de um modo geral, para a área da JNV, esteve na origem da criação da rede de adegas cooperativas. Quanto à região, elas estão assim distribuídas: na zona Leste, de excelência para a agricultura e em particular para a viticultura, área de maior produção do concelho, situam-se as adegas de Dois Portos²⁹⁴ e Carvoeira²⁹⁵, com características similares devido à localização. A capacidade das adegas é também parecida²⁹⁶, com uma ligeira diferença a favor da Adega Cooperativa de Dois Portos.

²⁹¹ Ver Lopes (2010: 21).

²⁹² *Ibidem*.

²⁹³ Ver Fernández, e Simpson (2017: 122).

²⁹⁴ Data de criação: 1960.

²⁹⁵ Data de criação: 1957.

²⁹⁶ Valores apurados fora da cronologia do estudo, por isso servem meramente para mostrar a existência de diferentes capacidades de produção nas adegas cooperativas da região de Torres Vedras. Veja-se a capacidade das adegas de Dois Portos e Carvoeira, na devida ordem de 20 000 000 e 13 000 000 de litros. Ver Lopes (2010: 86).

Figura 4.11: Adega Cooperativa de Dois Portos (vista n.º 1)



Fonte: ACDP, arquivo de memórias.

Figura 4.12: Depósitos de vinho da Adega Cooperativa de Dois Portos



Fonte: ACDP, arquivo de memórias.

A Adega Cooperativa de Dois Portos é a mais emblemática adega cooperativa da região. O fenómeno é visível desde a sua criação, decerto por culpa da tradição que, na área vinhateira

de Dois Portos, é muito forte. As figuras 4.11 e 4.12 dão conta dessa memória, nomeadamente a relativa ao edifício e aos depósitos de vinho.

Na zona de transição, ao centro, encontra-se Torres Vedras, sede do concelho e da adegas cooperativa²⁹⁷, a funcionar numa primeira fase nas instalações da Junta Nacional do Vinho. Três anos foi o tempo que durou esta primeira fase, com a Adega Cooperativa de Torres Vedras a laborar nas instalações do organismo corporativo. As suas instalações próprias estariam prontas em 1960, de acordo com o plano traçado pela JNV que tinha em vista ajudar a aliviar a pressão da sobreprodução local, a qual impunha a necessidade de grandes depósitos para o vinho – uma capacidade que, no caso desta adega, estava calculada em 30 000 000 de litros. Por outro lado, a posição geográfica da adega²⁹⁸ possibilitou a produção de vinho de qualidade²⁹⁹. Não menos importante foi o contributo da Adega Cooperativa de São Mamede da Ventosa, localizada na zona Oeste do concelho, a primeira a ser criada³⁰⁰ e a maior da região³⁰¹. E ainda a primeira a «experimentar a mudança das castas tradicionais para as híbridas» (Lopes, 2010: 85) no centro produtor de Torres, que como é sabido, são muito mais produtivas. Por isso, a opção teve duas faces: uma de euforia com o aumento da produção, outra de angústia com o agravamento da sobreprodução regional. Ambição ou incultura? Acreditamos que se tratará de uma mistura das duas, o que levou a viticultura da zona Oeste do concelho a primeiro arriscar.

Figura 4.13: Adega Cooperativa de São Mamede da Ventosa



²⁹⁷ Data de criação: 1957.

²⁹⁸ A Adega Cooperativa de Torres Vedras está situada na zona de transição, entre a área Leste e Oeste do concelho, de solo argiloso e arenoso, e altitude abaixo de 200 metros.

²⁹⁹ Ver Lopes (2010: 89).

³⁰⁰ Data de criação: 1956.

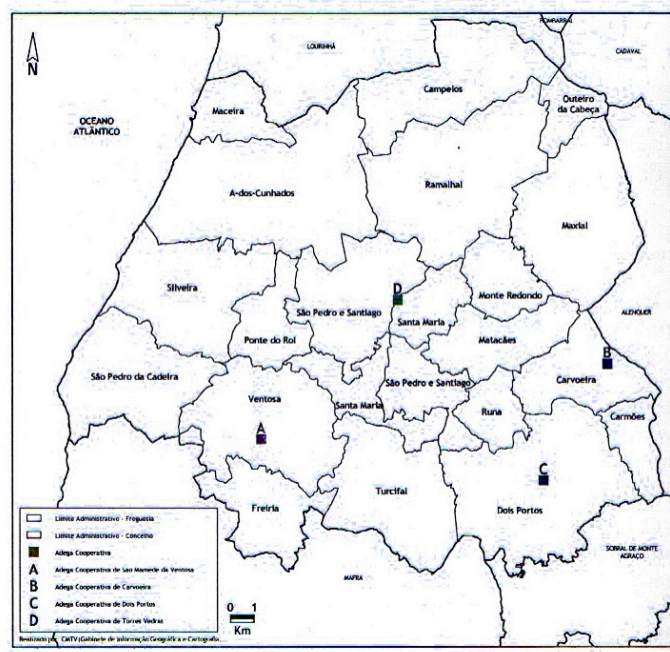
³⁰¹ Capacidade: 36 000 000 de litros.

Fonte: ACSMV, fotografia cedida pela adegas cooperativa.

Assim se explica a necessidade sentida pela área de captar recursos capazes de servir a expansão do seu vinho. A figura 4.13 é disso um bom exemplo: esta memória, relativa ao imponente edifício, não deixa dúvidas quanto aos recursos que foram utilizados no desenvolvimento da zona servida pela adegas cooperativa.

Em síntese, geograficamente era assim que as adegas cooperativas do concelho de Torres Vedras estavam distribuídas: duas na zona Leste, uma na zona de transição e uma na zona Oeste. Esta distribuição pode facilmente ser percebida pela figura 4.14, em baixo, que mostra a sua exata localização e dá a perceber o cuidado posto na escolha dos locais de instalação. Veja-se que foram instaladas onde está concentrada a maior produção regional – era aí que JNV as queria a ocuparem posições-chave na guerra contra os problemas do vinho de Torres. Tal percebe-se também pela referência que Palmira Cipriano Lopes faz a esse posicionamento geográfico: «[...] situadas numa zona privilegiada de vinha, possivelmente uma das melhores da região» (Lopes, 2010: 86), o que igualmente reforça essa centralidade.

Figura 4.14: Mapa do concelho de Torres Vedras com a localização das adegas cooperativas (e freguesias)



Fonte: CMTV, Gabinete de Informação Geográfica e Cartografia.

O número de vinicultores é também muito importante para o entendimento da dimensão do problema da economia do vinho de Torres nas mãos do Organismo: segundo os seus dados, em 1938, altura em que as adegas do concelho estavam em fase de planeamento, estava calculado em 9000³⁰². Estes vinicultores esperavam ver os problemas do vinho resolvidos pelas quatro adegas cooperativas da região. Certo é que, desde a sua criação, não pouparam esforços para lhes responder, veja-se a título de exemplo o caso da Adega Cooperativa de Torres Vedras. Em 1954, isso foi trazido à luz pelo jornal *Vida Rural* no artigo que transcrevemos:

«[...] números referentes à Adega de Torres Vedras, respeitantes à última campanha, dado estar a presente ainda em curso: através deles se poderá avaliar da sua importância económica para a região [...] conta actualmente esta adega um número de associados que muito se aproxima dos 400 [...] este número não é muito maior por não permitirem os estatutos a inscrição, como sócio da adega, a proprietários cuja produção total, na zona abrangida por esta, ultrapasse 100 pipas [...] a capacidade efectiva da Adega de Torres Vedras aproxima-se hoje de 3 milhões de litros, ou seja, perto de 6 mil pipas de vinho; em caso de necessidade a capacidade pode elevar-se até as oito ou nove mil pipas [...] receberam-se na última campanha, e em números redondos, 3 600 000 quilos de uvas tintas e brancas, a que correspondem, também aproximadamente, 2 700 000 litros de vinho, ou seja, perto de 5400 pipas de 500 litros cada [...] num dos dias de maior actividade entram na adega 235,788 quilos de uvas tintas e brancas, isto é, cerca de 180 000 litros, 350 pipas [...] por cada quilo de uvas entregue e na base de 12º recebem os associados um abono inicial que os ajuda a resolver as suas necessidades financeiras mais prementes»³⁰³.

Como bem refere o jornal, estes números são elucidativos quanto ao apoio à vinicultura de Torres por parte das adegas cooperativas da região. Por exemplo: ao nível dos associados, capacidade e apoio financeiro.

A JNV ao apoiar a criação das adegas cooperativas deu vida a «uma vasta obra de apoio à vinicultura», no concelho de Torres Vedras e no país³⁰⁴. Na região destinou-se sobretudo aos «pequenos e médios produtores»³⁰⁵, em conformidade com a lei que criou o Organismo

³⁰² Ver *O Torreense* (1938, n.º 25: 10), «A Junta Nacional do Vinho: quais os seus fins e organização».

³⁰³ Ver *Vida Rural* (1954, vol. 3, n.º 76: 6), «As vindimas nas adegas cooperativas».

³⁰⁴ *Ibidem*. Veja-se também o que diz Palmira Cipriano Lopes sobre esta questão: «[...] os pequenos viticultores que são a grande maioria no concelho, onde se encontram 83% com áreas inferiores a 5 ha das quais 26,5% inferiores a 1 ha [...] com explorações vitícolas de tão reduzida área, os viticultores não têm capacidade de vinificar isoladamente, nem de se modernizarem para melhorar o produto ao nível das exigências do mercado» (Lopes, 2010: 23).

³⁰⁵ Ver *Badaladas* (1975, n.º 1025: 7), «À atenção das adegas cooperativas».

e com a realidade do espaço estudado. Bem como deu vida a um instrumento de apoio ao Estado, em consonância com a situação dos governos dos principais países vinhateiros da Europa, e tal como nestes serviu para ajudar a estabilizar o mercado³⁰⁶ assim como para conduzir a guerra contra o mau vinho³⁰⁷. Sobre esta última questão, escreveu António Valério Maduro, na revista científica do Museu do Vinho de Alcobaça, o seguinte: «A solução avançada para ultrapassar estes problemas na criação do vinho passa pelo movimento cooperativo, resposta que contempla, igualmente, o escoamento pelo ganho de escala produtiva» (Maduro, 2014: 15). Isto está certo, e em harmonia com os grandes objetivos anunciados para as adegas, entre os quais relembramos o relativo à «armazenagem, comercialização» e «defesa das pequenas explorações» (Baptista, 1993: 235).

Por último, damos a ver como elas contribuíram para a qualidade do vinho regional. Um bom exemplo é o XXXIII concurso *O Melhor Vinho*, relativo à produção de 1967, organizado pela Federação dos Vinicultores, e no qual as adegas cooperativas de Torres arrecadaram os prémios seguintes:

Quadro 4.4: XXXIII Concurso «O Melhor Vinho», produção de 1967

Concurso «o melhor vinho»: produção de 1967			
Qualidade de vinho		Produtor	Prémio
Tinto	Branco		
X		Adega Cooperativa de Torres Vedras	1º Prémio
	X	Adega Cooperativa de Carvoeira	1ª Prémio
	X	Adega Cooperativa de Torres Vedras	3ª Prémio

Fonte: *Badaladas* (1969, n.º 692: 4).

Como se pode ver no quadro 4.4, os primeiros prémios do concurso foram arrecadados pelas adegas de Torres Vedras e Carvoeira, a primeira na qualidade de tinto, a segunda de branco. Bem como o honroso terceiro prémio, na qualidade de vinho branco, que foi arrecadado pela Adega Cooperativa de Torres Vedras. Esta é mais uma memória que esclarece o papel determinante das adegas na economia do vinho de Torres, cumprindo os objetivos para elas definidos pelo Estado Novo, por exemplo ao nível da qualidade, bem como ao nível da produção. Apesar de só a termos conseguido efetivamente apurar, no conjunto, para o ano de 1980, quase no limite do estudo, ela é esclarecedora e pode ser percebida pelo quadro 4.5:

³⁰⁶ Ver Fernández e Simpson (2017: 122).

³⁰⁷ *Ibidem*.

Quadro 4.5: Produção das adegas cooperativas de Torres Vedras (convertida a vinho comum), 1980

Adegas cooperativas do concelho de Torres Vedras		
	Ano: 1980 / Unidade: litro	
	Produção	Produção das 4 adegas
Dois Portos	11 512 800	
Carvoeira	6 712 000	
São Mamede da Ventosa	21 602 000	
Torres Vedras	15 640 900	55 467 700

Fonte: Elaboração própria a partir de CGD (1982: 24).

Estes dados dão, de modo igual, a ver o cumprimento dos objetivos: veja-se o caso do depósito do vinho e a defesa das pequenas explorações. No que toca ao depósito, os números apurados em 1980 não deixam dúvidas: 55 467 700 milhões de litros de vinho armazenados pelas quatro adegas. Seguindo a ordem do quadro e a respetiva correspondência da produção, encontramos 11 512 800 de litros da adega de Dois Portos, 6 712 000 de litros da adega de Carvoeira, 21 602 000 de litros da adega de São Mamede da Ventosa e 15 640 900 de litros da adega de Torres Vedras. As adegas ajudaram a aliviar a pressão na economia do vinho do centro produtor de Torres Vedras no referido ano e, conseqüentemente, na viticultura da região, cumprindo assim os objetivos definidos na lei em relação à armazenagem e à defesa das pequenas explorações, em maioria na região estudada.

Em síntese, o estudo deu a perceber que não se pode falar da economia do vinho da região vinícola de Torres Vedras sem a memória de um dos elementos maiores dessa economia. A história local do vinho ficaria decerto incompleta e faltaria à verdade, por isso aqui se diz que as quatro adegas cooperativas de Torres foram essenciais à economia desta bebida, desde a sua criação até 1986, o limite temporal do estudo.

4.5. O financiamento do vinho de Torres

O financiamento da economia portuguesa foi, ao longo do tempo, um quebra-cabeças para os governos de Portugal, nomeadamente devido aos escassos recursos do país. A fragilidade é visível em certos setores e subsetores da economia, e tal é bem patente no subsetor do vinho. O financiamento público era essencial ao bem-estar nacional, mas também regional e a sua falta pode ter comprometido o desenvolvimento da economia do vinho comum. É isso que este subcapítulo vai tentar esclarecer, a respeito do financiamento do vinho, que deveria ter ajudado toda a viticultura nacional e não apenas uma parte dela. A esta distância, bem sabemos que foi de modo involuntário e que tanto a Federação como a Junta tudo fizeram em prol da pequena e média viticultura. O fenómeno foi assinalado por Fernando Oliveira

Baptista: em conclusão dos estudos que levou a cabo e de acordo com os dados recolhidos o autor escreveu que «eram os grandes empresários, com maior capacidade financeira, que se encontravam em situação mais favorável para beneficiarem» (Baptista, 1993: 229) do tão desejado financiamento. Os outros, isto é, os pequenos e em certa medida os médios viticultores, mais frágeis economicamente, não resistiam ao crónico atraso «no pagamento do vinho adquirido» por parte do Organismo. Isso acabou por os afastar do financiamento, sobretudo porque «pressionados pela situação financeira, entregavam o vinho o mais cedo possível aos comerciantes que, em geral, pagavam menos mas mais rapidamente» (Baptista, 1993: 229) do que a FVCSP/JNV, que também elas se encontravam pressionadas pela situação financeira do país. Em suma, as medidas do Governo estavam certas, mas acabavam por ter um efeito perverso; ou seja, em teoria eram para auxiliar a pequena e média viticultura, mas na prática quem delas beneficiou foi, regra geral, a grande viticultura.

Para se perceber o financiamento do vinho é necessário, em primeiro lugar, situar o produto na economia nacional. Em segundo, compreender a sua importância para o bem-estar do país. Este quadro permite entender os recursos alocados à economia do vinho e, como tal, ver se justificaram o fim proposto. De acordo com Pedro Lains, o vinho era um subsector «estratégico da economia portuguesa» (Lains, 2008: 125), sobretudo porque possibilitava o lucro e a receita fiscal. Logo, não é de admirar que o Estado se tenha mostrado interessado em controlar este ramo, e a verdade é que o fez principalmente pelo seu peso económico³⁰⁸. Acreditamos que este é o contexto no qual deve ser interpretado o financiamento do vinho, por exemplo o do centro produtor de Torres Vedras, que assumiu diversas formas, umas diretas, outras indiretas. Na primeira situação, surgiam a financiar o vinho a FVCSP, a JNV e a CATV; na segunda, a Caixa Geral de Depósitos. No que toca à Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal e à Junta Nacional do Vinho pode dizer-se que esse financiamento se traduziu sobretudo na concessão de subsídios, empréstimos e na compra de vinho³⁰⁹. Veja-se o que sucedeu no ano 1935: de acordo com o jornal *Alta Extremadura*, a Federação «comprou 140 000 pipas, números redondos, a 16 000 agremiados no valor de 39 500 contos [...] adquiriu e fez construir cerca de 6 500 cascos [...] e ainda, comprou 15 vagões que transformou em vagões cubas»³¹⁰. Ou o que aconteceu no ano 1949, autorizado pela Junta Nacional do Vinho ao Grémio de Vinicultores de Torres Vedras para a colheita do ano «na base de \$80 por litro de vinho», bem como «para todos os produtores que na colheita anterior tiveram uma produção igual ou inferior a 30 000 litros». O periódico *Badaladas* estimou em 1000 contos os financiamentos concedidos através de operação de financiamento simplificada. De

³⁰⁸ Ver Lains (2008: 125).

³⁰⁹ Ver Guerreiro (2017: 149); Baptista (1993: 225).

³¹⁰ Ver *Alta Extremadura* (1935, n.º 78: 2), «Nem tanto ao mar, nem tanto à terra... ou 'a verdade sobre a Federação'».

acordo com a Junta, o método possibilitou «uma rápida assistência financeira à vinicultura»³¹¹, como aconteceu na região de Torres Vedras, muito dependente do financiamento. Disso dá conta António Batalha Reis, no periódico *De Portugal*, em relação à FVCSP e à JNV. Conhecedor profundo da vitivinicultura torriense, o agrónomo entendia que o financiamento na alçada do Organismo foi a solução possível para salvar a «região da ruína total»³¹². Isto é certo, o Organismo foi sem dúvida o grande financiador do vinho de Torres, contudo não pode ser esquecido o financiamento com origem local, referimo-nos ao da Caixa Agrícola de Torres Vedras. Este teve uma expressão menor, mas decerto cumpriu a missão de auxílio à economia do vinho do centro produtor de Torres. Fundada em junho de 1915, «na sequência da divulgação do então recém-publicado decreto de 1 de março de 1911, da autoria do Ministro do Fomento Brito Camacho, que definia a criação do crédito agrícola em Portugal»³¹³. A instituição local de Torres Vedras teve desde logo dois objetivos, constantes no projeto de estatutos, que prometiam trazer esperança a todos os que viviam do vinho e precisavam de crédito para a satisfação dos compromissos decorrentes da sua atividade. Falamos do primeiro e do segundo objetivos, que em baixo transcrevemos:

«1º- Emprestar aos sócios, para fins exclusivamente agrícolas, os capitais de que necessitam e de que a instituição possa dispor.

2º- Receber por empréstimo do Estado, dos sócios ou de terceiras pessoas, capitais que em operações de crédito agrícola possa empregar».³¹⁴

O primeiro empréstimo realizado pela instituição teve lugar no dia 10 de dezembro de 1915 e um valor de 800\$00. Este momento é especial para a instituição, sobretudo pelo dia, que é lembrado como o de início do funcionamento da Caixa Agrícola. A título de exemplo pode dizer-se que entre 1915 e 1916 (primeiro trimestre), a instituição efetuou 33 empréstimos³¹⁵. E desde aí não mais parou a concessão de crédito ao vinho local, cumprindo deste modo os desígnios da sua criação, nomeadamente em relação ao primeiro objetivo do projeto de estatutos. O dinheiro necessário ao desenvolvimento da economia da bebida chegava assim a Torres Vedras também pelas mãos da Caixa Agrícola. Ao que parece, a instituição não poupou esforços no combate às carências da vinicultura da sua região, por isso a sua relevância na história da economia deste produto.

Outra instituição com peso no financiamento do subsetor do vinho foi a Caixa Geral de Depósitos. O que não causa estranheza, uma vez que este subsetor era considerado

³¹¹ Ver *Badaladas* (1949, n.º 19: 4), «Financiamento de vinhos da colheita de 1949».

³¹² Ver *De Portugal* (1934, n.º 1: 14), «Torres Vedras, terra de vinho».

³¹³ Ver CATV (2020), «Resenha histórica».

³¹⁴ *Ibidem*.

³¹⁵ *Ibidem*.

estratégico para a economia nacional. Por essa razão o Estado mandou a Caixa financiar a bebida. Disso é exemplo a ação levada a cabo na área da FVCSP/JNV e, consequentemente, na da região de Torres Vedras. Bem se sabe que esta ação se realizava quase sempre de forma indireta, em virtude de a gestão dos recursos estar a cargo do Organismo, como é dado a perceber, por exemplo, por Pedro Lains. De acordo com este investigador, «para além do Douro, a produção vinícola das restantes regiões portuguesas foi também apoiada pela realização de operações de crédito à Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal» (Lains, 2008: 125), assim como à Junta Nacional do Vinho³¹⁶. Verdade seja dita que, ao longo do tempo, estas operações sempre enfrentaram uma certa resistência por parte das administrações da CGD. Em parte, porque «a Junta Nacional do Vinho, a Adega do Dão e a Casa do Douro tinham saldos devedores à Caixa significativos» (Lains, 2008: 203). Quanto aos factos, observámos que a Caixa esteve sempre na linha da frente no financiamento a estas instituições, de modo a terem condições de financiar o respetivo vinho. Isso possibilitou a evolução deste subsector, ao tempo crucial para economia do país. A terminar faz-se alusão ao estudo realizado pela Caixa no concelho de Torres Vedras³¹⁷, em 1982, que teve o objetivo de dar a conhecer o estado do setor agrícola, claro está que com um especial destaque ao subsector do vinho, permitindo desta maneira à região a conhecer melhor os números da sua economia. E neste conclui-se que o vinho de Torres teve três grandes financiadores, referimo-nos à FVCSP/JNV, à Caixa Agrícola de Torres Vedras e à Caixa Geral de Depósitos.

4.6. O Museu Nacional do Vinho

A ideia de um museu do vinho ganha força e materializa-se no Estado Novo, sendo fruto da estratégia do Governo para a economia, que tinha como prioridade a defesa do grande produto nacional e por isso o Estado sente a necessidade de valorizar e de preservar a sua memória. Tal vontade surgia em conformidade com a situação do produto nos principais países vinhateiros da Europa e também estaria «de acordo com a política vigente, o museu tanto potenciava os valores intrínsecos ao conhecimento que era necessário difundir, como integrava outros intimamente ligados ao nacionalismo advogado» (Guerreiro, 2017: 148) pelo regime. Disso dá conta Alberto Guerreiro e, segundo o museólogo, a construção do museu foi considerada ao tempo muito importante: «Não será por isso de estranhar que se tente concretizar o museu no período de arranque do organismo estatal³¹⁸ em que um dos objetivos primordiais seria coincidir a sua inauguração com a Exposição do Mundo Português de 1940»

³¹⁶ Ver Lains (2008: 203-204).

³¹⁷ Ver CGD (1982), «Mancha vinícola da Estremadura: sub-região de Torres Vedras. Análise de alguns indicadores sócio-económicos».

³¹⁸ O autor refere-se à Junta Nacional do Vinho.

(Guerreiro, 2017:148). É neste contexto que se insere a tentativa de criação do Museu Nacional do Vinho e poucos sabem que o museu teve a sua instalação autorizada para Torres Vedras. Esta estrutura decerto teria contribuído para uma melhor visibilidade do vinho de Torres, da região e, provavelmente, do vinho comum em geral. Desde logo pela expressão da economia em Torres Vedras e da consequente memória, essencial à história do vinho da área da FVCSP/JNV e à história da economia portuguesa.

«Por seu turno, os museus, um dos sustentáculos do *modus vivendi* turístico, produzem transformações positivas na estrutura social e económica ao gerar pensamento e inteligibilidade sobre o território de pertença, facilitando a tomada de consciência por parte das populações relativamente ao valor acrescido da cadeia patrimonial [...]»

«[...] Provavelmente, esta vontade que anima os técnicos e agrónomos portugueses tem a sua raiz inspiradora no V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho (1938) que, nas resoluções aprovadas, define como prioridade dos países de tradição vitivinícola a criação de rotas do vinho e de museus do vinho [...]»

«O texto tem ainda o cuidado de referir o papel do museu como guardião da tradição e dos valores da ruralidade, emblemas tão queridos no quadro ideológico e doutrinário do Estado Novo e acrescenta, a este pretexto, a facilidade de construir colecções fidedignas garantes da autenticidade e da história do trabalho da vinha e do fabrico do vinho, em virtude do atraso global dos métodos e da tecnologia agro-industrial [...]»

«[...] A semente do museu é prontamente agarrada pelo município de Torres Vedras, garantindo-se assim a descentralização dos equipamentos culturais obstando à macrocefalia de Lisboa, propósito que se articulava com o espírito de missão das juntas de província em divulgar a componente histórica, etnográfica e artística e, desta forma, em fomentar a indústria do turismo [...]» (Maduro, Guerreiro, e Oliveira, 2015: 1130).

As notícias sobre a instalação do Museu do Vinho em Torres Vedras começam a ser divulgadas pelo jornal local *A Voz do Concelho* em 1940. Uma delas surgiu publicada no número 53 do periódico e afigura-se certamente relevante:

«Lemos, há tempos, na “Informação Vinícola” os interessantes artigos em que, com conhecimento de causa, se defendeu a criação do Museu do Vinho em Portugal.

Muito bem! Num país como o nosso, em que o vinho é uma das grandes riquezas, não estava muito certo que não se lhe tivesse prestado ainda a devida homenagem. Ideia, de facto, maravilhosa, aqui lhe damos todo o nosso apoio e o nosso melhor aplauso!

Acabámos, agora de lêr que a Direcção da Junta Nacional do Vinho, numa boa e feliz inspiração, resolveu instalar esse museu em Torres Vedras, grande centro vinícola, e que a câmara municipal desta vila lhe ofereceu a sua colaboração e auxílio. Bravo! Muito Bem! Torres é bem a capital duma das mais ricas regiões vinhateiras de Portugal! O Museu do vinho está, portanto, certo – em Torres Vedras!

Muito agradecidos, em nome de Torres, à ilustre Direcção da JNV, e os nossos melhores cumprimentos ao Sr. Dr. António Batalha Reis, distinto jornalista e director da Informação Vinícola, a quem se deve por certo a ideia da criação do museu, e a quem Torres Vedras deve apreciáveis serviços, na defesa dos seus afamados vinhos».³¹⁹

A notícia ajuda certamente a perceber a questão do Museu do Vinho, nomeadamente o local de instalação e as diversas razões que podem ter estado na origem da decisão da JNV. Torres Vedras foi o local escolhido e não outro, decerto pela ação de António Batalha Reis, que soube mais uma vez mostrar o interesse da economia do vinho da região e o valor ao nível da memória do vinho comum da área da FVCSP/JNV. Acreditamos que não foi difícil, devido ao facto de conhecer perfeitamente a bebida e por, como refere o jornal, Torres Vedras ser um «grande centro vinícola». Se o quisermos classificar em bom rigor, então deve ser considerado o centro mais importante do vinho comum nacional em extensão e produção. Esta terra de vinha e de vinho cedo percebeu que podia contar com a sua autarquia para dinamizar o vinho local, e disso é exemplo a proposta de instalação de um museu. A ideia interessou desde a primeira hora à câmara local, principalmente pela visibilidade do produto e pelo estímulo à economia regional, razão pela qual a autarquia prometeu «colaboração e auxílio» ao Organismo central.

Mas há outros números do jornal que, de modo igual, são importantes para o entendimento da questão do Museu do Vinho, designadamente o 54, o 55, o 58 e o 60. O 54 apelava à justa homenagem a António Batalha Reis por parte do setor do vinho da região de Torres. Através da seguinte argumentação:

«Agora que vai instalar-se nesta vila o Museu do Vinho. Parece-nos chegado o momento oportuno de prestar essa justa homenagem. Nada mais simples. À entrada do museu, no átrio, um busto do falecido enólogo, sobre plinto de pedra com laje descritiva da sua obra – era a melhor homenagem que se podia prestar.

³¹⁹ Ver *A Voz do Concelho* (1940, n.º 53: 4), «Museu do Vinho».

Simples mas expressiva!

Humilde mas carinhosa!

À câmara municipal que tão devotamente se prestou a auxiliar a Junta Nacional do Vinho na instalação do museu e aos organizadores do Grémio da Lavoura que, brevemente será inaugurado, aqui deixo o alvitre, pedindo-lhes, como torreense que não perca esta oportunidade. Torres honrar-se-á – honrando a memória de um dos seus grandes filhos!»³²⁰

Os números 55 e 58 confirmam a instalação do museu em Torres Vedras. Este último é de-
veras importante, visto que, para além da confirmação, faz menção às peças (instrumentos e
utensílios) oferecidas ao futuro museu por João Cunha Amorim, de Matacães, e Salustiano
dos Santos Leal, de Runa³²¹. A edição número 60 do mesmo jornal pormenoriza as peças
oferecidas por Óscar Manuel de Castro e José Ramalho Belchior; o primeiro ofereceu um
peso de lagar e uma vara; e o segundo um peso para vara de lagar³²². Esta campanha de
recolha de peças vai ter um saldo bastante positivo, muito por culpa de António Batalha Reis,
que tinha tomado a sua condução e não poupou esforços até reunir a coleção desejada. Por-
tanto, a homenagem era mais do que justa e a prova está à vista, ainda hoje, nos armazéns
do IVV de Braço de Prata³²³ e no Museu do Vinho de Alcobaça, independentemente do facto
de a coleção nunca ter sido incorporada no espaço próprio, visto que a ideia se perdeu no
tempo e o museu de Torres Vedras verdadeiramente nunca existiu.

Certo foi o destino das peças de Torres: as que atualmente integram as coleções do Mu-
seu do Vinho de Alcobaça chegaram pelas mãos de Paixão Marques. O impulsionador deste
museu depressa percebeu o valor histórico das peças, por isso pediu a sua transferência para
Alcobaça. E não mais saíram desse espaço, o que prova a importância desta memória na
história do vinho nacional e que António Batalha Reis tanto gostaria de ver contada em Torres
Vedras. O rumo dos acontecimentos negou o desejo ao agrónomo e abriu a oportunidade
para que ela fosse contada pelo Museu de Alcobaça. Alberto Guerreiro, hoje à frente dos
destinos do museu, acredita que a visão do referido impulsionador alinha com a dos promo-
tores do Museu do Vinho de Torres Vedras (ou Museu Nacional do Vinho). Razão pela qual
inclui a respetiva referência em diversos artigos científicos, a exemplo do que a seguir trans-
crevemos:

³²⁰ Ver *A Voz do Concelho* (1940, n.º 54: 4), «Linhas rectas: Museu do Vinho».

³²¹ Ver *A Voz do Concelho* (1940, n.º 55: 8), «Museu do Vinho em Torres Vedras». E *A Voz do Concelho* (1941, n.º 58: 4), «Museu do vinho: uma reunião na câmara municipal».

³²² Ver *A Voz do Concelho* (1941, n.º 60: 1), «Museu do Vinho».

³²³ Ver Guerreiro (2017: 148).

«[...] com a transferência de uma parte do espólio proveniente da campanha conduzida por Batalha Reis, dando com isso uma vocação nacional à coleção advinda não somente da relevância da mesma mas também porque ao acolhê-lo, o seu projeto de museu se tornava no herdeiro direto da demanda histórica de criação do Museu do Vinho Português de 1940» (Guerreiro, 2017: 152).

Em conclusão, para a história do vinho de Torres ficou o vazio de um projeto único de valorização da memória económica do vinho nacional.

Balanço do capítulo

A exemplo do capítulo anterior, o balanço que agora iniciamos procura reunir a síntese da temática analisada, respetivamente em tempo de Estado Novo. Quanto à ordem, segue a disposição do capítulo, por isso a primeira diz respeito ao mercado do vinho comum. Ou, para sermos mais precisos, à evolução do mercado do vinho do centro produtor de Torres Vedras. Como foi dado a ver, o mercado do vinho não sofreu alteração em relação ao destino principal, sofreu sim em relação ao destino do excedente da produção. Logo, foi no mercado da capital e da própria região que teve lugar o grande escoamento da bebida; no exterior, o vinho foi escoado quase em exclusivo no mercado colonial. A perda da exportação para o Brasil e para França foi assim compensada com o incremento da exportação para o mercado ultramarino português. Esclarecemos igualmente que este vinho esteve sob coordenação de poderosos Organismos corporativos, que tudo fizeram em prol da economia do vinho da região de Torres Vedras e em prol da economia do vinho corrente em geral. António Batalha Reis reconheceu a importância destas instituições para a bebida: Por exemplo, em relação à FVCSP disse, ao periódico *De Portugal*, que foi «a única solução capaz» para salvar a região de Torres Vedras «da ruína total»³²⁴. Da mesma maneira, o jornal local *Vida Rural* reconheceu a relevância da JNV para o concelho: no número 446, o periódico salienta que «a viticultura de Torres Vedras manifestou o seu vivo agradecimento àquele Organismo de coordenação económica»³²⁵. Certo é que tanto a FVCSP como a JNV foram vitais à economia da bebida do centro produtor de Torres Vedras. A mando destes Organismos esteve outra estrutura corporativa com larga visibilidade na região, referimo-nos ao Grémio de Vinicultores do Concelho de Torres Vedras.

Como explicámos, a relevância da ação destes organismos pode ser percebida através da leitura dos periódicos locais, como acontece recorrentemente nas páginas do jornal *Alta Extremadura*. Os artigos publicados nas suas páginas são esclarecedores, como acontece no

³²⁴ Ver *De Portugal* (1934, n.º 1: 14), «Torres Vedras, terra de vinho».

³²⁵ Ver *Vida Rural* (1961, n.º 446: 17), «A viticultura de Torres Vedras manifestou os seus agradecimentos à Junta Nacional do Vinho pela nova intervenção no mercado e pelas novas directrizes do Organismo».

número 83, dedicado a homenagear o Grémio pelo trabalho desenvolvido em defesa do principal produto local. Aí escreveu-se que o organismo trabalhou «afincadamente pela valorização dos [...] vinhos da colheita de 1933»³²⁶. A gratidão está bem explícita em boa parte desses números. Este sentimento é extensível por parte do vinho de Torres às adegas cooperativas, então as maiores empresas do setor. Estas tinham forte impacto na economia da região, e de facto foi isso que procuramos dar a compreender, por exemplo no que diz respeito à qualidade do vinho produzido e que acaba por ser o elemento diferenciador do mercado. Elucidámos que as adegas de Torres estavam em contraciclo com as adegas dos principais países vinha-teiros europeus, porque pelas primeiras passou o vinho de qualidade da região³²⁷ e pelas segundas passou o mau vinho³²⁸. Acreditamos, pelas razões apontadas no estudo, que as adegas tiveram um papel decisivo na economia do vinho de Torres, cumprindo assim os objetivos que presidiram à sua criação. O financiamento foi um tema polémico no mundo vinhateiro nacional com enormes repercussões no setor vinhateiro de Torres. Desde logo pelo tecido agrícola local, assente, na sua larga maioria, na pequena e média viticultura, por isso de constituição frágil. Explicámos esse facto e demonstrámos que a bebida em Torres foi financiada pela FVCSP, a JNV, a CATV e a CGD. Do mesmo modo, esclarecemos que sem financiamento o vinho poderia ter visto o seu desenvolvimento seriamente comprometido.

Por último, em relação à ciência ao serviço do vinho abordámos a questão do Museu Nacional do Vinho, cuja criação esteve a cargo da Junta Nacional do Vinho, com a respetiva autorização de instalação para Torres Vedras. As fontes são claras a esse respeito e confirmam a decisão de instalação em Torres Vedras. Tal acontece, por exemplo, no jornal *A Voz do Concelho* (números 53, 54, 55 e 58). Veja-se o que se escrevia no n.º 53: «A Direcção da Junta Nacional do Vinho, numa boa e feliz inspiração, resolveu instalar esse museu em Torres Vedras»³²⁹. A verificar-se a instalação do museu na região, este por certo teria em muito contribuído para a valorização do vinho do centro produtor de Torres e do restante vinho da área da JNV. Pena foi a iniciativa ter caído por terra. Como já aqui dissemos, «para a história do vinho de Torres ficou o vazio de um projeto único de valorização da memória económica do vinho nacional». A terminar, cumpre dizer que a economia do vinho da região de Torres Vedras, por tudo o que foi dado a ver no capítulo, e de acordo com a nossa interpretação, teve no Estado Novo um dos períodos mais dinâmicos da sua história.

³²⁶ Ver *Alta Extremadura* (1935, n.º 83: 1), «Homenagem ao primeiro Grémio de viticultores».

³²⁷ Ver Lopes (2010: 22).

³²⁸ Ver Fernández e Simpson (2017: 122).

³²⁹ Ver *A Voz do Concelho* (1940, n.º 53: 4), «Museu do Vinho».

CAPÍTULO 5

RUTURA E TRANSIÇÃO, 1974-1986

A Revolução parece não trazer melhorias à economia do vinho do centro produtor de Torres Vedras, entre 1974 e 1986. Pelo contrário, parece colocar esta economia perante sérias dificuldades, em consequência da perda do mercado colonial, que se revelara no período precedente essencial para o escoamento do enorme excedente da produção torriense. O fenómeno é perfeitamente visível na memória local do vinho, por exemplo na que se encontra na imprensa periódica regional. Aí pode ver-se a importância deste mercado no tempo de governo do Estado Novo e a forma como ele serviu para aliviar a pressão resultante da perda dos mercados brasileiro e francês. Portanto, a Revolução traz de volta a instabilidade à economia do vinho de Torres. De certo modo, fazendo lembrar a situação do virar de século na região, disso são exemplo as inúmeras manifestações de descontentamento que tiveram lugar em Torres Vedras e que exigiam à Junta Nacional do Vinho uma resolução para o problema do escoamento da bebida. Apesar de condicionada, após o 25 de Abril de 1974 a Junta esteve sempre ao lado do vinho de Torres e do restante vinho por ela tutelado. E apesar da contestação, por parte da viticultura da região de Torres Vedras, à sua forma de coordenação, a instituição soube honrar a sua missão até ao fim da sua existência, em 1986, enquanto órgão autónomo.

Este capítulo vai assim procurar explicar estes e outros aspetos da questão do vinho de Torres, de modo a tornar compreensível a economia da bebida no período que vai de 1974 a 1986. Este derradeiro período em estudo, embora curto, foi marcado por transformações de vulto, que parecem ter um forte impacto no centro produtor. Desde logo, ao nível da evolução do mercado, o que trouxe certa insegurança ao vinho local, em consequência da elevada produção regional. Em alturas de aperto, como no pós-25 de Abril, a situação vivida no terreno obrigou à pronta intervenção da Junta Nacional do Vinho. A ação da instituição nem sempre foi bem compreendida pelo vinho da região de Torres, e muito menos em tempos em que havia quebras significativas no escoamento. Por conseguinte, estes são dois aspetos a esclarecer neste espaço e que se revelam deveras importantes: dedicaremos assim atenção à evolução do mercado, nos primeiros doze anos após a Revolução, e à ação da JNV.

De modo igual, vamos esclarecer a importância das adegas cooperativas de Torres Vedras, agora em tempo revolucionário. Como por nós foi dado a ver, estas foram fundamentais para o Estado Novo e as adegas seguem a sua entidade criadora neste tempo difícil do vinho comum. Em Torres, tiveram de responder a uma viticultura em fúria e com pouca vontade de ouvir. E, tal como ela, viveram momentos de incompreensão por parte dos produtores de vinho

da região. Em contradição com os fins sociais que presidiram à criação das adegas no segundo quartel do século XX e porque não esteve, em momento algum, o principal mercado em risco. Portanto, a história do vinho de Torres obriga também, pela relevância local das adegas, à clarificação deste aspeto. Em suma, o capítulo vai tornar compreensível a história económica do vinho do centro produtor de Torres Vedras nos primeiros doze anos após a Revolução.

5.1. Mercado

A Revolução não traz mudanças ao mercado principal do vinho do centro produtor de Torres Vedras. Este mercado, fiel, absorveu, desde 1850, a maior parte da produção da região. Até 1986, a bebida vê, mais uma vez, confirmado o seu destino maior. João Carvalho Ghira, autor por nós já referenciado para a questão do mercado, conclui, em certas obras, pelos estudos que realizou, que «a produção terá tido sempre como principal destino a própria região, bem como o grande mercado que é Lisboa» (Ghira, 2006: 14). A esta conclusão chegou também Palmira Cipriano Lopes, tendo por base o estudo que levou a cabo na região, que lhe deu a ver, a exemplo de Ghira, os dois principais mercados da bebida³³⁰. Em relação a números, o jornal regional *Vida Rural* refere que a JNV os calculou, em 1957, em cerca de 40 mil pipas mensais o consumo agregado dos mercados da capital, da região e do Porto³³¹. A maior parte deste vinho era escoado em Lisboa, à altura o maior mercado nacional do vinho comum. Portanto, a esta distância e com o fim do estudo do mercado à vista, deve ficar claro que os mercados de Lisboa e da região foram, no tempo analisado, os pilares da economia do vinho do centro produtor de Torres Vedras. Procurámos dar a ver isso nos períodos 1850-1890, 1890-1933, 1933-1974, e agora, damos a ver, no período 1974-1986. As inúmeras tabernas espalhadas por estas duas regiões foram responsáveis pelo grosso do consumo da maior economia do vinho nacional. Fortemente alimentada pela região vinícola de Torres Vedras, a este respeito disse António Batalha Reis o seguinte: o centro produtor torriense «abasteceu sempre a capital com o celebrado *carrascão* que, para as tabernas alfacinhas, era transportado em odres sobre o dorso de muares que formavam récuas intermináveis; hoje são as modernas caminhetas que levam directamente o vinho do produtor ao taberneiro, para ali ser vendido ao público apreciador do *bom vinho chegado da adega do lavrador*».³³²

Ainda no mercado interno, esclarecemos, em relação ao tempo estudado, que houve muito vinho da região que teve como destino o alambique. E que a aguardente resultante da

³³⁰ Ver Lopes (2010: 93).

³³¹ Ver *Vida Rural* (1957, vol. 8, n.º 212: 10), «Reunião de vinicultores em Torres Vedras: a crise vinícola vista por alguns lavradores e a atitude da JNV».

³³² Ver *De Portugal* (1934, n.º 1: 14), «Torres Vedras, terra de vinho».

sua queima teve como destino a região duriense³³³, a capital e a própria região. Como o vinho, também a aguardente viveu momentos difíceis no centro produtor. Disso dá conta Mário Galvão em 1935, numa entrevista ao jornal *Alta Extremadura*. Aí, o presidente da FVCSP começa por lembrar que o Douro praticamente não precisava da aguardente do sul³³⁴ e que a situação tinha um efeito muito negativo na aguardente da área tutelada por este organismo. Para a definir utilizou as seguintes palavras: «A crise de aguardentes – digamos assim – é tão grave como a crise de vinhos. Existem por colocar cerca de 20 000 pipas, estando 13 000 pipas em poder da Federação»³³⁵. A retração no mercado do vinho do Porto traz sérios problemas de escoamento à aguardente de Torres e à restante aguardente do sul, como se pode perceber pelas palavras do presidente da Federação. Obrigando inclusive ao reposicionamento da aguardente no mercado e ao reajuste da produção, tendo em conta a especificidade dos mercados de Lisboa e da região. Isso não foi bem compreendido pela aguardente do sul, por isso os problemas de escoamento nas mãos do organismo corporativo. Certo é que, ao chegar à Democracia a aguardente local só pode contar com dois mercados para escoar a produção e certo também é que a polémica sobre a questão das aguardentes chega ao rubro nos doze anos estudados no regime democrático, tal e qual a questão do vinho. Por exemplo: em 1975, a produção chega mesmo a pedir «a extinção da Junta Nacional do Vinho», em reunião na vila. Porque entendia que a ação da instituição não se pautava «pela defesa dos interesses dos pequenos e médios produtores»³³⁶.

Os produtores pareciam esquecer-se da sua responsabilidade na crise crónica do centro produtor. Por isso, não é demais lembrar o quanto contribuíram para a sobreprodução e para as falsificações, ou pelo menos para parte delas, que ao longo do tempo estudado tanto prejudicaram a economia do principal produto regional. Isso surge bem visível nas fontes, e nestas veja-se o jornal *Vida Rural*, que sobre estes problemas escreveu o seguinte:

«Quem deu início ao descalabro foram os vinicultores, e tantos eram que tendo vinhos mal fermentados, deteriorados, ou em perspectiva disso, quiseram ver-se livres deles logo na abertura da venda»;

«Oferecendo-os ao comércio por preços justificadamente baixos, estes vinicultores propagaram o vírus da desvalorização que iria contaminar as adegas sãs dos seus vizinhos»;

³³³ Ver Ghira (2006: 14).

³³⁴ Ver *Alta Extremadura* (1935, n.º 79: 1), «O problema das aguardentes: posto pelos srs. Mário Galvão e Dr. Figueiroa Rego».

³³⁵ *Ibidem*.

³³⁶ Ver *Vida Rural* (1975, vol. 44, n.º 1132: 18), «A grave situação da viticultura posta em relevo em importante reunião dos produtores da região de Torres Vedras».

«E este mal, que se repete há muitos anos toma os aspectos mais completos, dado que não só provoca o aviltamento do mercado, como neutraliza a acção da Junta e afecta a qualidade a que o consumidor tem direito»;

«Enquanto houver na lavoura vinhos deteriorados à mercê do comerciante, os bons pouco mais valem e só são retirados na medida em que são indispensáveis para camuflar os outros num lote que permite tudo, desde as aguardentações e os agumentamentos até à concorrência insólita com os comerciantes honestos»³³⁷.

É certo que a fragilidade económica teve peso no comportamento de boa parte dos produtores de Torres, mas não justifica tudo, muito menos quando pode comprometer o desempenho da bebida no mercado. E, como é dado a ver na transcrição, esse foi o resultado. Portanto, é legítimo dizer que existiu algum aproveitamento por parte da região vinhateira.

No exterior, o excedente da produção local foi escoado, em recessão, nos mercados das antigas colónias portuguesas (agora Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). O destino de eleição do Estado Novo fora de portas somente consegue absorver, nesta altura, uma pequeníssima percentagem do vinho exportado: 2,3% entre 1975 e 1979; 5,3% entre 1980 e 1984; e 5% entre 1985 e 1986, tal como se pode ver no quadro 5.1.

Quadro 5.1: Mercados principais do vinho comum no exterior, 1975-1986

Mercados principais do vinho comum no exterior, 1975-1986 (peso relativo dos diferentes mercados - %)					
Anos	Colónias/PALOP	União Soviética	Rep. Fed. da Alemanha	França	EUA
1975-79	2,3	14,1	4	12,6	14,5
1980-84	5,3	1,3	5,9	17,7	14,3
1985-86	5	0,6	6,3	21,2	11,8

Fonte: Elaboração própria a partir de Martins (1990: 253).

E em franco progresso, no período 1975-79, surgem os mercados da União Soviética, República Federal da Alemanha e Estados Unidos da América, respetivamente, com uma exportação de 14,1%, 4% e 14,5%. Depois, no período 1980-86, o mercado soviético resolveu fechar as portas ao vinho comum português e as consequências não se fizeram esperar, por isso a expressão de apenas 1,3% entre 1980-84 e de 0,6% entre 1985-86. Em contraciclo esteve a exportação, no tempo referido, para a República Federal da Alemanha e para os EUA: no primeiro caso, com 5,9% e 6,3%; no segundo, com 14,3% e 11,8%. Por último, um mercado com tradição para a região de Torres Vedras, o francês que, no período 1975-86, vai absorver

³³⁷ Ver *Vida Rural* (1964, vol. 22, n.º 570: 17), «As Garantias da JNV e os vinhos deteriorados».

12,6%, 17,7% e 21,2% da exportação local de vinho comum. Claro está que, no tempo em análise, houve outros destinos para o vinho de Torres, porém têm uma expressão muito reduzida, a exemplo do mercado de Inglaterra. Em síntese, o vinho do centro produtor de Torres Vedras, nos primeiros doze anos da Democracia, foi escoado, principalmente, para os mercados da capital e da região, indo o excedente para os mercados dos PALOP, União Soviética, República Federal da Alemanha, França e EUA.

5.2. A JNV no rescaldo da Revolução

Como demos a perceber, a JNV foi uma peça fundamental no tabuleiro da economia do vinho comum, o de Torres Vedras como o das restantes regiões produtoras da bebida que integravam a área de ação do Organismo estatal. A história desta economia é fortemente marcada por esta instituição que, como explicámos, nasceu em 1933, pela mão da produção torriense, a braços com sérios problemas de escoamento e à procura de soluções que salvassem a região da ruína total. A conjuntura vai deitar por terra o Organismo criado inicialmente e em sua substituição, em 1937, surgiu a Junta Nacional do Vindo, dotada de mais poderes e de mais meios. Estes foram fundamentais para pôr ordem num setor produtor de vinho permanentemente insatisfeito. Este ora lhe prestou homenagem³³⁸, ora pediu a sua extinção³³⁹. Estes e outros aspetos vão estar em análise neste subcapítulo destinado a esclarecer a ação da Junta no rescaldo da Revolução.

Primeiramente, há a assinalar, por via das fontes estudadas, que a instituição criada no Estado Novo respondeu bem em democracia, tanto dentro como fora de portas. Claro está que os recursos à sua disposição não eram ilimitados. Por isso, sentiu na pele a pressão do vinho e do Estado. A experiência deu-lhe o fôlego necessário para enfrentar as pressões e para fazer as escolhas certas, de modo a honrar a sua difícil missão, e é neste cenário que deve ser entendida a sua ação até à sua extinção em 1986. Começemos pela intervenção na economia a nível interno. Esta é dada a perceber na imprensa local, por exemplo, pelo jornal *Badaladas*, em 1975:

«[...] preocupações entre os vinicultores abrangidos pela entrega obrigatória de vinho, determinada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 38/A-75, por não terem ainda sido fixados os respectivos preços.

³³⁸ Ver *Vida Rural* (1961, n.º 446: 17), «A viticultura de Torres Vedras manifestou os seus agradecimentos à Junta Nacional do Vinho pela nova intervenção no mercado e pelas novas directrizes do Organismo».

³³⁹ Ver *Vida Rural* (1975, vol. 44, n.º 1132: 18). «A grave situação da viticultura posta em relevo em importante reunião dos produtores da região de Torres Vedras».

Por esta razão e, embora, os preços a estabelecer para o conjunto de todos os escalões de produtores venham a depender dos preços de escoamento, a Junta Nacional do Vinho entendeu ser conveniente anunciar, desde já, os que serão pagos aos vinicultores dos escalões mais baixos.

Os preços a pagar serão fixados em percentagem das tabelas de intervenção e serão variáveis com a dimensão do produtor, ficando estabelecidas as seguintes percentagens para os escalões que vão indicados: produtores de mais de 500 hl, 85 por cento. Produtores de mais de 750 hl a 1000 hl, 80 por cento. Produtores de 1000 hl a 1500 hl, 70 por cento.

[...] Se um vinicultor do primeiro destes escalões entregar vinho de 12 graus da 1.^a categoria receberá 4\$25 (quatro escudos e vinte e cinco centavos por litro de vinho tinto – 85 por cento de 5 escudos) ou 3\$40 por litro de vinho branco (85 por cento de 4 escudos).

Os preços a pagar são líquidos, não incidindo sobre eles a dedução de qualquer taxas. Os produtores 0,004 por litro e quilómetro, nos termos da portaria n.º 339/75, de 6 de Junho de 1975.

Os pagamentos dos vinhos de entrega obrigatória correspondentes aos escalões acima especificados serão processados de forma idêntica aos dos vinhos da intervenção normal. Assim, procurar-se-á efectuar os pagamentos o mais rapidamente possível após a entrega dos vinhos.

[...] anuncia-se que a Junta Nacional do Vinho prevê abrir, muito em breve, novas inscrições para compra do vinho da colheita de 1974 ainda existente nas adegas dos vinicultores cuja produção não tenha excedido 500 hl (100 pipas). Estas compras serão sujeitas a rateio, essencialmente dependente do ritmo de retirada e da capacidade de armazenamento disponível»³⁴⁰.

Ou este outro excerto:

«Compra de vinhos da colheita de 1974 [...] inscrição com vista ao 2.º alargamento da operação.

1.º - A Junta Nacional do Vinho, aceita desde já e até 20 de Agosto de 1975, novas inscrições para compra de vinhos da colheita de 1974 aos vinicultores cuja produção não tenha excedido o limite de 500 hl (100 pipas).

- a) – A inscrição é extensiva às adegas cooperativas na proporção das entregas correspondentes aos associados incluídos naquele escalão.
- b) – No caso dos vinicultores individuais, admitir-se-á na inscrição uma tolerância de 5% relativamente à produção manifestada»³⁴¹.

³⁴⁰ Ver *Badaladas* (1975, n.º 1021: 5), «A Junta Nacional do Vinho divulga preços de compra aos pequenos vinicultores».

³⁴¹ Ver *Badaladas* (1975, n.º 1022: 5), «Compra de vinhos da colheita de 1974: inscrição com vista ao 2º alargamento da operação».

Como é dado a ver nas notícias do jornal *Badaladas*, a ação da Junta fez-se sentir junto do seu vinho, nomeadamente, através das intervenções na economia da bebida. Bem como os princípios que a presidem, que mostram estar em conformidade com as razões que sustentaram a criação do organismo inicial, em 1933, e da JNV, em 1937: a salvaguarda da pequena e média viticultura nacional. Este objetivo mobilizou a viticultura local e de outras regiões, não só a de Torres Vedras, de modo a fazerem valer os seus interesses junto do Governo, seguindo o exemplo de outras regiões vinhateiras, precisamente o das regiões do Douro e do Dão.

A nível externo, a Junta mostrou-se igualmente dinâmica, com muitos milhões de litros de vinho transacionados para o exterior, por exemplo para a União Soviética e para a República Democrática Alemã, em 1975, através de três contratos comerciais³⁴². Tal como aconteceria com França, EUA e, apesar do contexto, com os PALOP. Portanto, tal como sucedera no passado, a Junta Nacional do Vinho procurou resolver os problemas causados pelo excesso de produção, de Torres e das restantes regiões sob a sua responsabilidade. Pena foi o comportamento do vinho que em nada ajudou o seu esforço para o ajudar, e disso é um bom exemplo a adulteração da bebida, que teve efeitos nefastos na economia do centro produtor. O problema foi trazido à luz pela imprensa regional em diversas ocasiões, e cedo o vinho de Torres não abandonou a prática antiga. Veja-se, a título de exemplo, esta notícia do jornal *Badaladas*:

Com vista à «apreciação das actuais condições do mercado de vinhos de consumo, reuniram-se [...] em Torres Vedras [...] as direcções dos Grémios da Lavoura da região Oeste [...] tendo-se verificado a convicção unânime, de que é a desenfreada falsificação de vinhos, a principal causa do seu difícil escoamento e consequente falta de procura e baixa de preços»³⁴³.

Valia tudo, afinal, para o vinho de Torres e para o restante vinho da área da JNV, como é mostrado na notícia do jornal, inclusive exigir da instituição remédio para o mal causado pelas práticas conscientes, ou talvez não, do vinho comum. Em conclusão, é inegável o trabalho, hoje em memória, desenvolvido pela JNV em prol da economia do vinho de Torres Vedras, entre 1937 e 1986. Houve alturas em que a região não o valorizou, fruto de alguma desinformação. Por isso criou inúmeros problemas à instituição que tinha como missão cuidar do seu

³⁴² Ver *Badaladas* (1975, n.º 1025: 1), «A União Soviética fez terceiro contrato com a JNV»; *Badaladas* (1975, n.º 1024: 4), «Junta Nacional do Vinho: venda de vinho à URSS»; *Badaladas* (1975, n.º 1018: 1 e 5), «Vinhos portugueses para a União Soviética e para a República Democrática Alemã: uma parte das adegas do Oeste estremenho».

³⁴³ Ver *Badaladas* (1949, n.º 16: 3), «Em defesa da vinicultura».

vinho. O que parece injusto, de acordo com o conhecimento e fontes estudadas, que estiveram na base da construção deste subcapítulo e do anterior dedicado à FVCSP e à JNV. A situação não é inédita no conjunto das regiões e o fenómeno determinou, em 1937, o fim da Federação, que anos antes tinha sido considerada absolutamente imprescindível à economia da bebida na região vinhateira.

5.3. As adegas cooperativas depois de 1974

As adegas cooperativas de Torres³⁴⁴, essenciais ao desenvolvimento do principal produto da economia regional, como atrás mostrámos, são criadas a mando do Estado Novo. Na região, o seu papel foi crucial, dando cumprimento aos objetivos do Governo, por exemplo: os relativos ao mercado e à qualidade. A obra da ditadura neste setor de produção é bem acolhida pela democracia, sobretudo porque reconheceu esse valor, e por isso não vai pôr a sua missão e importância em causa, no centro produtor de Torres Vedras. O contrário podia suscitar estranheza, visto que, como explicámos no subcapítulo anterior dedicado a estas adegas, a região dependia em muito da sua ação. Tal e qual a sua antecessora, as adegas viveram bons e maus momentos em Torres, onde o vinho ora reconhecia a sua importância, ora a punha em causa. Esta memória vai ser trazida à luz neste subcapítulo, de modo a tornar perceptível o valor das adegas cooperativas de Torres depois de 1974.

Começamos a análise com o mercado do exterior, no qual a ação das adegas cooperativas de Torres é muito nítida nas fontes estudadas, veja-se, a título de exemplo, em 1975, este artigo no jornal *Badaladas*.

«Cerca de 45 milhões de litros de vinho (tinto e branco) é o quantitativo a exportar, até outubro próximo, para a União Soviética [...] a Junta Nacional do Vinho controla todo o processo de exportação, encontrando-se no nosso país, desde Abril último – altura da primeira exportação – um técnico enólogo soviético, sr. Alexandre Jukov, que procede à verificação do produto destinado à exportação para o seu país [...] em várias adegas cooperativas [...] da região Oeste [...] os vinhos são transportados para a União Soviética, em navios tanque – Taraklyia, Yargera, Polluy, no Porto de Lisboa, com destino ao Porto de Novorossiskii, no Mar Negro [...] já foram embarcados no Porto de Lisboa com destino à União Soviética vinhos adquiridos pela JNV ao preço da intervenção em curso, das adegas cooperativas [...] Carvoeira (branco) [...] Dois Portos [...] num total aproximado de cerca de 15 milhões de litros [...] também a República Democrática Alemã adquiriu à JNV, vinhos brancos

³⁴⁴ Nota: «[...] albergam como sócios, em maioria, pequenos e médios produtores». Ver *Badaladas* (1975, n.º 1025: 7), «À atenção das adegas cooperativas».

comprados por este Organismo às adegas cooperativas de Torres Vedras (cerca de 9000 pipas) e de vermelho (cerca de 3000 pipas) »³⁴⁵.

«O vinho branco será pago, pela Junta, às adegas cooperativas a 3\$95 cada litro, e o tinto a 4\$49 [...] porém a Rússia parece que só pagará a Portugal o vinho branco a 2\$80 e o tinto a 3\$20, que é o preço estipulado [...] a diferença entre o que se recebe da Rússia e o que se paga às adegas cooperativas será suportado pelo Estado português através do fundo de fomento de exportação, como, aliás, é prática habitual quando existem excedentes de produção»³⁴⁶.

Como é dado a compreender na primeira notícia do jornal, as adegas procuravam cumprir os objetivos que em cima referimos. Por exemplo, no que toca a esta operação de exportação concreta, conseguiram aliviar o excedente da produção, da área da JNV, em cerca de 45 milhões de litros de vinho, que rumou aos mercados da União Soviética e da República Democrática Alemã para aí ser escoado. Sabendo que as adegas cooperativas de Torres Vedras foram responsáveis pelo melhor vinho da região, a presença do enólogo soviético nesta ação de exportação pode ter uma dupla interpretação: por um lado, o mercado soviético não estava recetivo a mau vinho; por outro, reforça o que já dissemos sobre a qualidade da bebida, a melhor do centro produtor, passou pelas mãos das cooperativas de vinho. A notícia mostra ainda outra face da produção local, a mais cética, que parece não ter razão quanto à eficácia das suas adegas porque, como se pode ver, eram elas que escoavam o vinho que tanto atormentava o concelho de Torres Vedras. Até o preço do vinho parece ser uma falsa questão, uma vez que, como esclarece a segunda notícia, a diferença existente foi prontamente suportada pelo Estado, em conformidade com as práticas do Governo para situações de sobreprodução no subsetor.

Cá dentro, as adegas de Torres continuaram a escoar muito bem o vinho no seu mercado de eleição, através dos comerciantes (por exemplo, armazenistas) que o distribuíam sem embaraço pelas tabernas de Lisboa e da região. Diga-se em boa verdade que era uma situação cómoda, visto que estes comerciantes conseguiam tomar a quase totalidade da produção das adegas da região³⁴⁷. Portanto, só por si o cenário garantia o escoamento da bebida, este era o bom lado, o mau parece não estar calculado (ou se o estava foi ignorado) e referimo-nos ao risco de se tornarem reféns destes comerciantes. Palmira Cipriano Lopes, no seu estudo dedicado a estas adegas, põe o dedo na ferida com base na investigação que levou a cabo, a qual lhe deu a ver o outro lado da questão. Entre os problemas que identificou encontram-se

³⁴⁵ Ver *Badaladas* (1975, n.º 1018: 1 e 5), «Vinhos portugueses para a União Soviética e para a República Democrática Alemã: uma parte das adegas do oeste estremenho».

³⁴⁶ Ver *Badaladas* (1975, n.º 1024: 5), «Vinho da região de Torres Vedras para a Rússia».

³⁴⁷ Ver Baptista (1993: 240); Lopes (2010: 93-94).

questões de índole económica, social e cultural. As conclusões a que chegou são claras: as ACTVD apresentavam dois grandes problemas – o primeiro era «o individualismo endémico de pequenas empresas viradas para si mesmas e sem estratégia comercial», o segundo, «(que deriva do primeiro), a falta de convergência para o empreendimento da identificação prestigiada dos vinhos da região com primado da qualidade cooperativa» (Lopes, 2010: 96). Por isso, considerou ser necessário operar ajustes no modelo existente, com vista a melhorar o desempenho das adegas no mercado. Desde logo ao nível do preço e da qualidade, com uma nova metodologia, tendo em conta o mercado e os recursos produtivos³⁴⁸.

O estudo por nós levado a efeito chegou a conclusão idêntica, porém com um olhar diferente. Queremos com isto dizer que os pesos da tradição, riqueza do país e situação geográfica merecem reflexão no que condiciona as escolhas das adegas. Se estivermos perante um setor agrícola com baixa instrução, provavelmente não existe visão; num país com escassez de dinheiro, provavelmente não há o investimento necessário à competição no mercado; numa situação periférica, provavelmente a capacidade da região para captar recursos é menor. Se isto estiver certo, e tudo aponta nesse sentido, então estamos perante variáveis que tiveram um forte impacto nas opções das adegas de Torres Vedras. E também não podemos esquecer que o próprio «modelo de produção cooperativo com as suas duas vertentes indissociáveis, a económica e a social» (Lopes, 2010: 22) pressionou essas escolhas porque, por um lado, elas tinham de proteger a viticultura e, por outro, tinham de permitir competir no mercado. Certa é a sua utilidade na região. Como bem fez notar Dulce Freire, «as adegas funcionaram como elo de ligação entre produtores armazenistas, executando a homogeneização e concentração do vinho, facilitando a sua entrada nos circuitos comerciais» (Freire, 1996: 1016).

Portanto, «a preocupação com o mercado surge como uma variante necessária ao processo produtivo do sector vitivinícola, cujo futuro depende da capacidade da sua rentabilização» (Lopes, 2010: 94). Quando, em 1975, se discutiu o papel das adegas cooperativas da região, em exaltada reunião realizada em Torres Vedras, o então vice-presidente da JNV esteve mal, em relação ao cargo que ocupava. Ou por desconhecer o modelo de produção, por conveniência circunstancial, ou por razões políticas, certo é que à altura disse o seguinte:

«No aspecto da comercialização, aquelas falharam redondamente porque o antigo regime nunca se tinha preocupado em resolver os problemas que lhe eram apresentados, sobretudo, no que se refere à competição entre as adegas cooperativas e o sector privado»³⁴⁹.

³⁴⁸ Ver Lopes (2010: 96).

³⁴⁹ Ver *Vida Rural* (1975, vol. 44, n.º 1132: 18), «A grave situação da viticultura posta em relevo em importante reunião dos produtores da região de Torres Vedras».

Pura retórica. É óbvio que o modelo de produção é da responsabilidade da ditadura, todavia não é menos óbvio que nos doze anos estudados já em democracia o Estado tenha permitido as mudanças alvitadas pelo vice-presidente. Por isso, as transformações nas adegas de Torres vão dar-se a um ritmo lento, como no antigo regime. Em síntese, dedicámos dois capítulos às adegas porque percebemos que estas foram decisivas para a economia do vinho do centro produtor de Torres, tanto no Estado Novo como depois de abril de 1974. A memória estudada deu ver que as adegas foram um elemento de equilíbrio na economia regional e do Estado no mercado.

Balanço do capítulo

Este capítulo procurou dar a ver a evolução do mercado do vinho da região de Torres Vedras desde a grande rutura, que teve lugar em 1974, até à tão desejada adesão à Comunidade Económica Europeia, ocorrida em 1986. E também os rearranjos na democracia, no âmbito do poderoso Organismo de coordenação económica e do seu instrumento ao nível da regulação do mercado. Relativamente ao mercado, explicámos que não se registaram alterações no grande destino da bebida, por isso o seu escoamento fez-se, tal como antes, nos mercados da capital e da região. Houve sim no mercado do excedente da produção. O vinho reservado à exportação sofreu efetivamente quebras e crescimentos no escoamento, por exemplo: no mercado das antigas colónias/PALOP a queda foi grande e o antigo destino principal do vinho no exterior somente teve, em democracia, uma expressão de 2,3%, entre 1975 e 1979. E mesmo depois desse período, o crescimento foi fraco: 5,3%, entre 1980 e 1984 e 5% entre 1985 e 1986. Nos mercados da União Soviética e da República Democrática Alemã mostrámos que houve um crescimento inusitado, entre 1975 e 1979, respetivamente 14,1%, em relação à URSS, e 4%, em relação à RDA. Regista-se posteriormente uma grande quebra no mercado da União Soviética entre 1980 e 1986 (1,3% e 0,6%). O crescimento sustentado somente aconteceu, no tempo estudado, nos mercados de França e dos Estados Unidos da América: no primeiro caso, de maneira crescente entre 1975 e 1986 (12,6%, 17,7% e 21,2%); no segundo, com um ligeiro decréscimo (14,5%, 14,3% e 11,8%).

No que concerne aos rearranjos orgânicos, foi por nós dado a compreender que estes foram conseguidos em democracia. A memória estudada mostrou que a Junta Nacional do Vinho foi decisiva até ao seu fim, razão pela qual a Revolução não limitou a sua ação: pelo contrário, o Organismo regulador, após os ajustes revolucionários, esteve muito ativo nos doze anos seguintes. Um bom exemplo é a exportação do ano de 1975. Os três contratos assinados com a União Soviética e com a República Democrática Alemã aliviaram sobremaneira a pressão do excedente da produção, com milhões de litros de vinho a serem escoados

nesses destinos. E mostrou igualmente que as adegas cooperativas foram absolutamente essenciais à economia da bebida no centro produtor de Torres Vedras. Por isso as vemos a trabalharem livremente entre 1974 e 1986. As exportações para a União Soviética e para a República Democrática Alemã, em 1975, são um bom exemplo porque as adegas de Torres tiveram a seu cargo parte do vinho enviado para esses mercados. Como atrás dissemos, as adegas foram um elemento de equilíbrio na economia da região e do Estado no mercado.

CAPÍTULO 6

UMA PERSPETIVA DE LONGA DURAÇÃO

Este capítulo procura olhar para a história do vinho de Torres numa perspetiva de longa duração, tentando fazer uma síntese interpretativa de alguns dados de conjunto e das principais características, problemas e questões que atravessaram o setor e a região ao longo dos 136 anos em estudo. Com este exercício espera-se também conferir alguma coerência e articulação a dados e tópicos que, nos capítulos anteriores, foram tratados separadamente porque estão vinculados aos respetivos blocos cronológicos.

Para efeitos de organização deste capítulo, decidimos distribuir os vários tópicos em questão pelas duas grandes áreas temáticas em que assenta a história do vinho de Torres – a produção e o mercado. A separação é, necessariamente, algo imperfeita e artificial – não só porque as duas esferas estavam interligadas, mas também porque vários dos tópicos tratados tinham impacto sobre ambas – mas parece-nos a melhor forma de organizar o discurso. Veja-se, por exemplo, que em relação às crises do vinho estudado e à política vitivinícola, só na longa duração, é possível fornecer ao leitor a visão completa sobre duas das mais importantes questões da economia do vinho da região vinícola de Torres Vedras.

6.1. Na esfera da produção

Como já tivemos oportunidade de esclarecer ao longo desta Tese, a produção da região vinícola de Torres Vedras esteve assente, no período 1850-1986, num conjunto de particularidades, muito marcadas neste território, que lhe configuram uma forte identidade no quadro do vinho comum português e aí lhe conferem alto interesse para a perceção da produção do restante vinho corrente nacional. O fenómeno é perfeitamente visível, por exemplo, ao nível das grandes doenças da vinha da segunda metade de oitocentos, do tecido produtivo, da rede local de adegas cooperativas, da área ocupada pela vinha no concelho de Torres Vedras, do escoamento normal do vinho, da importância de cada freguesia na economia concelhia, das castas prediletas da viticultura desta zona, do processo de fabrico do vinho de Torres, do custo de produção do vinho torriense, e por último, da Estação Vitivinícola Nacional. Certamente que, pelas implicações e interdependências na esfera da produção, estas são outras grandes questões do vinho torriense, a tratar obrigatoriamente de forma uma neste espaço, dedicado à análise das matérias mais relevantes da produção local, no intervalo cronológico referido. Esta é a nossa interpretação em relação às grandes questões da produção local e aceitamos que outras interpretações podem existir no que a esta matéria diz respeito, contudo a sua

análise a partir desta visão vai contribuir para o esclarecimento quer da produção do vinho comum regional quer do restante vinho comum de Portugal.

Falemos então de uma das questões que teve maior impacto na história contemporânea dos vinhos de Torres – as doenças da vinha que marcaram a segunda metade do século XIX. O oídio a filoxera e o míldio, pelas consequências que produziram no seio do vinho comum nacional, e no desta região em particular, têm de figurar num espaço com a natureza do que agora iniciamos, por isso é a primeira grande questão do vinho de Torres a ser analisada neste ponto. O oídio, como já foi dito, é uma doença que atacou a vinha, em Portugal, por volta de 1852, causando fortes constrangimentos na cultura e na produção. Este fungo revelou-se muito devastador, sendo efetivamente o mais grave dos três males referenciados, se atendermos às quebras que provocou na produção vinícola da região de Torres Vedras, e na das restantes regiões produtoras de vinho comum do Oeste. O historiador António Valério Maduro, calculou, em relação ao concelho de Alcobaça, uma quebra muito acima dos 50%, a respeito dos quantitativos de produção dos anos 1861-1865. Estas quebras, que tanto inquietaram a agricultura oestina, duraram aproximadamente quinze anos, e podem ser consideradas as maiores e mais prolongadas, com os piores tempos, na região torriense, a situarem-se entre 1855 e 1856 e, depois, entre 1860 e 1862.

A poeira da vinha atacou com muita intensidade o vinhedo situado na várzea e perto do mar, devido ao elevado grau de humidade, e as castas brancas, porque lhe eram mais sensíveis. Foi tal o efeito, efetivo e psicológico, da doença no vinho comum, que obrigou ao aparecimento de uma nova cultura da vinha, muito mais exigente, e por isso ao tempo houve quem a atacasse e quem defendesse. Na primeira situação está boa parte da produção local, visto que a modernização da cultura elevou os custos de plantação e dos granjeios, na segunda, o comércio do vinho em geral, uma vez que lhe chegava às mãos vinho com mais qualidade. A nosso ver, existem aspetos positivos do oídio que merecem reflexão, como, por exemplo, o da modernização forçada da cultura da vinha, o da melhoria da qualidade do vinho, e o da estabilização do mercado, por impor uma quebra forçada da oferta, tanto no mercado de Lisboa, o principal do vinho de Torres, como no do exterior, o das sobras (escoadas, na segunda metade do século XIX, no Brasil, França e colónias Ultramarinas). Portanto, esta doença não deve ser só vista no aspeto catastrófico da produção, porque há um lado bom no mercado que por vezes é esquecido.

Desta tríade patológica da vinha oitocentista, é a filoxera o mal que mais vincado está na memória do vinho de Torres, por exemplo naquela vertida na imprensa periódica regional. E não devia ser assim, porque os resultados desta Tese mostram que destes três males que atacaram a vinha torriense, na segunda metade do século XIX, a praga parece ser o menos prejudicial, se tivermos em conta a produção e o mercado do vinho. Certo é que na região vinícola de Torres Vedras a filoxera fez correr muita tinta e está bem documentada. Como já

esclarecemos no capítulo 2, a praga foi causada por um inseto designado *phylloxera vastatrix*; no centro produtor estudado, manifestou-se inicialmente em 1885 e, decorrido um ano, a sua presença já tinha um forte impacto no vinhedo local. Apesar da rápida progressão da praga, e da sua violência na destruição da vinha torriense, a produção regional ainda cresceu até 1887. Mesmo a acentuada diminuição observada na década de noventa, que amiúde se diz ser da sua responsabilidade, deve-se essencialmente ao brutal ataque desferido pelo míldio no vinhal de Torres Vedras.

Não querendo desvalorizar, em absoluto, o efeito muito negativo da filoxera nesta região vinícola, considerado catastrófico pela vinicultura local e pela própria imprensa periódica regional, devido à alta dependência do concelho de Torres Vedras da economia do vinho comum, pensamos que o impacto da praga no centro produtor torriense, de um modo geral, está excessivamente amplificado nas descrições que sobre ele aparecem em fontes e estudos. No que respeita ao combate do inseto, pode dizer-se que esta região optou pelos métodos recomendados pelas entidades competentes do subsector do vinho, e por aqueles que ofereciam melhores garantias à vinicultura local, em concreto, referimo-nos ao sulfureto de carbono e a cepa americana. Com o passar do tempo e a progressão da filoxera na vinha torriense, a polémica viria a instalar-se em relação aos métodos, entre os defensores do sulfureto e os da cepa americana; na região de Torres Vedras os últimos acabariam por vencer, porque o solo de algumas zonas do concelho não possibilitava o uso do inseticida com eficácia, como, por exemplo, o de Dois Portos. A cepa americana acabou por convencer a vinicultura regional, por ser muito eficaz e altamente produtiva; isto era afinal o que à altura o vinho de Torres necessitava, e o que acabou por ter mais peso na escolha do método.

Devido ao desfasamento cronológico no desenvolvimento da praga, a demanda do “mercado filoxérico” da França, ainda que temporária, na década de oitenta de oitocentos, animou muitíssimo a economia do vinho de Torres. Portanto, a filoxera, se por um lado, como em cima foi mostrado, teve um efeito negativo, devido a destruição da vinha local, por outro, teve um impacto bem positivo, dado que abriu as portas do forte mercado francês ao vinho do centro produtor de Torres Vedras. Isto pode ser percebido pela observação da exportação do vinho comum para França (percentagem do volume total de vinho exportado, entre os anos 1876-1889). 15,41% foi a exportação deste vinho no período 1876-1880, e 66,21% no período 1881-1889, a comparação dos períodos, revela um aumento gigante na exportação da bebida, e o quanto este mercado extraordinário representou para o vinho estudado. Nesta década de ouro do mercado da França, os comerciantes deste país visitaram com regularidade a região Oeste, para aí comprar vinho para misturar com o seu, e, de um modo geral, quase sempre sem terem em conta o preço e a qualidade. Uma boa amostra está na área vinícola de Dois Portos que, em 1887, foi muito procurada pelos negociantes franceses, entre eles destacamos

o senhor Brou, de Bordéus, que nela comprou vinho a preços correntes (entre 8 a 10 libras o tonel).

Cerca de 100 000 pipas³⁵⁰, foi a quantidade de vinho comum que, em 1887, a França comprou à então designada região torreana. O volume de vinho vendido é um testemunho deveras expressivo quanto à dimensão do mercado filoxérico da França, e em relação à capacidade de adaptação do vinho de Torres ao mercado com origem nesta conjuntura. Se a filoxera teve duas faces na economia do vinho do centro produtor de Torres Vedras, o míldio, a doença que se lhe seguiu, só teve mesmo uma, na perspetiva das fontes consultadas e da historiografia local – a nociva, devido aos fortes constrangimentos que criou na produção vinícola torriense. Conceição Andrade Martins, chegou a esta conclusão relativamente ao restante vinho do país, nos seus estudos sobre as grandes doenças da vinha da segunda metade do século XIX; segundo esta historiadora, o míldio foi o principal responsável pela severa redução operada no seio da produção vinícola nacional no período 1892-1894, que calculou aproximadamente em um terço.

Certo é, que na região estudada, a doença neste período atacou de forma impiedosa a vinha e fez cair drasticamente a produção vinícola regional. Não menos certo, em contrapartida, é que a região de Torres Vedras enfrentava de forma crónica ou recorrente um problema de sobreprodução e que, nesta ótica, o míldio impôs um corte forçado na produção, ajudando desse modo a equilibrar a oferta com a procura. Quanto a nós, este aspeto deve ser valorizado pela sua relevância regional, e por isso o trazemos à luz da história do vinho de Torres. O míldio foi combatido na região com sulfato de cobre, porque nela o químico se revelou muito eficaz na luta contra esta doença. As queixas eram muitas da parte da vinicultura torriense, que não poupou esforços para fazer ouvir a sua voz em relação aos grandes estragos causados pelo míldio na vinha do concelho, especialmente nas freguesias de A-dos-Cunhados, São Pedro da Cadeira, e Ramalhal³⁵¹. É perfeitamente compreensível que as fontes e os estudos consultados, de um modo geral, mostrem só o lado negativo da doença, onde está visível uma vinicultura em agonia, tanto na região de Torres Vedras como na restante região Oeste. E que por causa disso se esqueça o mercado; no entanto, no caso da sobreprodução torriense, ele é prioritário e a fonte do problema. Enorme, como mostrámos na Tese, por isso, ao quebrar a produção vinícola, o míldio também foi benéfico para o vinho de Torres, em concreto no mercado, porque a ele chegava muito menos vinho da região torriense, em especial ao mercado do exterior, o das sobras, onde existia à altura uma procura mais reduzida do vinho comum nacional.

³⁵⁰ Ver *A Semana* (1887, n.º 41: 1), “algumas notícias vitivinícolas”.

³⁵¹ Ver *Gazeta de Torres Vedras* (1893, n.º 3: [s.p.]), “Mildew”.

Quanto à segunda particularidade, centrada na esfera do tecido produtivo da região estudada, pode dizer-se, que entre as características diferenciadoras que lhe conferem identidade, está a origem da própria produção regional, isto é, o centro produtor de vinho comum mais importante do país estava entregue, em larga maioria, a pequenos e médios produtores; esta conclusão pode ser explicada, a saber, pela observação do quadro 6.1:

Quadro 6.1: Escalões de produção no concelho de Torres Vedras

Concelho de Torres Vedras		
Escalões de produção	Produtores	
	Quantidade	% em relação ao total do concelho
Até 5 pipas	3853	48,4
5 a 10	1782	22,4
10 a 20	1168	14,7
20 a 50	832	10,4
50 a 100	198	2,5
100 a 200	85	1,1
200 a 500	28	0,4
Mais de 500	9	0,1
Totais	7955	100

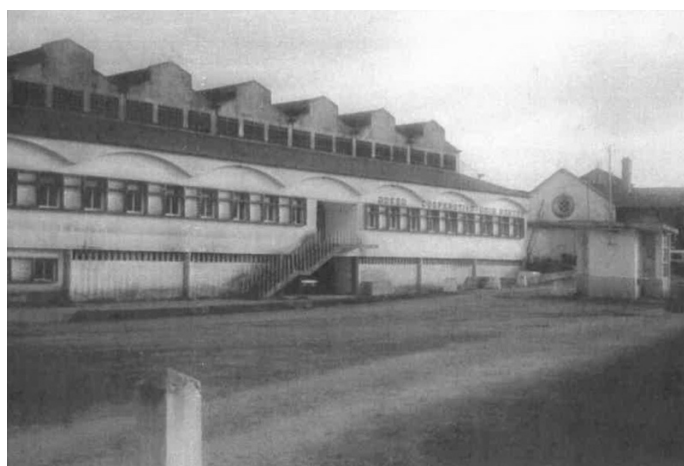
Fonte: elaboração própria a partir da *Separata dos Anais da Junta Nacional do Vinho* (1951: 50).

48,4%, foi a percentagem escrutinada no concelho de Torres Vedras em 1951 de pequeníssimos produtores (quadro 6.1). No outro extremo, estão situados os dois maiores escalões de produção com apenas uma expressão de 0,4%, e de 0,1%. Portanto, foi com base nos dados deste quadro que chegámos à referida conclusão, ou seja, cerca de 80% da produção do vinho de Torres estava entregue a pequenos e médios vinicultores.

Muitos deles em situação de extrema fragilidade; sem dinheiro para fazerem face às exigentes despesas da cultura, os vinicultores da região de Torres Vedras cedo começaram a reivindicar apoios e cedo sentiram na pele a pobreza. As respostas aos graves problemas da vitivinicultura local teimavam em não chegar e, pelo que nos foi dado a ver, o Estado era o grande responsável. Pouco atento às necessidades deste vinho, nada fazia; só assim se pode compreender a sua inércia, e o motivo por que foram sendo adiadas no tempo, pelos vários governos, as medidas necessárias. Os resultados das políticas vitivinícolas para o vinho comum saltam a vista; a *ruína*, como bem fez notar António Batalha Reis, para o caso do vinho de Torres. Travada somente pela ação do Estado Novo, em parte forçada pelas circunstâncias, e em parte pelos próprios pilares ruralistas em que assentava o regime; os quais, de certa maneira, obrigavam Salazar a responder à lavoura em sofrimento. Por isso vemos o vinho do centro produtor de Torres Vedras muito animado, a partir da década de 30 do século XX. Quanto às fórmulas usadas, há a dizer que uma das mais eficazes foi rede de adegas cooperativas criadas no concelho de Torres Vedras. Quatro foi o número de adegas que a

Junta Nacional do Vinho mandou construir na região estudada: por ordem cronológica, a primeira a ser edificada em solo torriense foi a Adega Cooperativa de São Mamede da Ventosa, em 1956, depois, em 1957, foram edificadas, em simultâneo, a Adega Cooperativa de Carvoeira, e a Adega Cooperativa de Torres Vedras (a funcionar em instalações próprias a partir de 1960), por último, em 1960, foi edificada a emblemática Adega Cooperativa de Dois Portos.

Figura 6.1: Adega Cooperativa de Dois Portos (vista n.º 2)



Fonte: ACDP, arquivo de memórias.

Nesta região vinícola tornaram-se as maiores empresas locais e por elas passou mais de 90% do vinho produzido de qualidade. Esta realidade é muito interessante, e apresenta aspetos bem positivos, se for comparada principalmente com a das suas congéneres do exterior, nomeadamente de França, Itália e Espanha. Queremos com isto dizer que pelas adegas cooperativas do concelho de Torres Vedras passava o bom vinho regional, pelas desses países, em regra, o mau vinho do território. Não podemos ainda esquecer, para além do importante papel na guerra contra o mau vinho, o facto de as adegas cooperativas terem sido um útil instrumento de apoio ao Estado, dentro e fora de portas; em concreto, o instrumento, serviu para ajudar a estabilizar o mercado. Portanto, como é perceptível, e de todo comprovável, estamos, seguramente, perante uns dos mais importantes atores do setor dos vinhos de Torres, sobretudo porque estiveram sempre muito ativos e não pouparam esforços no cumprimento da sua missão. Estas considerações vão buscar força à memória consultada na imprensa periódica regional, e a certos estudos levados a cabo sobre estas cooperativas de vinho, a título de exemplo, pode ser indicado o estudo *A importância económica e social do cooperativismo. Adegas cooperativas de Torres Vedras*, produzido por Palmira Cipriano Lopes.

Outra importante questão do vinho torriense é, sem dúvida, na cronologia estudada, a área então ocupada pela vinha.

Figura 6.2: Vinhedos da Serra da Vila



Foto: Naña Sousa Dias, 2008 | Fonte: Câmara Municipal de Torres Vedras

Não tanto pela sua dimensão, visível na figura 6.2, e certamente mais compreensível se a reforçarmos dizendo que a região estudada era considerada a região vinícola mais importante da antiga província da Estremadura, em extensão e em produção; mas, acima de tudo, pelo enorme problema da sobreprodução local, com origem precisamente na grande disponibilidade produtiva do concelho de Torres Vedras. E nas próprias motivações dos agricultores. As dos mais pobres, em maior número na lavoura deste concelho, tinham a ver com a sua frágil situação económica, as dos mais abastados eram fruto de uma tradição familiar, no que respeita à exploração da propriedade; no conjunto, uns e outros, procuravam riqueza no produto mais lucrativo da agricultura portuguesa.

A enorme pressão de milhares de vinicultores torrienses sobre o mercado, em retração a partir da década de noventa do século XIX, sobretudo no mercado secundário, o das sobras, no exterior, provocava a sobreprodução regional, e consequentemente impedia o escoamento fluido da gigantesca produção nos mercados de Lisboa, da própria região e do estrangeiro. “Desespero” socioeconómico e falta de informação estarão na base dos comportamentos dos agricultores de Torres Vedras, que, indiferentes aos sinais do mercado, produziam muito mais do que o mercado tinha capacidade de absorver. Conduzindo a região a um quadro de crise crónica de sobreprodução, aliviado, pelo que podemos perceber, somente nas décadas de 50 e de 90 de oitocentos, em resultado das grandes doenças da vinha (oídio e míldio). Em suma, acreditamos, com base nas conclusões do nosso estudo, que a vasta área de vinha e a

colossal produção foram más receitas para a boa saúde da economia do vinho de Torres; estes excessos, como em cima assinalámos, trouxeram amiúde a pobreza à região.

No que concerne ao escoamento da produção, poderíamos dizer simplesmente, apoiados nos resultados do estudo que levámos a efeito, que o destino predominante do vinho da região de Torres Vedras era o mercado da capital. Esta conclusão é muito importante por si, mas não ajuda muito à compreensão da verdadeira situação regional; por isso, para a explicar, recorreremos à interpretação do quadro 6.2, que discrimina a situação por freguesias.

Quadro 6.2: Escoante normal do vinho corrente das freguesias do concelho de Torres Vedras

Concelho de Torres Vedras	
Freguesias	Escoante normal do vinho
Carvoeira	Lisboa
Cunhados	Lisboa, Porto, e destilação
Dois Portos	Lisboa
Freiria	Lisboa, e destilação
Matacães	Lisboa
Maxial	Lisboa, Porto, e destilação
Monte Redondo	Lisboa, e destilação
Ponte do Rol	Lisboa, e destilação
Ramalhal	Lisboa, Porto, e destilação
Runa	Lisboa
São Domingos de Carmões	Lisboa
São Mamede da Ventosa	Lisboa, e destilação
Santa Maria	Lisboa, e destilação
São Pedro	Lisboa
São Pedro da Cadeira	Lisboa, e destilação
Silveira	Lisboa, e destilação
Turcifal	Lisboa

Fonte: Elaboração própria a partir do relatório n.º 25 da Junta Nacional do Vinho.

Se observarmos com atenção este quadro, fica claro, desde logo, que o mercado de Lisboa era mesmo o principal mercado de todas as freguesias vinhateiras do concelho de Torres Vedras. Veja-se, por exemplo, no caso da freguesia de Dois Portos, considerada então a freguesia mais importante deste concelho: era neste mercado que escoava todo o seu vinho. E igualmente fica claro, que o mercado do Porto foi destino para três freguesias. Em relação a esta situação há a dizer o seguinte: a expressão do mercado portuense era mínima, por um lado, porque a quantidade de vinho enviado por estas freguesias parece ser exígua, por outro, porque só uma destas freguesias tinha verdadeiro peso neste concelho vinícola, referimo-nos à freguesia de Cunhados.

Muito mais importante é sem dúvida o vinho que teve como destino a queima; como se pode ver no quadro em análise, eram muitas as freguesias que enviavam o seu vinho para destilação, pelo que apuramos, em abundância. As freguesias de São Mamede da Ventosa, e Cunhados, 2.^a e 3.^a no *ranking* concelhio (no que toca, à importância económica, e influência na

economia), são um bom exemplo quanto a essa abundância. Em suma, se dúvidas houvesse o quadro em cima esclarece-as: as 17 freguesias do concelho de Torres Vedras tiveram como escoante normal o mercado de consumo de vinho de Lisboa e a destilação³⁵². Se quisermos concluir esta ideia com maior rigor, podemos então dizer que a região estudada se especializou na produção de vinho comum barato e de fraca qualidade para o mercado da taberna da capital e na produção de aguardente igualmente barata e de fraca qualidade para o mercado de lotação do vinho da região duriense, em concreto estamos a falar do vinho do Porto.

Outra questão importante é a referente à relevância comparativa das próprias freguesias, pelo peso desigual que cada uma teve na economia do vinho do concelho de Torres Vedras. É certo que o *terroir* de cada freguesia, se assim o podemos classificar, adquire especial importância numa análise como esta, e justifica parte desta desigualdade, mas não é menos certo que a distribuição do solo agrícola neste concelho, não tenha para ela contribuído. Quanto ao peso real de cada freguesia, o quadro 6.3 ajuda a explicá-lo:

Quadro 6.3: O peso económico das freguesias do concelho de Torres Vedras

Concelho de Torres Vedras		
Freguesias	Importância económica	Influência na economia
Carvoeira	7	Grande
Cunhados	3	Grande
Dois Portos	1	Grande
Freiria	12	Pequena
Matacães	11	Grande
Maxial	5	Média
Monte Redondo	16	Pequena
Ponte do Rol	10	Pequena
Ramalhal	9	Grande
Runa	14	Média
São Domingos de Carmões	13	Média
São Mamede da Ventosa	2	Grande
Santa Maria	4	Grande
São Pedro	8	Grande
São Pedro da Cadeira	15	Pequena
Silveira	17	Pequena
Turcifal	6	Grande

Fonte: Elaboração própria a partir do relatório n.º 25 da Junta Nacional do Vinho.

Através da observação do quadro acima, vê-se de forma nítida que Dois Portos era a freguesia vinhateira mais importante do concelho de Torres Vedras, no que concerne aos indicadores importância económica e influência na economia. E que as freguesias de São Mamede da Ventosa e Cunhados eram igualmente importantes nestes indicadores; o 2 e 3 lugares neste *ranking* não deixam dúvidas quanto ao seu peso. No polo oposto estavam as freguesias de

³⁵² Ver relatório n.º 25, da Junta Nacional do Vinho (19--), "Relatório sobre o cadastro de vinhos da área da FVCSP no concelho de Torres Vedras".

Silveira, Monte Redondo e São Pedro da Cadeira, respetivamente nos 17, 16, e 15 lugares, com pouquíssima importância económica e pouquíssima influência na economia. A última nota desta análise vai para a própria ordem do *ranking*. Se olharmos com atenção, conseguimos perceber facilmente que nem sempre o lugar ocupado pelas freguesias nesta classificação segue a correspondência dominante (que é em regra equivalente). Veja-se no caso das freguesias de Matacães (11), São Domingos de Carmões (13), e Runa (14): apesar de mal classificadas no indicador da importância económica, estão muito bem classificadas no indicador da influência na economia, em grande medida devido ao bom vinho que produziam, o qual tinha rápido escoamento no mercado de Lisboa.

Quanto às castas, temos desde já a esclarecer o seguinte: os resultados do estudo que levámos a cabo confirmaram que, de um modo geral, quando se fala deste vinho, não se presta a devida atenção às castas, que afinal estão na sua gênese; a nosso ver, erradamente, porque elas dão a perceber, de forma clara, as opções da agricultura de Torres Vedras no que toca à grande vontade de muito produzir. Mau vinho, vinho ordinário, e carrascão, são expressões amiúde usadas para designar este vinho, que aprendeu a conviver com esta crítica, quase sempre pejorativa, vinda de outras regiões produtoras e dos meios técnico-científicos; certo é que o vinho corrente representava a maior fatia da economia do vinho em Portugal. Bons e maus vinhos sempre existiram, na região de Torres Vedras, nas restantes regiões vinícolas nacionais, e internacionais. Ao optar pela produção em quantidade, o centro produtor de Torres Vedras estava obrigado a fazer uso de castas muitíssimo produtivas. Em relação à escolha, pode dizer-se, que recaiu, principalmente, nas castas que passamos a enumerar: Tinta Miúda, João Santarém, e Grand-Noir, nas tintas, Vital, Fernão Pires, Rabo de Ovelha, Tamarez, e Jampal, nas brancas. E que, mesmo nesta escolha, existe uma notória preferência, por parte dos viticultores da região, pelas castas Tinta Miúda, e Vital.

No que se refere à distribuição das castas, no concelho de Torres Vedras, esclarece-se que as castas tintas eram preponderantes nas freguesias de Carvoeira, Dois Portos, Matacães, Runa, e São Domingos de Carmões, enquanto as brancas preponderavam nas restantes freguesias do concelho. Em síntese, em termos de vinho produzido, a vinicultura estudada ganhou a aposta, uma vez que as castas por ela selecionadas, proporcionaram na cronologia analisada uma produção gigantesca. O fabrico, ao tempo, era apontado como um dos pontos fracos do vinho de Torres, o que em parte está certo; dizemos em parte porque não podem ser ignorados os muitos vinicultores torrienses que seguiam à risca as boas práticas do sub-setor do vinho. E que eram ofuscados por este preconceito, com raízes no próprio tecido produtivo, em concreto, em cerca de 70% do tecido, que devido à sua fragilidade, a custo conseguia vinificar. Portanto, o fabrico do vinho de Torres é a próxima grande questão sob observação.

Em primeiro lugar, esclarece-se, que os sistemas de fabrico então em uso em Torres Vedras estavam em sintonia com os sistemas de fabrico das restantes regiões produtoras de vinhos comuns do país. Na prática, era este o esquema: para o vinho tinto, utilizava-se o sistema de curtimenta, para o branco, o sistema de bica aberta. A elaboração defeituosa do vinho de Torres está muitíssimo bem documentada nas fontes e nos estudos que serviram de suporte à construção desta Tese, embora, a nosso ver, de forma exagerada. E a elaboração de qualidade, que afinal também existiu em Torres Vedras, por não ter sido polémica, está pouco documentada e tratada, acabando por passar despercebida. Esta lacuna prejudica a apreciação do fabrico do vinho local, pelo que assinalar as boas práticas permite, por um lado, uma visão do fabrico mais completa, por outro, coloca a questão do fabrico no caminho certo. É nesse sentido, e com esse objetivo, que se mostra o lado positivo, do fabrico do vinho comum da região de Torres Vedras, através do estudo cometido a Alfredo Brandão, funcionário da Junta Nacional do Vinho, e do respetivo relatório que o regente agrícola entregou ao Organismo, em 1948:

Quadro 6.4: Fabrico de vinhos de castas elementares (colheita – 1947)

Concelho de Torres Vedras										
Colheita de 1947										
Casta: Tinta Miúda Freguesia: Matacães Vinicultor: Augusto Clímaco Pereira										
Uvas para vinificação			Determ. no mosto			Desinf. e correções		Data	Quant./Litros	Result. das determinações feitas
Quant. Kgs	Espécie/T.B.	Prov. várzea, enc, etc.	Densl.	Álcool prov.	Acidez total	Metab. grs	A. Tart. grs			Acidez volátil acte
318	Tinto	Encosta	1090,1	12,3	5,7	30		10/03/48	100	0,59
Casta: João Santarém Freguesia: Matacães Vinicultor: Augusto Clímaco Pereira										
Uvas para vinificação			Determ. no mosto			Desinf. e correções		Data	Quant./Litros	Result. das determinações feitas
Quant. Kgs	Espécie/T.B.	Prov. várzea, enc, etc.	Densl.	Álcool prov.	Acidez total	Metab. grs	A. Tart. grs			Acidez volátil acte
294	Tinto	Encosta	1020,9	12,5	5,77	30		10/03/48	100	0,49
Casta: Vital - barril 51 Freguesia: São Pedro Vinicultor: José Augusto Lopes Júnior										
Uvas para vinificação			Determ. no mosto			Desinf. e correções		Data	Quant./Litros	Result. das determinações feitas
Quant. Kgs	Espécie/T.B.	Prov. várzea, enc, etc.	Densl.	Álcool prov.	Acidez total	Metab. grs	A. Tart. grs			Acidez volátil acte
150	Branco	Várzea	1095,6	13,2	6,45	15		10/03/48	100	0,43
Casta: Fernão Pires - 246 Freguesia: São Pedro Vinicultor: José Augusto Lopes Júnior										
Uvas para vinificação			Determ. no mosto			Desinf. e correções		Data	Quant./Litros	Result. das determinações feitas
Quant. Kgs	Espécie/T.B.	Prov. várzea, enc, etc.	Densl.	Álcool prov.	Acidez total	Metab. grs	A. Tart. grs			Acidez volátil acte
155	Branco	Várzea	1095,6	13,2	5,75	15		10/03/48	100	0,76

Fonte: Elaboração própria a partir do relatório n.º 38 da Junta Nacional do Vinho.

Como se pode observar, os dados vertidos no quadro 6.4, permitem concluir que os quatro vinhos testados, em 1948, dois tintos, e dois brancos, das principais castas, usadas pela viticultura de Torres Vedras, estão em perfeitas condições, isto é, não apresentam qualquer defeito (azedia). Quanto à qualidade, nesta amostra, com pena nossa, não pode ser inferida, devido à perda de certos marcadores (físico-químicos, e sensoriais), por parte do técnico responsável pela avaliação: como são fundamentais para a sua interpretação, não nos é possível avaliar a qualidade global dos vinhos³⁵³; certo é que não são vinhos defeituosos. E como é perceptível na próxima notícia, com origem na imprensa periódica regional, na região havia preocupação com a boa elaboração da bebida; pensamos que este facto deve ser realçado, em oposição à ideia comum, de certo modo generalizada, sobre o vinho de Torres, de que a região estudada só produzia vinho de caldeira:

Dentro de poucos dias vindima-se em toda a região. Vão as adegas ficar cheias de vinho novo, e, os viticultores, cheios de apreensões. A todos aqueles que tiveram dificuldades é bom lembrar-lhes a conveniência de conduzirem a sua vida de maneira a corrigir os erros passados. Quanto à fatura do seu vinho, ele será tanto melhor, quanto melhor for o cuidado do proprietário. Os vinhos com defeito, toda a gente sabe que pouco ou nada valem, e, quem não os preparar agora, nestes tempos de vindima, bem se pode ir preparando para novos desgostos. Esse pesadelo da acidez, essa negra surpresa da “casse” podem-se evitar, precisamente agora, ao conduzir das uvas para as vasilhas. Que as vasilhas estejam cuidadosamente limpas e desinfetadas, que as uvas sejam cuidadosamente escolhidas – e meio trabalho está feito. Falta a análise dos mostos, que a Estação Viti-Vinicola de Dois Portos ou qualquer vizinho mais actualizado, podem fazer. Estudem-se com paciência os lucros sobre viticultura e os folhetos de divulgação; peçam-se os conselhos de pessoas mais sabedoras. Nada se faça às cegas. A todos cabe empenhar-se por que os seus vinhos sejam perfeitos, e cabe ainda mais o dever de, dentro das suas possibilidades, ensinar e aconselhar os seus vizinhos mais pobres, que na sua maioria não sabem ler. Vem aí a vindima. Cuidado com ela. Esses oito ou quinze dias de trabalho podem impedir-vos oito meses de aborrecimentos»³⁵⁴.

A questão do preço, pelo seu impacto no mercado desta bebida, merece figurar entre as grandes questões dos vinhos de Torres, de modo a que as dúvidas existentes sobre o seu efetivo valor sejam devidamente esclarecidas. E são muitas; a título de exemplo, pode indicar-se, em relação aos estudos consultados, a dúvida respeitante à existência de um só preço no

³⁵³ De acordo com o parecer solicitado ao Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária – Dois Portos, em 29 de janeiro de 2021 (à investigadora Sara Canas).

³⁵⁴ Ver *Alta Extremadura* (1934, n.º 64: 2), “Amanhã mais uma vindima”.

custo do vinho da região de Torres Vedras. Aceitamos, sem reservas, que muitos dos estudos sobre o vinho nacional tivessem optado pela metodologia comparativa, por preço médio, para compararem os preços de custo dos vinhos das várias regiões vinícolas portuguesas. Porém, no caso da região vinícola estudada, acreditamos, com firmeza, que esta metodologia distorce a realidade regional, se levarmos em linha de conta os resultados do estudo sobre o *custo de produção do vinho no concelho de Torres Vedras: sua determinação pelo método da “conta de cultura total”*, realizado por Rogério V. de Oliveira, engenheiro agrónomo da Junta Nacional do Vinho.

Como é sabido, o custo de produção do vinho torriense teve sérias consequências na altura da entrega desta bebida ao comércio e na prosperidade do agricultor da região de Torres Vedras. E está na origem do enorme desespero de certos momentos da produção conce-
lhia e dos pedidos de apoio por parte dos vinicultores locais, a braços quase sempre com a sua sobrevivência. Diga-se em boa verdade impotentes, perante um comércio absolutamente insaciável e indiferente às muitas dificuldades da vinicultura escrutinada. Quanto ao cálculo, apurado com base no método em cima referido, deve ser enquadrado da seguinte maneira:

Depende o custo de produção, por um lado, do quantitativo da mesma produção e por outro da soma de sacrifícios, traduzidos por despesas em dinheiro e outros encargos de vária ordem, que é necessário suportar para a obter. Ora, como qualquer planta, a vinha produz mais ou menos, melhor ou pior, consoante as condições em que se encontra. O solo, o clima, as castas, os porta-enxertos, o maior ou menor cuidado com que se executam os granjeios são os factores que principalmente influem na produtividade. O termo produtividade, no sentido em que o empregamos, significa produtividade adquirida, isto é, o conjunto da produtividade natural do solo e dos efeitos da técnica cultural aplicada. Variando, de local para local, as condições de produção, que se vão reflectir em todos os encargos que a oneram e variando, simultaneamente, o volume da colheita obtida, diferentes são, como consequência, os custos de produção. Será necessário, portanto, para o presente estudo, agrupar as vinhas da região em classes, para cada uma das quais será calculado um preço de custo médio do vinho»³⁵⁵.

Portanto enquadrado o cálculo que teve por base este pensamento e esta moldura metodológica, em falta está por esclarecer a disposição das vinhas e os respetivos preços de custo; é disso que nos passamos a ocupar.

A arrumação referida das vinhas da região em classes está apoiada, como atrás foi dito, no método da “conta de cultura total” e pode ser vista através da observação do quadro 6.5:

³⁵⁵ Ver *Separata dos Anais da Junta Nacional do Vinho* (1951: 29-30).

Quadro 6.5: A vinha no concelho de Torres Vedras: área ocupada (hectares), por classe de produtividade, e por freguesia

Concelho de Torres Vedras					
Freguesias	Área de vinha				
	1.ª Classe	2.ª Classe	3.ª Classe	4.ª Classe	Totais
Carvoeira	106	248	248	106	708
Cunhados	235	78	157	314	784
Dois Portos	318	637	477	159	1591
Freiria	0	177	252	76	505
Matações	27	136	246	136	545
Maxial	106	177	283	142	708
Monte Redondo	30	71	51	51	203
Ponte do Rol	119	119	139	20	397
Ramalhãl	140	94	70	164	468
Runa	88	91	82	14	275
São Domingos de Carmões	0	297	198	0	495
São Mamede da Ventosa	102	613	255	51	1021
Santa Maria	57	285	513	285	1140
São Pedro	77	386	232	77	772
São Pedro da Cadeira	33	66	100	133	332
Silveira	0	85	85	112	282
Turcifal	84	338	253	169	844
Totais	1522	3898	3641	2009	11070
%	13,8	35,2	32,9	18,1	100

Fonte: Elaboração própria a partir da *Separata dos Anais da Junta Nacional do Vinho* (1951: 46).

Segundo os critérios definidos por Rogério V. de Oliveira e a informação vertida no quadro 6.5, pode concluir-se que era no solo da zona Leste, o de excelência no concelho de Torres Vedras, que se concentrava grande parte da vinha de 1.ª classe. Por exemplo: só nos terrenos das freguesias de Dois Portos, Carvoeira, e Runa, esta classe ocupou, por essa ordem, 318, 106, e 88 hectares. Com se pode ver neste quadro, a vinha de 1.ª classe podia ser ainda encontrada com forte expressão nas freguesias de Cunhados, São Mamede da Ventosa, e Turcifal. No total do concelho estudado valia 13,8% da área cultivada. Apesar da reduzida expressão, quanto à área de cultura, a menor do grupo analisado, esta classe tinha grande peso nesta economia, devido à qualidade do vinho. Outra face da cultura que este quadro esclarece é a do próprio solo. Por outras palavras, o quadro 6.5 também esclarece a dimensão dos terrenos então em uso com a cultura da vinha, e assim fica a saber-se, que nela predominou o terreno de média dimensão. Esta interpretação está apoiada nos valores percentuais da 1.ª e 4.ª classes, o primeiro de 13,8%, o segundo de 18,1%. As soma das classes apenas corresponde a 31,9% da área total de vinha do concelho. Ao passo que às classes dominantes, a 2.ª e 3.ª, as designadas vinhas de média produtividade, corresponde 68,1%³⁵⁶.

O fenómeno é muito nítido na freguesia de Dois Portos, a mais importante freguesia do concelho de Torres Vedras, no que toca à economia do vinho corrente; vejam-se os números que o sustentam, que não deixam dúvidas: 318 hectares de vinha de 1.ª classe, 637 de 2.ª,

³⁵⁶ Ver *Separata dos Anais da Junta Nacional do vinho* (1951: 45-46).

477 de 3.^a, e 159 de 4.^a, no total, 1 591 hectares, dedicados à cultura da *vitis vinífera*. Por último, apresentamos os preços do vinho de Torres no quadro 6.6, para o período 1947/51:

Quadro 6.6: Preços de custo do vinho de Torres

Concelho de Torres Vedras						
Preços de custo						
Designação	Percentagem da produção de cada classe em relação à produção total do concelho	1947	1948	1949	1950	1951
Preço médio do concelho		3\$23	3\$50	3\$06	2\$72	3\$06
1ª Classe	22,7	2\$27	2\$46	2\$15	1\$92	2\$16
2ª Classe	40,4	2\$90	3\$14	2\$75	2\$44	2\$75
3ª Classe	26,7	3\$79	4\$10	3\$59	3\$18	3\$60
4ª Classe	10,2	5\$21	5\$64	4\$94	4\$38	4\$95

Fonte: Elaboração própria a partir da *Separata dos Anais da Junta Nacional do Vinho* (1951: 103).

Ao observar-se este quadro percebe-se facilmente, por um lado, que o método da «conta de cultura total» permite uma visão muito completa do custo do vinho da região de Torres Vedras, por outro, que esta realidade específica e própria do espaço analisado, de um modo geral, não tem sido considerada para cálculo, em estudos sobre o vinho da região Oeste. A ser verdade esta hipótese, o cálculo pelo método da «conta de cultura total», está em contraciclo com o cálculo simplista que pode ser encontrado em certos estudos levados a cabo pela história. Em concreto, os que apresentam um único preço para o custo do vinho de Torres. Erradamente, se forem levados em linha de conta o método e os dados do quadro 6.6. Ora vejamos alguns exemplos: se o enfoque for no preço médio do concelho, os dados permitem perceber que o mais elevado teve lugar em 1948 (3\$50) e o mais baixo em 1950 (2\$72). Se for no peso do preço nas classes, permitem perceber a situação desvantajosa da terceira e quarta classes. Se for no preço por ano, permitem perceber o preço por classe. Se for na relação produção/classe, permitem perceber a percentagem da produção de cada classe em relação à produção total do concelho. Portanto, existiram vários preços ao longo do tempo no custo deste vinho. A título de síntese pode dizer-se que a matéria analisada neste espaço serviu para dar a compreender o custo real da cultura no concelho de Torres Vedras, que tantas vezes esteve na origem do desespero e das muitas reivindicações da produção torriense.

O museu do vinho, pensado para a região vinícola de Torres Vedras pela Junta Nacional do Vinho, como Museu Nacional do Vinho, é sem dúvida uma questão maior no vinho estudado, por isso a trazemos à luz das grandes questões do vinho de Torres. A ideia para a edificação do museu do vinho português ganha força e apoio no Estado Novo, fruto da política

vitivinícola do regime para o subsector do vinho, que visava estimular o principal produto da economia portuguesa. E a inauguração prevista em 1940, em Torres Vedras, com uma vontade expressa por parte do Governo: fazer coincidir a inauguração com o arranque da Exposição do Mundo Português. Este alinhamento, diga-se em boa verdade, não causa estranheza e estava mesmo em sintonia com a política vitivinícola existente nos principais países vinha-teiros da Europa. Alberto Guerreiro, museólogo, com larga experiência no vinho do Oeste, acredita que «o museu tanto potenciava os valores intrínsecos ao conhecimento que era necessário difundir, como integrava outros intimamente ligados ao nacionalismo advogado pelo regime». E acha natural, pelas razões apontadas, «que se tente concretizar o museu no período de arranque do organismo estatal, em que um dos objetivos primordiais seria coincidir a sua inauguração com a Exposição do Mundo Português» (Guerreiro, 2017: 148).

Se a instalação do museu, em Torres Vedras, não tivesse caído por terra, certamente a desejada estrutura em muito teria contribuído para a visibilidade deste vinho, da própria região e, talvez, do vinho comum no geral. Desde logo, pela dimensão da economia do vinho em Torres Vedras e pela consequente memória, essencial à história do vinho comum da área da FVCSP/JNV e à história da economia portuguesa. As notícias sobre a acomodação do futuro museu do vinho nacional começam a circular em Torres Vedras pela mão da imprensa periódica regional, em 1940. Em concreto, no jornal local *A Voz do Concelho*; pela relevância, veja-se o artigo publicado no número 53 do periódico:

«Lemos, há tempos, na “Informação Vinícola” os interessantes artigos em que, com conhecimento de causa, se defendeu a criação do Museu do Vinho em Portugal.

Muito bem! Num país como o nosso, em que o vinho é uma das grandes riquezas, não estava muito certo que não se lhe tivesse prestado ainda a devida homenagem. Ideia, de facto, maravilhosa, aqui lhe damos todo o nosso apoio e o nosso melhor aplauso!

Acabámos, agora de lêr que a Direcção da Junta Nacional do Vinho, numa boa e feliz inspiração, resolveu instalar esse museu em Torres Vedras, grande centro vinícola, e que a câmara municipal desta vila lhe ofereceu a sua colaboração e auxílio. Bravo! Muito Bem! Torres é bem a capital duma das mais ricas regiões vinhateiras de Portugal! O Museu do vinho está, portanto, certo – em Torres Vedras!

Muito agradecidos, em nome de Torres, à ilustre Direcção da JNV, e os nossos melhores cumprimentos ao Sr. Dr. António Batalha Reis, distinto jornalista e director da Informação Vinícola, a quem se deve por certo a ideia da criação do museu, e a quem Torres Vedras deve apreciáveis serviços, na defesa dos seus afamados vinhos».³⁵⁷

³⁵⁷ Ver *A Voz do Concelho* (1940, n.º 53: 4), “Museu do Vinho”.

Esta notícia ajuda a enquadrar e a perceber a questão do Museu Nacional do Vinho, nomeadamente o local para a sua instalação e as diversas razões que podem ter contribuído para a decisão da JNV. Torres Vedras foi o local escolhido e não outro, e a concorrência era enorme por parte das restantes regiões vinícolas nacionais, que não conseguiram fazer impor os seus argumentos, decerto devido à ação de António Batalha Reis, eminente figura da vinicultura da região estudada, que soube uma vez mais mostrar o interesse do vinho de Torres e o valor ao nível da memória, para o vinho comum da área do Organismo. Acreditamos que não foi difícil, porque conhecia perfeitamente o vinho de Torres e o restante vinho comum português, e por, como bem refere o jornal, Torres Vedras ser um «grande centro vinícola». Se quisermos classificar este centro, esta é a catalogação mais justa: na cronologia estudada, o centro produtor de Torres Vedras deve ser considerado o centro mais importante do vinho comum nacional, tanto em extensão como em produção.

Esta terra vinhateira cedo percebeu que podia contar com a sua câmara para ajudar a impulsionar o vinho local; disso é exemplo o apoio à instalação do museu. A ideia interessou desde a primeira hora à autarquia, sobretudo pela visibilidade do principal produto regional e pelo estímulo que trazia à economia do concelho, razão pela qual o Presidente prometeu «colaboração e auxílio» ao Organismo central. Mas há outros números deste periódico que, de modo igual, são importantes para a compreensão da questão do museu do vinho de Torres Vedras, designadamente o 54, o 55, o 58, e o 60. O 54 apelou à justa homenagem ao agrónomo António Batalha Reis por parte do setor do vinho da região de Torres Vedras, através da seguinte argumentação:

«Agora que vai instalar-se nesta vila o Museu do Vinho. Parece-nos chegado o momento oportuno de prestar essa justa homenagem. Nada mais simples. À entrada do museu, no átrio, um busto do falecido enólogo, sobre plinto de pedra com laje descritiva da sua obra – era a melhor homenagem que se podia prestar.

Simple mas expressiva!

Humilde mas carinhosa!

À câmara municipal que tão devotamente se prestou a auxiliar a Junta Nacional do Vinho na instalação do museu e aos organizadores do Grémio da Lavoura que, brevemente será inaugurado, aqui deixo o alvitre, pedindo-lhes, como torreense que não perca esta oportunidade. Torres honrar-se-á – honrando a memória de um dos seus grandes filhos!»³⁵⁸.

Os números 55 e 58 confirmam a instalação do museu do vinho na vila de Torres Vedras. Em relação ao último número, faz-se notar que tem especial importância, visto que, para além da

³⁵⁸ Ver *A Voz do Concelho* (1940, n.º 54: 4), “Linhas rectas: Museu do Vinho”.

referida confirmação, faz menção às peças ³⁵⁹ oferecidas ao futuro museu do vinho por João Cunha Amorim, de Matacães, e Salustiano dos Santos Leal, de Runa³⁶⁰. O número 60 pormenoriza as peças oferecidas por Óscar Manuel de Castro e José Ramalho Belchior; o primeiro ofereceu um peso de lagar e uma vara; e o segundo um peso para vara de lagar³⁶¹. Esta campanha de recolha de peças vai ter um saldo francamente positivo, muito por culpa de António Batalha Reis, que tomou a cargo a sua condução e não poupou esforços até reunir a coleção desejada. Portanto, a homenagem era mais do que justa, e a prova está à vista ainda hoje, nos armazéns do IVV de Braço de Prata³⁶² e no Museu do Vinho de Alcobaça, independentemente do facto de a coleção nunca ter sido incorporada no espaço próprio, uma vez que a ideia se perdeu no tempo, e o museu do vinho de Torres Vedras não chegou a ser construído.

Certo foi o destino das peças recolhidas em Torres Vedras: as que atualmente integram as coleções do Museu do Vinho de Alcobaça chegaram pelas mãos de Paixão Marques. O grande impulsionador deste museu depressa percebeu o valor histórico das peças, por isso solicitou a sua transferência para Alcobaça. E não mais saíram desse espaço, o que prova a importância desta memória na história do vinho nacional e a visão de António Batalha Reis; que desejava ver a história do vinho comum português contada por Torres Vedras. O rumo dos acontecimentos negou a vontade ao agrónomo e abriu a porta para que ela fosse contada pelo museu de Alcobaça. Alberto Guerreiro, hoje à frente dos destinos deste museu, acredita que a posição do impulsionador do museu alinha com a dos promotores do, planeado, Museu do Vinho de Torres Vedras. Por esse motivo vemos o museólogo a incluir este pensamento nos diversos artigos científicos que escreve, a exemplo do que a seguir transcrevemos:

«[...] com a transferência de uma parte do espólio proveniente da campanha conduzida por Batalha Reis, dando com isso uma vocação nacional à coleção advinda não somente da relevância da mesma mas também porque ao acolhê-lo, o seu projeto de museu se tornava no herdeiro direto da demanda histórica de criação do Museu do Vinho Português de 1940» (Guerreiro, 2017: 152).

A musealização do vinho local acabou mesmo por cair por terra e estas são as conclusões a que chegámos: para a história do vinho de Torres ficou o vazio de um grande projeto de valorização da memória económica do vinho regional. A certeza que faltou fôlego à região de Torres Vedras para fazer impor a instalação do museu anunciado pela JNV.

³⁵⁹ Instrumentos e utensílios.

³⁶⁰ Ver *A Voz do Concelho* (1940, n.º 55: 8), “Museu do Vinho em Torres Vedras”. E *A Voz do Concelho* (1941, n.º 58: 4), “Museu do vinho: uma reunião na câmara municipal”.

³⁶¹ Ver *A Voz do Concelho* (1941, n.º 60: 1), “Museu do Vinho”.

³⁶² Ver Guerreiro (2017: 148).

A qualidade, como temos referido, era uma das grandes questões do vinho de Torres. Mas esta dependia, em larga medida, da investigação vitícola e enológica, a qual teve um desenvolvimento irregular e algo tardio na região em causa. A primeira iniciativa digna de registo neste campo foi a criação da Estação Vitivinícola Nacional, em Dois Portos. Recuemos, pois, a 1912, ano em que foi criada a EVN primitiva, com a designação de Posto Agrário de Almoinha, por decreto governamental. Para lembrarmos, com base nas fontes consultadas, como esta data foi importante para o vinho comum e para a região de Torres Vedras, no primeiro caso, porque este vinho passou a ser objeto de investigação científica, no segundo, porque esta investigação passou a ser realizada em Dois Portos. E fazemos o périplo necessário pelas principais transformações da instituição; a primeira teve lugar logo no ano seguinte à sua edificação, imposta pela Lei de 9 de julho de 1913; em termos práticos, nesta lei, o Estado português alterou o nome da instituição para Posto Agrário de Dois Portos e entregou a sua tutela à Estação Agrária da 4.^a Região, que lhe definiu as seguintes competências: «estudo e esclarecimento das práticas agrícolas tanto de origem cultural como tecnológica, e muito especialmente as que dizem respeito à pomicultura e viticultura, e também com funções de instrução prática agrícola entre a população rural»³⁶³.

O primeiro diretor do Posto iniciou funções em 1924, ano em que foi concebido o primeiro plano de estudos, e criada a primeira biblioteca da instituição. Volvidos quatro anos do primeiro plano de estudos, a instituição percebeu que o plano inicial já não se ajustava à sua realidade, e criou um novo, que compreendia «um vasto leque de ações, no âmbito de estudos tecnológicos, de estudos pomológicos e trematológicos e de estudos culturais. Da ação então desenvolvida, destaca-se o forte incremento de Assistência Técnica à produção e a realização do 1.º Curso Intensivo de Vinificação»³⁶⁴. Daqui para a frente, a EVN sofreu uma série de reestruturações, para além das já referidas, passamos a indicar as seguintes: iniciamos com a de 1931. A 19 de janeiro deste mesmo ano, o Decreto-Lei n.º 19 253 cria a Estação Vitivinícola do Centro Litoral, e desativa, em título, o Posto Agrário de Dois Portos. Entre as competências da renovada instituição, agora muito ampliadas, estão e destacam-se pela novidade, a «actividade de investigação científica, de índole vinícola e enológica», e o «papel preponderante nas regiões demarcadas de Bucelas, Carcavelos, Colares e Setúbal». E ainda, os cursos realizados pela instituição, entre 1932-35; «um de Podadores de Videiras e quatro de Vinificação»³⁶⁵. Decorridos cinco anos da criação da Estação Vitivinícola, o Estado decide voltar a mexer na instituição, desta feita a 16 de novembro de 1936, através do Decreto n.º 27 297, que extingue a Estação, e cria o Posto Vitivinícola de Dois Portos.

³⁶³ Ver EVN (2020: 1), “História da instituição”.

³⁶⁴ *Ibidem*.

³⁶⁵ *Ibidem*.

A vida do Posto vai ser longa: vinte e quatro anos separam o início e o fim da atividade científica na sua esfera (1960). Quanto à sua existência, nela há a destacar, a instalação «pela primeira vez», da «coleção ampelográfica nacional (1944 a 1948)», e o «novo viveiro de pés-mães»³⁶⁶. A 24 de novembro de 1960, o Governo volta a reorganizar a instituição, por via do Decreto-Lei n.º 43 354, que acaba com o Posto Vitivinícola de Dois Portos, e cria o Posto Agrário de Dois Portos. Neste enquadramento, a instituição é transformada em posto experimental, sob alçada e «orientação do Centro Nacional de Estudos Vitivinícolas, no que se refere aos trabalhos de vitivinicultura»³⁶⁷. Sete anos vão passar até à reforma seguinte, que se dá a 13 de setembro de 1967, através do Decreto-Lei n.º 47 934, que extingue o Posto Agrário de Dois Portos, e cria em sua substituição, o Núcleo Experimental do Centro Nacional de Estudos Vitivinícolas. Neste período, o Estado esteve muito sensível às necessidades da instituição. Por isso o vemos a proceder à «instalação de significativos equipamentos científicos e tecnológicos», e a permitir a admissão de técnicos para a execução de certos trabalhos importantes³⁶⁸.

Como as reformas teimavam em não parar, a próxima teve lugar em 1974, e o alvo era a atividade da instituição. Para a melhorar, o Estado, encetou uma profunda intervenção ao nível dos trabalhos em curso, que «veio claramente determinar a evolução futura e as características do organismo»³⁶⁹, com base no Decreto Regulamentar n.º 78/77, de 25 de novembro. Em teoria, na prática, é extinto o Centro Nacional de Estudos Vitivinícolas, e «os seus bens e pessoal integrados no Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA), cuja Lei Orgânica foi aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 39-A/79, de 31 de julho, diploma que veio criar então a Estação Vitivinícola Nacional (EVN), em Dois Portos, como serviço operativo do INIA»³⁷⁰. Nas reformas posteriores desta instituição, que extravasam a cronologia do estudo, a EVN foi sempre «um serviço operativo do INIA, e dos institutos que lhe foram sucedendo»³⁷¹. Em síntese, o conhecimento produzido na EVN, por sinal muito importante, está intrinsecamente ligado à história do vinho da região de Torres Vedras; por exemplo: ao nível da economia do vinho local, e em particular, no que toca ao seu mercado, o contributo desta instituição tem sido precioso e poderoso na busca da sua principal demanda, como é sabido, referimo-nos à qualidade. Exigência com um peso crescente no mercado do vinho comum a partir da segunda metade do século XIX.

Na abordagem de síntese, que temos vindo a fazer neste capítulo, sobre a produção dos vinhos de Torres, cabe agora referir quais foram as grandes tendências da sua evolução na

³⁶⁶ *Ibidem*.

³⁶⁷ *Ibidem*.

³⁶⁸ Ver EVN (2020: 2), “História da instituição”.

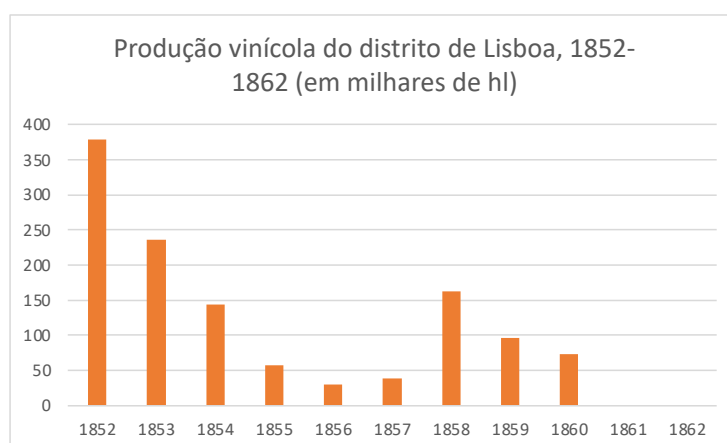
³⁶⁹ *Ibidem*.

³⁷⁰ *Ibidem*.

³⁷¹ *Ibidem*.

longa duração. Esta operação de reconstituição é necessária, contudo obriga a um esclarecimento preliminar em relação aos métodos seguidos, uma vez que não dispomos de dados sólidos especificamente sobre a região vinícola de Torres que cubram de forma ininterrupta a totalidade do período em estudo. Assim sendo, vamos analisar a evolução da produção desta região, num primeiro período (1852-1899), a partir da evolução da produção do vinho do distrito de Lisboa, e, num segundo período (1941-1986), a partir da evolução da produção do vinho da área da JNV. Acreditamos que este método tem uma margem de segurança e de representatividade aceitável, porque a região de Torres Vedras representava, estima-se, cerca de 16% da produção de vinho do distrito de Lisboa e cerca de 11% da JNV. Concluída a explicação passamos à análise:

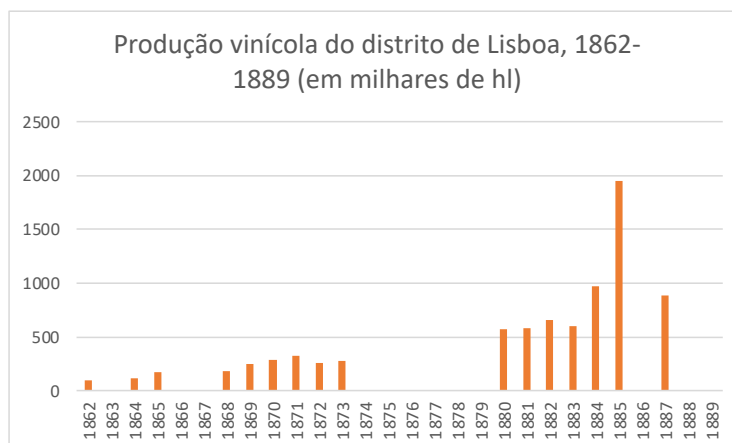
Figura 6.3: Produção vinícola do distrito de Lisboa, 1852-1862 (em milhares de hl)



Fonte: elaboração própria a partir do periódico *A Vinha Portuguesa*, 1886.

Como se pode observar no gráfico de cima, a partir de 1852 as grandes doenças da vinha da segunda metade de oitocentos começam a fustigar de forma terrível a produção da região vinícola de Torres Vedras. A primeira delas, o oídio, na nossa ótica, a pior desta tríade patológica oitocentista, flagelou com violência a vinha local por um largo período, como pode ser visto, pelo menos durante dez anos (até 1862): quanto às suas consequências, pode dizer-se que a ele se devem as maiores e mais prolongadas quebras da produção da região estudada, como pode igualmente ser visto neste gráfico. Portanto a década de cinquenta do século XIX pode ser considerada a década oídio, isto é, pelo impacto desta doença, diga-se em bom rigor, mesmo muito negativo para produção regional, com os seus piores momentos a terem lugar em 1856 (com apenas 30 milhares de hl) e em 1857 (com 38,5 milhares de hl).

Figura 6.4: Produção vinícola do distrito de Lisboa, 1862-1889 (em milhares de hl)



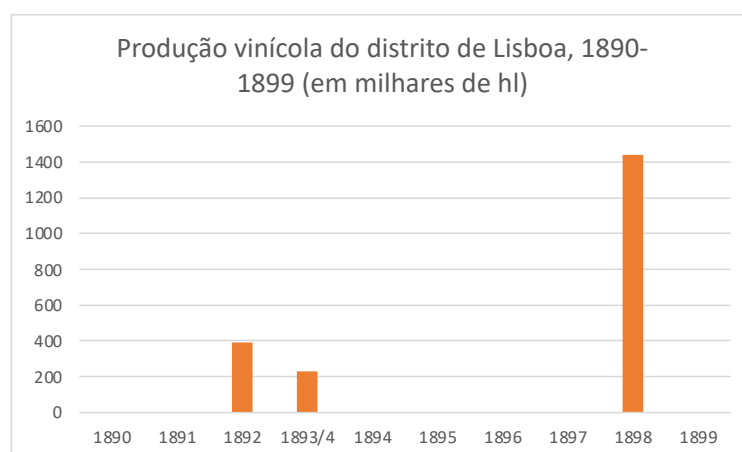
Fonte: elaboração própria a partir de Martins (1998a: 98-99).

Relativamente à figura 6.4, a qual cobre o recorte cronológico 1862-1889, pode nela perceber-se, desde logo, que apesar de este ser um tempo dominado em pleno pelos fenómenos da filoxera e da sobreprodução, embora numa fase embrionária, ele ainda tem presente o fenómeno do oídio, pelo menos até 1865 (ano onde a produção aumenta para 169,3 milhares de hl), no fundo são os quinze anos de fortíssimas quebras na produção da região vinícola de Torres Vedras a que nos referimos lá atrás nesta Tese. Mas este é um tempo, diga-se em bom rigor, para se falar de filoxera, num sentido negativo e num sentido positivo; no que toca à região estudada, veja-se, por exemplo, num sentido negativo: que a destruição infligida pelo inseto no seu vinhedo, a meio da década de oitenta, pode estar muito amplificada na historiografia rural nacional, porque só assim se podem compreender as produções desta década; 575,1 em 1880, 581,7 em 1881, 654,2 em 1882, 600,9 em 1883, 967,8 em 1884, 1 956,1 em 1885, e 885,5 milhares de hl em 1887.

Portanto, acreditamos, que houve efetivamente muita destruição no vinhedo de Torres e grande aflição na sua lavoura, mas, os números não podem ser ignorados, o que queremos com isto dizer? Que a produção da região não parou de crescer até 1885, o que parece confirmar que a destruição foi compensada pelo aumento da produção local. *A década de ouro*, como alguns autores designam a década de oitenta, teve origem no mercado filoxérico da França e num sentido positivo possibilitou escoar as enormes sobras da região de Torres Vedras. As fontes, quer da imprensa regional quer literárias, mostram a vinda dos negociantes franceses à região para aí comprarem grandes quantidades de vinho de lote, veja-se, a título de exemplo, no ano de 1885: no distrito de Lisboa foram comprados 1 956,1 milhares de hl de vinho comum – e grande parte deste vinho foi comprado na região vinícola de Torres Vedras. Em síntese, na região, a filoxera se por um lado tirou por outro deu, é isso que nos dá a

ver este gráfico. Quanto à sobreprodução, um grave problema na região estudada, ela começa a desenhar-se por volta de 1886/7 com a partida dos negociantes franceses e mais à frente vai estar na origem de um grave desequilíbrio que trouxe a fome ao centro produtor de Torres Vedras.

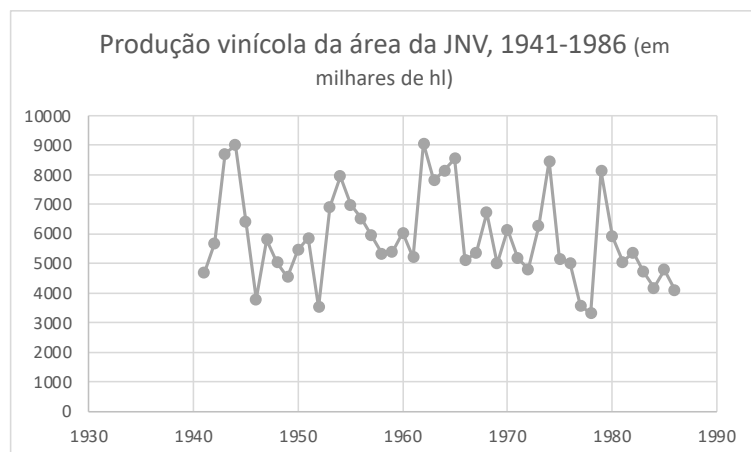
Figura 6.5: Produção vinícola do distrito de Lisboa, 1890-1899 (em milhares de hl)



Fonte: elaboração própria a partir de Martins (1998a: 99).

Se não fosse o oídio, isto é, o seu efeito no vasto vinhedo torriense, decerto a sobreprodução tinha trazido o desespero à região estudada bem mais cedo. É isso que a figura 6.5 que cobre o recorte cronológico 1890-1899 procura mostrar. Diga-se, até com grande nitidez: as fortes quebras na produção regional podem ser percebidas neste gráfico até 1893/4. Após este último ano a sobreprodução era já uma dura realidade que tinha caído nas mãos de uma vitivinicultura que queria produzir e mais produzir, veja-se, a título de exemplo, no ano de 1898, com uma produção a rondar os 1 438,3 milhares de hl. Era vinho demasiado para o principal mercado do vinho de Torres e para o mercado do excedente da produção, em retração lá fora. As consequências não se fizeram esperar, sem escoamento, principalmente no mercado do exterior, o das sobras, o vinho esteve na origem da tão falada crise finissecular. Por conseguinte, também o oídio teve duas faces na produção de Torres Vedras, uma num sentido negativo outra num sentido positivo, no primeiro caso referimo-nos às fortes quebras no segundo ao controlo da sobreprodução. Certos foram os graves tumultos que tiveram lugar na vila de Torres Vedras devido a ela na passagem do século.

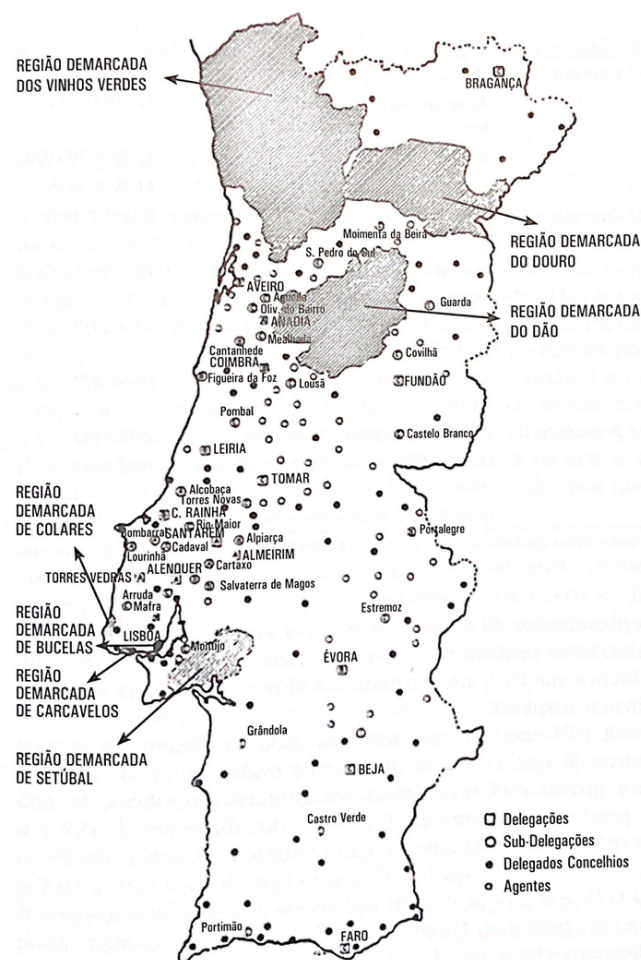
Figura 6.6: Produção vinícola da área da JNV, 1941-1986 (em milhares de hl)



Fonte: elaboração própria a partir de Martins (1990: 211-212).

Chegada ao Estado Novo, isto porque não conseguimos obter dados em número suficiente para a elaboração de um gráfico para a 1.^a República, como se pode observar pela figura 6.6, a região vinícola de Torres Vedras debatia-se então com uma sobreprodução gravíssima, com origem nos problemas do vinho de Torres mal resolvidos pela Monarquia e pela República, a qual teve especial intensidade na década de 30, mas não como também, nas décadas de 50 e de 60 do século XX. Houve anos em que a sua produção foi de tal forma extrema que obrigou a FVCSP e mais tarde a JNV a recorrerem a todos os seus recursos, e por vezes não chegaram, para acudir à vitivinicultura de Torres Vedras – e à das restantes regiões sob a sua alçada -, a título de exemplo, indicam -se, os anos de 1943 – 8 706,2; 1944 – 9 007,5; 1954 – 7 945,4; 1962 – 9 062,7; 1963 – 7 818,6; 1964 – 8 155,2; 1965 – 8 550,7 e 1974 – 8 461,8 milhares de hl (para um maior perceção da área da Junta *vide* figura 6.7).

Figura 6.7: Área da JNV



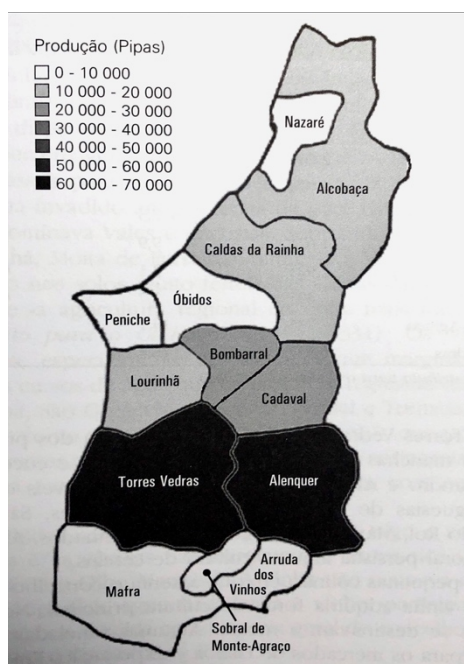
Fonte: Junta Nacional do Vinho. Principais atribuições (1938). In: Freire (2010:165).

Era por isso urgente encontrar uma solução para escoar estas enormes sobras do vinho de Torres, visto que, no exterior, o mercado tradicional deste vinho já não as absorvia: a fórmula encontrada pelo Organismo, leia-se FVCSP/JNV, deu pelo nome de mercado colonial português. E ao que parece com muito sucesso; Fernando Oliveira Baptista, chega mesmo a falar em *escoadouro importante do vinho comum*. Veja-se, a título de exemplo, a distribuição da produção de vinho no concelho de Torres Vedras, e nos restantes concelhos do Oeste³⁷², em 1937, na figura 6.8, e de como este mercado foi então fundamental para escoar esta

³⁷² Faz-se notar, que a designada região Oeste, era responsável por cerca de 29% da produção da área da JNV (Baptista, 1993: 213), e que a região vinícola de Torres Vedras por cerca de 25% no seio desta região (peso médio) (Freire, 2010: 292). Dados apurados no primeiro caso para o período de 1938/47, no segundo para o ano de 1937.

enorme produção: como pode ser observado nesta figura, só no concelho estudado eram produzidas em média cerca de 60 000 a 70 000 pipas de vinho.

Figura 6.8: Distribuição da produção de vinho no concelho de Torres Vedras e nos restantes concelhos da região Oeste (1937)



Fonte: Contributo para o cadastro... (1942). In: Freire (2010: 267).

Tinto e branco; no primeiro caso a produção rondava os 20 197 000, no segundo os 12 586 000 litros (em média)³⁷³. Portanto, para o recorte cronológico 1941-1986, decerto ficou claro, que a produção da região vinícola de Torres Vedras se debateu, para além do problema da falta de qualidade do seu vinho, com o velho problema da sobreprodução, isto num sentido negativo, num sentido positivo, a solução para o excedente da produção da região estudada chegou mesmo pelas mãos da política vitivinícola salazarista e deu pelo nome de mercado(s) das colónias portuguesas africanas.

No pós 25 de abril de 1974, se levarmos em linha de conta os dados vertidos neste gráfico, pouco ou nada mudou quanto ao grave e antigo problema da sobreprodução regional, antes pelo contrário, nos primeiros anos do novo regime ele agravou-se com a perda do mercado colonial. Veja-se, a título de exemplo, a produção dos anos 1979 – 8 131,7 e 1980 – 5 920 milhares de hl. Esta foi a razão principal pela qual a Junta foi tão contestada na região de Torres Vedras a partir de 1974 e pela qual se pediu a sua extinção nesta região por diversas

³⁷³ Ver Freire (2010: 292).

vezes. Mas não se pense que a vinicultura local ficou por aqui, porque tal e qual, pediu a reforma das adegas cooperativas do seu concelho, alegando em relação à produção regional, leia-se sobreprodução, a nosso ver injustamente, que estas falharam redondamente no aspeto comercial. Em suma, a sobreprodução foi um dos três grandes problemas da produção da região vinícola de Torres Vedras, no todo do recorte cronológico coberto por este estudo, quanto aos outros dois, pode dizer-se, com elevado grau de segurança, que foram a qualidade e o preço do vinho.

6.2. Crises

As crises³⁷⁴ são um dos grandes problemas do vinho de Torres, e merecem por isso aqui o devido destaque nesta síntese de longa duração. Mário Galvão, presidente da FVCSP, em entrevista de 1934 ao periódico *Magazine Portugal*, referindo-se às crises disse o seguinte: «Esta indústria atravessa desde tempos imemoráveis uma existência de crises constantes, com oscilações de preços e de quantidades produzidas, tais que umas vezes se vendia o vinho a 5 e outras vezes a 20, mas nem quando se vendia a 5 nem quando se vendia a 20 a situação era desafoçada e próspera»³⁷⁵. A cultura da crise, se assim a podemos designar, instalou-se na economia do vinho nacional desde tempos recuados. No que toca ao nosso estudo, ela está visível ao longo de todo ele, isto é, entre 1850 e 1986. Portanto, o presidente da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal é absolutamente perspicaz na sua resposta. Quanto ao funcionamento da economia da bebida, no caso do vinho de Torres pode até falar-se em padrão. Contudo, não se pense que este é um mal só do vinho português, o problema está também presente no vinho de França, Itália e Espanha. As adegas cooperativas, que vamos analisar mais à frente, são uma boa amostra disso, nomeadamente porque a sua existência está ligada à necessidade de resolução destes problemas. E entre eles ao problema do excesso de produção, que causou sérios problemas à economia nacional, por exemplo no termo de oitocentos ou, já no século XX, nas décadas de 30, 50 e 60³⁷⁶.

Moura Guedes, jornalista do periódico local *Gazeta de Torres*, de modo igual chamou a atenção para as crises desta região vinhateira, as quais classificou de «endémicas»³⁷⁷. Por conseguinte, a exemplo de Mário Galvão, também ele considerava o problema bem presente na economia do vinho do centro produtor de Torres Vedras. As crises da agricultura nacional

³⁷⁴ Crise, ou mais propriamente o conceito de crise, deve ser entendido aqui como qualquer disrupção grave na esfera do setor agrícola em Portugal, e muito em particular, no caso do nosso objeto de estudo, na do subsector do vinho.

³⁷⁵ Ver *Magazine Portugal* (1934, n.º 1: 8), «Ouvindo a direcção da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal».

³⁷⁶ Ver Freire (2001: 117).

³⁷⁷ Ver *Gazeta de Torres* (1929, n.º 87: 1), «A vinicultura e o próprio comércio de vinhos carecem de ser vazados em moldes novos».

passaram ainda pelo crivo de Oliveira Marques, que delas pensava o seguinte: «Um dos factos mais curiosos da história agrária portuguesa tem sido a constância do sentimento de crise. Por assim dizer em todas as épocas, em todos os anos até – ao menos desde que nos ficaram testemunhos abundantes do passado económico –, se afirmou haver crise na agricultura. Lavradores, agrónomos e políticos, de todos os credos e de todas as regiões do País, assentavam nessa convicção, sem discordância, emprestando-lhe uma base científica, e corroborando-a com o desfavor do solo ou do clima» (Marques, [1978]: 97). As crises podem efetivamente ter causas naturais, mas, a nosso ver, elas estão muito para além disso, como no vinho comum, onde estão intrinsecamente ligadas ao mercado e ao comportamento humano. Designadamente, ao dos produtores e ao dos comerciantes, visto que uns e outros tiveram de facto enorme responsabilidade nas crises da economia deste vinho. Por exemplo, em Torres, os primeiros foram responsáveis pela sobreprodução e pela má qualidade do seu vinho; e os segundos pelas adulterações e pela (falta de) estratégia de mercado, como no caso do preço da bebida. «Houve, evidentemente, anos e épocas de crise. Mas houve, muito para além disso, uma como que lamúria constante onde coexistiam pessimismo nacional, exagero na apreciação dos factos, desejo de atrair as atenções e de suscitar piedade, e fuga à rapina do fisco» (Marques, [1978]: 97).

Sobre as crises do vinho corrente, Orlando Simões, nos seus estudos, chegou às seguintes conclusões:

segundo a sua perspetiva, podem definir-se «[...] *grosso modo* três grandes períodos de desequilíbrio estrutural. O primeiro vai de meados do séc. XIX ao início de 1880, e é caracterizado por uma subprodução relativamente às possibilidades de escoamento, tanto a nível interno como externo. O segundo período começa a definir-se nos anos 90 e assume-se como o mais gravoso na primeira década do séc. XX. Trata-se agora de um desajustamento inverso do anterior, no qual a produção nacional encontra, sobretudo nos anos de mais elevada produção, dificuldades de escoamento nos canais habituais. Segue-se depois um período de relativa estabilidade, que termina com uma nova tendência de sobreprodução no final do período, ou seja, com o advento dos anos trinta» (Simões, 2005: 20).

Como no resto do país, a primeira destas crises, na região vinícola de Torres Vedras, esteve ancorada em causas biológicas, e como faz notar este autor, foi efetivamente nessa esfera que foi resolvida. Em concreto está ancorada no oídio, na filoxera e no míldio: os grandes males do vinhedo local (e nacional) por nós tratados no capítulo 2. Quanto às conclusões deste autor sobre esta matéria, pode dizer-se que, na nossa perspetiva, parecem muito assertivas pelo que apurámos pelo estudo do vinho de Torres, veja-se a título de exemplo sobre a primeira doença e a praga: «[...] sob o ponto de vista económico, as implicações do *oídio*

fizeram sentir-se por uma quebra rápida e acentuada na produção nacional, com a consequente subida em flecha dos preços, cujo índice quintuplicou num curto período de oito anos. No caso da filoxera, os efeitos sobre a produção manifestaram-se mais lentamente, pelo que o impacte sobre as quantidades comercializadas não só foi diluído no tempo, como chegou a ser incentivador em certas regiões [...]» (Simões, 2005: 21), à cabeça pode indicar-se a região vinícola de Torres Vedras.

Ou sobre a crise finissecular:

«A crise do virar do século apresentou características completamente diferentes. Enquanto na fase de subprodução a busca do bem particular de cada viticultor (aumento do rendimento individual pelo aumento da produção), evoluía paralelamente ao estabelecimento do bem comum (equilíbrio entre a oferta e a procura), na crise de sobreprodução o interesse individual chocava com o interesse colectivo. Neste caso, o bem comum (a redução da produção) só poderia ser obtido à custa do sacrifício individual, ou seja, a diminuição ou mesmo abandono da cultura. Acresce ainda tratar-se de uma cultura especializada, perene, de difícil reconversão, com elevado potencial de rendimento e sem grande concorrência em solos pobres e outras condições adversas» (Simões, 2005: 21).

Esta descrição espelha bem a situação vivida pela viticultura do concelho de Torres Vedras, por exemplo, no virar do século, onde a referida sobreprodução fez com que a economia do vinho de Torres entrasse em verdadeiro colapso. 1910 foi o ano do alívio, isto é, este é o ano que marcou a saída da crise de 1900. Como bem lembra o autor,

«Sendo um ano de fraca produção nos principais países produtores, a exportação nacional iniciou um período de recuperação, o qual se viria a acentuar durante a Grande Guerra. Apesar do grande período inflacionário do pós-guerra, os preços reais do vinho entraram num ciclo ascendente, que só viria a terminar com a elevada produção de 1927. A produção de 9,2 milhões de hl deste ano seria apenas o pronúncio de uma década de elevadas produções, com dois anos a aproximarem-se dos 12 milhões, e com uma média que ultrapassou em mais de 2 milhões de hl a média da década anterior (aumento de 5,5 para 7,6 milhões de hl). É este aumento da produção, em conjugação com o fim de mais um ciclo nas exportações, que faz entrar o sector vitivinícola numa nova crise (a média anual de exportações do vinho entre 1915 e 1925 foi de 1,4 milhões de hl, contra apenas 860 mil, em média anual, nos dez anos seguintes, ou seja, até 1935)» (Simões, 2005: 21).

No caso da região de Torres Vedras o mercado temporário da Grande Guerra foi deveras positivo, pena foram as adulterações³⁷⁸: tal como no século XIX, no mercado filoxérico da França, os negociantes do vinho Torres não hesitaram em recorrer à falsificação do vinho. A qual, mais uma vez, provocou a desconfiança nesse mercado e pôs em causa a estratégia do comércio deste vinho. Em sentido oposto, está a conjuntura adversa nos mercados francês e brasileiro, no termo da 1.ª República, com as praças destes países pouco recetivas ao vinho de Torres e, diga-se em boa verdade, ao restante vinho comum nacional³⁷⁹, o que obrigou o comércio desta bebida a repensar o escoamento das sobras:

«A crise que afectou o mercado mundial de vinhos depois da recessão iniciada em 1929, não afectou de igual forma os diferentes mercados dos vinhos portugueses: ela foi muito acentuada nos vinhos de mesa, e pouco afectou o vinho do Porto. Neste caso, e em relação ao início do século, as quebras do mercado britânico e brasileiro foram compensadas pelo mercado francês, cujo crescimento veio alterar a configuração do mercado externo deste produto. Ao passar o seu peso relativo de 1% na década de 1900, para 27% de total das exportações na década de trinta, o mercado francês veio não só destronar o Brasil, que passou da segunda para a oitava posição, como também retirar a hegemonia ao mercado britânico, o qual baixou a sua representação de 63% para 49% das exportações de vinho do Porto» (Simões, 2005: 21-22).

«No derradeiro quinquénio da 1.ª República, o valor global da produção vinícola representava uns 20% de toda a produção agropecuária portuguesa, sendo de mais de 50% o valor das saídas de vinho na exportação total da Nação» (Marques, [1978]: 160). A verdade é que de crise em crise, sem solução à vista, o vinho da região vinícola de Torres Vedras chegou às mãos de Salazar num estado de quase «ruína» e foi salvo como disse António Batalha Reis, pelo quadro legislativo saído da Constituição de 1933, leia-se organização corporativa do sub-setor do vinho, que entre o demais, possibilitou encontrar uma saída para o grosso das famosas sobras do vinho de Torres nas colónias portuguesas de África, para a qualidade deste vinho e para o seu preço. E diga-se que por um largo período, interrompido somente pelo 25 de Abril de 1974. Faz-se notar, que apesar do novo regime ter optado por manter em funcionamento a JNV e as adegas cooperativas do concelho de Torres Vedras o resultado não foi de todo positivo, isto é, como estas instituições já não funcionavam propriamente como no tempo do Estado Novo o vinho estudado mergulhou novamente num ciclo de crises.

³⁷⁸ Ver *A Vinha de Torres Vedras* (1916, n.º 1: 187: 1), «Vinhos adulterados».

³⁷⁹ Ver Freire (1997: 12).

Em Torres Vedras as fortes contestações por parte da sua produção são um sinal claro da entrada do vinho de Torres neste ciclo recessivo provocado pela mudança de regime político, no que toca às novas orientações para o vinho da área da JNV. Vamos terminar com uma ideia que pensamos ter transmitido ao nosso leitor: as crises são em boa parte provocadas por opções humanas. Se no plano interno elas foram de certo modo enfrentadas com alguma eficácia no plano externo não o foram por completo – no mercado problema, ou seja, no mercado do excedente da produção. Portanto a exportação, a nosso ver, essencial para o escoamento das enormes sobras do vinho da região de Torres Vedras e das restantes sobras do vinho comum nacional podia ter tido, ao que parece, uma expressão bem maior se os grandes atores deste vinho tivessem percebido efetivamente a importância do seu mercado e a ele se tivessem ajustado de forma sistemática – claro está que sem o sentimento então instalado entre produtores e comerciantes do vinho de Torres ao qual designámos de cultura da crise.

6.3. Na esfera do mercado

O financiamento do vinho, e em especial, o financiamento do vinho corrente, foi um grande quebra-cabeças na região vinícola de Torres Vedras, e nas restantes regiões vinícolas nacionais produtoras desta tipologia de vinho. Porque os recursos financeiros do país eram escassos, e porque não havia tradição nesta matéria. Esta é mais uma grande questão do vinho de Torres, em perspetiva neste subcapítulo dedicado à análise do mercado deste vinho. Quando falamos do financiamento do vinho de Torres, deve ficar claro, que falamos de financiamento direto e indireto, e de quatro instituições que apoiaram o desenvolvimento do vinho local: em concreto, estamos a falar da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal, da Junta Nacional do Vinho, da Caixa Agrícola de Torres Vedras, e da Caixa Geral de Depósitos. As três primeiras instituições tiveram a seu cargo o financiamento direto, a última o financiamento indireto; no seu conjunto, foram muito importantes para a evolução e no mercado do vinho da região vinícola de Torres Vedras.

Outro aspeto do financiamento que merece especial destaque, pela sua relevância, na região estudada, é o relativo às faces do financiamento regional, num sentido positivo e num sentido negativo: quando faltou, serviu para refrear a cultura desenfreada da vinha, e contribuiu para a pobreza da agricultura local, quando existiu, impulsionou a economia do vinho de Torres, e provocou desigualdades no seio da lavoura da região de Torres Vedras. Quanto às causas desta desigualdade, pode dizer-se, que a principal é de ordem económica, e que a condição dos agricultores, era um fator de constrangimento no acesso ao crédito. Logo, os grandes vinicultores, abastados homens na região, estavam à partida em melhor situação para dele beneficiarem. Os pequenos, e mesmo os médios produtores, mais pobres, não

conseguiram resistir ao atraso no pagamento do vinho por parte da FVCSP e da JNV, e isso acabou por os afastar do financiamento. Pressionados pela falta de dinheiro na tesouraria das suas explorações, estes lavradores entregavam o seu vinho o mais cedo possível nas mãos dos comerciantes, que de um modo geral, pagavam menos, mas mais rapidamente do que o Organismo.

Sobre o financiamento concedido pela FVCSP, há ainda a dizer, que visava estimular a economia do vinho de Torres, e as restantes economias do vinho comum nacional. E que chegava às mãos dos agricultores da região de Torres Vedras, através da concessão de subsídios, empréstimos, e pela compra do vinho. A título de exemplo, pode ser indicado o financiamento de 1935: ano em que o Organismo «comprou 140 000 pipas de vinho, números redondos, a 16 000 agremiados no valor de 39 500 contos ... adquiriu e fez construir cerca de 6 500 cascos ... e ainda, comprou 15 vagões que transformou em vagões cubas»³⁸⁰. Quanto ao financiamento atribuído pela JNV, esclarece-se que, seguiu as grandes linhas de orientação do Organismo primitivo, a que sucedeu; e tal e qual, como para a Junta, vamos indicar um ano, a título de exemplo, para o mostrar: assim, se considerarmos para o efeito o ano de 1949, há a dizer, que a Junta Nacional do Vinho financiou a colheita do ano através do Grémio de Vinicultores do Concelho de Torres Vedras, «na base \$80 por litro de vinho». E que, o financiamento foi calculado em 1000 contos. O jornal *Badaladas*, noticiou esta operação nesse ano, num artigo dedicado a este financiamento, por sinal importante, porque dá a perceber que esta ação foi levada a cabo por meio de um programa a que chamou *financiamento simplificado*, e porque o artigo esclarece, de acordo com a informação recolhida pelo periódico junto da JNV, que o método permitiu dar «uma rápida assistência financeira à vinicultura»³⁸¹.

A Caixa Agrícola de Torres Vedras, foi fundada em 1915, na esteira da legislação de 1911, da autoria de Brito Camacho, o então Ministro do Fomento. Muito desejada pelo vinho de Torres, devido à grande fragilidade do tecido produtivo local, assente na sua maioria, na pequena e média exploração, a instituição desde cedo procurou responder à demanda de concessão de financiamento por parte da agricultura torriense que estava em dificuldade. Na sua génese, esta instituição de crédito, tinha dois grandes objetivos, que prometiam trazer esperança aos que viviam do vinho em Torres Vedras, e pela sua condição, necessitavam de financiamento para satisfazer os seus compromissos, inerentes às exigências das suas explorações agrícolas. Em específico, referimo-nos ao primeiro e segundo objetivos, que passamos a transcrever:

³⁸⁰ Ver *Alta Extremadura* (1935, n.º 78: 2), “Nem tanto ao mar, nem tanto à terra ... ou a verdade sobre a Federação”.

³⁸¹ Ver *Badaladas* (1949, n.º 19: 4), “Financiamento de vinhos da colheita de 1949”.

«1º- Empréstimo aos sócios, para fins exclusivamente agrícolas, os capitais de que necessitam e de que a instituição possa dispor.

2º- Receber por empréstimo do Estado, dos sócios ou de terceiras pessoas, capitais que em operações de crédito agrícola possa empregar»³⁸².

Quanto aos empréstimos, há a dizer, que o primeiro foi efetuado por esta instituição em 10 de dezembro de 1915, no valor de 800\$00, e que esta data, é recordada com grande ênfase pela própria na sua história institucional, acima de tudo, porque foi neste dia, que o crédito local à agricultura, em especial à vitivinicultura, entrou em funcionamento. Como também, no que toca a mais exemplos, pode dizer-se, que a CATV realizou no primeiro trimestre de 1915 trinta e três empréstimos, e que desde aí, não mais parou na concessão de crédito ao vinho comum da região de Torres Vedras. Cumprindo assim o propósito da sua criação, e em particular o relativo ao primeiro objetivo do projeto de estatutos: o dinheiro tão necessário à evolução do vinho de Torres chegava agora à agricultura regional também pelas mãos de um ator da região, a Caixa Agrícola de Torres Vedras.

Pelo que pudemos apurar, quando estudámos o financiamento da vinicultura torriense, a Caixa Agrícola não poupou esforços no combate às graves carências do tecido produtivo do concelho de Torres Vedras, isto é, a missão da instituição de crédito só por si confere à CATV elevada relevância na história que estamos a contar sobre o financiamento do vinho de Torres. Por último, vamos analisar o papel da Caixa Geral de Depósitos no financiamento do vinho comum nacional; porque é muito nítido na região, esta análise é efetuada tendo como referência o papel da instituição no financiamento do vinho do centro produtor estudado. Como temos vindo a sublinhar, de modo firme, o crédito era essencial para o desenvolvimento da vitivinicultura da região de Torres Vedras, esta necessidade, grande pelo que averiguamos, está amiúde noticiada nas diversas fontes consultadas, a título de exemplo, menciona-se, na imprensa periódica regional, e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Aí pode constatar-se, que a CGD foi outra instituição com elevado peso no financiamento deste subsector da agricultura, facto que não deve causar estranheza, se pensarmos que o vinho era um produto estratégico no quadro da economia de Portugal. E só assim é possível entender-se as instruções dadas por parte do Estado à Caixa, no sentido de financiar (indiretamente)³⁸³ o vinho da região vinícola de Torres Vedras, e o das restantes regiões vinícolas nacionais produtoras de vinhos comuns.

Como assinalou Pedro Lains, na obra *História da Caixa Geral de Depósitos, 1910-1974: política, finanças e economia na República e no Estado Novo*, estas operações encontravam

³⁸² Ver CATV (2020), “Resenha histórica”.

³⁸³ Nota: a Caixa Geral de Depósitos, financiava o Organismo Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal/Junta Nacional do Vinho, que por sua vez, diretamente, financiava o vinho da região de Torres Vedras, e o restante vinho comum nacional.

quase sempre uma certa resistência da parte das administrações da CGD. Justificada pelo risco do crédito, visto que, «a Junta Nacional do Vinho, a Adega do Dão e a Casa do Douro tinham saldos devedores à Caixa significativos» (Lains, 2008: 203). Quanto ao papel da CGD, pode ainda dizer-se, que ele parece ser central na esfera do financiamento do vinho comum; sobretudo, porque só com o financiamento desta instituição, a Federação e a Junta puderam financiar o vinho da sua área de ação. E isto possibilitou a evolução do vinho de Torres, e de um modo geral, de todo o vinho comum, à altura fundamental para a economia nacional. A terminar, não podemos deixar de referir o importante estudo levado a cabo pela Caixa no concelho de Torres Vedras³⁸⁴, em 1982: que teve como grande objetivo dar a conhecer o estado da lavoura local, em particular o do vinho comum regional, e os respetivos dados estatísticos, ferramenta de grande importância para decisores e para a ciência. Como também, a título de conclusão, do crédito concedido, dizer que o vinho de Torres teve três grandes financiadores no período 1850-1986: o Organismo FVCSP/JNV, a CATV, e a CGD.

Vamos analisar de seguida a qualidade, o preço, a concorrência e a sobreprodução nas grandes questões do vinho em perspetiva de forma conjunta, pelas ligações e pelas consequências que a sua relação teve no mercado do vinho de Torres. Quanto à qualidade, acreditamos, com base nos resultados do estudo por nós levado a efeito, que a sua falta é a grande responsável por este vinho nunca se ter conseguido impor no seio do vinho comum nacional, e como já dissemos, teve tudo para o fazer. Vinhos comuns com mais e menos qualidade sempre existiram na poderosa região vinícola de Torres Vedras e nas restantes regiões produtoras deste vinho nacionais. Por isso há que recorrer à particularização, para se poder esclarecer o que está na origem dos bons e maus vinhos comuns, em cada região vinícola produtora de vinho corrente, no caso da região torriense, parece ser o tecido produtivo e o mercado. Relativamente ao tecido produtivo, mostrámos na Tese que, no concelho estudado, era à altura pouco robusto, porque, na sua maioria, se encontrava organizado em torno de pequenos e médios vinicultores. Os dados estatísticos consultados³⁸⁵ não deixam dúvidas sobre esta realidade, os vinicultores que produziam até 5 pipas, considerados pequeníssimos, e os que produziam de 5 a 10 pipas, dominavam a produção regional. No caso dos primeiros, representavam 48,4% desse tecido, no dos segundos, 22,4%, isto é, mais de 70% da produção vinícola da região de Torres Vedras estava nas mãos das pequenas explorações. Boa parte destas explorações não tinha condições para vinificar, esta situação é muito nítida no primeiro grupo, o que produzia até cinco pipas que, de um modo geral, não dispunha de adega e só em associação conseguia fabricar vinho. Em espaço alugado para esse fim, com

³⁸⁴ Ver *CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS - Direção de Planeamento e Controlo de Gestão-Gabinete de Estudos Económicos* (1982), “Mancha vinícola da Estremadura: sub-região de Torres Vedras. Análise de alguns indicadores sócio-económicos”.

³⁸⁵ Ver *Separata dos Anais da Junta Nacional do Vinho* (1951: 50), “O custo de produção do vinho no concelho de Torres Vedras: sua determinação pelo método da conta de cultura total”.

utensilagem necessária à vinificação e área de armazenagem para o vinho, que em regra, após o fabrico, era rapidamente vendido.

Neste grupo, havia ainda quem opta-se pela venda do vinho na cepa, pela venda direta das uvas, e pela parceria, nesta situação o vinicultor elaborava e guardava o vinho na adega do proprietário. Portanto, pode dizer-se, que este quadro económico, foi um verdadeiro empecilho para a qualidade do vinho comum produzido na região de Torres Vedras, e por consequência, para a sua competitividade no mercado. Em especial no do exterior; o resultado está perfeitamente visível nas fontes e nos estudos consultados, o mau vinho produzido na região estudada, prejudicou toda uma classe de vinicultores no concelho de Torres Vedras, e face à concorrência, comprometeu o desempenho do vinho de Torres nesse mercado, por exemplo, no da Grande Guerra, em França³⁸⁶. A sobreprodução é outra das grandes questões do vinho torriense; ocorria devido à falta de capacidade do mercado principal, o da capital, que se concentrava em torno das muitas tabernas alfacinhas, e que principalmente após o mildio, não conseguiam absorver o vinho que a produção da região de Torres Vedras necessitava escoar.

Atingido o limite da capacidade deste mercado, para o qual este vinho tinha sido pensado, aparece o problema, muito sério. Acreditamos que só a falta de uma visão de conjunto e o baixo grau de instrução de boa parte dos agricultores da região alimentou este grave quadro ano após ano. A classe dos produtores, limitados pelo horizonte dos seus interesses individuais de curto prazo, não dava conta da sua enorme responsabilidade na sobreprodução regional, para a qual tantos vinicultores do centro produtor de Torres Vedras contribuíram. Ao certo, é que a famosa sobreprodução torriense, está visível nas fontes consultadas, com tempos mais e menos graves, desde o final da década de noventa do século XIX, até ao final do estudo, em 1986. Este quadro-negro, parece não ter sido compensado com o escoamento efetuado no mercado do exterior, o das sobras, sobretudo, porque o vinho de Torres, que não tinha sido pensado para o mercado externo, apesar dos esforços levados a cabo com vista aí a um bom desempenho, sentiu sempre grandes dificuldades face à concorrência, em especial à do seu mais direto rival, o vinho de Espanha. Os vinhos de França e Itália, embora menos nocivos, não facilitaram em nada a vida ao vinho de Torres no seu mercado tradicional do estrangeiro, veja-se, por exemplo, no Brasil: as fontes consultadas mostram que, nas praças deste país, na segunda metade do século XIX, o preço, por ser o mais elevado, e as falsificações, colocavam amiúde o vinho comum nacional em maus lençóis. No caso da região vinícola de Torres Vedras, foram um grande obstáculo, relativamente ao alívio da sobreprodução local.

³⁸⁶ Ver *A Vinha de Torres Vedras* (1916, n.º 1: 187: 1), “Vinhos adulterados”.

Grave e persistente, a sobreprodução de Torres Vedras, foi um sério problema para as finanças dos agricultores do concelho, responsáveis em boa parte pelo fenómeno, e para a economia do vinho deste centro produtor. Se considerarmos os 136 anos da cronologia do estudo, a região parece só ter estado a salvo desta forte adversidade nos primeiros 40. Depois, a meio da década de 90 de oitocentos, a situação degrada-se, o efeito regulador das grandes moléstias da vinha desaparece, a produção regional cresce, e o vinicultor começa a ter muita dificuldade para escoar o seu vinho no mercado. Esta questão teve especial magnitude no dobrar do século XIX para o século XX e, depois, nas décadas de 1930, 1950 e 1960. Salazar cedo percebeu o enorme fardo que lhe caiu nas mãos, uma herança pesada do passado político, do setor da agricultura nacional, ou seja, como pouco ou nada tinha sido feito pelos políticos predecessores, da Monarquia e da 1ª República, em prol do vinho comum do centro e do sul de Portugal, a lavoura da região vinícola de Torres Vedras, e a restante que a ela se associou, formou uma frente comum de pressão, a partir desta região, junto do Estado. O objetivo era obrigar o executivo a achar soluções para os problemas que os estavam a levar à ruína, a título de exemplo, pode referir-se: do preço do vinho, do seu escoamento, sobretudo, no mercado do exterior, e do armazenamento do produto. Com pouca margem de manobra, porque a produção aliada já não acreditava em promessas, que não passavam disso mesmo, o chefe do Governo viu-se forçado a solidarizar-se com as reivindicações do grupo formado em Torres Vedras.

O desafio foi gigantesco. Para o preço, Oliveira Salazar, respondeu com diversas ações de intervenção, por exemplo: quando tabelava o preço a pagar ao produtor, ou quando negociava diretamente a venda do vinho no mercado externo. Em relação ao escoamento, através de uma agenda onde colocava o mercado colonial como prioritário para as sobras do vinho comum, um problema que tantas dores de cabeça deu à vinicultura torriense; a qualidade, como objetivo central, a saber muitíssimo importante, porque a sua falta, no mercado do exterior, deixava frequentemente este vinho português pouco competitivo; a propaganda, como a melhor ferramenta para estimular o consumo, sobretudo no mercado principal da bebida, onde a taberna alfacinha reinava. Quanto ao aprovisionamento, em concreto, ao aumento da capacidade de armazenagem do produto, era inevitável, visto que, o vinho da região vinícola de Torres Vedras, e o restante vinho comum nacional, enfrentavam dificuldades de depósito, pelo aumento da produção, desde o *boom* do mercado filoxérico da França. Sensível ao problema, por força da pressão da vinicultura aliada, o governo salazarista, respondeu com a criação de uma rede de adegas cooperativas; quatro destas adegas planeadas e construídas no concelho de Torres Vedras (em Dois Portos, Carvoeira, São Mamede da Ventosa, e Torres Vedras).

No presente, nesta matéria, parece ser inquestionável a boa visão do Estado Novo, se levarmos em consideração o exemplo da região estudada, uma das mais importantes do vinho

comum nacional. E onde esta ideia funcionou muito bem, por isso há a dizer, com elevado grau de segurança, que as adegas aí instaladas, acabaram mesmo por ter um papel decisivo na economia do vinho regional, nomeadamente, no armazenamento, com os depósitos em cimento de grande capacidade, e na qualidade do vinho, com o apoio aos vinicultores associados. Outra questão que marcou muitíssimo o vinho de Torres foi o preço. Pela negativa, quanto às razões, pode esclarecer-se, que teve a ver com a diferença de preço, ou seja, o vinho do centro produtor estudado, em regra, apresentava um valor bem mais elevado que o da concorrência europeia mais direta, líder de mercado, em concreto, referimo-nos aos preços inferiores dos vinhos comuns de Espanha, França e Itália. Os primeiros, considerados um verdadeiro pesadelo, na perspetiva do mundo vinhateiro de Torres Vedras, pela pressão e pela asfixia, que impunham à economia do principal produto regional. Bem dolorosa a asfixia por sinal, causada, em grande parte, pelo mau preço do vinho comum do concelho analisado, sobretudo no mercado fora de portas, e pelas consequentes quebras de vendas, que tiveram sérias implicações no bom escoamento do excedente da produção torriense. Este vinho problema, fruto de uma produção desenfreada, por parte de uma agricultura carente e ambiciosa, acumulava-se ano após ano nos depósitos das adegas do concelho de Torres Vedras, logo necessitava desesperadamente de um comércio nacional responsável e com visão estratégica, para aliviar o aperto provocado pelas sobras locais.

A ausência destas premissas, ao que parece, como no caso dos negociantes dos vinhos comuns portugueses, comprometeu o bom desempenho do vinho local no estrangeiro, e estrangulou o escoamento do excedente da produção da zona de Torres Vedras. Para esta importante região vinícola isto era catastrófico, como está amplamente ilustrado na imprensa periódica regional, em diversos artigos que denunciaram este grave problema; o aventureirismo do comércio nacional deste tipo de vinho trouxe amiúde a fome e a pobreza ao concelho estudado. Para uma melhor perceção da diferença de preços, verificada entre os vinhos comuns portugueses e os vinhos comuns concorrentes, dos países acima referidos, a título de exemplo, dá-se a conhecer a apurada, em 1894, na praça de Pernambuco, Brasil, referente ao rival mais perigoso do vinho de Torres: nesta praça, os vinhos comuns portugueses – expedidos pelo porto de Lisboa – (preço médio por pipa), variavam entre 410\$000 e 430\$000 réis; e os espanhóis, entre 300\$000 e 320\$000³⁸⁷. Portanto, como pode ser observado, o vinho comum nacional, era de longe o vinho mais caro no mercado do Brasil.

As adulterações do vinho comum, conhecido problema no que concerne ao vinho de Torres, num sentido muito negativo, não podiam deixar de constar neste espaço; em primeiro lugar, pela própria natureza do espaço, que se ocupa com a análise das questões mais relevantes da economia do principal bem regional. Relatos sobre as falsificações deste vinho, são

³⁸⁷ Ver *Gazeta de Torres Vedras* (1894, n.º 68: [s.p.]), “Vinhos”.

muitos, e podem ser encontrados em abundância na imprensa periódica regional, entre 1850-1986. Por exemplo, veja-se, na *Gazeta de Torres Vedras*, em 1894, no artigo com o título *vinhos*: “(...) não podemos concordar com a falsificação do vinho português, feita em Portugal. Tudo era falsificação (...)”; na *Vinha de Torres Vedras*, em 1916, no artigo *vinhos adulterados*, que dá notícia do grande stock de vinhos comuns falsificados em Bordéus, e nas restantes praças de França, boa parte com origem na região vinícola de Torres Vedras³⁸⁸; na *Gazeta de Torres*, em 1929, “(...) os homens práticos da nossa administração colonial apontam como causa fundamental do encerro das portas coloniais aos nossos vinhos a má qualidade do produto exportado (...)”³⁸⁹; no magazine *De Portugal*, em 1934, “Na febre que assolou o comércio do após-guerra, os trapaceiros gananciosos não hesitaram no cometimento de fraudes e falsificações (...)”³⁹⁰; e por último, no periódico *Vida Rural*, em 1964, “(...) a realidade, que merece ser meditada é esta: enquanto houver na lavoura vinhos deteriorados à mercê do comerciante, os bons pouco mais valem e só são retirados na medida em que são indispensáveis para camuflar os outros num lote que permite tudo, desde as aguardentações e os aguamentos até à concorrência insólita com os comerciantes honestos”³⁹¹.

Portanto, as adulterações do vinho comum torriense, designadas pelo mundo vinhateiro autóctone de *mixórdias*, foram muito prejudiciais a esta bebida: e tiveram lugar amiúde na região vinícola estudada, ao longo da cronologia coberta pela Tese. Diga-se em boa verdade, que no concelho de Torres Vedras, elas parecem ser da responsabilidade de um grande número de agricultores e de comerciantes desonestos; remontam a um passado distante, e sempre se revelaram muito negativas para a economia do vinho do centro produtor de Torres Vedras, principalmente no mercado fora de portas. No que respeita ao lugar ocupado pela região vinícola de Torres Vedras no *ranking* das regiões produtoras desta qualidade de vinho, pode dizer-se, pela leitura da imprensa periódica regional da época, que as falsificações do vinho de Torres, ao tempo, fragilizaram a posição da região; que foram um obstáculo à própria liderança do *ranking*; e que a liderança decerto estava ao alcance do maior produtor de vinho comum do país. Muito comprometida com as adulterações do vinho, a poderosa região vinícola de Torres Vedras cedo procurou camuflar o problema, sério por sinal, e mais um que, no seio do vinho comum nacional, lhe trouxe constrangimentos para aí impor o seu vinho.

Para o final deste subcapítulo que foi dedicado em exclusivo à análise da longa duração do(s) mercado(s) do vinho de Torres deixámos a respetiva síntese baseada em dois gráficos que permitem resumir tudo o a até aqui foi dito sobre os mercado do vinho estudado, dentro e fora de portas: no primeiro caso, sabe-se, pelos dados fornecidos pela primeira Direção da

³⁸⁸ Ver *A Vinha de Torres Vedras* (1916, n.º 1: 187: 1), “Vinhos adulterados”.

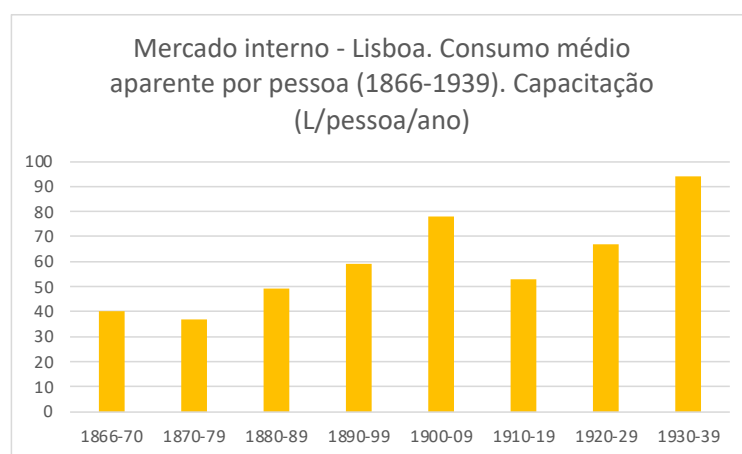
³⁸⁹ Ver *Gazeta de Torres* (1929, n.º 72: 5), “O grave problema do vinho: a Federação dos Sindicatos Agrícolas do Centro de Portugal ante o Sr. Ministro das Finanças”.

³⁹⁰ Ver *De Portugal* (1934, n.º 1: 14), “Torres Vedras, terra de vinho”.

³⁹¹ Ver *Vida Rural* (1964, vol. 22, n.º 570: 17), “As garantias da JNV e os vinhos deteriorados”.

FVCSP, que no mercado de Lisboa, como mostrámos, o principal do vinho da região vinícola de Torres Vedras, eram consumidas, até 1922, 120 000 pipas de vinho comum por ano, provenientes em grande medida do vinhedo torriense (cuja produção se destinava ao consumo corrente). E não se sabe mais, nuns casos devido à ausência de um registo oficial preciso sobre as trocas deste vinho, e diga-se em rigor, as do restante vinho corrente nacional, noutros, quando ele existe, porque é difuso e pouco consistente. Mas, claro está, são possíveis extrapolações, como no caso do mercado alfacinha:

Figura 6.9: Consumo médio aparente por pessoa em Lisboa (1866-1939)



Fonte: elaboração própria a partir de Simões (2005: 14).

Pela observação do gráfico em cima pode perceber-se que o consumo corrente do vinho de Torres evoluiu de uma forma favorável no mercado de Lisboa³⁹², graças ao crescimento da sua população e ao aumento do nível do rendimento disponível. Certo é que de um consumo de 40 litros *per capita* ano no período 1866-70 se chega a um consumo de 94 litros *per capita* ano no período 1930-39, em outras palavras, a economia do vinho do centro produtor de Torres Vedras recebeu um *input* positivo de cerca de 135%. E nem mesmo o período 1870-

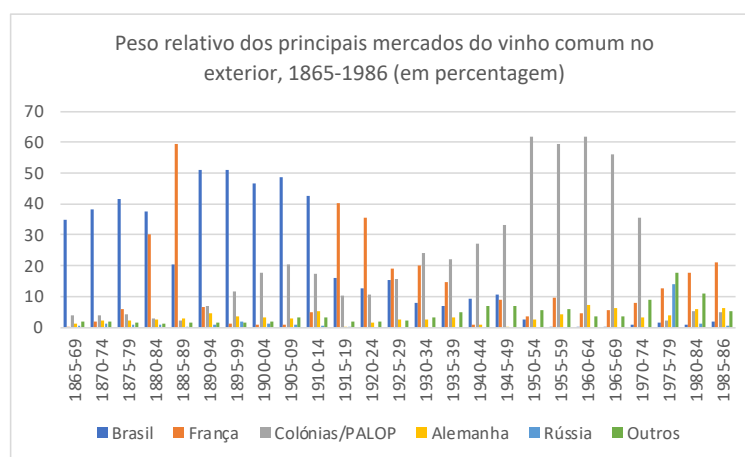
³⁹² Faz-se notar que, não nos foi possível aferir, para a perspetiva de longa duração, qual o peso médio (em %) do vinho de Torres no mercado de Lisboa, uma vez que não existem, ou parecem não existir, registos oficiais credíveis que nos permitam levar a cabo esse cálculo, no recorte cronológico integral desta Tese. Contudo isso não nos impede de dizermos e de já termos dito neste estudo, com elevado grau de segurança, que o peso deste vinho foi aí muito elevado. Desde logo pelos testemunhos existentes; veja-se, a título de exemplo, o que vem pela mão de António Batalha Reis, o qual já tivemos oportunidade de apresentar lá atrás e pela sua relevância para o entendimento desta questão a ele recorremos novamente: a região vinícola de Torres Vedras *abasteceu sempre a capital com o celebrado carrascão que para as tabernas alfacinhas, era transportado em odres sobre o dorso de muares que formavam réguas intermináveis*. Ver *De Portugal* (1934:14), “Torres Vedras, terra de vinho”. E lembramos o nosso leitor, de que nesta região, estavam sediados grandes comerciantes do vinho de Torres que possuíam redes de tabernas na capital onde vendiam a copo este vinho, um dos mais populares era Abel Pereira da Fonseca.

79, onde essa capacitação baixou para 37 litros *per capita* ano, conseguiu inverter o bom crescimento desta economia.

Ainda no mercado interno, não podem ser esquecidas, pelo seu volume considerável, as aguardentes baratas, como assim as designam alguns autores, que rumavam da região de Torres Vedras com destino à região duriense, para aí serem usadas na fortificação do vinho do Porto. Mas não se pense que a região só produzia aguardentes ditas *baratas*, pois é so-bejamente conhecida, em Torres Vedras, a tradição no fabrico de aguardentes velhas de al-tíssima qualidade; o problema é que, de um modo geral, não chegavam ao circuito comercial, pois, ora se destinavam a festas dos próprios produtores locais ora se destinavam ao seu próprio consumo. E cognacs, um bom exemplo está no cognac Maceira, este sim que se destinava aos circuitos comercias, onde aí atingiu elevado prestígio e uma posição de alto relevo, quer no país quer no estrangeiro – veja-se no caso do mercado de Lisboa, onde este cognac, no recorte cronológico por nós estudado, dominou do ponto de vista comercial.

Quanto ao segundo caso, quer dizer, ao mercado externo do vinho de Torres, o tal que é amiúde designado pelos autores que estudaram o vinho comum nacional como o mercado das sobras, passamos de seguida a apresentar o gráfico que mostra a evolução do(s) mer-cado(s) deste vinho, no recorte cronológico integral desta Tese:

Figura 6.10: Peso relativo dos principais mercados do vinho comum no exterior, 1865-1986 (em percentagem)



Fonte: elaboração própria a partir de Martins (1990: 253).

Como se pode observar na figura 6.8, os mercados principais do vinho de Torres no exterior, no recorte cronológico coberto por esta Tese, foram sobretudo três: os do Brasil, os da França e os das colónias portuguesas da África. Claro está que este vinho teve outros destinos, mas a sua expressão aí foi, digamos, bastante reduzida, como nas situações dos mercados da Alemanha, da Rússia e da própria Inglaterra (para onde seguiram, em quantidades pouco

significativas, por exemplo, os bons vinhos da Ribeira de Maria Afonso). Sobre o tipo de vinho que o centro produtor de Torres Vedras enviava para estes mercados, deve ficar esclarecido que se tratava de vinhos ora para consumo ora para lotação.

Feita uma leitura primária deste gráfico, vamos de seguida ver com maior pormenor o peso de cada um desses mercados: nas praças do Brasil, ao que tudo leva a crer, o vinho de Torres teve as suas melhores prestações comerciais no final de oitocentos, no recorte cronológico 1890-99. Quanto ao peso deste mercado neste recorte, como se pode ver no gráfico, foi de cerca de 50% (respeitante à exportação dos vinhos comuns e do vinho do Porto, nela em larga minoria). E as piores prestações em novecentos, no recorte 1955-69, no qual o referido peso se situou apenas entre 0,1% e 0,3%, fruto de diversas conjunturas, explicadas já neste estudo. No caso do mercado da França, as melhores prestações comerciais do vinho de Torres tiveram lugar, no século XIX, nos quinquénios 1880-84 e 1885-89, com um peso, no primeiro caso, de cerca de 30%, no segundo de cerca de 59% (mercado filoxérico); no século XX, no quinquénio 1915-19, com um peso de cerca de 40% (mercado da Grande Guerra). As piores tiveram lugar nos quinquénios 1900-04 e 1905-09, com o peso a situar-se, quer num quer noutro, em cerca de 1%. No caso das colónias portuguesas da África/PALOP, as melhores prestações comerciais ocorreram, como se pode observar no gráfico, nos quinquénios 1950-54, 1955-59, 1960-64 e 1965-69, respetivamente, na mesma ordem, com um peso na balança das exportações de 61,8%, 59,6%, 61,8% e 56,1%, em consequência da política vitivinícola levada a cabo pelo Estado Novo. As piores, tiveram lugar nos quinquénios 1880-84 e 1885-89, com um peso respetivamente de 2,9% e 2,1%; assim como, mais tarde, no quinquénio 1975-79, com um peso na exportação nacional de vinho comum de 2,3%.

Por último, vamos dar a perceber ao nosso leitor os volumes em hl das exportações para os principais mercados do vinho de Torres:

Quadro 6.7: Mercados do vinho de Torres (e dos restantes vinhos portugueses, à exceção do vinho do Porto) – volumes em percentagem

Mercados do vinho de Torres (e dos restantes vinhos portugueses, à exceção do vinho do Porto)								
Mercados	(volumes em percentagem)							
	1865 a 1899		1900 a 1949		1950 a 1986		Total	
	10 ³ hl	%	10 ³ hl	%	10 ³ hl	%	10 ³ hl	%
Brasil	204,2	45	192,4	28	14,4	1	141,8	17
França	180,4	39	142,6	21	29	2	118,9	14
Colónias/PALOP	36,1	8	183,6	27	694,3	51	296,1	36
Alemanha	8,1	2	10,3	2	61,7	5	25,2	3
Rússia/URSS	2,8	0,6	1,5 a)	0,2	30,4 b)	2	10,6	1
Outros	1,84	0,5	25,3	4	116,4	8	46,1	6

a) Só houve exportações até 1919

b) As exportações só recomeçaram em 1975

Fonte: elaboração própria a partir de Martins (1990: 52).

A título de exemplo, nos principais mercados (Brasil, França e colónias/PALOP), como se pode observar no quadro 6.7, no Brasil, o vinho de Torres teve as melhores prestações comerciais no período 1865-1899. Quanto ao volume deste vinho exportado para este destino, o quadro em cima referido, esclarece que, no conjunto dos vinhos portugueses (faz-se aqui notar que o vinho do Porto não é contemplado nestes cálculos), foram vendidos cerca de 8 489 664 hl para as praças deste país (exportação média anual); e as piores, no período 1950-1986, onde o vinho de Torres e o restante vinho português (em concreto falamos do vinho corrente) apenas conseguiram escoar neste destino cerca de 2 744 hl. No mercado francês, as melhores prestações comerciais do vinho estudado tiveram lugar, também, no período 1865-1899, no qual foram aí vendidos cerca de 5 832 000 hl de vinhos portugueses; e as piores, de igual modo, tiveram lugar no período 1950-1986, onde o vinho em perspectiva e o restante a que nos referimos atrás, apenas conseguiram um escoamento neste grande mercado de cerca de 24 389 hl. Nas colónias portuguesas da África/PALOP, quer dizer, no mercado ultramarino português, os vinhos do centro produtor de Torres Vedras tiveram as melhores prestações comerciais no período 1950-1986, em conjunto com o restante vinho corrente nacional; isto pode ser percebido pelo volume das exportações que neste período rondou os cerca de 334 255 384 hl; e as piores, no período 1865-1899, onde a exportação do vinho de Torres e do restante contabilizado, para o Ultramar português, se saldou em apenas 46 656 hl.

6.4. Política vitivinícola

O vinho, um dos sectores mais importantes da economia portuguesa da segunda metade de oitocentos e dos três primeiros quartéis de novecentos, foi naturalmente objeto de atenção das instituições políticas da governança. Mas as políticas vitivinícolas do país parecem ter sido desenhadas, na maior parte das vezes, como simples resposta e à medida de problemas conjunturais. É isso que se vai procurar demonstrar neste espaço em relação ao vinho do centro produtor de Torres Vedras, nomeadamente o efeito prático destas políticas.

A Regeneração, o período político onde se inicia o nosso estudo, foi um tempo no qual reinou uma certa acalmia entre as forças dominantes da política portuguesa³⁹³, uma condição essencial para o bom desenvolvimento da economia nacional e nela para o do subsector do vinho. Em oposição à situação verificada no período antecedente da primeira metade do século XIX, marcado por forte instabilidade e grande confrontação política: «O período do idealismo chegara ao fim. Problemática económica e administrativa substituíra-se ao ideário

³⁹³ Ver Proença (2015: 566).

político em termos de programa de governo. O Acto Adicional de 1852, de par com a nova lei eleitoral, pôs termo à divisão entre cartistas e setembristas, tornando a Carta aceitável praticamente por todos. A expansão industrial, financeira e mercantil do País, em paralelo com a da Europa, harmonizava os interesses de industriais, banqueiros, comerciantes e proprietários rurais aos vários níveis, unificando, para objectivos comuns, alta, média e pequena burguesias» (Marques, 1974: 103). Portanto estavam reunidas as condições para a evolução do principal produto da economia portuguesa.

Segundo João Pedro Fontes Branco, a Regeneração é consequência «de uma convergência ideológica entre ideias socialistas e os processos capitalistas, um facto notável por ser antagónico» (Branco, 2015: 16). Este pacto deu lugar à emergência de uma política de reforma material que pretendia resolver os constrangimentos resultantes da circulação das mercadorias no território nacional, os quais o Governo entendia serem o grande entrave ao desenvolvimento da economia de Portugal. À sua conta ficavam as infraestruturas, deixando a produção a cargo dos privados, que beneficiariam com as benfeitorias materiais³⁹⁴. Como de igual modo por conta do Estado ficou a difícil missão do ajuste do país ao padrão capitalista. O qual impôs a reforma do setor produtivo português, como, por exemplo, a do setor agrícola, forçado a uma acelerada modernização, veja-se nele o caso do subsector do vinho, então a braços com a crise provocada pelo oídio. A modernização deste subsector teve pela razão apontada uma grande utilidade no combate à doença.

Certo é que «o produto agrícola nacional cresceu a uma taxa aproximada de 1% ao ano, em termos reais, no período compreendido entre as décadas de 1850 e 1900» (Costa, Lains e Miranda, 2012: 304). A análise à produção vitícola do reino permite efetivamente perceber isso. Se tomarmos o exemplo da expansão da cultura ela mostra a viticultura a desenvolver-se muito a partir da década de 60 de oitocentos, quando o monopólio deixa de estar nas mãos da região duriense. É por esta altura que a cultura da vinha «alastra a todo o território. Nesta década a produção aumenta 200% na região centro, 140% no norte litoral e 74% nas regiões de Lisboa e Santarém» (Branco, 2015: 19). Apesar da evolução verificada no vinho e em certos cereais, como o trigo e o milho³⁹⁵, até ao limiar dos anos 90, a agricultura nacional da segunda metade do século XIX evidencia problemas de integração no mercado capitalista. Por exemplo ao nível da sua estrutura que deveria durante esse tempo ter sido adaptada a esse tipo de mercado³⁹⁶. Como o ajuste falhou³⁹⁷ o Estado português viu-se obrigado a repensar a sua política económica a partir de 1890.

³⁹⁴ Ver Branco (2015: 16); Costa, Lains e Miranda (2012: 300-303); Marques (1974: 4-10).

³⁹⁵ Ver Lains e Sousa (1998: 956)

³⁹⁶ Ver Branco (2015: 19).

³⁹⁷ Ver Esteves (1998: 573).

A política sucessora estava em clara oposição à anterior, isto é, passou a ser protecionista. O que é visível, como, por exemplo, pelas taxas alfandegárias, que aumentaram desde então com o propósito de proteger a produção do país³⁹⁸. Entre os problemas do setor agrícola português há três que ainda temos de assinalar pelas repercussões que tiveram no vinho nacional e nele em especial no da região de Torres Vedras. Falamos dos problemas relativos à propriedade, crédito, transportes e comunicações. Segundo Oliveira Marques, «a extinção total dos vínculos (1863) deu à propriedade uma estrutura moderna e contribuiu ainda mais para o surto da agricultura. Organizou-se também o crédito rural, surgindo em 1864 uma companhia com esse fim, a Companhia Geral do Crédito Predial Português. Por último, o desenvolvimento dos transportes e das comunicações, a partir de 1840, trouxe consigo os fundamentos de uma infraestrutura apropriada ao progresso económico» (Marques, 1974: 5) da agricultura nacional.

No que toca a Leonor Costa, Pedro Lains e Susana Miranda, acreditam que a forma como a propriedade estava distribuída pode ter contribuído para os problemas da agricultura de oitocentos. Porém, a sua ênfase nesta matéria vai para certos aspetos da exploração do solo, tais como: «a utilização de técnicas de cultivo deficientes, a escassez de gado e consequentemente falta de fertilizantes e de força de tração animal e o excesso de trabalhadores em relação à superfície cultivada» (Costa, Lains e Miranda, 2012: 301), fatores que de acordo estes autores impediram o desenvolvimento da agricultura portuguesa do século XIX. Da mesma forma consideram que o crédito agrícola foi outro grande problema da agricultura desse tempo, e em total concordância com Oliveira Marques, concluem que a sua ausência foi um sério obstáculo ao progresso do setor³⁹⁹. Foram estes e outros problemas da agricultura oitocentista que estiveram na mira da política regeneradora, a qual procurou estimular o maior setor da economia nacional para assim alcançar a nível interno a tão desejada expansão económica⁴⁰⁰. Diga-se em boa verdade que ela não foi de todo alcançada quer pela Monarquia quer pela 1.ª República, onde a política vitivinícola procurava pôr cobro ao caos há muito existente na economia do produtor maior da agricultura de Portugal sem o conseguir, porque não existia tanto num caso como no outro uma verdadeira política vitivinícola por parte do Estado português⁴⁰¹.

Como atrás fizemos notar, as políticas (vitivinícolas) mais relevantes da Monarquia para o subsector do vinho intervieram num sentido positivo e num sentido negativo, no primeiro caso encontra-se a região duriense, no segundo a região de Torres Vedras, foram protagonizadas

³⁹⁸ Ver Marques (1974: 6-9).

³⁹⁹ Ver Costa, Lains e Miranda (2012: 303).

⁴⁰⁰ Ver Esteves (1998: 573).

⁴⁰¹ Ver Lains e Sousa (1998: 956).

pelos Governos de Hintze Ribeiro e de João Franco⁴⁰² e em traços gerais visavam pôr fim à anarquia do vinho nacional⁴⁰³. A qual obrigou à promulgação da legislação de 1907/8, que impôs a tão ansiada disciplina à produção, venda e exportação, bem como definiu regras para a fiscalização dos produtos provenientes do vinho. Desta maneira, o Governo monárquico acreditou poder dar rumo à bebida. Entre as matérias vertidas nos diplomas destacamos duas pela sua importância: a definição e a demarcação das regiões produtoras e as regras para a plantação da vinha. Sendo João Franco um homem muito próximo da região duriense, não é de estranhar de todo que, num primeiro alinhamento, a legislação favoreça o vinho generoso e licoroso. Decerto vinho de qualidade, a exemplo do vinho do Porto, muito procurado pelo mercado externo, e decerto é que este governante não teve em linha de conta os sinais dados pela economia, onde a expressão do vinho comum é então muito superior à desses vinhos.

Por isso, inicialmente, a demarcação inclui só os designados vinhos típicos, como o Porto, Madeira, Carcavelos e moscatel de Setúbal. Após forte pressão por parte do vinho corrente, o diploma⁴⁰⁴ acabou mesmo por enquadrar mais um tipo de vinho, o comum, aí designado de pasto, regional. E foram atribuídas demarcações às regiões de Colares, Bucelas, Dão, Bairrada, Borba, Torres, Cartaxo, Alcobaça, Douro (puros), Minho (vinhos verdes) Amarante, Basto, Fuzeta e Monção. As quais, em boa parte, foram inúteis, nomeadamente pela falta de regulamentação do comércio, isto é, em relação ao vinho comum, só foram devidamente regulamentadas as regiões do Dão, a 25 de maio de 1910; Bucelas, a 3 de março de 1911; Colares, a 7 de março de 1911; e vinhos verdes, a 10 de dezembro de 1926, sendo que as restantes regiões ficaram a aguardar o respetivo enquadramento, a exemplo da região vinícola de Torres Vedras. A qual acabou por ficar altamente prejudicada por esta demarcação, pelo motivo em cima referido (a falta de regulamentação do comércio); ao que parece, esta opção por parte do Estado foi voluntária e o seu propósito foi refrear a concorrência entre esta região e a região duriense. Se assim for, confirma-se o tratamento desigual dado por parte do Governo em funções em 1908 em relação a certas regiões produtoras do vinho comum nacional.

Relativamente à plantação da vinha pode dizer-se que a legislação referida obrigou ao seu condicionamento, isso pode ser percebido através da leitura do «preâmbulo do Decreto de 2 de Dezembro de 1907, que determinava a suspensão, durante três anos, da faculdade de plantar vinhas nos terrenos situados abaixo da cota de 50 metros» (Amaro, 2017: 125). Diga-se em bom rigor que este preâmbulo é muito importante, sobretudo porque é o espaço escolhido pelo Governo para a justificação «política e económica de todo o pacote legislativo sobre a questão do vinho» (Amaro, 2017: 125). Por conseguinte com esta orientação a região

⁴⁰² Ver Pereira (2007: 12).

⁴⁰³ Ver Amaro (2017: 124).

⁴⁰⁴ *Diário da República* (série 1, n.º 104, 11 de maio de 1907).

vinícola de Torres percebeu que a resolução dos seus problemas iria certamente ser adiada e que muito provavelmente eles até se poderiam perpetuar no tempo por falta de regulamentação. E do mesmo modo percebeu, que as iniciativas do Governo, mais uma vez e a exemplo de outros, pretenderam salvaguardar só e só os interesses da região duriense⁴⁰⁵, desta feita pela mão de João Franco – um homem que prometeu defender os privilégios concedidos ao vinho do Douro. Ao entrarmos na análise da política do setor agrícola da 1.^a República foi por nós constatado, que entre outras coisas, o novo regime herdou um problema mal resolvido com fortes implicações no vinho e na própria agricultura no geral, estamos a falar da redistribuição da propriedade.

De acordo com a perspetiva de Maria Cândida Proença, «entre 1910 e 1914, a situação da agricultura pouco se alterou em relação aos velhos problemas herdados da Monarquia. No Parlamento, foram apresentadas algumas tímidas propostas para realizar uma reforma agrária que nunca entusiasmaram os principais dirigentes republicanos, e nem chegaram a ser convenientemente discutidas» (Proença, 2015: 634). É certo que a lei de 1899 estimulou o arroteamento e isso pode ser percebido por exemplo até ao período da Grande Guerra. No entanto, como bem faz notar esta autora, o problema acabou mesmo por transitar para a Primeira República. E aí as iniciativas caíam por terra umas a seguir às outras: lembre-se a do designado *casal de família*, de António Granjo, em 1920, ou em 1925, a de Ezequiel Campos, relativa à *reforma agrária*. A primeira procurou resolver o problema do parcelamento da propriedade; a segunda, a da arrumação da propriedade em Portugal⁴⁰⁶. Entre as poucas propostas que não caíram conta-se a do crédito, destinado principalmente ao arroteamento de terras. Como bem assinala Miriam Halpern Pereira, «embora não tenha havido inicialmente grandes alterações da política económica, tomaram-se algumas medidas, como a lei de 7 de abril de 1911 sobre o crédito agrícola, pela mão de Brito Camacho, ministro do Fomento, multiplicando-se em todo o país sindicatos agrícolas e caixas económicas mútuas que eram condição indispensável para a sua utilização» (Pereira, 2016: 163). No Sul esta iniciativa ajudou a desenvolver a agricultura⁴⁰⁷ e nela a vitivinicultura de Torres⁴⁰⁸, a braços com a falta de crédito⁴⁰⁹. Finda a guerra e até ao colapso do regime o vinho comum e entre este o de Torres continuou a expandir-se, tanto em extensão como em produção, desta feita a um menor ritmo e por isso mesmo com um menor alargamento ao nível da área de vinha⁴¹⁰.

Uma vez que era persistente a irregularidade na produção, «as habituais crises periódicas» teimavam em não desaparecer (Marques, 1974: 190), e como em tempos antecedentes

⁴⁰⁵ Ver Pereira (2007:15).

⁴⁰⁶ Ver Marques (1974: 192-193).

⁴⁰⁷ Ver Pereira (2016: 163).

⁴⁰⁸ Ver Matias (2001: 129).

⁴⁰⁹ Ver Rodrigues (1998: 17).

⁴¹⁰ Ver Marques ([1978]: 154).

e à sua semelhança, elas estão bem presentes na 1.^a República⁴¹¹. A grande verdade é que a política (vitivinícola) republicana não resolveu também os problemas do vinho de Torres: como bem mostra António Batalha Reis, só mais tarde, no tempo do Estado Novo, isso será tentado na esfera da organização corporativa do setor do vinho – no vinho corrente, através da FVCSP⁴¹² e da JNV. Estes Organismos, pelo que aferimos, tiveram a seu cargo a difícil missão de organizar a economia do vinho comum, incluindo a do centro produtor de Torres Vedras. Antes de iniciarmos a análise das políticas do Estado Novo para o subsector do vinho em Portugal, isto é, a política vitivinícola baseada no quadro institucional e político saído da Constituição de 1933, não podemos deixar de lembrar que este período foi precedido por um tempo em que ocorreu um evento trágico na economia global, o qual parece ter influenciado quer o vinho de Torres no exterior quer as políticas do subsector do vinho: referimo-nos em concreto à Grande Depressão (e ao funcionamento do mercado), que muito prejudicou o escoamento do excedente de produção do centro produtor estudado, assim como o dos restantes centros produtores de vinho comum do país. Disso dá conta Dulce Freire:

«A Grande Depressão não passou despercebida nas áreas mais envolvidas na economia de mercado, como acontecia com as que estavam integradas na FVCSP. Tanto mais que, sendo a exportação de vinho um dos ramos da economia mais afectados, a redução dos negócios teve repercussões nas quantidades adquiridas e nos preços pagos à lavoura. Se a recuperação dos negócios do vinho tivesse acompanhado a de outros produtos, em 1933, já não se sentiriam os efeitos da crise de 1929. No entanto, devido às enormes colheitas no sector vitivinícola a conjuntura negativa prolongou-se e acompanhou todo o período de existência da FVCSP» (Freire, 2002: 177).

Como também as fontes por nós fontes consultadas, em específico referimo-nos aos diversos artigos encontrados na imprensa periódica regional. Nomeadamente aos do jornal *Alta Extremadura* publicados em 1935, nos números 76 e 78. Veja-se no primeiro destes artigos cujo título é «O magno problema: a crise vinícola», onde está vertida uma boa descrição, a nosso ver, sobre a situação regional, com «proprietários arruinados e sem recursos», jornalheiros que «não ganham o suficiente para o sustento das suas famílias», «situação gravíssima» e «fome [...] em muitos lares». Em conclusão, o jornalista escreveu que a «Federação tal como se acha organizada, conseguiu produzir alguns apreciáveis benefícios [...]» «hoje impotente para resolver tão grave problema». O segundo artigo com o título «O problema vinícola: a Associação Comercial de Torres Vedras representa junto da Câmara Corporativa»,

⁴¹¹ Ver *Magazine Portugal* (1934, n.º 1: 8), «Ouvindo a direcção da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal».

⁴¹² Ver *De Portugal* (1934, n.º 1: 14), «Torres Vedras, terra de vinho».

fala em «gravíssimo problema vinícola que afecta já todas as classes desta região» e em «crise de sobreprodução». Portanto estas fontes dão a ver o efeito da crise de 1929 no vinho corrente e muito em especial no do centro produtor de Torres Vedras. Assim como revelam qual foi a resposta por parte do Estado a esta conjuntura muito negativa, com recurso a um instrumento poderoso, leia-se FVCSP, que na região estudada tudo fez para combater tão violenta conjuntura. É isso que vamos procurar de seguida dar a perceber ao nosso leitor na esfera da política vitivinícola do Estado Novo, sim porque só agora se pode falar em pleno nesta política. Para um primeiro contacto com ela torna-se necessário ao leitor conhecer os objetivos políticos do regime, anunciados desta maneira no começo da primeira legislatura:

«A estabilidade da Presidência da República, a força do Governo, a segurança interna, a confiança pública, a formação de forte consciência nacional – garantias essenciais da ordem e do trabalho na paz – são conquistas definitivamente asseguradas. O alto pensamento e propósito de promover a união dos Portugueses para o engrandecimento pátrio pela coexistência pacífica das opiniões, pela combinação possível das melhores tradições e das inovações verdadeiramente progressivas e benéficas, pela conciliação dos interesses nas relações económicas e sociais predomina felizmente nas leis, nos costumes e nos factos.

A obra de ressurgimento material e moral do Estado e da Nação exigida pelo atraso e abatimento gerais foi traçada com a largueza compatível com os recursos e ainda assim empreendida com tão vigoroso impulso como não se havia ainda presenciado em tão curto lapso de tempo. Estão bem cimentados os alicerces e, adiantados ou completados os estudos que em vários campos se ordenaram, ver-se-á como mais rapidamente ainda sobem os muros da construção na esfera da assistência, da justiça, da instrução, das obras públicas, e das comunicações, do comércio e da agricultura, a que dão consistência e estímulo a ordem das finanças e o equilíbrio do Tesouro» (Serrão, 2008: 18).

Como pode ser observado na descrição em cima, o desenvolvimento da agricultura de Portugal foi uma das principais prioridades para o Governo de Salazar, em grande medida porque, no nosso país, o rendimento que ela gerava para os cofres nacionais colocava-a no primeiro lugar no *ranking* da economia portuguesa⁴¹³. O poder estava mesmo nos campos, por isso vemos o Estado português preocupado com a lavoura até ao termo da década cinquenta, assim como com as suas elites fundiárias, com políticas à medida dos seus interesses. Falamos em concreto dos *latifúndios dos campos do Sul*, dos *grandes patrimónios fundiários do Norte* e das *grandes casas agrícolas do centro vinícola*⁴¹⁴. Segundo Adélia Nunes,

⁴¹³ Ver Baptista (1993: 7).

⁴¹⁴ *Ibidem*. Ver também Rosas ([s.d.]: 245).

em finais da década de cinquenta, cerca de metade do solo nacional era agrícola, isto é, mais de 4 700 000 de hectares já estavam a ser usados para as diferentes culturas agrícolas⁴¹⁵. Facto em si que não deve causar estranheza, uma vez que estava em perfeita sintonia com a linha da política económica traçada pelo Estado Novo, na década de trinta, que assentava nos seguintes pilares: *busca da autarcia, nacionalismo económico e intervencionismo económico do Estado*. E tinha como grande propósito atingir a *estabilidade e o equilíbrio económico, social e político*⁴¹⁶. «Como instrumentos fundamentais de concretização destas orientações genéricas de política económica – se é que disso, em rigor, que se pode falar neste período – poderíamos indicar os seguintes: o equilíbrio orçamental e a reforma do crédito; a política de infraestruturas (as ‘obras públicas’); a organização corporativa; o condicionamento industrial; o papel do sector estatal da economia e a contenção dos custos do trabalho» (Rosas, [s.d.]: 252). A face visível desta política (que agora já a podemos designar de vitivinícola) no vinho comum, a partir de 1933, foi a Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal, e a partir de 1937, foi a Junta Nacional do Vinho.

Este último Organismo, criado em 1937, conduziu os destinos do vinho sob sua alçada por um longo período, que se prolongou até 1986. Nesta política estão de igual modo inseridos os Grémios⁴¹⁷. No que diz respeito à região de Torres Vedras, pode dizer-se que a Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal, a Junta Nacional do Vinho e o Grémio de Vinicultores do Concelho de Torres Vedras tudo fizeram, pelo que aferimos, em prol do vinho local⁴¹⁸. Em síntese, no Estado Novo foram concebidas «três modalidades de organismos de coordenação económica: comissões reguladoras, institutos e juntas. Estes organismos, que não faziam parte da pirâmide corporativa, foram instituídos na segunda metade dos anos 30, devendo ser dissolvidos quando fossem criadas as corporações. Mas tal nunca chegou a acontecer. Tinham amplas capacidades para intervir nos principais sectores económicos e estavam em estreita ligação com os órgãos centrais de decisão do Estado» (Freire, Ferreira e Rodrigues, 2014: 13). As juntas, a exemplo da criada para o subsector do vinho, e neste para o vinho comum, tinham como missão pôr ordem na economia desta bebida. Por isso desempenhavam «amplas funções públicas de regularização dos mercados, adoptando, entre outras, as seguintes formas de actuação: fixação e controle dos preços; fiscalização das

⁴¹⁵ Ver Nunes (2002-2004: 91-92).

⁴¹⁶ Ver Rosas ([s.d.]: 251).

⁴¹⁷ Ver Freire, Ferreira e Rodrigues (2014: 67).

⁴¹⁸ Para a FVCSP, ver *Alta Extremadura* (1934, n.º 49: 3), «A Federação dos viticultores nos seus primeiros tempos: olhando ao aperfeiçoamento dos serviços»; e *De Portugal* (1934, n.º 1: 14), «Torres Vedras, terra de vinho». Para a JNV, ver *Vida Rural* (1955, vol. 4, n.º 108: 16-18), «A Junta Nacional do Vinho perante a crise vinícola»; e *Vida Rural* (1961, n.º 446: 17), «A viticultura de Torres Vedras manifestou os seus agradecimentos à Junta Nacional do Vinho». Para o Grémio, ver *Alta Extremadura* (1935, n.º 83: 1), «Homenagem ao primeiro Grémio de viticultores»; e *Alta Extremadura* (1935, n.º 84: 4), «Homenagem ao primeiro Grémio dos vinicultores».

actividades; concessão de subsídios, empréstimos e apoio técnico; intervenções directas através da compra, venda e armazenamento de produtos» (Freire, Ferreira e Rodrigues, 2014: 18). Disto deu conta Mário Santos, delegado da JNV em Torres Vedras, numa entrevista dada em 1938 ao jornal regional *O Torreense*⁴¹⁹. A nível local estas políticas foram em certos períodos bem acolhidas e noutros rejeitadas: no que toca à primeira situação pode ser indicado o ano de 1961⁴²⁰; em relação à segunda, o ano de 1975⁴²¹.

Como bem fez notar Fernando Oliveira Baptista, «a questão central a que se esperava que estes organismos respondessem era, sem dúvida, o escoamento da produção e o problema dos preços» (Baptista, 1993: 216). A provar o esforço para que este objetivo fosse atingido estão os inúmeros testemunhos sobre a ação da FVCSP e da JNV em Torres Vedras. E nem mesmo o 25 de Abril pôs em causa este modelo: «[...] as transformações económicas resultantes do processo político iniciado em 1974 contribuíram ainda mais para a intervenção do Estado na economia em geral, e no sector vitivinícola em particular» (Simões, 1994: 138).

Balanço do capítulo

Em relação ao balanço deste capítulo, há a dizer o seguinte: seleccionámos e analisámos neste espaço, que de forma transversal cobre todo o recorte cronológico da nossa Tese, um conjunto de temas, decerto centrais na economia do vinho de Torres. Aos quais decidimos chamar *as grandes questões do vinho torriense*, pela grande influência e pelo grande impacto que tiveram na evolução do vinho comum da região vinícola de Torres Vedras. E porque, estas questões, no seu conjunto, podem realmente esclarecer uma boa parte da história do vinho local, em duas das mais importantes esferas: em concreto, falamos, da produção, e do mercado. Portanto, na prática, para atingirmos este objetivo estávamos obrigados a discutir, neste capítulo, questões como: as grandes doenças da vinha oitocentista (referimo-nos em específico ao oídio, à filoxera, e ao míldio), o impacto da(s) política(s) vitivinícola(s), as razões e a natureza dos desequilíbrios do vinho regional e o seu carácter recorrente, o financiamento na esfera do vinho corrente, a (falta de) qualidade, o (elevado) preço do vinho de Torres, as (conhecidas) adulterações deste vinho, a tendência para a sobreprodução, a composição do tecido produtivo regional, a rede local de adegas cooperativas, a área ocupada pela vinha no concelho de Torres Vedras, o escoamento normal do vinho de Torres, a importância de cada freguesia na economia concelhia, as castas predominantes da viticultura torriense, o processo

⁴¹⁹ Ver *O Torreense* (1938, n.º 25: 10), «A Junta Nacional do Vinho: quais os seus fins e organização».

⁴²⁰ Ver *Vida Rural* (1961, n.º 446: 17-18), «A viticultura de Torres Vedras manifestou os seus agradecimentos à Junta Nacional do Vinho pela nova intervenção no mercado e pelas novas directrizes do Organismo».

⁴²¹ Ver *Vida Rural* (1975, vol. 44, n.º 1132: 18), «A grave situação da viticultura posta em relevo em importante reunião dos produtores da região de Torres Vedras».

de fabrico deste vinho, o seu custo de produção, e por fim, o papel de instituições como a Estação Vitivinícola Nacional.

Por outro lado, ao identificarmos os grandes temas do vinho de Torres, estamos indubitavelmente a reorganizar a sua história, e a apontar pistas para possíveis linhas de pesquisa futuras. A saber, deveras importantes na esfera do vinho comum nacional, desde logo, porque aí ele era centralíssimo. Portanto, quanto maior interesse conseguirmos despertar na ciência, mais estudos surgirão em breve a aprofundar o conhecimento por nós produzido no quadro das grandes questões do vinho estudado: em específico, estamos a falar, nas grandes doenças da vinha do século XIX, na política vitivinícola, na natureza das crises do vinho regional e no seu carácter recorrente, no financiamento do setor, na qualidade, no preço do vinho de Torres, e nos restantes temas analisados neste capítulo. Esclarece-se, ainda, que em oposição ao pensamento inicial sobre as questões em perspetiva, na região vinícola de Torres Vedras, estas temáticas estão pouco estudadas, assim, estão disponíveis, pela própria novidade e pela pertinência, tendo em vista a explicação do vinho dos importantes centros produtores do Oeste.

A título de conclusão da análise em epígrafe julga-se útil a formulação da seguinte pergunta: afinal o que é que mais influenciou a história do vinho de Torres? Segundo a nossa interpretação, o que mais influenciou a história deste vinho não foi uma causa mais sim um conjunto de causas que de seguida passamos a indicar: a saber, ela dependeu sobretudo das políticas económicas, das dinâmicas e oportunidades de mercado, das estruturas produtivas locais, das cadeias de negócio, das infraestruturas de transporte (*máxime* o caminho-de-ferro), de fatores extraordinários (*máxime* as doenças da vinha), e das questões técnicas. Portanto variadas causas; e foi na verdade isto que procurámos mostrar ao longo dos seis capítulos nos quais esta Tese está estruturada.

CONCLUSÃO

Neste balanço conclusivo final, começamos por dizer que a pesquisa, no seu todo, permitiu reunir um conjunto de fontes e um conjunto de estudos, que possibilitaram dar resposta ao essencial do quadro problemático formulado na introdução e que serviu de guia à construção desta Tese. No que respeita à questão principal e à hipótese de partida, estamos em condições de afirmar que a relação com o mercado e as características desse mercado foram o principal fator que condicionou a evolução do vinho de Torres. Especialmente por duas razões, uma é a elevada dependência do principal mercado; a outra é a enorme produção da região vinícola de Torres Vedras. Isto é muito nítido na cronologia coberta pelo estudo, olhemos então para os fenómenos patentes em cada uma destas situações: em relação à produção, parece certo afirmar que a vitivinicultura da região estudada fabricou um produto à medida do seu mercado prioritário, Lisboa. Se dúvidas houvesse, elas facilmente podiam ser dissipadas pela observação do quadro 1.1 (do capítulo 1). No fundo, e apesar de todas as diferenças, acaba por ser a mesma receita da região duriense, com o vinho do Porto, ou seja, um produto pensado para um mercado exclusivo. Se por um lado foi bom, porque o grande mercado do vinho corrente tinha à sua disposição o produto que desejava, por outro foi mau, porque o centro produtor de Torres Vedras ficou excessivamente dependente e à mercê da sua capacidade de consumo. E ainda nas mãos de um comércio quase sempre sem rédeas, mixordeiro por sinal, que para lá queria despejar, sem nunca parar, vinho e mais vinho. Attingido o limite da capacidade do mercado da capital, aparecia o problema. Isto é, as sobras do vinho, amiúde causa de pobreza no seio da agricultura do concelho de Torres Vedras.

A primeira situação anda mesmo de mãos dadas com a segunda. Por outras palavras, como o mercado alfacinha não conseguia absorver toda a produção deixava com frequência o centro produtor de Torres Vedras a braços com crises de sobreprodução, ao que parece crónicas, aliviadas somente nas décadas de 50 e de 90 do século XIX quando as grandes doenças da vinha (oídio e míldio) impuseram uma redução forçada da oferta. Mais: por causa destes problemas, a região vinícola de Torres Vedras estava obrigada a encontrar destino para as sobras do seu vinho, que tinha sido pensado, quase em exclusivo, para o mercado da capital. O vinho muito mau era, grosso modo, encaminhado para o alambique; o menos mau era encaminhado para o estrangeiro. Portanto, por estas razões, e por outras apontadas ao longo dos vários capítulos da Tese, conclui-se que a relação com o mercado condicionou a evolução do vinho de Torres. A problemática relativa à identificação dos mercados deste vinho está assim em parte esclarecida: Lisboa e a própria região são os maiores mercados do vinho de Torres. Quanto ao excedente da produção torriense, as famosas sobras, foram sobretudo escoadas nos seguintes destinos: entre 1850 e 1930, Brasil, França e colónias

portuguesas. Com tempos mais e menos favoráveis: no caso do Brasil os melhores tiveram lugar entre 1865-84 e 1890-1914, os piores entre 1920-29; no de França, seguindo a mesma ordem, tiveram lugar entre 1880-89 e 1915-30, os piores entre 1865-69 e 1895-1909; e por fim, no caso das colónias, os melhores tiveram lugar entre 1900 e 1914 e os piores entre 1885 e 1889. A crise da filoxera e a Grande Guerra, em França, apesar de temporários, abriram um grande mercado no exterior e chegaram mesmo a obrigar a região a desviar quase todo o seu excedente de produção para lá. Estes dois momentos altos do vinho estudado foram vividos com forte euforia pela vinicultura de Torres Vedras.

O Estado Novo, como foi explicado no corpo da Tese, optou pelo mercado das colónias portuguesas para escoar as sobras do vinho comum. Por isso, durante a vigência do regime o excedente da produção de Torres Vedras rumou ao Ultramar português, com especial dinamismo entre 1950 e 1969. Como bem lembrou Fernando Oliveira Baptista, «no período 1930-72, mercê duma política deliberada, o mercado colonial tornou-se um escoadouro importante do vinho comum»⁴²². A Revolução quebrou o bom ritmo do escoamento no mercado colonial e, por esse motivo, o novo regime ficou obrigado a encontrar outros mercados alternativos. União Soviética, República Federal da Alemanha e França estão entre os destinos que então se mostraram recetivos ao consumo do vinho comum nacional, logo foi para aí que foi dirigido o excedente de Torres Vedras. No entanto, entre 1975 e 1986, estas exportações ficaram aquém dos volumes registados nos bons anos do mercado colonial: na União Soviética teve o seu melhor momento entre 1975 e 1979, e na República Federal da Alemanha e na França entre 1985 e 1986. Estas são as conclusões respeitantes ao peso de cada mercado. No que concerne à questão da concorrência, o estudo permitiu concluir que o vinho de Espanha foi o maior concorrente do vinho de Torres. Menos nocivos, mas nem por isso menos fortes foram os vinhos de França e da Itália. O preço e as adulterações da bebida são então o calcanhar de Aquiles do vinho de Torres, e do restante vinho comum nacional. Quanto ao preço, se considerarmos estes três concorrentes, era o mais elevado dos três no mercado externo; quanto às adulterações, pode dizer-se que prejudicaram seriamente, ao longo do tempo estudado, a região de Torres Vedras.

Outra temática sensível nesta região vinhateira diz respeito ao impacto das mais severas enfermidades oitocentistas: falamos dos grandes males da vinha da segunda do século XIX, que tanto afetaram a vinicultura local. O que fez correr mais tinta foi o que teve origem num inseto, a filoxera, porque se, num primeiro momento, graças ao desfaseamento cronológico da propagação da doença, abriu as portas do grande mercado de França, pouco depois viria também a devastar os próprios vinhedos torrienses. Mas as doenças vitícolas que mais marcas deixaram foram as que tiveram origem num fungo, isto é, o oídio e o míldio – o primeiro

⁴²² Ver Baptista (1993: 222).

porque obrigou à modernização da cultura numa região avessa a mudanças e porque foi responsável por enormes quebras na produção vinícola, as maiores e mais prolongadas até à sua chegada; o segundo porque foi responsável pelas fortes quebras da produção dos primeiros anos da década de 90 de oitocentos. Estas foram as conclusões a que chegou o estudo sobre as grandes doenças e a praga da vinha de Torres Vedras oitocentista.

As próximas conclusões dizem respeito à problemática alusiva à vinificação e à sua marcha na região em perspetiva. A impreparação técnica (largamente explicada pela fragilidade económica) da maioria dos vinicultores torrienses foi efetivamente um sério obstáculo à boa vinificação. É certo que uma minoria endinheirada produzia bom vinho e acompanhava a modernidade do mundo vinhateiro europeu, e certo é que tinha de se combater o mau vinho, que estava nas mãos dos mais pobres. Ao que parece isso só foi verdadeiramente tentado no tempo governado pelo Estado Novo, falamos em concreto do apoio técnico e da fiscalização. A cargo, na primeira situação, das adegas cooperativas e da Estação Vitivinícola Nacional, na segunda, das brigadas de fiscalização da Junta Nacional do Vinho. Portanto, só a partir desta altura se pode falar de uma ação continuada e consistente visando melhorar a qualidade do vinho produzido na região.

Relativamente à questão dos transportes, uma questão fundamental num setor e numa região produtora dependentes do acesso ao mercado, o estudo concluiu que o caminho de ferro de carril duplo revolucionou o transporte do vinho em Torres Vedras e encurtou distâncias, por exemplo face ao mercado principal da bebida e face ao Porto de Lisboa, a porta de saída deste vinho para o mercado exterior. Antes de o comboio chegar à região, o vinho de Torres era transportado em odres «sobre o dorso de muares»⁴²³, em carroças para transporte de vinhos e em barcos. Se ao transporte juntarmos a periferia da região, então é fácil perceber-se porque é que o comboio ficou ligado ao progresso da economia do principal produto regional. Com o comboio, o vinho passou efetivamente a chegar ao mercado da capital com menos acidentes e em melhores condições, como também ao mercado estrangeiro; veja-se a título de exemplo que, no Estado Novo, a carga chegava mais rápida e em melhores condições ao Entrepasto Colonial do Porto de Lisboa e aos navios que por sua vez a transportavam para o mercado Ultramarino português.

No que concerne ao enquadramento institucional da atividade vitivinícola, cabe destacar, a importância que assumiram os Organismos criados pelo Estado Novo no vinho de Torres. Como escreveu António Batalha Reis, em 1934, no periódico *De Portugal*, a Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal foi mesmo a melhor solução para resolver os problemas da economia do vinho de Torres, quer dizer, a melhor receita para salvar a região

⁴²³ Ver *De Portugal* (1934, n.º 1: 14), «Torres Vedras, terra de vinho».

estudada da «ruína total»⁴²⁴. Esta agonia, crónica por sinal, mostra-se mais severa com a crise causada pela sobreprodução do final do século XIX, sem solução à vista, e chegou às mãos da ditadura em condições muito preocupantes. Filha torriense, a FVCSP não poupou esforços no que toca às ajudas, mas as condições da conjuntura e os comportamentos da produção e do comércio em nada facilitaram a sua missão, o que não a impediu de honrar os seus compromissos. Pelo contrário, deu-lhe alma, como bem observou Mário Galvão: o primeiro presidente da Federação lembrou por diversas vezes que desde a sua criação, em 1933, até à sua extinção, em 1937, o organismo esteve sempre na linha da frente do financiamento à produção e da compra de vinho no mercado.

A Junta Nacional do Vinho, que lhe sucedeu, herdou o enorme fardo da sobreprodução, bem como os princípios que presidiam à Federação, por isso tudo fez para a combater. Os restantes problemas de igual modo foram combatidos, na maior parte das vezes com um instrumento que se revelou muito eficaz, referimo-nos às adegas cooperativas. Com maiores poderes, a JNV cedo moveu guerra ao mau vinho e aos problemas estruturais da região vinícola, e tal como no caso do organismo primitivo isso valeu-lhe elogios e ódios por parte da agricultura de Torres Vedras, entre 1937 e 1986. Outro organismo que se bateu pela valorização do vinho de Torres e pelo saneamento dos problemas do maior produto da economia regional foi o Grémio de Vinicultores do Concelho de Torres Vedras. Incansável e, ao que parece, profundo conhecedor dos problemas que atormentavam a vitivinicultura local, o GVTV foi um aliado de peso da produção torriense. Veja-se, por exemplo, no caso da cultura, onde a instituição prestou a tão necessária assistência técnica à viticultura. Na região de Torres Vedras viveu bons e maus momentos: nos primeiros foi homenageado; nos segundos criticado por parte de uma massa de produtores em geral pouco instruídos. As adegas cooperativas locais parecem ser recebidas de braços abertos em Torres Vedras, em boa parte devido à fragilidade do tecido produtivo, ao mau vinho e ao problema da sobreprodução. Certo é que as adegas foram determinantes na economia do vinho da região estudada. Não só cedo se tornaram as maiores empresas locais, como também eram as responsáveis pelo vinho de qualidade que à altura estava em contraciclo com o produzido pelas suas congéneres estrangeiras, responsáveis então pelo vinho sem qualidade. A JNV, ao dar vida às adegas cooperativas, deu vida a «uma vasta obra de apoio à vinicultura», uma boa amostra dessa ação está na região de Torres Vedras. Em suma, as adegas cooperativas do concelho de Torres Vedras cedo procuraram debelar os problemas da produção e cedo procuraram cumprir os objetivos para elas anunciados – falamos do armazenamento, comercialização e defesa das pequenas explorações agrícolas. Estas foram as conclusões a que chegámos a respeito da

⁴²⁴ *Ibidem*.

problemática pertencente às adegas cooperativas locais e a sua importância no seio do vinho de Torres.

Quanto à problemática atinente à expressão dos vinhateiros junto do poder, o estudo concluiu que o poder andou de mãos dadas com o vinho em Torres. Dissemos lá atrás que, no tempo estudado, vinho era poder e poder era vinho, no concelho em perspetiva. Este é o quadro que parece definir melhor a relação vinho-poder, com as elites vinhateiras torrienses a ocuparem lugares de destaque dentro e fora do concelho. António Batalha Reis é uma dessas figuras: a ação deste ilustre agrónomo em muito beneficiou o vinho da região investigada. A título de exemplo indicamos as seguintes situações: esteve à frente da Escola de Viticultura de Torres, da Estação Torreana de Fomento Agrícola e da Estação Ampelo-Filoxérica do Sul; criou as bases que regeram a exportação do vinho comum para França; coordenou exposições vinícolas no país e no estrangeiro; foi autor de importantes trabalhos sobre a vinha e o vinho; colaborador de periódicos, nacionais e internacionais; e, por último, foi o grande impulsionador do Museu Nacional do Vinho (que devia ter sido instalado em Torres Vedras). Muito importante foi também o torriense Mário Galvão, o primeiro presidente da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal, que no interior do Organismo se bateu pelos interesses do centro produtor de Torres Vedras. De igual modo, João Ferreira Rijo, no seio do Grémio de Vinicultores do Concelho de Torres Vedras, o primeiro presidente desta instituição e um dos maiores vinicultores deste concelho, lutou com todas as suas forças para ajudar os colegas. António Vitorino França Borges, também ele um grande vinicultor da região, deu grande prioridade ao vinho de Torres como Administrador do concelho e como presidente de Câmara Municipal. Por conseguinte, pode dizer-se, com segurança, que foi grande o impacto das elites vinhateiras junto do poder.

Num setor, como o da vinha e do vinho, com forte dependência da tecnologia, a formação e a investigação científica e tecnológica têm um papel fundamental. A região enfrentou sempre muitos problemas a este respeito que afetavam a qualidade e a imagem dos vinhos de Torres. Por isso, cabe destacar as iniciativas desenvolvidas nesse domínio. Elas estão sobretudo ligadas a duas instituições, a Quinta da Viscondessa e o Posto Agrário de Dois Portos (Estação Vitivinícola Nacional). No que concerne à primeira, hospedou três estruturas indispensáveis ao desenvolvimento da agricultura local: referimo-nos à Estação Torreana de Fomento Agrícola, à Escola de Viticultura e à Estação Ampelo-Phylloxérica do Sul. Este polo de saber permitiu dinamizar em muito o vinho da região. Por exemplo, à Escola de Viticultura coube a tarefa de formar técnicos qualificados, vitais aí à modernização da cultura da vinha. No que concerne ao Posto Agrário de Dois Portos, este proporcionou, de igual modo, instrução prática agrícola entre a população rural. Esta instituição científica produziu, ao longo do tempo, saberes nos domínios da viticultura e da enologia, fundamentais ao melhoramento do

vinho de Torres. O estudo conduziu-nos a estas conclusões sobre a problemática alusiva ao peso da ciência e da técnica nos avanços da vitivinicultura da região de Torres Vedras.

No que diz respeito às particularidades da produção concelhia e à sua hierarquia, o estudo chegou às seguintes conclusões: a freguesia de Dois Portos era a freguesia número um na economia do vinho do concelho de Torres Vedras, de acordo com os indicadores importância económica e influência na economia. As freguesias de São Mamede da Ventosa e de Cunhados seguiam-se-lhe, respetivamente, no segundo e terceiro lugares. Mais importante ainda é a caracterização do tecido produtivo. O concelho acomodou um elevado número de vinicultores (6273), nele o pequeníssimo vinicultor (até 5 pipas), por um lado, dominou na sua classe (48,4%), por outro, não dominou na produção concelhia, onde somente tinha uma expressão de 10,4%. Bem como acomodou uma elevada população (47 917 habitantes), que na sua larga maioria dependia da economia do vinho de Torres para a sua sobrevivência. Em relação às castas, as preferidas dos vinicultores da região eram: nas tintas, Tinta Miúda, João Santarém e Grand-Noir; nas brancas, Vital, Fernão Pires, Rabo de Ovelha, Tamarez e Jampal. O fabrico do vinho foi um verdadeiro quebra-cabeças para boa parte dos vinicultores torrienses, a consequência esteve sempre à vista: falamos do vinho com defeito, que ensombrou o bom-nome da região e muito prejudicou os produtores que bem vinificavam neste concelho.

Sobre a problemática referente à natureza dos produtores e dos comerciantes do vinho de Torres, concluiu-se o seguinte: ao nível do perfil, o pequeno e médio vinicultor do concelho, em maioria na região, esteve sempre altamente motivado: era ambicioso, solidário quando se tratava da luta da classe, tinha fortes convicções, baixa instrução e poucas posses. É certo que o grande vinicultor, em minoria na região, tinha pontos em comum, nomeadamente a motivação, ambição, solidariedade e convicção, e certo é que tinha características próprias: a visão e as posses permitiram-lhe acompanhar a evolução da cultura dentro e fora de portas. A título de exemplo, indicamos António Batalha Reis, João Ferreira Rijo, José Augusto Lopes Júnior e António Vitorino França Borges. Quanto ao comerciante do vinho de Torres e ao seu perfil pode dizer-se que, de um modo geral, era muito ambicioso, fortemente motivado, aventureiro e não possuía grande instrução. Vinha à região de Torres Vedras à procura da boa fortuna e com pouca vontade de contribuir para o seu desenvolvimento. Claro está que houve boas exceções e a título de exemplo citamos Abel Pereira da Fonseca, José Maria Macieira e José Guilherme Macieira.

As próximas conclusões dizem respeito à problemática relativa ao custo da produção regional. Nesta matéria talvez seja mais correto falarmos em custos, isto é, o estudo concluiu que a produção concelhia teve vários custos por ano, se considerarmos as classes de produtividade e o «método da conta de cultura total». Veja-se, por exemplo, nos anos 1947 e 1951: no primeiro ano, o preço médio do concelho foi de 3\$23 (por classe: 1.^a – 2\$27; 2.^a – 2\$90; 3.^a – 3\$79; 4.^a – 5\$21); no segundo, o preço médio foi de 3\$06 (por classe, 1.^a – 2\$16; 2.^a –

2\$75; 3.^a – 3\$60; e 4.^a – 4\$95). Portanto, este tipo de cálculo, baseado nas classes de produtividade, possibilitou determinar o verdadeiro preço de custo da cultura no concelho de Torres Vedras.

No que respeita ao financiamento do setor, concluímos que este foi um dos mais sérios problemas na região. Em particular, porque havia muitos vinicultores sem recursos, um Estado também ele sem recursos, e porque não havia tradição nesta matéria. A documentação consultada (em fontes e estudos) mostrou que só às mãos do Estado Novo o problema crónico do financiamento viu alguma luz ao fundo do túnel. De duas formas, falamos do financiamento direto e do indireto: no primeiro caso, a cargo da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal, da Junta Nacional do Vinho e da Caixa Agrícola de Torres Vedras; no segundo, a cargo da Caixa Geral de Depósitos. Esta foi a fórmula encontrada pelo regime para o vinho comum de Torres Vedras e, ao que parece, ajudou a aliviar a enorme pressão na economia desta bebida.

Para último deixámos as conclusões relativas a duas problemáticas deveras importantes no quadro do vinho de Torres. Em primeiro lugar, no que toca ao efeito da política vitivinícola, o estudo concluiu que ela teve um impacto fortíssimo na economia deste vinho, num sentido negativo e num sentido positivo: a saber, fruto da alta dependência do produto vinho, por parte da região vinícola de Torres Vedras. E ao que parece também muito por culpa da própria política vitivinícola; se atendermos ao período 1850-1933, percebemos que ela pouco ou nada fez em prol do vinho da região estudada. Veja-se, por exemplo, a legislação de 1907/8: em teoria procedeu-se à demarcação da região vinícola de Torres e em teoria deviam desaparecer os problemas deste vinho, mas na prática, sem a necessária regulamentação de comércio necessária, a demarcação revelou-se completamente inútil. Adiando por isso a resolução dos graves problemas da economia do vinho de Torres, só mais tarde, no tempo do Estado Novo, com a organização corporativa do setor (baseada na Constituição de 1933), os problemas do referido vinho foram devidamente analisados e tiveram adequado tratamento.

E no que toca às consequências das crises do vinho corrente, o estudo concluiu, que elas parecem estar bem marcadas na economia do vinho de Torres Vedras. Diga-se em boa verdade que, também nesta situação, num sentido negativo e num sentido positivo: em concreto referimo-nos às consequências para o bem e para o mal dos três grandes períodos de desequilíbrio estrutural neste centro produtor (explicados lá atrás no corpo da Tese). Veja-se, por exemplo, em relação ao primeiro período: como aí foi dado a ver, «[...] vai de meados do séc. XIX ao início de 1880, e é caracterizado por uma subprodução relativamente às possibilidades de escoamento, tanto a nível interno como externo [...]» (Simões, 2005: 20), e este estudo teve o mérito e a possibilidade de obter resultados da sua forma mais severa, como é sabido por altura do oídio. Com ele a produção local teve enormes e prolongadas quebras, logo escoou muitíssimo menos vinho no seu mercado; foi obrigada a modernizar a cultura da vinha

na região de Torres Vedras, e sabido é que ela era muito avessa a mudanças; e a forte contestação que teve lugar na vila de Torres Vedras, a ele se deve, porque o ódio esteve inquestionavelmente na origem do desespero da sua agricultura.

Em suma, acreditamos que estes resultados, e de um modo geral todo o conhecimento produzido nesta Tese, vai ajudar a preencher várias das lacunas detetadas por alguns autores na historiografia que se tem ocupado com o estudo da economia do vinho comum nacional, uma vez que, de agora em diante, é possível conhecer melhor a história económica, em falta, do mais importante centro produtor de vinho corrente da região Oeste.

FONTES

Arquivo Municipal de Torres Vedras

Caixa 94. Nota de plantação de bacelos europeus e americanos, 1881-1891.

Caixa 94. Questionário de produção agrícola, 1898.

Caixa 94. Relação dos manifestos de produção e existência de vinhos, azeites, uvas e azeitonas – Dois Portos, 1916.

Caixa 94. Relação dos vinhateiros que se propuseram a participar numa exposição em Londres, 1874 e relação dos vinhateiros convidados a participar na Exposição de Londres, 1873.

Caixa 83. Estatística da produção de vinho tinto, branco e abafado, aguardente de 20 e 30 graus e aguardente de bagaço. 1916.

Constituição do executivo camarário: 1802-1974. Câmara municipal de Torres Vedras, 1992 [autoria: Maria João Munhá Antunes Calado Varela e Susana Maria Munhá Antunes Calado Varela].

Pasta 577 (1975). Comissão Municipal de Higiene. «Relação das destilarias de queima de vinho e de bagaço existentes nesse concelho».

Pasta 494 (1973), proc. 17 F. Estiva camarária.

Arquivo Histórico Militar

Processo individual do oficial do Exército António Vitorino França Borges. PT/AHM/FE/P.29/A/L7/7245.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Empresa Pública Jornal O Século, álbuns gerais n.º 60, doc. 3760M. O Presidente do V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho beijando a flor do rancho de Alenquer, 1938.

Empresa Pública Jornal O Século, álbuns gerais nº 60, doc. 3759M. O Presidente do V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho recebendo um cacho de uvas das mãos da Flor do rancho de Alenquer, 1938.

Empresa Pública Jornal O Século, álbuns gerais nº 60, doc. 3738M. Individualidades que vieram tomar parte no V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho, à sua chegada a Lisboa, 1938.

Arquivo fotográfico. EPJS/SF/001-001/0046/1838L. O ministro do comércio dando posse aos membros da Junta Nacional do Vinho. [Identificado no álbum] Dr. Pedro Teotónio Pereira, 1937.

Arquivo fotográfico. EPJS/SF/001-001/0030/1194I. Festas da cidade de Lisboa. A fragata em cuja decoração se exalta o vinho português, 1934.

Arquivo fotográfico. EPJS/SF/001-001/0030/1190I. Festas da cidade de Lisboa. O desfile do cortejo fluvial (vendo-se, no 1º plano, o barco do vinho), 1934.

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do Presidente, cx. 35, proc. 330/17, n.º 6. Ofícios da Junta Nacional do Vinho relativos ao protesto dos vinicultores de Torres Vedras e à obrigatoriedade de aquisição de aguardentes, 1938.

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do Presidente, cx. 13, proc. 17/6, n.º 1. Requerimento de documentação relativa aos armazenistas de vinho, feito pelo Deputado Augusto Pedrosa Pires de Lima, 1939.

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do Presidente, cx. 5, proc. 150/3, n.º 4. Pedido da Junta Nacional do Vinho para a redução da taxa de juro sobre os adiantamentos feitos pela Caixa Geral de Depósitos, 1938.

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do Presidente, cx. 5, proc. 160/3, n.º 11. Pedido de resolução do problema financeiro dos produtores de vinho de Torres Vedras, 1938.

Secretariado Nacional de Informação, cx. 1699. Correspondência recebida, 1937.

Secretariado Nacional de Informação, cx. 2111. Exposição Universal de Paris, 1937.

Arquivo Salazar, FI-12, cx. 210, capilha 14. Tributação sobre o vinho, 1933.

Companhia de Moçambique, n.º de ordem 2163, nº 268-AE 18. Associação Comercial de Lisboa: venda de vinho a indígenas, 1929.

Companhia de Moçambique, n.º de ordem 2163, nº 267-AE 17. Venda de vinho a indígenas. 1929.

Ministério do Interior, Direção-Geral da Administração Política e Civil, NT 702, pt. 844. Vinho manifestado, 1927.

MOPCI-DGA/A-B/9. Correspondência relativa a crises vinícolas, 1905.

MOPCI-DGA/A-A-6-63. NP. 1008, n.º 147. Inspeção de Circunscrição do Sul, 1887-1892.

Alfândegas de Lisboa, Alfândega do Consumo, liv. 7370, 1866-1870.

Arquivo dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra

Arquivo fotográfico. Código de referência: PT/APLSS/PL/02-03/01/3-02-029. Navio «Benguela» no Entrepasto Colonial.

Biblioteca Nacional de Portugal

Almocreve de Torres / Joubert – [s.i.: sn, ca 1835]. Lisboa: lith. de M. el Luiz. Litografia, p&b; 28X18,5 cm – «Costumes portugueses». Joubert, n.º 15. Cota do exemplar digitalizado: e – 1058 – p.

Hemeroteca Municipal de Lisboa

Gazeta dos Caminhos de Ferro, 1902-1986.

Núcleo de Arquivo, Biblioteca e Documentação do Instituto da Vinha e do Vinho

Arquivo fotográfico, n.º 2203. Mala com utensilagem laboratorial para fiscalização de produtos víquicos das Brigadas da JNV.

Arquivo fotográfico, n.º 2190. Desfile na Praça do Comércio das Brigadas de Fiscalização da JNV (2).

Arquivo fotográfico, n.º 2189. Desfile na Praça do Comércio das Brigadas de Fiscalização da JNV (1).

Arquivo fotográfico, n.º 2183. Cartaz de propaganda. Edição: JNV. [Autor: Mário Costa].

Arquivo fotográfico, n.º 2139. Cartaz de propaganda. Edição: JNV. [Autor: Mário Costa].

Arquivo fotográfico, n.º 1590. Mapa das regiões vinícolas. Edição: JNV. [Autor: Mário Costa].

Arquivo fotográfico, n.º 1140. Adega Triunfo (Rua dos Bacalhoeiros, nº 129). [Autor: Francisco Assis].

Presidências. FVCSP/JNV [consult. 28 setembro 2020]. Disponível em: <https://www.ivv.gov.pt/hp4/722/>

Relatório n.º 25. Relatório sobre o cadastro de vinhos da área da FVCSP no concelho de Torres Vedras. 19--. (JNV). [Produzido por José da Silva Louro].

Relatório n.º 38. Concelho de Torres Vedras: relatório do fabrico de vinhos de castas elementares (ano de 1947). 1948. (JNV). [Produzido por Alfredo Brandão].

Separata dos Anais da Junta Nacional do Vinho. O custo de produção do vinho no concelho de Torres Vedras: sua determinação pelo método da «conta de cultura total», 1951. [Produzido por Rogério V. de Oliveira].

Biblioteca Municipal de Torres Vedras

A Vinha de Torres Vedras, 1894-1919.

A Semana, 1887.

A Voz do Concelho, 1940-1942.
A Voz de Torres Vedras, 1888.
Alta Extremadura, 1932-1935.
Badaladas, 1948-1975.
De Portugal, 1934.
Gazeta de Torres Vedras, 1893-1894.
Gazeta de Torres, 1927-1933.
Jornal de Torres Vedras, 1885-1886.
Magazine Portugal, 1934.
O Torreense, 1919-1953.
Vida Rural, 1953-1979.

Arquivo fotográfico. Fundo local, PH0075. Vindimas, 19--.
Arquivo fotográfico. Fundo local, PH0076. Vindimas, 192--.

Biblioteca Nacional de Portugal

A vinha portuguesa, 1886.

Caixa Agrícola de Torres Vedras

Resenha histórica. Consult. 29 out. 2020. Disponível em: <http://www.ccamtv.pt/resenha.php>

Centro de Documentação do Museu do Vinho de Alcobaça

Gazeta das Aldeias, 1945-1964.
Notícias Agrícolas, 1933-1942.

Publicadas

Blogue Restos de Colecção. Fotografia da tomada de posse da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal. [Em linha], [consult. 28 de agosto de 2020]. Disponível em: <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2018/01/junta-nacional-do-vinho.html>
Estação Vitivinícola Nacional. História. [Em linha], [consult. 27 julho 2020]. Disponível em: www.iniav.pt/fotos/editor2/evn_historia.pdf

Audiovisuais

Filme de propaganda do V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho, 1938. Patrocinado pela JNV, [consult. 7 outubro 2019]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6jBCZaFzPLI>.

Outras fontes

Adega Cooperativa de Dois Portos

Arquivo de memórias. Fotografias.

Adega Cooperativa de São Mamede da Ventosa

Fotografia.

Blog Restos de Colecção

Junta Nacional do Vinho [consult. 28 agosto 2020]. Disponível em: <https://restosdecolecacao.blogspot.com/2018/01/junta-nacional-do-vinho.html>.

Macieira – Royal Old Brandy [consult. 19 fevereiro 2021]. Disponível em: <https://restosdecolecacao.blogspot.com/2019/10/macieira-royal-old-brandy.html>.

Governo

Diário do Governo, I Série, 1922.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Antonio Augusto de. *Conferencias sobre vinhos: vinhos estrangeiros*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1877.
- AGUIAR, Antonio Augusto de. *Conferencias sobre vinhos: vinhos portuguezes*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1876.
- AGUIAR, Antonio Augusto de, VILLA MAIOR, Júlio Máximo, e João Ignacio FERREIRA LAPA. *Memória sobre os processos de vinificação empregados nos principais centros vinhateiros do continente do Reino*. Coimbra: Academia do Vinho da Bairrada, 1999. [Fac-simile, vol. 2, 1868].
- AGUIAR, Antonio Augusto de, VILLA MAIOR, Júlio Máximo, e João Ignacio FERREIRA LAPA. *Memória sobre os processos de vinificação empregados nos principais centros vinhateiros do continente do Reino*. Coimbra: Academia do Vinho da Bairrada, 1999. [Fac-simile, vol. 1, 1867].
- AMARO, António Rafael. O Estado, o interesse nacional e o poder de pressão das elites regionais: a institucionalização da região vinícola do Dão, 1907-1910. *Ler História*. 2017, n.º 70, pp. 121-139.
- ANDERSON, Kym, e Signe NELGEN. Pre-World War II historical data, 1675 to 1938. In: Kym ANDERSON, e Signe NELGEN. *Global wine markets, 1961 to 2009: a statistical compendium*. Adelaide, South Australia: University of Adelaide Press, 2011, pp. 463-467.
- ATAS DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE HORTICULTURA, n.º 2: In: I Colóquio Vitivinícola da Estremadura. Torres Vedras, 2003.
- ATAS DO I CONGRESSO DO OESTE. IDENTIDADE E TERRITÓRIO. Torres Vedras: Agência de Desenvolvimento Regional do Oeste, 2003.
- ATAS DO 2.º SEMINÁRIO DO PATRIMÓNIO DA REGIÃO OESTE. Sobral de Monte Agraço: câmara municipal, 2001.
- BAIXINHO, António Francisco. *Património rural da Freguesia de Dois Portos: um percurso histórico, político e cultural sobre o poder local e vitivinicultura*. Cadaval: Leader Oeste, 2013.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira. A agricultura e a questão da terra: do Estado Novo à Comunidade Europeia. *Análise Social*. 1994, vol. XXIX, n.º 128, pp. 907-921.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira. *A política agrária do Estado Novo*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira. L'agriculture portugaise. *Annales de Géographie*. 1988, vol. 97, n.º 541, pp. 259-274.

- BAPTISTA, Fernando Oliveira. Pequena agricultura: economia agrária e política agrária [anos trinta – 1974]. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 1981, n.º 7/8, pp. 59-80.
- BARKE, Michael. «Lo que ha de ser no puede faltar» (« What has to be cannot be avoided»): phylloxera and the demise of the Málaga wine industry. *Journal of Wine Research*. 1997, vol. 8, n.º 3, pp. 139-158.
- BEGALLI, Diego, CAPITELLO, Roberta, e Stefano CODURRI. Cooperatives, wine clusters and territorial value: evidence from an italian case study. *Journal of Wine Research*. 2014, vol. 25, n.º 1, pp. 45-61.
- BLANCHARD, W. O., e Elizabeth R. BLANCHARD. The grape industry of Spain and Portugal. *Economic Geography*. 1929, vol. 5, n.º 2, pp. 183-193.
- BOHLING, Joseph. «Drink better, but less»: the rise of france's appellation system in the European Community, 1946-1976. *French Historical Studies*. 2014, vol. 37, n.º 3, pp. 501-530.
- BOLIO, Mario Trujillo. Exportación vitícola española al mercado novohispano. Las redes de realización y sus circuitos mercantiles, 1790-1810. *Am. Lat. Hist. Econ.* 2013, n.º 2, pp. 121-150.
- BRANCO, João Pedro Fontes. *Políticas agrárias e florestais em Portugal continental: da regeneração à política agrícola comum, uma abordagem histórico-geográfica*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015.
- BRÉMOND, Joel. Rioja: a specific and efficient economic model for wine region organization. *Journal of Wine Research*. 2014, vol. 25, n.º 1, pp. 19-31.
- BRITO, Joaquim Pais de, BAPTISTA, Fernando Oliveira, e Benjamim PEREIRA. *O Voo do Arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 1996.
- Cadernos do Museu: Revista Científica do Museu do Vinho de Alcobaça*. I/II. Alcobaça: Município de Alcobaça, Adega Cooperativa de Alcobaça, Cooperativa Agrícola de Alcobaça, Museu do Vinho de Alcobaça, 2014.
- CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS – Direção de Planeamento e Controlo de Gestão-Gabinete de Estudos Económicos. *Mancha vinícola da Estremadura: sub-região de Torres Vedras. Análise de alguns indicadores sócio-económicos*. Lisboa: CGD, 1982.
- CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS. *Da vinha ao vinho*. Torres Vedras: CMTV, 2008.
- CANADAS, Maria João. O trabalho agrícola na vitivinicultura do “Oeste”. In: Joaquim Pais de BRITO, coord., Fernando Oliveira BAPTISTA, coord, e Benjamim PEREIRA, coord. *O Voo do Arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 1996, pp. 471-485.
- CAPELA, José. *O vinho para o preto: notas e textos sobre a exportação do vinho para África* [Em linha]. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2009 [consult. 31 agosto 2020]. Disponível em: http://www.africanos.eu/images/publicacoes/livros_electronicos/EB018.pdf.

- CASSI, Lorenzo, MORRISON, Andrea, e Anne L. J. TER WAL. The evolution of trade and scientific collaboration networks in the global wine sector: a longitudinal study using network analysis. *Economic Geography*. 2012, vol. 88, n.º 3, pp. 311-334.
- CHARTERS, Steve, e Valery MICHAUX. Strategies for wine territories and clusters: why focus on territorial governance and territorial branding?. *Journal of Wine Research*. 2014, vol. 25, n.º 1, pp. 1-4.
- CUKA, Anica, et al. Phylloxera revisited: the spread of grapevine disease in Dalmatia and its influence on socio-economic development and agricultural landscape. *Annales-Ser. Hist. Sociol.* 2017, vol. 27, n.º 1, pp. 101-118.
- COMISSÃO INSTALADORA DO MUSEU DO VINHO DE ALCobaÇA. A vinha e o vinho [enquadramento] – património vinhateiro cisterciense, alcobacence e nacional. *Cadernos do Museu: Revista Científica do Museu do Vinho de Alcobaça*. 2014, nº II, pp.67-68.
- COSTA, Adriano Azevedo. *Um estudo sobre o posicionamento das regiões demarcadas e caracterização dos hábitos de compra e consumo do vinho*. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 1999.
- COSTA, B. C. Cincinnato da. *O Portugal vinícola: estudos sobre a ampelografia e o valor oenológico das principais castas de videiras de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1900.
- COSTA, Leonor Freire, LAINS, Pedro, e Susana Münch MIRANDA. *História económica de Portugal: 1143-2010*. 2ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 2012.
- CRISES EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XIX E XX: actas. Org. Centro de História da Universidade de Lisboa; coord. Sérgio Campos Matos. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.
- CRUZ, Manuel Braga da, e Rui RAMOS. *Marcelo Caetano: tempos de transição*. Lisboa: Porto Editora, 2012.
- DEMOSSIER, Marion. Beyond terroir: territorial construction, hegemonic discourses, and French wine culture. *Journal of the Royal Anthropological Institute*. 2011, vol. 17, n.º 4, pp. 685-705.
- DITTER, Jean-Guillaume, e Joelle BROUARD. The competitiveness of French protected designation of origin wines: a theoretical analysis of the role of proximity. *Journal of Wine Research*. 2014, vol. 25, n.º 1, pp. 5-18.
- DOBBY, E. H. G. Economic geography of the Port Wine region. *Economic Geography*. 1936, vol. 12, n.º 3, pp. 311-323.
- DUGUID, Paul. Networks and knowledge: the beginning and end of the Port commodity chain, 1703-1860. *Business History Review*. 2005, vol. 79, n.º 3, pp. 493-526.
- ESTEVEES, Rui Pedro. O crowding-out em Portugal, 1879-1910. *Análise Social*. 1998, vol. XXXIII, nº 151-152, pp. 573-618.

- FALCADE, Ivanira. O espaço rural e a vitivinicultura nas regiões Serra Gaúcha e Vale dos Vinhedos (Brasil). *Douro – Estudos e Documentos*. 2004, vol. 9, n.º 18, pp. 201-218.
- FERNANDES, Mário G., e Hélder MARQUES. Mapas da territorialização vitícola portuguesa (1865-1908). In: *IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica*, Porto, 2011. Porto: Universidade do Porto.
- FERNANDES, Paulo Jorge. A crise do liberalismo: 1890-1930. In: Nuno Gonçalo MONTEIRO, et al. *História política contemporânea: 1808-2000*. Lisboa: Objectiva, 2019, pp. 139-175.
- FERNÁNDEZ, Eva, e James SIMPSON. Product quality or market regulation? Explaining the slow growth of Europe's wine cooperatives, 1880-1980. *The Economic History Review*. 2017, vol. 70, n.º 1, pp.122-142.
- FREIRE, Dulce, e Pedro LAINS. *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000*. Leiden; Boston: Brill Academic Publishers, 2017.
- FREIRE, Dulce, FERREIRA, Nuno Estevão, e Ana Margarida RODRIGUES. *Corporativismo e Estado Novo: contributo para um roteiro de arquivos das instituições corporativas (1933-1974)*. Lisboa: ICS, 2014. Estudos e Relatórios – 1.
- FREIRE, Dulce, e Monica TRUNINGER. Poached pears in wine: the Oeste of Portugal and the European quality construction of place-based foods. *ICS – Working papers* 3. 2012, pp. 4-28.
- FREIRE, Dulce. *Produzir e beber. A questão do vinho no Estado Novo*. Lisboa: Editora Âncora, 2010.
- FREIRE, Dulce. No país de sol e uvas de ouro. Produção e consumo de vinho em Portugal no século XX. In: AAVV, e José NEVES, coord. *Como se faz um povo. Ensaios em História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Fundação EDP e Edições tinta-da-china, 2010, pp. 311-323.
- FREIRE, Dulce. As vinhas da ira. Interesses locais e poder central durante o Estado Novo (anos 30 e 40). In: Paula GODINHO, coord., Susana Pereira BASTOS, coord., e Inês FONSECA, coord. *Jorge Crespo: estudos em homenagem*. Loulé: 100 Luz, 2009, pp. 481-499.
- FREIRE, Dulce. A Oeste era o vinho. A região na crise dos anos 30. In: Javier Maldonado Rosso [ed.]. *Actas del I Simposio de la Asociacion Internacional de Historia y Civilizacion de la Vid y el Vino*. El Puerto de Santa Maria: Bollullo Artes Graficas, 2002. Vol. II, pp. 695-704.
- FREIRE, Dulce. Da ditadura à democracia. Continuidades e mudanças na política agrária durante o PREC. In: Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa. *Arquivos da Memória*, n.º 12/13. Lisboa: Edições Colibri, 2002, pp. 145-167.
- FREIRE, Dulce. Sector vinícola contra a organização corporativa (1933-1937). *Ler História*. 2002, n.º 42, pp. 175-198.

- FREIRE, Dulce. História da vinha e do vinho no Oeste: fontes e problemas. In: Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço. *Actas do 2.º Seminário do Património da Região Oeste: 24 a 26 de janeiro*. Sobral de Monte Agraço: Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 2001. Vol.1, pp.116-127.
- FREIRE, Dulce. Propaganda vitícola no Estado Novo: a bebida nacional. *História, (nova série)*. 1999, n.º 10, pp. 21-28.
- FREIRE, Dulce. Os vinhos do Douro e os outros. Primeiros anos da organização corporativa. *Douro- Estudos e Documentos*. 1998, vol. 3, n.º 6, pp. 101-125.
- FREIRE, Dulce. Retrato(s) de um país vinícola. *História (nova série)*. 1997, n.º 35, pp. 6-19.
- FREIRE, Dulce. Vinho. In: *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de leitores, 1996. Vol. II, pp. 1011-1016.
- GHIRA, João Carvalho. *Entre o mar e Montejunto: as quintas e os vinhos*. Torres Vedras: Livrododia Editores, 2006.
- GHIRA, João Carvalho, e Raul Empis CONSTÂNCIO. In: Enciclopédia dos vinhos de Portugal. *Os vinhos da Estremadura*. Lisboa: Publicações Chaves Ferreira, 2004. Vol.III.
- GIRÃO, A. de Amorim. *Atlas de Portugal*. Coimbra: IEG, 1941.
- GUERREIRO, Alberto. Museu do Vinho de Alcobaça: património, economia, desenvolvimento. In: Carlos A. Brochado de ALMEIDA, et al. *Enomemórias, museologia e património do vinho (território, sociedade e desenvolvimento)*. Maia: ISMAI – Centro de Publicações do Instituto Universitário da Maia, 2017, pp. 145-163.
- HUGLIN, Pierre, e Christophe SCHNEIDER. *Biologie et écologie de la vigne*. Paris: Lavoisier Tec & Doc, 1998.
- JACQUINET, Marc. *The economic doctrines in the wine trade and wine production sectors: the case of Bastiat and the Port wine sector. 1850-1908* [Em linha]. Munich: MPRA, 2010 [consult. 30 out. 2017]. Disponível em: <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/26690/>.
- JACQUINET, Marc. Transformations technologiques du vin de Porto et interactions institutionnelles. *Douro – Estudos e Documentos*. 2005, vol. 10, n.º 19, pp. 69-86.
- JÚNIOR, António Augusto Antunes. *Os vinhos da Estremadura*. Lisboa: Editorial Império, 1938.
- JUSTINO, David. *A Formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*. 2 vols. Lisboa: Vega, 1989.
- LACOSTE, Pablo, et al. Vinos típicos de Chile: ascenso y declinación del chacolí (1810-2015). *IDESIA*. 2015, vol. 33, n.º 3, pp. 97-108.
- LAINS, Pedro. *História da Caixa Geral de Depósitos, 1910-1974: política, finanças e economia na República e no Estado Novo*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2008.
- LAINS, Pedro. Vinho novo em garrafas velhas: crescimento agrário em Portugal, 1850-1950. *Análise Social*. 2004, vol. 39, n.º 170, pp. 63-93.

- LAINS, Pedro, e Paulo Silveira e SOUSA. Estatística e produção agrícola em Portugal, 1848-1914. *Análise Social*. 1998, vol. XXXIII, nº 149, pp. 935-968.
- LAINS, Pedro. *A economia portuguesa no século XIX*. Lisboa: INCM, 1995.
- LAINS, Pedro. O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990. *Análise Social*. 1994, vol. XXIX, nº 128, pp. 923-958.
- LEEUWEN, Cornelis Van, e Gerard SEGUIN. The concept of terroir in viticulture. *Journal of Wine Research*. 2006, vol. 17, n.º 1, pp. 1-10.
- LEITÃO, Jorge Ralha, e Maria Manuela CATARINO. Comércio e serviços. In: Cecília Travanca Rodrigues, et al. *Torres Vedras: passado e presente*. Torres Vedras: Câmara Municipal, 1998. Vol. II, pp. 63-81.
- LOPES, Palmira Cipriano. *A importância económica e social do cooperativismo. Adegas cooperativas de Torres Vedras*. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Torres Vedras, 2010.
- LOPES, Teresa da Silva. *Global Brands: the evolution of multinationals in alcoholic beverages*. Cambridge – United Kingdom: Cambridge University Press, 2013.
- LOPES, Teresa da Silva, e Mark CASSON. Brand protection and the globalization of british business. *Business History Review*. 2012, vol. 86, n.º 2, pp. 287-310.
- LOPES, Teresa da Silva. Competing with Multinationals: Strategies of the Portuguese Alcohol Industry. *Business History Review*. 2005, vol. 79, n.º 3, pp. 559-585.
- MADUREIRA, Arnaldo. *Salazar: tempos difíceis*. Lisboa: Clube do Autor, 2015.
- MADURO, António Valério, GUERREIRO, Alberto, e Aurélio de OLIVEIRA. O turismo industrial como potenciador do desenvolvimento local – estudo de caso do Museu do Vinho de Alcobça em Portugal. *Pasos*. 2015, vol. 13, n.º 5, pp. 1129-1143.
- MADURO, António Valério. Introdução à história da vinha e do vinho nas terras de Alcobça. *Cadernos do Museu: Revista Científica do Museu do Vinho de Alcobça*. 2014, nº I, pp.11-17.
- MADURO, António Valério. *Cister em Alcobça: território, economia e sociedade (séculos XVIII-XX)*. Porto: ISMAI, 2011.
- MAGALHÃES, Dulce Maria. Consumos vínicos: práticas e construção de gostos. *Douro – Estudos e Documentos*. 2007, vol. 12, nº 22, pp. 219-253.
- MAGALHÃES, Dulce Maria da Graça. Vinho: práticas, elogios, cultos e representações em questão na sociedade portuguesa. *Sociologia – Problemas e Práticas*. 2000, n.º 32, pp. 9-21.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *História da Primeira República Portuguesa*. Porto: Figueirinhas, [1978].
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Introdução à história da agricultura em Portugal*. 3.^a ed. Lisboa: Edições Cosmos, 1978.

- MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal: das revoluções liberais aos nossos dias*. Lisboa: Palas Editores, 1974. Vol. II.
- MARTINS, Conceição Andrade. Forrester, the «Wine District» and the good old way of making Port Wine. In: *Baron Forrester, sense and sensibility. A story of the Douro (1831-1861)*. Régua: Museu do Douro, 2009, pp. 56-67.
- MARTINS, Conceição Andrade. A «era de progresso» da viticultura nacional. In: VILLAVARDE, Manuel, et al. *Itinerários: a investigação nos 25 Anos do ICS*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008, pp. 69-87.
- MARTINS, Conceição Andrade. *Vinha, vinho e política vinícola em Portugal: do Pombalismo à Regeneração*. Évora: Universidade de Évora, 1998.
- MARTINS, Conceição Andrade. A intervenção política dos vinhateiros no século XIX. *Análise Social*. 1996, vol. 31, nº 136-137, pp. 413-435.
- MARTINS, Conceição Andrade. A filoxera na viticultura nacional. *Análise Social*. 1991, vol. 26, n.º 112-113, pp. 653-688.
- MARTINS, Conceição Andrade. *Memória do Vinho do Porto*. Direção e prefácio de António Barreto. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1990.
- MARTINS, Conceição Andrade. Os ciclos do vinho do Porto: ensaio de periodização. *Análise Social*. 1988, vol. 24, nº 100, pp. 391-429.
- MATIAS, Maria Goretti. *Vinho e vinhas em tempo de crise: o ódio e a filoxera na região do Oeste, 1850-1890*. Caldas da Rainha: PH-Património Histórico, Grupo de Estudos, 2002.
- MATIAS, Maria Goretti. Subsídios para o estudo da história da viticultura na região Oeste: o impacto da filoxera nas transformações culturais e económicas da vinha. In: Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço. *Actas do 2.º Seminário do Património da Região Oeste: 24 a 26 de janeiro de 1997*. Sobral de Monte Agraço: Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 2001. Vol.1, pp. 128-146.
- MATOS, Venerando Aspra de. *O caminho-de-ferro em Torres Vedras: impacto da sua chegada*. Torres Vedras: Câmara Municipal; Lisboa: Edições Colibri, 2007.
- MATOS, Venerando António de. Torres Vedras no limiar da modernidade. In: Cecília Travanca RODRIGUES, et al. *Torres Vedras: passado e presente*. Torres Vedras: Câmara Municipal, 1996. Vol. I, pp. 317-337.
- MOLINARI, Gisele Trindade, e Antônio Domingos PADULA. A construção social da qualidade na microrregião do Vale dos Vinhedos. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. 2013, vol. 51, n.º 1, pp. 183-202.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, et al. *História política contemporânea: Portugal 1808-2000*. Lisboa: Objectiva, 2019.
- MORAES, Paulo de. *Estudo geral da economia rural da 7.ª região agronómica*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

- NEVES, João L. César das. O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global. *Análise Social*. 1994, vol. XXIX, n.º 128, pp. 1005-1034.
- NEVES, Madalena. *Pragas e doenças da vinha*. Coimbra: Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, 2000.
- NOVAIS, Ana Sofia. *O vinho de Colares: a memória ou o esquecimento*. Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 1991.
- NUNES, Adélia. Uso do solo em Portugal continental: aspectos gerais da sua evolução. *CADERNOS de Geografia*. 2002-2004, nº 21/23, pp. 91-103.
- PACHECO, Maria Guilhermina. Torres Vedras no século XX: 1910-1974. In: Cecília Travanca RODRIGUES, et al. *Torres Vedras: passado e presente*. Torres Vedras: Câmara Municipal, 1996. Vol. I, pp. 339-371.
- PANZONE, LUCA A., e Orlando M. SIMÕES. The importance of regional and local origin in the choice of wine: hedonic models of portuguese wines in Portugal. *Journal of Wine Research*. 2009, vol. 20, nº1, pp. 27-44.
- PEREIRA, Gaspar Martins. A viticultura duriense e o vinho do Porto na época contemporânea (Notas para um programa de pesquisa). *Douro – Estudos e Documentos*. 1996, vol. 1, n.º 2, pp. 155-165.
- PEREIRA, Gaspar Martins. A região do vinho do Porto: origem e evolução de uma demarcação pioneira. *Douro – Estudos e Documentos*. 1996, vol. 1, n.º 1, pp. 177-194.
- PEREIRA, José de Campos. *A propriedade rústica em Portugal: superfícies, produções, rendimentos, valores*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1915.
- PEREIRA, Maria da Conceição Freire de Brito. *Ação e património da Junta Nacional do Vinho (1937-1986)*. Lisboa: Universidade Aberta, 2007.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *A Primeira República: na fronteira do liberalismo e da democracia*. Lisboa: Gradiva, 2016.
- PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre-câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa, 1983.
- PEYNAUD, Emile. *Conhecer e trabalhar o vinho*. Lisboa: Litexa Editora, 1993.
- PLANO MUNICIPAL DE RECURSOS NATURAIS. *Volume II – anexos cartográficos* [Em linha]. Lisboa: CIVITAS/DCEA/FCT/UNL | CMTV, 2007 [consult. 5 jun. 2020]. Disponível em: http://cmtvdata.info/ficheiros/pdfs/PMRN_VolII_Anexos_Cartograficos.pdf
- PROJETO Nº 34001-IBERO MASSA FLORESTAL. *Estudos de doenças transmissíveis das respectivas podas nos próprios terrenos: vinhas e oliveais* [Em linha]. 2014 [consult. 8 set. 2019]. Disponível em: <https://www.imflorestal.com/wp-content/uploads/2016/01/1.1.-Estudo-de-doencas-transmissiveis-pelas-podas-nos-proprios-terrenos-vinhas-oliveais-etc.pdf>.

- PROENÇA, Maria Cândida. *Uma história concisa de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2015.
- RADICH, Maria Carlos. *Agronomia no Portugal oitocentista: uma discreta desordem*. Oeiras: Celta Editora, 1996.
- RAMOS, Hélder Ribeiro. *A edificação e consolidação do Estado Novo no concelho de Torres Vedras: do golpe militar do 28 de maio de 1926 às Eleições Presidenciais de 13 de fevereiro de 1949*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 2015.
- RAMOS, Rui, SOUSA, Bernardo, e Nuno MONTEIRO. *História de Portugal*. 2.^a ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.
- RAMOS, Rui. O fracasso do reformismo liberal: 1890-1910. In: Rui RAMOS, coord., Bernardo SOUSA, e Nuno MONTEIRO. *História de Portugal*. 2.^a ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, pp. 549-572.
- RASQUILHO, Manuel de Matos Vieira. Relatório final do curso de regentes agrícolas da Escola de Évora – 1941. *Cadernos do Museu – Revista científica do Museu do Vinho de Alcobaça*. 2014, nº I, pp. 19-60.
- RODRIGUES, Cecília Travanca. Agricultura. In: Cecília Travanca RODRIGUES, et al. *Torres Vedras: passado e presente*. Torres Vedras: Câmara Municipal, 1998. Vol. II, pp. 11-45.
- RODRIGUES, José Travanca. O território e o clima. In: Cecília Travanca RODRIGUES, et al. *Torres Vedras: passado e presente*. Torres Vedras: Câmara Municipal, 1996. Vol. I, pp. 13-32.
- RODRIGUES, José Travanca. O século XIX. In: Cecília Travanca RODRIGUES, et al. *Torres Vedras: passado e presente*. Torres Vedras: Câmara Municipal, 1996. Vol. I, pp. 157-297.
- ROSAS, Fernando. Rafael Duque e a política agrária do Estado Novo (1934-44). *Análise Social*. 1991, vol. XXVI (112-113), nº (3º-4º), pp. 771-790.
- ROSAS, Fernando. O Estado Novo (1926-1974). In: José MATTOSO, coord. *História de Portugal*. 2410 ed. Lisboa: Círculo de Leitores, [s.d.]. Vol. 7.
- ROSAS, Fernando. Um triplo equilíbrio económico e social. In: José MATTOSO, coord. *História de Portugal*. 2410 ed. Lisboa: Círculo de Leitores, [s.d.]. Vol. 7, pp. 245-251.
- ROWLAND, Robert. A família portuguesa em 1960: forma e contexto. In: Robert ROWLAND. *População, família, sociedade: Portugal, séculos XIX-XX*. Oeiras: Celta Editora, 1997, pp.119-184.
- SÁ, Fernando Pereira. *As maravilhas do Turcifal*. Torres Vedras: Edições Margem, 1999.
- SEMINÁRIO MARKETING DO VINHO. *A COMERCIALIZAÇÃO DO VINHO: PAINEL A*. Torres Vedras, 1994.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal (1935-1941)*. Lisboa: Editorial Verbo, 2008. Vol. XIV.

- SILVA, Augusto Vieira da. *Dispersos*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1968.
- SIMÕES, Orlando. A institucionalização da vitivinicultura portuguesa no início do séc. XX: a esfera do vinho comum. *Douro – Estudos e Documentos*. 2005, vol. 11, n.º 20, pp. 269-293.
- SIMÕES, Orlando. *A vinha e o vinho no século XX*. Oeiras: Celta, 2005.
- SIMÕES, Orlando. As inovações tecnológicas na vitivinicultura do Dão: dos anos 50 à integração comunitária. *Revista Mediterrâneo*. 1994, n.ºs 5/6, pp. 137-166.
- SIMON, Pat. Recollections from 50 year in the wine trade. *Journal of Wine Research*. 2001, vol. 12, n.º 2, pp. 135-147.
- SIMPSON, James. *Creating wine: the emergence of a world industry, 1840-1914*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2011.
- SIMPSON, James. Selling to reluctant drinkers: the British wine market, 1860-1914. *Economic History Review*. 2004, vol. 57, n.º 1, pp. 80-108.
- SKELTON, Stephen. *Viticulture: an introduction to commercial grape growing for wine production*. London: [published by the author], 2007.
- SOARES, Rodrigo de Moraes. *Mémoire sur les vins du Portugal*. Lisboa: Imprimerie Nationale, 1878.
- SOARES, Rodrigo de Moraes. *Breve noticia da viticultura portugueza: ou resumo dos esclarecimentos indispensaveis para se avaliar a collecção de vinhos de Portugal apresentados na Exposição Internacional de 1874 em Londres*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.
- TOMAZ, Ilídio Lucas. Ódio da videira. *Anais do Instituto Superior de Agronomia*. 1984, vol. 41, pp. 245-257.
- TUTEN, James. «Have some Madeira , m'dear:» the unique history of Madeira wine and its consumption in the Atlantic world. *Juniata Voices*. Juniata College Press. 2008, pp. 55-61.

ANEXOS



Arquivo fotográfico.
Fundo local, PH0075. Vindimas, 192_.
Biblioteca Municipal de Torres Vedras



Arquivo fotográfico.
Fundo local, PH0076. Vindimas, 192_.
Biblioteca Municipal de Torres Vedras

CURRICULUM VITAE